

Marcos Francisco Martins (org.)

**Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje:
Greve Geral de 1917, embate antifascista
de 1937 e mobilizações atuais**



Edições Hipótese

Marcos Francisco Martins (org.)

Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje:
Greve Geral de 1917, embate antifascista
de 1937 e mobilizações atuais



Edições Hipótese

Marcos Francisco Martins (org.)

Lutas sociais em
Sorocaba/SP ontem e hoje:

Greve Geral de 1917, embate antifascista de 1937
mobilizações atuais

São Paulo 2018

M379l Martins, Marcos Francisco.
Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje: Greve
Geral de 1917, embate antifascista de 1937 e
mobilizações atuais / Marcos Francisco Martins
(org.). - São Paulo: Edições Hipótese, 2018.
472p.

Bibliografia

ISBN: 978-85-924379-6-1

1. Movimentos sociais. 2 Sorocaba (SP). 3. História.
4. Educação. I. Martins, Marcos Francisco. II. Título.

CDU - 370

EDIÇÕES HIPÓTESE é nome fictício da coleção de livros editados pelo Núcleo de Estudos Transdisciplinares: Ensino, Ciência, Cultura e Ambiente, o Nutecca.

EDIÇÕES HIPÓTESE

O Nutecca - Núcleo de Estudos Transdisciplinares:

Ensino, Ciência, Cultura e Ambiente

<http://nutecca.webnode.com/>

EDIÇÕES HIPÓTESE E-BOOKS

<https://nutecca.webnode.com/edicoes-hipotese-e-books/>

CONSELHO EDITORIAL E CIENTÍFICO

Prof. Dr. Ivan Fortunato (Nutecca)
Prof. Dra. Marta Catunda (UNISO)
Prof. Dr. Claudio Penteadó (UFABC)
Dr. Cosimo Laneve (Società Italiana di Pedagogia)
Prof. Dr. Luiz Afonso V. Figueiredo (CUFSA)
Dr. Helen Lees (Newman University)
Prof. Dr. Tiago Vieira Cavalcanti (Nutecca)
Prof. Ms. Alexandre Shigunov Neto (Nutecca)
Prof. Dr. Juan José Mena Marcos (Univ. de Salamanca)
Prof. Dr. Fernando Santiago dos Santos (IFSP)
Prof. Dr. Viktor Shigunov (UFSC)
Prof. Dr. José Armando Valente (UNICAMP)
Prof. Dr. Paulo Sérgio Calefi (IFSP)
Prof. Dr. Pedro Demo (UnB)
Prof. Ms. Marilei A. S. Bulow (Fac. CNEC/Campo Largo)
Prof. Dr. Juarez do Nascimento (UFSC)
Prof. Dr. Reinaldo Dias (Mackenzie)
Prof. Dr. Marcos Neira (USP)
Prof. Dra. Ana Iorio (UFC)
Prof. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
Prof. Dra. Patricia Shigunov (Fiocruz)
Prof. Dra. Maria Teresa Ribeiro Pessoa (Univ. de Coimbra)
Prof. Dr. Francesc Imbernon (Univ. de Barcelona)
Prof. Dr. José Ignacio Rivas Flores (Univ. de Málaga)
Prof. Dr. Luiz Seabra Junior (Cotuca/Unicamp)
Prof. Dra. Hildegard Jung (Unilassale)
Prof. Dr. Fernando Gil Villa (Univ. de Salamanca)
Prof. Dra. Rosa Maria Esteban (Univ. Autónoma de Madrid)
Prof. Dr. Agustín de la Herrán Gascón (Univ. Autónoma de Madrid)
Prof. Dra. Maria Cristina Monteiro Pereira de Carvalho (PUC/Rio)
Prof. Dr. José Tavares (Univ. Aveiro)
Prof. Dra. Idália Sá-Chaves (Univ. Aveiro)
Prof. Dr. António Cachapuz (Univ. Aveiro)
Prof. Dr. Luís Miguel Villar Angulo (Univ. Sevilha)
Prof. Dr. André Constantino da Silva (IFSP)
Prof. Ms. João Lúcio de Barros (IFSP).

FICHA TÉCNICA

Normalização, formatação, editoração e revisão

Marcos Francisco Martins

E-mail: marcosfranciscomartins@gmail.com

Beatriz Fernanda Jorge

E-mail: beatrizfernandajorge@ufscar.br

Clarissa Suelen Oliveira

E-mail: clarissasoliveira@hotmail.com

Designer – Capa

Marcos Francisco Martins

E-mail: marcosfranciscomartins@gmail.com

Arte Finalista

Mauricio Hermann

Revisão final

Ivan Fortunato

E-mail: ivanfrt@yahoo.com.br

Sumário

Prefácio - Lutas sociais: uma história a ser conhecida, contada e aprendida

Marcos Francisco Martins 7

Apresentação - Sorocaba não foge à luta: contra as oligarquias de ontem e de hoje

Francisco Foot Hardman.....13

Parte I - A história da greve geral de 1917 e as repercussões em Sorocaba/SP

1. Questões políticas e sociais na Primeira República e a greve geral de 1917

Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho..... 19

2. Anarquismo, educação e vozes femininas no Jornal “O Operário” (1909-1913) de Sorocaba/SP

Fábio Alexandre Tardelli Filho e Keyla Priscilla Rosado Pereira.....39

3. Antes da tormenta: organização e formas de ação anarquista e operária

Clayton Peron Franco de Godoy e Eduardo Augusto Souza Cunha 65

4. Greve geral de 1917 em Sorocaba: aspectos gerais

Carlos Carvalho Cavalheiro..... 97

5. A greve geral de 1917 em Sorocaba e a participação de ferroviários e têxteis no movimento operário local

Adalberto Coutinho Araújo Neto, Breno Augusto de O. Santos e Guilherme Cardoso de Sá..... 127

6. A greve geral de 1917: parte de uma história negada

Antônio Carlos de Oliveira..... 181

7. A greve geral de 1917 em Sorocaba: um passeio iconográfico
Carlos Carvalho Cavalheiro e Flávia Antunes Aguilera 193
8. 100 anos da greve geral de 1917: a iconografia do movimento operário
Paulo Celso da Silva..... 217

Parte II - Sorocaba/SP na luta antifascista de 1937

9. O contexto político e social da década de 1930
Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho..... 259
10. Saída pela direita? Crise econômica e política e movimentos de extrema direita em Sorocaba na década de 1930
Carlos Carvalho Cavalheiro..... 273
11. A luta antifascista em Sorocaba: uma história de 80 anos
Carlos Carvalho Cavalheiro 297
12. A luta antifascista: as contribuições dos socialistas tenentistas e dos ferroviários da E. F. Sorocabana
Adalberto Coutinho de Araújo Neto..... 331

Parte III - Educação, anarquismo, greve geral e antifascismo ontem e hoje

13. Educação anarquista e movimento operário: da AIT à greve geral de 1917
*Rodrigo Rosa da Silva.....*369
14. Movimentos sociais regressivos e potencialidades fascizantes no Brasil contemporâneo
Jeferson Rodrigues Barbosa..... 391
15. 100 anos depois: aprendizados das greves gerais de 2017
Marcos Francisco Martins 433

Prefácio - Lutas sociais: uma história a ser conhecida, contada e aprendida

Marcos Francisco Martins¹

As lutas sociais têm sido objetivo de investigação em vários campos científicos, mas as que se efetivaram e se efetivam em Sorocaba/SP ainda são incipientes nos estudos e nas pesquisas das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas. Elas se apresentam como objeto a ser rigorosamente investigado, isto é, são desconhecidas em muitos aspectos, embora guardem potencial civilizatório de enorme monta, pois desempenharam e desempenham papel fundamental na construção do estado democrático de direito, que está por ser consolidado no Brasil. Assim, se bem conhecidas e difundidas, podem inspirar e ensinar as gerações atuais a agir segundo os rumos de uma civilização democrática.

Parte importante dos processos de lutas sociais ocorreram e ocorrem com as greves. No Brasil hodierno, a greve é um direito garantido constitucionalmente, conquistado com lutas sociais. Nesses processos, destacam-se as greves gerais. A primeira ocorrida no Brasil foi a de 1917 e ela teve repercussões importantes em Sorocaba, uma cidade localizada no interior do Estado de São Paulo e que foi conhecida como a

¹ Professor Associado do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) - *Campus* Sorocaba, no qual coordena o Programa de Mestrado em Educação. Licenciado em Filosofia, com mestrado e doutorado em Educação pela Unicamp, na área de Filosofia e História da Educação, é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, líder do GPTeFE (Grupo de Pesquisa Teorias e Fundamentos da Educação) e Editor da Crítica Educativa. E-mail: marcosfranciscomartins@gmail.com

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

“Manchester Paulista”, alcunha em referência à industrialização que marcou a história do município e da região no início do século XX. Mas em 2017, as greves gerais voltaram a ser experienciadas no território nacional e também no município de Sorocaba, nos dias 28 de abril, 30 de junho e 5 de dezembro.

Se no princípio do século XX muitos direitos sociais estavam por conquistar, os que existem hoje, inclusive os consagrados constitucionalmente, estão ameaçados de extinção ou de restrição, porque se vive momento de vigência de uma “onda conservadora” a tensionar o mínimo que se tem de civilidade democrática no Brasil. É paradigmático desse processo o golpe “jurídico-midiático-parlamentar” objetivado em 2016, por meio do qual Temer tomou a Presidência da República e com ela faz contrarreformas, como a trabalhista e da previdência social, amparado por uma minoria: a grande mídia, a maioria conservadora do Congresso Nacional, do grande capital e do Poder Judiciário. Esta minoria social tenta impor à maioria os interesses e necessidades que lhe são próprios. Em larga comparação, este é o mesmo processo ocorrido no princípio do século XX. Foi contra isso que se levantaram os que participaram da greve geral de 1917 e os que se mobilizaram às greves gerais em 2017. Por isso, elas se revestem do caráter de resistência, com vistas à construção de um outro mundo, mais justo, fraterno e igualitário.

O objetivo deste livro é, justamente, contar a história dessas greves, tanto a de 1917 quanto as que se efetivaram em 2017, particularmente retratando a repercussão que tiveram em Sorocaba/SP. Com isso, pretendem os autores e autoras desta publicação oferecer às leitoras e leitores subsídios para que possam conhecer as histórias das lutas sociais, particularmente das greves gerais, e com eles aprenderem que a edificação do mínimo que se tem de estado democrático de direito no Brasil

não foi pacífica e é um processo em constante construção, porquanto depende das ações de resistência dos sujeitos individuais e coletivos integrantes das classes subalternas às iniciativas anti-civilizatórias da classe dominante e dirigente.

Para tanto, a estrutura textual está organizada em três partes, que procuram cobrir o interstício de lutas sociais no Brasil que vai de 1917 a 2017, especificamente as greves gerais e as lutas antifascistas de ontem e de hoje. Os capítulos foram produzidos por historiadores com experiência no trato acadêmico-científico da questão investigada, bem como por pesquisadores(as) e militantes dedicados à tarefa de conhecer e articular lutas sociais. Cabe destacar que alguns autores e autoras que contribuíram com a presente obra são reconhecidos pelas publicações que produziram, sejam as que versam sobre as lutas sociais no Brasil e fora dele, sejam as que retratam a realidade histórica da cidade de Sorocaba/SP, em seus diferentes aspectos.

A primeira parte, intitulada de “A história da greve geral de 1917 e as repercussões em Sorocaba/SP”, é a mais extensa. Isso se deve ao fato de que os autores e autoras resolveram dedicar a maior parte do livro para essa questão, porquanto ser menos conhecida e sobre a qual se tem menos publicações, sobretudo, em se tratando dos eventos transcorridos em Sorocaba/SP. Nesta parte constam oito capítulos, os quais fazem uma contextualização do período em que a primeira greve geral ocorreu, apresentam publicações operárias da época, expõem como ocorreu e quais foram os principais protagonistas da greve de 1917 e, ao final, são apresentados dois capítulos para resgatar a iconografia do movimento operário do período tratado, com destaque para representações dos eventos em Sorocaba/SP. Importa frisar que entre os protagonistas da greve geral de 1917 estava o movimento anarquista, portanto, ele é abordado transversalmente em alguns capítulos do livro, mormente os que compõem a primeira parte, especificamente em três deles.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

A segunda parte avança no tempo e aborda a luta antifascista ocorrida em 1937 e que reverberou na “Manchester Paulista”. Para expor e analisar essa questão, são apresentados quatro capítulos, os quais contextualizam a década de 1930, fazem um balanço da conjuntura política e ideológica de Sorocaba/SP neste período e identificam os personagens e enredo da história transcorrida.

Na última parte do livro, “Educação, anarquismo, greve geral e luta antifascista ontem e hoje”, as lutas sociais atuais são abordadas, mas tendo como referência o que foi acumulado pelos sujeitos das lutas passadas, particularmente pelos anarquistas e pelo movimento operário de outras orientações ideológicas. Isso é feito em três capítulos, sendo que no primeiro deles são apresentados subsídios para se compreender os sujeitos dos processos de lutas sociais do início do XX. No segundo e no terceiro capítulos, o momento atual é retratado, considerando que há novos sujeitos sociais atuando na realidade presente e que são identificados como “movimentos sociais regressivos”; eles são apresentados e analisados criticamente. No último capítulo da terceira parte, as greves gerais de 2017 efetivadas no Brasil, com incidência em Sorocaba/SP, são expostas, mas antecedidas no texto pela discussão etimológica do termo greve, pela diferenciação entre greve e greve geral, bem como pela apresentação dos antecedentes das greves gerais de 2017, localizados nas chamadas “Jornadas de Junho de 2013”.

Dessa maneira organizado, entende-se que este livro poderá contribuir sobremaneira com o avanço do estado da arte dos estudos e pesquisas sobre as lutas sociais. Ao mesmo tempo, o texto poderá se constituir como fonte a estudantes do ensino médio, bem como os de graduação e pós-graduação, interessados (as) em conhecer a história das lutas sociais,

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

especialmente das greves gerais de 1917 e de 2017 realizadas no Brasil e que repercutiram em Sorocaba/SP.

Apresentação - Sorocaba não foge à luta: contra as oligarquias de ontem e de hoje

Francisco Foot Hardman²

Num estado campeão do reacionarismo nacional como é, de fato, o estado de São Paulo, é muito bom receber a brisa de ar renovado das lutas sociais que este volume coletivo e engajado nos proporciona.

Escrito a 30 mãos (são 15 autoras e autores, jovens e talentosos pesquisadores) e composto em 15 capítulos (vários deles em coautoria) e 3 seções temáticas (correspondentes aos três momentos históricos de lutas sociais tratados), o esforço conjunto dos artigos aqui reunidos concentra-se na cidade de Sorocaba, um dos núcleos urbanos pioneiros na industrialização fabril

² Concluiu o doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo em 1986. Atualmente é Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sendo docente do Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), desde 1987. Atuou, manteve e mantém intercâmbio acadêmico-cultural com várias instituições no Brasil e no exterior, onde foi professor visitante, hóspede acadêmico, pesquisador visitante ou pesquisador pós-doutoral nas seguintes instituições: Universidade da Califórnia-Berkeley, Universidade Livre de Berlim, Maison des Sciences de l'Homme, Collège International de Philosophie, Universidade de Roma La Sapienza, Universidade de Bolonha (Istituto di Studi Avanzati; e Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas Modernas), Universidade de Pequim, Universidade do Texas-Austin e Universidade da Califórnia-Davis. Pesquisador vinculado ao CNPQ desde 1981, é bolsista de produtividade em pesquisa nível I-A, desde 2003. Em 2016, inaugurou a Cátedra CAPES-Brasil-UNIBO-Itália.

moderna e na constituição de uma classe operária paulista e brasileira.

A primeira e mais longa parte do livro (8 capítulos) trata da greve geral de 1917 e sua força significativa naquela cidade. Essa experiência de um movimento operário jovem e pujante, com presença hegemônica da tendência anarcossindicalista, deixará legados importantes. Como eu próprio já enfatizei no meu livro *Nem pátria, nem patrão! - memória operária, cultura e literatura no Brasil* (3ª.ed. rev. ampl., 2002), a imbricação entre cultura libertária e confronto político é a melhor herança das lutas operárias anarquistas. Por outro lado, a recusa absoluta da luta político institucional tem produzido um hiato de difícil resolução e, no mais das vezes, contribuído, involuntariamente, para a reorganização do poder oligárquico e dos aparelhos repressivos do Estado.

A segunda parte (4 capítulos), focalizada nos anos 1930, desenvolve-se em torno da polarização entre o movimento de extrema-direita, identificado com o fascismo integralista que tantos adeptos encontrou, naqueles anos, em estados como São Paulo e Rio Grande do Sul e, de outra parte, as lutas de setores populares, operários e progressistas como foram as dos ferroviários combativos da Sorocabana e os militares tenentistas mais afins ao socialismo reformista. Esse *intermezzo* é bastante útil para as reflexões que possamos fazer na atualidade, acerca do recrudescimento de movimentos autoritários nacionalistas de corte fascista ou protofascista. De todo modo, lá como agora, será importante pontuar os limites claros do liberalismo paulista, que sempre não tem tido escrúpulo nem disfarce para se aproximar ou buscar apoios em

ideologias e movimentos de viés verde-amarelista, no mais das vezes truculentos e avessos a qualquer pacto democrático, além de laços nada edificantes com regimes ditatoriais.

Os três últimos capítulos que compõem a parte final tentam estabelecer esse diálogo trans-histórico entre as temporalidades percorridas. A análise da emergência dos movimentos direitistas na cena brasileira pós-Jornadas de Junho de 2013 é bastante pertinente, sobretudo ao detectar na estrutura, ideologia e funcionamento do chamado Movimento Brasil Livre aspectos presentes, 80 anos antes, na trajetória do Integralismo, como modalidade de fascismo nativo, me pareceu bem elucidativa. Já o paralelo traçado entre a greve geral de 1917 e o chamamento à greve geral de 2017 (que a rigor não se efetivou como tal), contra o Golpe de 2016 e o governo antipopular de Temer, careceria de melhor adequação. O que apenas está a indicar a permanente imprevisibilidade e descontinuidade entre diferentes experiências históricas e contextos sociais.

O que, sim, as melhores tradições do Ensino Livre e da educação libertária nos ensinam é a necessidade do duro combate à completa regressão política, econômica, socioambiental, educacional e cultural do Brasil de hoje.

Quando arautos do obscurantismo fazem da falácia da “escola sem partido” sua bandeira e projeto de futura lei, com a complacência generalizada de autoridades, mídias e amplos setores sociais; quando uma justiça seletiva e partidária impõe um verdadeiro regime de exceção, com esfacelamento arbitrário dos mecanismos do direito; quando legislativo e executivo chafurdam no fisiologismo do tráfico de interesses e no desgoverno de brutos e

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

mandões; quando as forças armadas, para além do palavreiro sobre “intervencionismo”, passam de fato a tutelar o governo central, a ocupar o segundo estado mais importante do país e a impor a sombra “da lei e da ordem” ao diapasão do Estado; quando um ex-militar e deputado ultradireitista candidato à presidência da República, apologista da tortura, do estupro e do extermínio de quilombolas e favelados torna-se viável e competitivo; quando os exterminadores políticos da vereadora Marielle Franco permanecem soltos e impunes, passados 120 dias de seu brutal assassinato:

É hora sim, de dizer: Basta! E de continuar a luta, deixando de lado as divergências menores, de princípios, e fazendo convergir a mobilização unificada das esquerdas na resistência ao colapso democrático e na configuração de uma nova utopia socioambiental. Que, necessariamente, terá que ser, a um só tempo, sorocabana, paulista, brasileira, latino-americana e mundial.

São Paulo, julho de 2018.

**Parte I - A história da greve geral de 1917 e as
repercussões em Sorocaba/SP**

1. Questões políticas e sociais na Primeira República e a greve geral de 1917

Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho³

Uma definição historiográfica para a chamada Primeira República (1889-1930) é denominá-la como uma espécie de liberalismo oligárquico (RESENDE, 2014). O termo encerra de propósito uma aparente contradição, uma vez que, historicamente, o movimento republicano relaciona-se com as ideias de propagação do liberalismo político. Ou seja, basicamente, a difusão das liberdades individuais e direitos políticos e civis e, conseqüentemente, a própria estruturação do conceito de cidadania. De fato, tais propostas foram aventadas por partidários do movimento republicano no Brasil, particularmente quando este começa a ganhar força por volta de 1870. As ideias republicanas se colocavam em clara oposição à monarquia, alicerçada na instituição da escravidão, que, efetivamente, se configurava como um obstáculo a quaisquer propostas de modificação concreta nas estruturas sociais da sociedade brasileira.

No entanto, com a Proclamação da República, a despeito dos discursos partidários aos preceitos liberais, o que temos concretamente é o engendramento justamente de um liberalismo, porém, de caráter oligárquico. Quer dizer, se por um lado, a República vem à luz sob forte influência do

³ Professor adjunto do curso de Licenciatura em História da Universidade de Sorocaba. Mestre e doutor em História Social pela USP. Autor do livro *Fisionomia da cidade: cotidiano e transformações urbanas (1890-1943)*, Biblioteca 24 horas. E-mail: rogeriolpcarvalho@gmail.com

liberalismo⁴, do federalismo⁵ e do individualismo político e econômico, por outro, o que se tem concretamente é a manutenção ou rearranjo dos grupos oligárquicos no poder. Tal fato se expressa na primeira carta constitucional republicana de 1891, mais preocupada com a organização do poder do que com os sérios problemas sociais de um país recém-saído do regime escravista. Nesse sentido, os problemas sociais são deixados de lado. A República se efetiva como um movimento comandado pelas elites de sempre, dentre elas os grandes cafeicultores de São Paulo. Esses grupos localizados no tope da pirâmide social é que vão fluir as benesses da cidadania e os desdobramentos da revolução científica-tecnológica, que começava a mostrar seus efeitos no País justamente no momento de efetivação da República, no final do século XIX (SEVECENKO, 1998).

Podemos, dessa forma, pensar a realidade republicana, tal como ela se efetua, como uma espécie de modernização conservadora. Isso é algo que seria recorrente em diferentes momentos da história da República a partir de então.

O conceito de modernização conservadora foi estabelecido Moore Junior (1975), para analisar as revoluções

⁴ Influência das ideias do liberalismo político no sentido de relacionar-se com um conjunto de direitos que levam ao desenvolvimento da noção de cidadania, tal como historicamente se coloca em processos históricos ligados às revoluções burguesas, como na Inglaterra (Revolução Gloriosa, 1688) e França (Revolução Francesa, 1789). Estamos nos referindo, então, a difusão de direitos civis, políticos e sociais, que vão se articular a certas propostas do movimento republicano no Brasil.

⁵ A ideia federalista vai ser uma das reivindicações básicas do movimento republicano, colocado em oposição ao centralismo do Império. Pretende dotar os estados de grande autonomia política e econômica. Tal proposta, inspirada no federalismo estadunidense, acaba, efetivamente, por reforçar a influência política e o poder econômica das oligarquias estaduais. E, especificamente, atende aos interesses da oligarquia cafeeira paulista. (RESENDE, 2014, p. 93)

burguesas ocorridas na Alemanha e no Japão. Nesses países, o processo de ascensão das burguesias não seguiu o padrão considerado clássico ocorrido na Inglaterra, França ou Estados Unidos. Ou seja, não aconteceu no caso alemão e japonês uma ruptura total com o antigo regime e as burguesias estabelecem um pacto político, na estruturação do Estado nacional, com as antigas elites aristocráticas e proprietárias de terras. Não estão incluídos nesse pacto, os proletários e os camponeses. Assim, os direitos básicos da cidadania, não alcançam plenamente os setores populares desses países.

Portanto, a modernização conservadora, e as Revoluções Vindas de Cima, tiveram como característica o fato de a burguesia nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe dos proprietários rurais, resultando em um pacto político entre as classes dos terratenentes e a burguesia. Tal pacto se deu com o objetivo de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, contudo arraigada em uma estrutura de dominação, em cujo centro de decisão política do Estado, os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados. (PIRES; RAMOS, 2009, p. 414)

O conceito de modernização conservadora será uma significativa fortuna crítica entre os analistas brasileiros (PIRES; RAMOS, 2009). Evidentemente, é preciso examinar as mediações necessárias para a utilização e operacionalização do conceito dentro da especificidade de países situados na periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil.

Dentre esses autores, podemos destacar a contribuição de Florestan Fernandes (2006). Com efeito, segundo esse autor, o período colonial traz como uma de suas consequências fundamentais a criação da periferia de um sistema capitalista

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

mundial. A seguir, ocorre a difusão orgânica da relação social capitalista no país, que se intensifica ao longo da segunda metade do século XIX, com o tortuoso processo de transição do trabalho servil para o trabalho assalariado e a incipiente industrialização que começa a ocorrer.

Contudo, diante da particularidade histórica brasileira, o desenvolvimento do capitalismo e a difusão dos valores burgueses correspondentes vai ser marcada por uma série de empecilhos e percalços, isso ocorre pois,

O horizonte cultural orienta o comportamento econômico capitalista mais para a realização do privilégio (ao velho estilo) que para a conquista de um poder econômico, social e político autônomo, o que explica a identificação com o capitalismo dependente e a persistência de complexos econômicos semi-coloniais (na verdade, ou pré-capitalistas ou sub-capitalistas. (FERNANDES, 2006, p. 199)

Se no caso alemão, por exemplo, a modernização conservadora acabou por desaguar no nazismo e, posteriormente, com a derrota na Segunda Guerra, já no contexto da Guerra Fria, à época a Alemanha Ocidental, através dos fortes investimentos do Plano Marshall, adentre o rol dos países centrais do capitalismo mundial. No Brasil, as tentativas de radicalização da ordem burguesa, ou seja, as “pressões dentro da ordem”, em função da intensificação da luta de classes e da mobilização dos movimentos sociais, vão ser vistas como “pressões contra a ordem” e o radicalismo burguês, confundido com subversão e até mesmo comunismo (FERNANDES, 2006, 384). Isso em decorrência da mentalidade invariavelmente autocrática de amplos setores da burguesia brasileira. Num amálgama entre a racionalidade burguesa e os critérios anti-competitivos do antigo mundo senhorial, constituindo uma

economia capitalista específica, periférica e dependente (FERNANDES, 2006, p. 209).

Um momento decisivo dessa modernização conservadora ocorreria no governo de Campos Sales⁶, quando se dá a fabricação da engenharia política da Primeira República, a chamada Política dos Governadores. Tal política tinha como propósito garantir a hegemonia das oligarquias no comando da República. Tratava-se de um arranjo entre o executivo federal e os governadores, à época denominados presidentes de Estado. O presidente não interferia nas contendas da política dos estados da federação, desde que os governadores permitissem a eleição de um legislativo federal harmonizado com os interesses do executivo federal. (RESENDE, 2003).

⁶ O campineiro Campos Sales foi o quarto presidente da República, entre 1898 e 1902. Seu governo foi marcado por duas questões principais: superar a crise econômica e a inflação herdadas do governo de Prudente de Moraes. Para isso estabelece uma renegociação da dívida externa com os credores ingleses. Esse acordo envolve um empréstimo de 10 milhões de libras, com a suspensão temporária do pagamento dos juros da dívida. Tal política econômica e financeira foi levada a efeito por seu ministro Joaquim Murtinho. Murtinho, “[...] na sua rígida compreensão da economia liberal, desassociava a questão financeira da questão econômica; desde que o governo conseguisse sanear a moeda, elevando as taxas cambiais e equilibrando os orçamentos, a reconstituição das forças econômicas se operaria automaticamente, livre da perigosa interferência oficial” (BELLO, 1969, p. 163). Esses propósitos exigidos pelos credores, reduziu drasticamente as despesas do governo, que reduziu investimentos, criou impostos e comprimiu os salários dos trabalhadores. Tal política draconiana tornou Campos Sales um dos presidentes mais impopulares da história republicana. É célebre a imensa vaia que sofreu, quando da sua despedida do governo em 15 de novembro de 1902. Os apupos o acompanharam em todo o seu percurso do palácio da presidência até a estação da estrada de ferro, onde embarcaria de retorno para São Paulo (BELLO, 1969, p. 170). O outro aspecto que marcaria o seu governo é a construção da política dos governadores, que visava estabilidade política para a adoção das duras medidas econômicas e financeiras.

Esse arranjo era possível em decorrência das características do sistema eleitoral na Primeira República, que permitia uma infinidade de deturpações e corrupções. Tratava-se de um conjunto de práticas que ocorriam frequentemente e que conspurcavam a lisura do processo, tais como, a existência de currais eleitorais, voto de cabresto, falsificação das atas eleitorais (conhecidas como as eleições a bico de pena) e, nessas adulterações das atas, votos de mortos e pessoas que votavam várias vezes no mesmo pleito eleitoral. Além de tudo isso, não havia um Tribunal Eleitoral minimamente independente, dessa maneira, o sistema era controlado pelo próprio poder legislativo, que era responsável pela diplomação dos eleitos. Esse fato levava a situações nas quais alguns candidatos eleitos, mas indesejados pelas oligarquias dominantes, tivessem suas candidaturas impugnadas e, conseqüentemente, a sua não diplomação, prática que era conhecida popularmente como a degola (TELAROLLI, 1982).

Tudo isso sempre depôs contra o processo político da Primeira República. Muitos contemporâneos tinham plena consciência do que ocorria. Desde muito cedo apareceram os chamados “republicanos sinceros”, que logo se desencantaram com a República. Surge daí a vontade de muitos setores, especificamente das camadas médias das maiores cidades de “republicanizar a República”, o que significava, dentre outras medidas, mudar o sistema eleitoral, criando-se uma justiça eleitoral e adotando-se o voto secreto.

Porém, certas análises mais recentes sobre a Primeira República, tem procurado relativizar as críticas a respeito da “democracia” no período, afirmando ser menos pior um sistema eleitoral corrompido do que uma ditadura na qual ninguém vota (MATTOS, 2012). Além disso, essa perspectiva coloca que a visão de uma “República carcomida” e “Velha”, foi, em grande medida, construída pelas tendências autoritárias do movimento

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Tenentista⁷, que iriam desembocar na emergência do Estado Novo⁸, em 1937.

Algo que, acreditamos, deve ser debatido e qualificado. Evidentemente não se trata de negar aqui os aspectos autoritários e mesmo elitistas presentes no movimento tenentista. Não obstante, essa leitura pode não dar conta dos aspectos ambivalentes relacionados aos tenentes desde 1922 e, mesmo posteriormente à Revolução de 30⁹.

⁷ Movimento surgido no seio do Exército por setores de média patente, tenentes. Se caracterizou como um movimento armado e de conspiração contra as oligarquias dominantes da Primeira República. Surgiu contra a eleição do presidente Artur Bernardes. Seu primeiro levante ocorreu em 1922, seguido de outro, mais articulado em 1924. Do desmembramento desse último levante surge a célebre coluna Miguel Costa / Luís Carlos Prestes que percorreria o interior do país contra o governo Bernardes, até se exilar na Bolívia, em 1927. (LANNA Jr., 2014).

⁸ Estado Novo veio à luz através do golpe de estado ocorrido em 10 de novembro de 1937, que colocava termo no regime constitucional, alicerçado pela carta constitucional de 1934, cancelando também as eleições para presidência da República, marcadas para realizar-se em 1938. Tal governo foi caracterizado por uma forte centralização política, nacionalismo e discurso anticomunista. De forte caráter autoritário, possuía alguns traços fascistas. Porém, a entrada do Brasil na Segunda Guerra, ao lado dos aliados contra as forças do Eixo, colocou uma contradição fundamental no regime autoritário do Estado Novo. Então, se surgiu a partir de um golpe o regime foi deposto por outro golpe e, com efeito, em outubro de 1945, Vargas foi deposto do poder.

⁹ Movimento que se inicia em 03 de outubro de 1930 e termina em 24 de outubro do mesmo ano com a deposição do presidente Washington Luís. A Revolução de 1930 efetivamente pôs fim à Primeira República, caracterizada pelo domínio das oligarquias que se mantinham no poder através de um sistema eleitoral completamente corrompido. Foi justamente a não aceitação da derrota da chapa oposicionista da Aliança Liberal, tendo como candidato Getúlio Vargas, para o candidato da situação, o paulista Júlio Prestes de Albuquerque, que levou às primeiras articulações do movimento sedicioso. A Revolução de 1930, conta com apoio de setores do tenentismo, camadas médias urbanas e setores oligárquicos dissidentes.

Como apontam Forjaz (1978) e Pansardi (2002), o movimento tenentista tem que ser apreendido como sendo duplamente determinado, ou seja, há uma articulação do movimento tanto na esfera da burocracia do Estado (Exército), quanto com as chamadas classes médias, ou setores médios urbanos. Ademais, no contexto da última campanha eleitoral da República Velha, se constitui uma espécie de coalizão popular entre uma baixa classe média e proletariado em torno de pontos que eram defendidos pelos tenentes, como a adoção de um projeto de industrialização e a efetivação de leis trabalhistas.

Pansardi (2002), em sua pesquisa, enfatiza o caráter contraditório do Tenentismo; em que pese apresentarem traços de autoritarismo, tinham também um sentido progressista. Pois o movimento como um todo, articulado à Revolução de 1930, colocou em cheque a continuidade de estado oligárquico e a hegemonia dos interesses cafeeiros.

É preciso qualificar o tipo de democracia existente na República Velha, uma democracia excludente, que não respeitava nem ao menos as leis mínimas criadas por essa República. Tratava-se, portanto, de um arremedo de república liberal. Quando os tenentes combatem a democracia, estavam lutando contra a eternização do regime oligárquico. Além disso, é preciso lembrar que antes de certa produção acadêmica procurar relativizar os aspectos excludentes da “democracia” vigente na Primeira República, esses intelectuais tiveram uma “ilustre predecessora”, a própria oligarquia dominante, que do alto de sua visão reacionária, vai procurar tornar perene a sua hegemonia frente ao Estado brasileiro, como mostra a contra-revolução de 1932, a chamada Revolução Constitucionalista¹⁰.

¹⁰ A Revolução de 1930 foi composta por setores com interesses conflitantes, esse fato se intensifica logo nos anos seguintes ao fim da Primeira República. Com efeito, para as oligarquias dissidentes era acabar com a preeminência de São Paulo frente ao Estado, realizar reformas eleitorais, que deveriam ser

De qualquer maneira, Hebe Mattos (2012) está correta quando situa a tensão política fundamental da Primeira República entre, de um lado, o exercício da cidadania Republicana e, por outro, a preeminência da hegemonia oligárquica.

Essa tensão se expressa no processo de difusão da industrialização que ocorre no período. A industrialização ganha intensidade no último quartel do século XIX, decorrência da transição da mão de obra escrava para a livre, o incentivo à imigração e consequente formação de um mercado consumidor, pelos menos nas maiores cidades.

Como afirma Dean (1975), nunca houve durante a Primeira República uma política específica de desenvolvimento industrial. Está claro a preeminência das oligarquias rurais, especialmente ligadas à cafeicultura. Contudo, se o Estado brasileiro não propunha uma política industrial, por outro lado não colocava óbices à industrialização. Havia os incentivos indiretos a indústria, como a questão cambial, que convergia os interesses dos cafeicultores e dos industriais em deixá-lo desvalorizado. Assim como as taxas sobre as importações, que significavam uma fonte de renda para o Estado e encarecia os produtos vindos do exterior. Outro aspecto é que o Estado

efetivadas a partir de um processo de promulgação de uma nova carta constitucional. Os tenentes desejavam um período ditatorial mais longo para combater os efeitos deletérios das oligarquias. Com a colocação de interventores não originários de São Paulo, além do retardo da efetivação de uma assembleia constituinte, lideranças paulistas se insurgem contra o governo provisório de Vargas. Há uma rearticulação das dissidências paulistas. Assim, o Partido Democrático se rearticula com o velho Partido Republicano Paulista, formando uma Frente Única, visando a uma sedição contra o governo federal. A revolução tem início em 9 de julho de 1932. Era esperado o apoio do Rio Grande do Sul e de Minas, o que efetivamente não ocorreu, deixando São Paulo isolado na luta contra o governo Federal. O que explica, em parte, a sua derrota e capitulação final, já em outubro de 1932. (FAUSTO, 1999)

conferia tarifas especiais de importação de algumas matérias-primas, como combustível.

Por fim, o alto custo do transporte marítimo à época acabou incentivando a produção nacional para manufaturas, para as quais existiam matérias-primas no País, especialmente os materiais de construção e os têxteis.

Na República comandada pelas oligarquias, é claro, a questão social vai ser tratada como uma questão de segurança pública, ou questão de polícia, na famosa declaração de um Washington Luís¹¹, um de seus políticos mais proeminentes.

As condições de trabalho eram péssimas, jornadas com mais de 11 horas diárias, ambiente de trabalho primitivo e perigoso, trabalho de menores e mulheres superexplorados e recebendo salários ínfimos, instabilidade no emprego e ausência de quaisquer direitos trabalhistas. Mas a industrialização leva a estruturação do proletariado e a intensificação da luta de classes.

Com efeito, os trabalhadores começam a organizar-se em sindicatos, realizar greves e publicar jornais operários.

¹¹ Conhecido popularmente como “o paulista de Macaé”, pois apesar de ter nascido em Macaé no Rio de Janeiro, Washington Luis fez toda a sua carreira política em São Paulo. Se formou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Foi vereador e Intendente Municipal em Batatais. Em 1904, se tornou deputado estadual. Em 1912, foi eleito prefeito da cidade de São Paulo. Em 1920, assume a Presidência do Estado. Tendo um governo famoso pelo saneamento financeiro e por construir centenas de quilômetros de estradas de rodagens, acabou por ter o seu nome escolhido pelo Partido Republicano Paulista para a Presidência da República. Governou o país de 1926-1930, sendo o último presidente da Primeira República, deposto em 24 de outubro de 1930, pela junta revolucionária da chamada Revolução de 1930. Além de ser conhecido como “presidente das estradas”, daí o seu famoso lema: “governar é construir estradas” e de coibir intensamente os movimentos sociais, Washington Luis praticava a pesquisa histórica, especificamente sobre o período colonial paulista. Sendo sua contribuição mais relevante a História da Capitania de São Paulo” (ALMEIDA, 1972, p. 263).

Invariavelmente esses movimentos vão ser duramente reprimidos pelo Estado.

Podemos então colocar que a questão do gozo da cidadania na República era um privilégio de poucos. O Estado liberal defendia a sua ausência na regulação da relação capital e trabalho. Decorrente disso, a burguesia fazia valer a vigência da ordem privada ligada aos seus interesses particulares.

O operário, boa parte deles imigrantes, eram completamente excluídos da participação política institucional. O imigrante europeu era desejado no processo de branqueamento por que passa o País, contudo, na luta pelos direitos sociais, era visto como agitador, marginal e perigoso. Para as elites políticas e econômicas, o proletariado, que mercava a sua presença nos maiores centros urbanos, era visto como uma turbamulta fora de controle.

Em função desse contexto, na “democracia” da Primeira República, existiram muitas dificuldades para a estruturação de um partido socialista, nos moldes que estavam sendo propostos pela segunda Internacional Socialista, desde final do século XIX. Em 1902, ocorre a fundação do Partido Socialista Brasileiro. O partido procura articular a luta pelos direitos sociais com os direitos políticos. No seu primeiro manifesto propunha, dentre outros pontos, reforma eleitoral, reconhecimento do direito aos estrangeiros, igualdade política e jurídica entre os dois sexos, ampliação do direito do voto a todos os cidadãos, desde a idade de 18 anos. Entrementes, iniciativas como essas nunca tiveram condições de efetivamente vicejar no primeiro período da história republicana brasileira. O historiador Cláudio Batalha (2014) aponta dentre as razões para isso as próprias condições políticas da Primeira República, como as descritas acima, marcada por exclusões, violência e fraudes, o problema da não naturalização em massa dos imigrantes, que por isso não possuíam direitos políticos, e a

grande repressão das classes dominantes ao movimento trabalhista. Assim, o Estado, desde o seu Código Penal de 1890, considerava a greve como crime. Além disso, em função da difusão da luta de classes, foram criadas leis para a expulsão dos proletários estrangeiros em 1907 e 1913 (LEONARDI, 1989).

Tais condições nos ajudam a entender a predominância do movimento anarquista e sindicalista revolucionário durante o período analisado. Essas tendências negavam a política institucional e pregavam a ação direta, especialmente através de greves. Hardman (1989b, p. 313) aponta as razões para o predomínio anarquista: propagação em áreas de menor concentração industrial na Europa (Itália, França, Espanha, Portugal), predomínio da pequena indústria, trabalhadores qualificados. Muitos desses trabalhadores, vindos para o Brasil como imigrantes, vão se deparar com a estruturação de um capitalismo atrasado e dependente, além da efetivação de um estado oligárquico, com muitas convergências aos estados burocráticos / autoritários dos quais se originavam. Ou seja, sistemas políticos excludentes e pequenas empresas.

Essas características marcam o auge do movimento operário na Primeira República, que se dá durante os anos 1917-1920. Incluindo-se, portanto, a Greve Geral de 1917.

As reivindicações gerais para a realização da greve passavam por melhores condições de trabalho, dentre elas, melhores salários, a jornada de 8 horas e a fiscalização das condições de trabalho de mulheres e menores. O contexto específico se liga à crise mundial em consequência da Primeira Guerra Mundial. Algumas fábricas têxteis comandadas pela burguesia de origem italiana em São Paulo, criaram a contribuição “pró-pátria”, em favor da Itália em guerra, até mesmo com descontos no salário dos trabalhadores. A partir daí a greve se alastra para outras indústrias da cidade de São Paulo. O movimento, como de costume, é violentamente reprimido

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

pelas forças públicas, o que leva à morte do sapateiro anarquista Antonio Martinez. Como escreve Hardman (1989b, p. 319),

O enterro do jovem operário, no dia 11 (de julho), foi o marco de violentas manifestações contra a polícia, representando o momento em que a greve se generalizou por toda a cidade. O cortejo fúnebre saiu do Brás, verdadeiro reduto da classe operária, atravessou o aterro do Carmo e deslocou-se até o Cemitério do Araçá, passando pelo centro da cidade e enfrentando o forte aparato repressivo.

Organiza-se o *Comitê de defesa Proletária*, liderada por Edgar Leuenroth, Florentino de Carvalho, Rodolfo Felipe, Francisco Cianci, Antonio Candeias Duarte, Gigi Damiani – todos anarco-sindicalistas – e por Teodoro Monicelli – social-democrata e diretor do jornal *Avanti!*. A greve geral recebe adesões de trabalhadores de várias cidades do interior paulista, além da solidariedade da Federação Operária do Rio de Janeiro. O número de grevistas chegou a 50000 por volta do dia 15. O governo estadual pede reforços para a repressão ao governo federal, com deslocamento de tropas do interior e de dois navios de guerra até as docas de Santos. As lutas nas ruas são intermináveis; desencadeou-se verdadeira revolta popular. Saques a armazéns, ataques a autoridades, piquetes, comícios e pancadarias dominam a cidade. O chamado “espírito de carnaval” toma conta da massa proletária em movimento: os garotos depredam os lampiões de gás, deixando as ruas às escuras; grupos de jovens invadem os bondes e convencem os motoneiros a alterar o trajeto. Crianças, homens e mulheres organizam-se nas Ligas Operárias de bairros, outra forma de associação criada pelos anarquistas. Os bairros operários tornam-se verdadeiras fortalezas de resistência dos grevistas; barricadas e

esconderijos impenetráveis espalham-se pelos cortiços e becos tortuosos da Lapa, Brás, Moóca, Barra Funda, Ipiranga Cambuci e Belenzinho.

Diante da abrangência tomada pela greve, a burguesia industrial paulista resolve negociar através da mediação de uma Comissão de Jornalistas. E reivindicações importantes são conquistadas naquele momento, tais como, 20% de aumento salarial, a promessa de não dispensar os grevistas, melhoria nas condições de trabalho de mulheres e crianças, menores preços e melhor qualidade dos gêneros alimentícios, além da conquista da jornada de 8 horas.

Todavia, não havia garantia nenhuma de que essas conquistas fossem mantidas em outras conjunturas econômicas. Não existia grande interesse do Estado, de forma geral, em manter, difundir e fiscalizar a permanência desses direitos duramente porfiados pela classe operária. A vaga das lutas trabalhistas começa a entrar em refluxo no início da década de 1920. Dentre outros fatores, pela forte repressão geral levada a efeito pelo governo Artur Bernardes (1922-1926), que em grande parte de seu mandato governou o país sob estado de sítio.

Do ponto de vista institucional, a luta de classes, vagarosamente e de maneira contraditória, começa a ser debatida por certas lideranças políticas e pelo Estado, quase sempre se aproveitando das tensões e fissuras intra-oligárquicas.

Assim, durante a Primeira Guerra Mundial há o projeto de estabelecimento de um Código de Trabalho. Na sua última companhia à presidência, em 1919, Rui Barbosa¹² passa a

¹² Célebre advogado e político brasileiro, nasceu em Salvador, em 1849. Se formou na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1871. Foi deputado provincial pela Bahia, pelo Partido Liberal. Com a proclamação da República, em 1889, faz parte do primeiro ministério republicano, ocupando

defender a adoção de uma legislação operária. O tema aparece também na década de 1920, na campanha de Nilo Peçanha em torno da chamada Reação Republicana, que vinha com o velho tema de “republicanizar a república”, assim como na última campanha presidencial da Primeira República, defendida pela Aliança Liberal.

Nenhuma delas se efetivou concretamente, em grande medida, por falta de vontade política do Estado nesse sentido.

Todo esse contexto da história social e política da Primeira República denota muito bem as características de estruturação do capitalismo brasileiro. Tais aspectos, de uma certa forma, convergiam com o caráter da luta de classes que estava ocorrendo na Europa e na América do Norte, mas também revelam aspectos específicos da nossa inserção na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, Foot Hardman (1989a) ressalta as características do nosso liberalismo, ao mostrar o *ethos* da burguesia brasileira. Aqui a burguesia não atuou historicamente de maneira revolucionária como no contexto de superação do Antigo Regime, no caso europeu. No Brasil, a burguesia, como mostra Dean (1975), vai, invariavelmente, compor com as oligarquias rurais, quando não alguns fazendeiros passam a investir seus capitais no setor industrial. Essa composição absolutamente conservadora explica porque o acesso restrito às benesses da cidadania e a fruição das liberdades democráticas no Brasil.

a pasta da Fazenda. Em 1895, foi eleito senador pela Bahia. Numa das crises entre as cúpulas oligárquicas, tem seu nome apresentado como candidato à presidência da República, contra a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca. Segue-se daí a campanha para a eleição de março de 1910, da qual Barbosa defendia a sua candidatura civil contra um militar. Daí o nome dado de Campanha Civilista a sua candidatura. Derrotado, teve seu nome lembrado para a campanha de 1914 e participa como candidato da oposição, por uma última vez, em 1919. (ALMEIDA, 1971, p. 43).

E esse estado de coisas se mantém para além do liberalismo oligárquico da Primeira República, em que pese, a partir de então, se colocar uma disputa entre setores da sociedade brasileira para a superação dessas contradições. Como escreve Florestan Fernandes (1973), as classes possuidoras e privilegiadas sempre vão defender uma forma de democracia restrita, não universalizando a distribuição de riqueza e a democratização do poder.

No Brasil, ocorre, invariavelmente, da modernização do arcaico e a arcaização do moderno, em função da manutenção das estruturas sociais, privilégios e concentração de renda e modernização controlada de fora, ou seja, já a partir de meados do século XIX, a modernização brasileira entra na esfera de influência do imperialismo¹³.

Essa seria, segundo Fernandes (1973, p. 45), o caráter da especificidade do capitalismo no Brasil e também na América Latina, quer dizer, aqui a crise do Antigo Sistema Colonial leva a uma cada vez mais abrangente incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações

¹³ Segundo Hobsbawm (1998, p. 93-95), seguindo de perto as análises de Lênin, o que o chamado Imperialismo trazia de novo, relaciona-se a uma “nova etapa específica do capitalismo que, entre outras coisas, levava a divisão territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas, configurando um conjunto de colônias formais ou informais e de esferas de influência. As rivalidades entre as potências capitalistas que levaram a essa divisão também geraram a Primeira Guerra Mundial.” Articulado a isso, o historiador inglês escreve, “Então, o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido. Sem isso não haveria um motivo especial para que os Estados europeus tivessem um interesse algo mais que fugaz nas questões, digamos, da bacia do Congo, ou tivessem se empenhado em disputas diplomáticas em torno de algum atol do pacífico.”

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

capitalistas hegemônicas. Se dá, assim, a estruturação de um capitalismo dependente, marcado pela depleção permanente de suas riquezas; o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados. Mas quem paga por esse escoamento das riquezas são os setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos de sobre-apropriação e sobre-exploração capitalista. Ou seja, a classe trabalhadora brasileira além da exploração inerente à relação social capitalista, dada através da produção da mais-valia (ou mais-valor), que constitui a parte não paga do valor do salário; ainda sofre uma exploração maior por parte da burguesia brasileira, que por sua vez, como uma burguesia dependente, e submetida aos interesses imperialistas das nações hegemônicas dentro da esfera capitalista.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Antônio da Rocha. *Dicionário histórico do Brasil*. Porto Alegre: Editora Globo, 1971.
- BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano*. 7ª ed., Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BELLO, José Maria. *História da República - 1889-1954 - Síntese de sessenta e cinco anos da Vida brasileira*. 6ª ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.
- DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da civilização brasileira*, Tomo III, Vol. 8, O Brasil Republicano. 5ª ed. São Paulo: Difel, 1975.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: EDUSP: FDE, 1999.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Ed. Pólis, 1978.

HARDMAN, Francisco Foot. Trabalho urbano e vida operária. In: MENDES Jr., MARANHÃO, Ricardo (orgs.). *Brasil História - texto e consulta*. Vol. 3, 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989a.

HARDMAN, Francisco Foot. Anarquista e anarco-sindicalismo no Brasil. In: MENDES Jr., MARANHÃO, Ricardo (orgs.). *Brasil História - texto e consulta*. Vol. 3, 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989b.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios - 1875-1914*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano*. 7ª ed. Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LEONARDI, Victor. Os socialistas brasileiros e a social-democracia. In: MENDES Jr., MARANHÃO, Ricardo (orgs.). *Brasil História - texto e consulta*. Vol. 3, 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989b.

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História do Brasil Nação: 1808-2010. A abertura para o mundo - 1889-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2012.

MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

PANSARDI, Marcos Vinícius. *Da Revolução Burguesa à modernização conservadora: a historiografia frente à Revolução de 1930*. Tese Doutorado, Campinas: SP, 2002.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. *O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil*. Documentos técnico-científicos, REN, Volume 40, nº03, julho-setembro, 2009.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano*. 7^a ed. Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da vida privada no Brasil*, 3, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

2. Anarquismo, educação e vozes femininas no jornal “O Operário” (1909-1913) de Sorocaba/SP

Fábio Alexandre Tardelli Filho¹⁴

Keyla Priscilla Rosado Pereira¹⁵

O jornal “*O Operário*” circulou entre os anos de 1909 e 1913, na cidade de Sorocaba. Era impresso em 4 páginas e contava com participações e conteúdo diversificados, se constituindo em uma importante ferramenta para que ecoassem as reivindicações da classe operária da época. O impresso, que se apresentava como “*Orgam de defesa da Classe Operaria e Noticioso*”, deixa claro, logo em sua primeira tiragem/número: “*As columnas do O Operário é franca á todos os oprimidos*”.

O jornal, comparado à maioria dos periódicos da época da implantação da industrialização no país, teve longa duração, o que demonstra a resiliência da classe trabalhadora ante a dominação dos industriais locais. Denúncias de maus tratos, de

¹⁴ Licenciado em História, graduando em pedagogia pela UFSCar-So e mestrando em Educação pelo PPGEd da UFSCar-So. Professor da Rede Pública Estadual, integrante do coletivo sindical APEOESP na Escola e na Luta, professor voluntário da UJC - Sorocaba (União da Juventude Comunista) e membro dos grupos de pesquisa do GPForPP (Grupo de Pesquisa Formação Política de Professoras e Professores) e do GPTeFE (Grupo de Pesquisa Teorias e Fundamentos da Educação). E-mail: f.a.tardelli@gmail.com

¹⁵ Licenciada em História pela UNISO, graduanda em Geografia e mestranda em Educação (UFSCar-So). Professora da rede pública estadual, integrante do coletivo APEOESP na Escola e na Luta, professora voluntária da UJC Sorocaba, participante do PIBID, membro dos grupos de pesquisa GPForPP, GPTeFE e do Grupo de Estudos em Geografia - Produção e Consumo do Espaço Urbano (Laboratório de Geografia Humana - UFSCar Sorocaba). E-mail: keylarosado@gmail.com

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

formação de monopólios comerciais, chamamentos à mobilização da classe pela busca de melhores condições de trabalho e, principalmente, pela educação (criação de escolas para os trabalhadores e seus filhos), são constantes nos editoriais. Encontramos escritos sobre a emancipação da mulher, tratando questões como o direito ao divórcio, a educação feminina, denúncias sobre perseguições dentro das fábricas (tanto no sentido sexista quanto no classista), assim como sobre a situação dos trabalhadores e trabalhadoras em si e a necessidade de união da classe operária na busca pelo avanço em direção a uma sociedade mais justa.

Em 2007, o Prof. Dr. Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho, docente da Universidade de Sorocaba, organizou a edição Fac-similar do jornal, recuperando e compilando edições que, até então, não estavam ao acesso do público e dos historiadores. Tal produção abriu novas possibilidades de análise da situação e dos discursos da classe operária sorocabana da época da Primeira República. Este texto procurará apresentar e discutir, de maneira breve, questões como a educação e a condição feminina a partir de publicações presentes no jornal na busca de elucidar o contexto no qual a produção e circulação d'*O Operário* se encontrava vigente, contexto este imediatamente anterior à Greve de 1917.

O jornal “*O Operário*”

Há duas preposições historiográficas que nos são fundamentais aos refletirmos sobre o significado histórico do jornal “*O Operário*” (1909-1913)¹⁶ à História de Sorocaba e, também, para classe trabalhadora local. A primeira é a do faminto historiador francês Marc Bloch, que afirma que “[...] o bom historiador se parece com o ogro da lenda: onde fareja

¹⁶ A primeira edição foi lançada em 18 de julho de 1909 e a última publicada é de 23 de novembro de 1913.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

carne humana, sabe que ali está a caça” (1997, p. 20), e, a segunda, é do historiador britânico Eric Hobsbawm, que, tomando as narrativas disseminadas pelas elites locais sobre o sentido da história sorocabana, se encaixa perfeitamente com este trabalho: “[...] o problema dos historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações” (1997, p. 23).

Articulando ambas as preposições, é fundamental mencionar os constantes esforços dos historiadores locais em reivindicar a importância dessa fonte para uma narrativa que transcenda a história romantizada de personagens e processos referidos à elite, que, como destaca Arnaldo Pinto Jr. (2003), acabam sendo liberais na valorização das elites econômicas e na forma de desvalorizar movimentos e grupos sociais populares. Nessa direção encontramos os trabalhos de Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho, professor e historiador que, em 2007, organizou a edição Fac-Similar do jornal “*O Operário*”, e as obras de Adalberto Coutinho e Carlos Cavalheiro sobre a história da classe trabalhadora de Sorocaba, historiadores que veem fornecendo um verdadeiro banquete às recentes pesquisas historiográficas.

Os sujeitos que habitavam a referida cidade viveram desde o final do século XIX um significativo processo histórico, participando das transformações econômicas, demográficas, da ampliação e modernização dos espaços urbanos. Porém, é a partir do século XX que as elites republicanas locais intensificam os discursos relacionados ao avanço da modernidade capitalista no país com a própria cidade. Trabalhando com a perspectiva de projetar Sorocaba no cenário nacional, parcelas desse grupo social passam a associar as transformações locais com o desenvolvimento acelerado das grandes cidades brasileiras e europeias, supostamente acompanhando os modelos urbanos idealizados pelas concepções da modernidade capitalista, os principais suportes

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

para a difusão desses inflamados discursos foram os periódicos impressos. Mas não era somente a elite que dispunha desses meios para difundir discursos e seus projetos socioculturais entre a segunda metade do século XIX até os anos 1960-70 do século XX, a classe trabalhadora teve uma gama de periódicos, que transitavam disputando espaço nas ruas, praças e portões de fábricas.

O historiador Carlos Cavalheiro (2009, p. 64), observa que “*O Operário*” nasceu na busca por espaço para debates e demandas dos interesses da classe trabalhadora de Sorocaba e que não encontravam espaço em jornais como *Cruzeiro do Sul* e *A cidade Sorocabana*. Aliás, sobre o *Cruzeiro do Sul*, é notável a quantidade de vezes que em suas páginas se refletiram os interesses do patronado, em críticas aos movimentos, disputas e demandas dos trabalhadores, o que constantemente gerava atritos¹⁷ entre os dois periódicos, manifestados nas páginas de ambos.

“*Organ de defesa da classe operária*” é a primeira diretriz do jornal “*O Operário*”, de produção bissemanal e que teve uma grande diversidade de colaboradores orientados pelos mais diferentes referenciais político-filosóficos. Ao longo dos anos essa diretriz seria modificada em pelo menos outras duas vezes, vindo a ser “*Organ de defesa da classe operária e noticioso*” e, adiante, mais ao final de suas atividades, “*Semanário de combate*” e, nas últimas edições, “*Organ*

¹⁷ Esses conflitos foram se intensificando ao longo dos anos, apesar de que, desde os primeiros números d’*O Operário*, o *Cruzeiro do Sul* vinha contestando seu programa. Por exemplo, em 1909, com artigo intitulado “*Vespas*”, edição de 30 de setembro 1909, direciona duras críticas e questiona a credibilidade ideológica do noticioso da classe trabalhadora. A situação se agravou com processo movido pelo *Cruzeiro* em 1912, contra colonistas d’*O Operário*. Na edição de 26 de janeiro de 1913, *O Operário* publica a sentença do juiz Rodolfo Ferreira Santos, que julgou o processo movido pelo *Cruzeiro* como “improcedente”.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Imparcial". Em suas páginas, uma imensa gama de assuntos era abordada sob diferentes concepções, mas havia alguns que se convertiam em matérias com maior recorrência, até pela frequência que aconteciam na vida do operariado. Eram as queixas de agressões físicas sofridas por trabalhadores e trabalhadoras, e também referentes às péssimas condições às quais eram submetidos no trabalho: desde o primeiro volume são questões recorrentes como demonstra a matéria intitulada "*Operários em Perigo*":

Consta-nos que em uma fabrica desta cidade o seu proprietário, por economia, utiliza de um motor que não é próprio para fazer trabalhar as machinas que actualmente faz, isto com grande perigo para um menino que, constantemente, refresca com agua fria os mancaes do motor que esquentam muito devido a força bruta da caldeira que faz o motor trabalhar com uma velocidade fora do comum, caso motor trabalha de pé, e é fixo na base por quatro parafusos, dois dos quaes já estão quebrados ficando o motor em falso, com grande perigo não só para o menino como para os outros operários. O mesmo motos pela grande velocidade que trabalha já fez em estilhaços uma polia, que, por extraordinária felicidade não houve o que lamentar. Chamamos atenção das autoridades para syndicar o facto e obrigar o proprietário a por o motor em segurança para a garantia da vida, em perigo, dos operários. (O OPERÁRIO, ano I, nº 1, p.1)

Essa é a primeira denúncia das muitas que se fazem presentes nas páginas desse jornal e que eram reflexo de uma cotidianidade bastante hostil à classe trabalhadora. Aliás, não é preciso ser o mais sagaz historiador para se atentar a outra delação que acontece nessa mesma matéria e que também é

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

frequente no noticioso: crianças no trabalho e, com frequência notável, fazendo trabalhos perigosos. As notícias de trabalho infantil se misturavam com diversos tipos de abusos como violência sexual e agressões físicas, jovens operários endividados por razões como baixos salários ou pelos descontos na folha salarial. Mas em meio a essas sucessivas denúncias, outro assunto era bastante recorrente no que tange à criança, a questão da educação.

Anarquismo e outras tendências presentes em “O Operário”

Sob influência de ao menos três grandes tendências¹⁸ educativas, a anarquista, a positivista e o marxismo, os trabalhadores escreviam ao jornal *O Operário* um conjunto de reivindicações e pautas bastante incisivas ao modelo de

¹⁸ As tendências educacionais são decorrentes dos paradigmas teóricos da Filosofia no contexto do século XIX e começo do XX, sendo os três principais: anarquismo, positivismo e marxismo. Sobre os dois primeiros, nessa conjuntura apontada, há leituras equivocadas que se referem como conjunto de ideias dadas e cristalizadas, como se não houvesse contradições e debates entre esses pensadores, ou mesmo aproximações e distanciamentos entre os próprios paradigmas, o que refletia nas tendências educativas. George Woodcock (1963) apresenta quatro linhas ideológicas do anarquismo, são elas: mutualismo proudhoniano, anarco-coletivismo, anarco-comunismo e o anarco-sindicalismo. Portanto é necessário pensar em anarquismos. Essa mesma reflexão é presente aos positivismos: o “socialismo utópico”, que fora bastante comum entre os trabalhadores brasileiros desse período, tinha como principais nomes Saint-Simon, Robert Owen e Charles Fourier, indo ao lado do cientificismo e com elementos republicanos. Apesar de ser relacionando com darwinismo social, o filósofo inglês Hebert Spencer e o naturalista francês Jean-Baptiste de Lamarck, apareceram bem referidos em jornais da imprensa operária, como *O Operário*, *O Livre Pensador* e *O Amigo do Povo*. Por outro lado, Augusto Comte, que no começo do século XX no Brasil, está mais associado às elites, através de nomes como Rui Barbosa e Benjamin Constant, e também pela sua influência no exército brasileiro, recebia generosa rejeição da classe trabalhadora, como manifestado no jornal *O Operário* (*O OPERÁRIO*, ano IV, nº 152, p. 1).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

sociedade estruturada no país, basicamente com uma economia e sociedade bastante ruralizadas devido à “política do café com leite”. Antes de nos aprofundarmos nas questões sobre tendências educativas no jornal, paremos um pouco para conceituar a questão dessa política nacional, que é bastante conhecida pela predominância no poder político do país (em especial no executivo), em uma orquestração entre as oligarquias mineiras e paulistas ligadas ao setor agrário, cujas políticas reverberaram em um projeto político de sociedade e que, inclusive, insatisfez setores republicanos das elites, classes médias e, também, a classe trabalhadora.

As manifestações iniciais da atividade industrial na província de São Paulo vinculam-se estreitamente às alterações introduzidas no interior da empresa cafeeira, a partir da extinção do tráfico externo de escravos, e à expansão urbana no interior da província. A velha fazenda de café não se distinguiu essencialmente do latifúndio açucareiro como núcleo gerador do desenvolvimento capitalista. Nela, apenas a produção para exportar era mercantil e as necessidades de consumo satisfaziam-se no interior da própria empresa. (FAUSTO, 1983, p. 15)

Mas cometeríamos um anacronismo se desconsiderássemos alguns elementos de mudança na economia e até na organização das cidades. Com excedente de capital advindos, principalmente, do café¹⁹, e também influenciados por concepções da modernidade capitalista, advinda da (e principalmente dela) Europa e dos Estados Unidos, os

¹⁹ Ainda que por um breve período, em especial devido à Guerra de Secessão nos Estados Unidos, a importação de algodão brasileiro tenha tido um crescimento de seu impacto na economia, inclusive de Sorocaba, como destaca o historiador Adalberto Coutinho, em *Sorocaba Operária* (2005).

cafeicultores passaram a investir mais na remodelação urbana do país, com melhorias portuárias, redes telegráficas e obras urbanas (SILVA, 1981, p. 34), o que também influía no escoamento do café. É importante destacar o tipo de capitalismo que estava sendo abraçado pelo país naquela conjuntura, como bem ilustra Lênin (1980, p. 621, v. 1): o “velho capitalismo” se pautava na livre concorrência, entretanto esse processo (e aí Lênin recorre à Marx, em *O Capital*) gera concentração da produção e esse ciclo vai caminhando rumo ao monopólio, que é o que ele define como “capitalismo moderno”, baseado em monopólios. O Brasil dos cafeicultores caminhava aos poucos rumo ao capitalismo internacional de monopólios, mas ainda permanecia marcado por elementos do período colonial, por ser um país que ainda se preservava agroexportador que fornecesse à metrópole produtos realmente rentáveis²⁰.

Dialeticamente articulada a essa questão econômica, estavam ao menos três situações políticas e sociais: 1850, com a promulgação da lei que suspendia o tráfico negreiro²¹, a Guerra do Paraguai²², ocorrida entre 1864 e 1870, e a vinda dos

²⁰ Caio Prado Júnior utiliza o conceito de “sentido da colonização”. O imenso território do Brasil alinhado aos distanciamentos socioculturais das populações nativas com o tipo de comércio ansiado pelos portugueses. Entre outras motivações, foi a razão de se investir na ocupação territorial do Brasil. Para justificar esses investimentos, Portugal focava em produzir na colônia produtos que tivessem valor econômico nos mercados europeus. O sentido da colonização do Brasil fora fornecer produtos para que Portugal os comercializasse nos mercados estrangeiros (PRADO JR., 2011, p. 21).

²¹ Essa lei ficou conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, que era ministro. Segundo Caio Prado Jr. (2012), a promulgação dessa lei só aconteceu por pressão, inclusive bélica, por parte dos britânicos, “energética atitude do ministro” e sob muito protesto das elites locais.

²² Eduardo Galeano destaca: “O Império escravista de Pedro II, cujas tropas se nutriam de escravos e presos [...]” e conclui que não só terras, mas o Império brasileiro fez de seus prisioneiros de guerra escravos para as fazendas de café (2007, p. 251). A questão do império escravista e as tropas

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

imigrantes europeus e asiáticos²³. É nesse contexto que a classe operária irá se firmar no país e disputará nesse espaço projetos para educação, retomando essa discussão dentro do periódico sorocabano.

Sobre a educação

Se havia um ponto bastante em comum, independente da tendência educacional que influía sobre o autor, era a educação cientificista, isso é manifestado nos textos assinados²⁴

nutridas de escravos é ainda mais gritante com os dados de Julio José Chiavenato: “A guerra do Paraguai – entre várias outras coisas – vai servir para matar negro. Vai ser um processo brutal de arianização do Império, diminuindo os 45% de negros na população total do Império em 1860 para 15% logo após a guerra” (1980, p. 194)

²³ Apesar de ser quase um consenso geral sobre a vinda da mão de obra europeia, é essencial ter em vista que essa não foi a única que veio ao país e que na verdade esse foco se dá às chamadas políticas de “branqueamento”, que não só ataca as pessoas negras (escravas ou livres) como também a população asiática, que aqui chegava desde o começo da segunda metade do século XIX, em especial chineses e indianos. Cerca de 2 mil chineses desembarcaram no Rio de Janeiro entre 1854 e 1856 (ALENCASTRO & RENAUX, 1997, p. 295), a onda de imigração de chineses foi tão intensa que não faltaram discussões sobre “amarelimento” dos trabalhadores das fazendas, bem como acirrados discursos de parlamentares em 1857 contra a presença dos “chim”, uma corruptela de chineses com caráter bastante depreciativo (ALENCASTRO & RENAUX, 1997, p. 295-296).

²⁴ Nem todos os textos do jornal eram assinados. Outros eram assinados com pseudônimos como “Um Operário”, “Livres Pensadores”, entre outros, como também não era incomum que assinassem somente pelo primeiro nome, como “Paulo” e “Fernando”, sendo que nesse caso também nem sempre há garantias de que o nome assinado seja o real do autor, que também poderia vir a ser uma autora e vice-versa. Encontramos duas razões bastante plausíveis para tal: primeira, a questão da segurança, como deportamentos de imigrantes considerados indesejáveis ao projeto de sociedade das elites locais, que eram relativamente comuns desde o começo do século XX; a segunda razão é um debate levantado pelo jovem Marx em seus anos de atividade pelo jornal *Gazeta Renana*, que se refere a apresentar

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

por Augusto da Fonseca, Guilherme G. Vianna, Fernando Mesquita, entre outros que contribuía com o periódico. Há uma gama de conceitos que mostram, desde um referencial teórico mais amplo, até como essas ideias apresentavam vestígios dessa discussão: “[...] criemos escolas e defendamos a instrução, esse sublime perfume da sciencia. Sejamos homens. Sejamos humanos, sejamos alguma cousa mais: Sejamos Socialistas” (O OPERÁRIO, ano I, nº 40, p. 2). Diversos conceitos teóricos do marxismo, como o racionalismo (concepção bastante ligada ao cientificismo e ao laicismo), também se faziam presentes de forma mais clara em alguns momentos e como ecos em outros. Isso é bastante ilustrado no texto de 10 de novembro de 1912, intitulado “*Organização científica e racional do trabalho humano*”:

É intelectual o trabalho quando o cérebro o realiza sem esforço dos músculos, e se são estes quem o efetuam, é corporal ou físico. O trabalho é útil quando produz cousas necessárias a vida e é prejudicial quando o que se é produzida, não se precisa ou é nocivo. [...] Os ricos plutocráticos que roubam e matam a família proletária, toda enferma, pouco ou muito, todos esses elementos da sociedade (inclusive as prostitutas) são vampiros sanguessugas que chupam o sangue dos produtores úteis. Que fazer com esses parasitas bruguezes ou ao serviço seu? Regenera-los, rendendo-os úteis, ou senão mata-los: a libertadora,

ou assinar um texto sob o nome próprio “[...] isolaria tão rigidamente cada artigo como o corpo isola as pessoas umas das outras” e o jornal seria um espaço de reunir várias opiniões individuais e formar “[...] o órgão de um único espírito” (MARX apud BENSÁID, p. 13). Até pela articulação dos trabalhadores desde meados do século XIX, entendemos que essa concepção pode ter influenciado diversos órgãos da imprensa dos trabalhadores e reverberado no *O Operário* em alguns autores.

niveladora, regeneradora e justiceira revolução que se aproxima para eliminar os contratos sociais, realizará esse fim histórico-biológico. (O OPERÁRIO, ano IV, nº 156, p. 2)

A “*sciência*” comumente fora retratada como aquela que guiá-los-ia ou “iluminaria” (usando um termo comumente relacionado a ela nas páginas do próprio jornal) rumo às transformações sociais propostas pela classe trabalhadora, ou mesmo possibilitaria melhores condições e técnicas do trabalho e da vida cotidiana, e também estava associada à “liberdade”. Se tomarmos como referência o contexto sorocabano, que chegou a ter instaladas cerca de duas Escolas Modernas na Primeira República, e a constante menção de nomes como Piotr Kropotkin e Francisco Ferrer y Guardia, perceberemos que o referencial anarquista era o principal no que se refere²⁵ às questões da educação sorocabana. Por sinal, a brutal²⁶ morte de Ferrer não passou em branco em Sorocaba, que contou com um importante protesto de trabalhadores, que atravessou as ruas locais em homenagem ao educador, com críticas ao governo espanhol e pêsames à colônia espanhola do município, narrada em publicação de 17 de outubro de 1909, do jornal *O Operário*, em matéria intitulada “*Comícios de Protestos*”. Em meio aos protestos, outra que chama a atenção foi uma comissão que reuniu no dia 10 de outubro de 1909, cerca de trezentos operários de diversas fábricas da cidade. Nessa ocasião, o militante e imigrante italiano, residente e operário em

²⁵ Spencer, Vitor Hugo, Marx, Engels, Thomas Huxley, Malatesta são nomes que também são mencionados com frequência nos textos do jornal, mas em geral sobre assuntos como política, religião e questões da cotidianidade.

²⁶ Em 13 de outubro de 1909, Ferrer foi executado na prisão pelo governo espanhol sob a controversa acusação de liderar a revolta da Semana Trágica, em Barcelona. Entretanto muitos historiadores contestam essa versão colocando à luz a repressão que a Escola Moderna vinha sofrendo na Espanha.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Sorocaba, Antonio Argento, também aproveitou para discutir com os presentes sobre a questão dos trabalhadores sorocabanos (a principalmente a pauta das jornadas de trabalho). A morte de Ferrer voltou a repercutir em duas edições seguintes, a de 31 de outubro e 14 de novembro do mesmo ano.

As concepções educacionais de Ferrer²⁷ se pautavam em oito pontos fundamentais: caráter ambivalente do processo educativo, racionalismo (laicização e cientificismo), antiautoritarismo e antiestatismo, igualitarismo, idealismo, respeito à personalidade do aluno, superação da divisão entre trabalho intelectual e manual e formação integral (PAULA, 2012, p. 131). Algumas são mais recorrentes nos textos do periódico sorocabano, outras nem tanto e a mais incomum é a questão da personalidade do aluno. Mas vale destacar que pelo contexto sorocabano é compreensível que esse ponto tenha ficado mais de lado, afinal, as disputas giravam intensamente na questão de instalação de escolas, redução das jornadas de trabalho de dez ou doze horas diárias e ensino noturno, as duas últimas relacionadas com problema concreto que afetavam diversas instâncias da vida dos trabalhadores, crianças e adultos.

²⁷ Um ponto importante a ponderar é a questão do apagamento das mulheres no bojo dessas discussões. Em alguns jornais como o anarcossindicalista *A Revolução* na edição 16 dezembro de 1920 ao exaltar a educação soviética menciona certa “sra. Lenine”. Aos historiadores, educadores e movimentos sociais contemporâneos, cabe-nos atentar que ao tratar as mulheres como adjacentes a seus companheiros homens perde-se de vista suas imensas contribuições, gera-se apagamentos e reproduz-se os pilares da sociedade capitalista moderna. A tal “sra Lenine” é uma das principais educadoras da URSS e do século XX, Nadezhda Krupskaya. Em uma discussão bastante parecida, Ghiraldelli Jr em *Educação e Movimento Operário* aponta o peso da obra, luta e referenciais de Soledad Villafranca, na formação dos projetos da Escola Moderna. Infelizmente não é incomum até hoje Soledad ser referida como “um caso”, “amiga” ou “companheira” de Ferrer.

Apesar de ter em suas páginas um caráter científico e racionalista de parte considerável dos colaboradores, é evidente a generosa presença de elementos de caráter cristão nas mesmas edições. Como mencionamos anteriormente, o jornal recebia textos de diversos colaboradores com o mais variado caráter ideológico e nem todos desconectavam a religiosidade de sua leitura filosófica, assim como parte considerável se orientava pela visão de mundo da religiosidade, e não necessariamente a científica. No grupo dos que conectavam a ciência e religião estavam os espíritas kardecistas²⁸, que recebiam influência, pela própria formação filosófica de ser “codificador”, do darwinismo²⁹, além da presença da mensagem humanitária, que chegou a ser relacionada, e não por poucos, com o socialismo³⁰.

²⁸ Do educador francês Allan Kardec, segundo ele mesmo “codificador” do Espiritismo.

²⁹ Charles Darwin era, além de Spenser, Lamarck e Thomas Huxley, outro nome das ciências naturais positivistas que era extremamente influente na classe trabalhadora brasileira. Destacando que ao paradigma anarquista havia geógrafo russo Piotr Kropotkin, bastante influente tanto pelo seu trabalho político com o anarco-comunismo como por suas concepções das ciências naturais.

³⁰ Leon Denis, um dos principais divulgadores do espiritismo pós Kardec, foi um dos grandes construtores dessa ponte, publicando o ensaio *Socialismo e Espiritismo* (1924), que ganhou versão brasileira em 1982 com cerca de dez mil exemplares. Mas essa ligação, como é destacada neste texto, era feita anteriormente por diversas figuras, e se fazia presente dos *fronts* revolucionários aos religiosos influenciados pelo humanitarismo. Além de que, como próprio Denis destaca, a valorização da ciência pelos socialistas e comunistas em um contexto que ele entende de “baixo nível intelectual e moral” do Pós 1ª Guerra Mundial é outro fator que os aproxima. Apesar de algumas figuras como Guarino Fernandes do Santos do PCB (Partido Comunista Brasileiro) ser kardecista e comunista, a tendência com a qual os kardecistas dialogavam mais comumente era o socialismo utópico, ainda mais na conjuntura em que esteve ativo *O Operário*. Não obstante, o historiador Carlos Cavalheiro (2009, p. 71) alerta: “O socialismo buscado por Denis não parece ser o marxismo e seu materialismo-dialético e nem mesmo o utópico”, sendo mais próximo de um “ideal”.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Seja como for, alguns desses textos não raramente traziam leituras sobre a importância da educação, com frequência evocando educação cristã e se postando na defesa da classe trabalhadora, mas por uma moral que evoca a figura divina e o “bom senso” social.

Essa tendência cristã n’*O Operário*, entre outros elementos que vão se fazendo presentes nos anos de atividade do jornal, salienta o equívoco historiográfico em determinar esse material como anarco-comunista, anarquista ou anarco-sindicalista, como se não houvessem contradições e as pluralidades bastante específicas da classe trabalhadora nos contextos brasileiros e sorocabanos. Ainda que os jornais anticlericais, como o paulistano *A Lanterna*³¹ e outros de caráter mais incisivo aos anarquismos, como *La Battaglia*³², fossem constantemente referidos e tendo inclusive alguns de seus textos socializados nas páginas do periódico sorocabano, o cristianismo é uma influência que não pode ser desconsiderada. Entretanto, não é apenas a influência cristã que evidencia a pluralidade de autores e de militantes que circundavam as páginas do jornal, pois a maçonaria também era bastante presente.

Também é conhecido o fato de Everardo Dias, líder operário e um dos organizadores da Greve Geral de 1917 em São Paulo, greve essa de cunho anarquista, ter sido maçom - e, em

³¹ Fundado por Benjamin Mota e depois, por volta de 1909, dirigido Edgar Leuenroth.

³² Fundado por Orestes Ristori, anarco-comunista italiano, que veio para o Brasil em 1904. Em 1912, outros anarquistas italianos como Gigi Damiani assumiriam a função de editores. Sobre Ristori, foi uma figura bastante respeitada por anarquistas, comunistas e socialistas, como no caso do hispano-brasileiro Everardo Dias, um anarquista-maçom, que não escondia sua admiração pelo ítalo-brasileiro. Esteve articulado com a imprensa anarquista no Uruguai e com a luta pela instalação de Escolas Modernas de Ferrer no Brasil.

Sorocaba, ter sido delegado da Loja Perseverança III. Outro notório anarquista, e que pertencia a maçonaria, foi o espanhol Francisco Ferrer. E em Sorocaba, no ano de 1927, a Loja Maçônica Perseverança III oficiou o Presidente dos Estados Unidos pedindo clemência aos anarquistas Sacco e Vanzetti. (CAVALHEIRO, 2009, p. 76)

A relação com maçons talvez chame a atenção do leitor, mas é compreensível pelo contexto político brasileiro como também a aproximação que havia, no contexto europeu, com diversos autores republicanos, jacobinos, anarquistas e socialistas pela valorização de concepções racionalistas (o cientificismo e o laicismo). No caso específico do contexto brasileiro, após a Proclamação da República em 1889, a tensão política sobre o projeto de nação foi desgastando os setores da elite, o que ocasionou uma ruptura com a vitória de Prudente de Moraes em 1894. As classes médias e o exército (que estavam bastante inspirados pelas ideias positivistas de autores como Comte e também pela modernidade capitalista da Europa e Estados Unidos) se viram derrotados politicamente pelas elites cafejeiras, que propunham a ruralização da economia e sociedade. Republicanos como Euclides da Cunha, que por sinal teve um texto republicado n' *O Operário*, passaram a defender a ideia de republicarizar a República, devido à questão das fraudes eleitorais da época, que eram de conhecimento dos contemporâneos. Outros republicanos como Rui Barbosa³³, que era maçom e esteve articulado com a Proclamação, e Benjamin Constant, professor de Euclides da Cunha e outra figura da

³³ Rui Barbosa em sua última campanha eleitoral, em 1919, reconhece que existe uma questão social no Brasil, a luta de classes, que se coloca nesse período e vinha sendo duramente reprimida e criminalizada por figuras importantes como Washington Luís, que via “questão social é questão de segurança”, demonstrando o caráter de repressão em sua gestão.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Proclamação, passaram a discutir e denunciar constantemente os projetos da Política do Café com Leite, que se instalou no país. Portanto, tanto pelas aproximações no Velho Mundo entre intelectuais e militantes na maçonaria como na conjuntura brasileira, cheia de rachas entre as elites e uma série de fraudes expostas no modelo de civilização que aqui se instalava, é extremamente compreensível a presença de elementos (escritores e textos) com elementos da maçonaria ou sobre ela no *O Operário*.

A condição da mulher retratada no jornal “*O Operário*”

O processo de imigração, com seu duplo propósito, de branqueamento da população e de contratação de trabalhadores livres para a atividade industrial, proporcionou o ingresso, em peso, tanto do trabalho feminino quanto do infantil nas fábricas. De acordo com o censo demográfico da época, em 1890, existiam no Brasil 119.581 mulheres imigrantes contra 231.731 homens (DEAN, 1971, p. 104). A organização do trabalho fabril, que permitia uma exploração severa do proletariado, conjunta à substituição contínua das máquinas por modelos novos, que necessitavam de mãos e tratamento considerados mais “ágeis e delicados”, possibilitou a contratação e uso da mão-de-obra feminina, que, já na década de 1910, era majoritário na indústria têxtil.

Se por um lado o emprego de uma força de trabalho extremamente barata favoreceu o aumento do lucro fabril e o desenvolvimento da indústria e da cidade, por outro, esse crescimento desenfreado acabou por permitir que a criação e expansão das fábricas e oficinas ocorressem sem qualquer critério. Devido a isso, não eram poucas as referências e reclamações sobre o interior desses locais, onde a exposição do trabalhador a diversos fatores de risco (ar saturado ou contaminado, falta de higiene, ocupações perigosas, entre outros) e, principalmente, das trabalhadoras e crianças ao abuso

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

(físico, moral e sexual) dos contramestres, careciam de atenção e legislação. Sem um aparato legal que pudesse proteger o trabalho feminino, as reclamações das operárias contra as péssimas condições de trabalho e contra os abusos sofridos encontraram espaço na imprensa operária (RAGO, 1997, p. 584).

Em Sorocaba, a constituição do operariado, assim como a condição destes nas fábricas, era semelhante à dos operários paulistas: parte dos trabalhadores era formada por imigrantes, por mulheres e crianças, e todos estavam, também, sujeitos a diversos perigos, situações abusivas e constrangedoras no ambiente fabril. Assim como na capital do Estado, a imprensa operária representava uma das únicas vias de interlocução e de denúncia para os trabalhadores, e também as mulheres fizeram uso desta. O jornal “*O Operário*” (1909-1913), apesar de contar com participações diversas e não apenas da classe trabalhadora, teve, em suas páginas, várias publicações que expunham a condição do proletariado sorocabano, contando com diversas denúncias sobre a situação das mulheres nas fábricas, algumas delas escritas pelas próprias operárias (ou contando com pseudônimos femininos).

Publicações como as intituladas “*Scenas Canibaes*” (que relata uma tentativa de estupro no interior de uma fábrica), “*A situação operária*” (que fala sobre a condição da mulher na sociedade e nas fábricas, assim como sobre a necessidade da educação feminina e infantil) e “*As nossas mulheres*” (artigo dividido em cinco partes que, apesar de possuir um caráter “conservador” no que tange à posição da mulher na sociedade, trata da necessidade de emancipação desta como mãe e trabalhadora), ainda que sejam assinadas por homens ou não possuam assinatura, demonstram alguns dos principais assuntos que figuram no jornal e tratam da questão da condição da mulher no trabalho e na sociedade. Entre as publicações assinadas como femininas, são identificados relatos de violência

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

contra operárias e crianças, assim como críticas e reflexões acerca da vida do trabalhador e suas mazelas em comparação com a do burguês/patrão, e que, muitas vezes, tem um caráter panfletário ou lírico, em forma de poema ou soneto. Em uma passagem intitulada "*O que é a vida*", assinada por Fausta, encontramos:

Não é vida para um ser racional levar uma existência cheios de tormentos, de apprasão e violências; não é tampouco vida trabalhar como besta de carga noite e dia sob o olhar severo e grave dum verdugo; como não é também vida alimentar-se mal e cahir na mais esqualida miséria, quando aos banquetes luxuosos rebentando indigestão; como não pode ser também vida ter por casa uma infecta pocilga, sem luz e sem ar onde se engenha todo o mal e corrupção; e nunca poderá ser vida cobrir o corpo de andrajos e caminhar descalço enquanto os ricos sem produzir cousa alguma, ostentam um luxo sem limites; nunca será vida também para os que derrubam rios de suores e sucumbem sob um sol abrasador, enquanto a sombra amenizada se sorveteiam traidores e velhacos; nunca acreditaria que seja vida ser ignorante: sem sentir, sem pensar, sem querer, sem amar e sem gosar. (O OPERÁRIO, ano III, nº 138, p. 2)

Outra questão bastante retratada no periódico era sobre a necessidade de educação e a luta pela criação de escolas noturnas para os operários e operárias, especialmente para as crianças. O grande número de trabalhadores ligados ao ideário anarquista ajudou a trazer para o jornal várias publicações sobre a Escola Moderna, tanto concernentes à passagem de Oreste Ristori pela cidade, angariando fundos para a fundação da Escola Moderna em São Paulo, quanto narrando a origem da

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

escola operária Moderna em Sorocaba. Ainda que a pedagogia ácrata de Ferrer não fosse a única presente e comentada no jornal (que contou com a publicação de um conto em forma de diário, intitulado “*Para nossos filhos por uma amiga da infância - aos educadores*”, assinado por Leonina e que traz em suas linhas uma exaltação latente à educação de cerne cristão e à pedagogia Positiva), a concepção de que a emancipação do proletariado só poderia ser possível a partir da apropriação do conhecimento se mostrava de forma clara em publicações como a intitulada “*Às mães operárias*”, assinado por “*Uma Operária*”, que pede:

Ensinae, pois, mães, os vossos filhinhos, mandae-os para as escolas, afastea-os desses terríveis sangue-sugas que se chamam industriaes, para que mais tarde possais ver em vossos filhos um cidadão activo, instruido. Vamos, minhas boas Amigas, deixeis de muita crença, que tudo que nos contam não é mais que ilusão. Unamo-nos, operarias, instruimos os nossos filhos, para que eles mais tarde sejam homens, cidadãos livres, fortes defensores de nossa Classe! (O OPERÁRIO, ano III, nº 115, p. 1)

Alguns textos femininos se constituíam em excertos, retirados de outros periódicos, muitos deles da capital paulista, demonstrando o intercâmbio de informações e produções literário-informativas entre os operários e as operárias do interior. Algumas autoras escreveram diretamente para o jornal, mas, apesar de manterem uma relação próxima com a cidade, não eram sorocabanas, como é o caso de Elvira Boni de Lacerda, que assina nove textos do periódico apenas como “Elvira”. Vinculada ao movimento anarco-sindicalista e ao teatro anarquista de São Paulo, escreveu sobre o divórcio, sobre a Igreja (por um viés anticlerical), sobre as diferenças entre a

mulher burguesa e a mulher proletária (anarquista) e, também, sobre o maltrato infantil, cometido tanto pelos encarregados e patrões das fábricas, como pelos próprios pais, falando sobre o desejo por uma “família do futuro”, onde aspirava “[...] ver desaparecer essas cenas degradantes que se repetem diariamente no lar” (O OPERÁRIO, ano III, nº 139, p. 1)

Embora, em muitos aspectos, as publicações femininas (tal qual as masculinas e não assinadas) sobre a condição da mulher operária refletissem uma concepção social e moral sobre o “ser mulher” da época, seu papel na sociedade e na família como sujeito, esposa, trabalhadora e mãe, que podem ser concebidas, atualmente, como permeadas de um teor considerado “conservador”, são essas publicações que nos permitem observar e tentar compreender como elas próprias se percebiam e eram percebidas, assim como qual era sua interação com os diferentes setores da sociedade e como participaram dos movimentos de resistência e do mercado de trabalho brasileiro do período. Por muito tempo, pouco se sabia sobre e pouco se olhava para a situação da mulher trabalhadora da Primeira República e, quando isso era feito, muitos dos olhares e concepções simplesmente acabaram por reproduzir construções masculinas sobre a identidade dessas mulheres, contemporâneas a elas ou não.

Descrita como frágil ou enlouquecida, vadia ou rebelde, a trabalhadora militante foi constantemente rechaçada e apagada. Nas palavras de Rago, “[...] sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política, nem contorno pessoal” (RAGO, 1997, p. 579). Eis aí, então, campo para que o historiador desenvolva o seu ofício, assim como prescreve Bloch, na retomada da análise das fontes e na busca constante pela superação da “história dos vencedores”, constituída pela visão e pelas vozes de uma elite patriarcal, assim como pela recuperação da participação feminina nos embates pela suplantação da dicotomia entre

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

classes e entre gênero. Destacar a mulher em seu devido espaço histórico, como promotora da construção e do fortalecimento das lutas pela emancipação das classes subalternas, sua busca por uma sociedade igualitária, assim como seu lugar "no campo das ideias" é, sobretudo, um trabalho de resgate e um esforço pela continuidade da luta pela igualdade social e de gênero.

Considerações finais

Os imigrantes que vieram da Europa para o Brasil, inspirados por promessas de uma modernidade capitalista à altura dos grandes centros europeus, encontraram também desafios proporcionais. Uma sociedade com *ethos* escravocrata, como analisa Florestan Fernandes, que investia nas políticas de branqueamento da população e, portanto, permeada de forte caráter racista, não tinha grandes diferença no trato ao imigrante no que tange às condições de trabalho e esses trabalhadores ficavam à mercê do patronado, que impunha baixos salários, más condições de trabalho, violência, repressão e xenofobia. Mas, pensarmos essa relação como se os trabalhadores "inocentes" e "frágeis" tivessem aceitado essa situação de forma passiva, seria não somente recorrer a um erro metodológico, mas também a reprodução da narrativa que coloca esses grupos de elite como protagonistas da história. Não, não foram, e, em Sorocaba, o jornal *O Operário* é um dos principais vestígios disso. A questão da manutenção e preservação da documentação ser precária no município e de muita coisa ter se perdido é um problema real; entretanto, esforços como a edição Fac-similar, organizada pelo professor Rogério L. Pinheiro Carvalho, são vestígios dessa resistência na disputa com a historiografia "dos vencedores".

A classe trabalhadora, ao buscar uma educação pública, racionalista, acessível (nem sempre estatal), pleiteava meios de fortalecer suas reivindicações e movimentos, acreditando fortemente na formação das gerações posteriores. Esse debate

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

sobre a condição das crianças é muito presente nas páginas do *O Operário*, inclusive ela é paralela ao debate acerca da educação e emancipação feminina, mulher essa, pertencente à classe trabalhadora/operária, que, livre e instrumentalizada, teria, assim, meios de instrumentalizar e emancipar seus próprios filhos, para que estes, no futuro, também lutem pela instrumentalização e emancipação de sua classe. Neste contexto, o periódico torna-se instrumento de luta ao amplificar a voz operária em suas reivindicações. Em análise sobre o cotidiano operário em São Paulo, Maria Auxiliadora G. Decca discorrerá sobre a imprensa operária, tomando-a como fonte e órgão de luta. Ela diz:

A imprensa operária coloca-se, enquanto fonte, como uma das opções possíveis para se capturar a resistência do operariado [...], [ela] constitui, enquanto corpo documental, um contraponto às fontes ligadas ao poder, onde a dominação e o controle social são, quase sempre, temas recorrentes. Os jornais de tendência anarquista, anarco-sindicalista, comunista, ou jornais de sindicatos, dos pequenos grupos socialistas ou antifascistas, eram parte integrante do [...] do ponto de vista de como os trabalhadores viam seus problemas. (DECCA, 1987, p. 97)

Gramsci, que se dedicou ao jornalismo por grande parte de sua vida, considerava a imprensa como uma “organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica [...] [e] um meio para organizar e difundir determinados tipos de cultura” (GRAMSCI, 2000, p. 32). Assim, compreende a mídia impressa como uma ferramenta que exerce influência na compreensão dos fatos sociais, e, em documento intitulado “*Jornais e Operários*”, Gramsci fala sobre o jornal burguês, afirmando que este é “[...] influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

num fato: combater a classe trabalhadora” (GRAMSCI, 2005), e, frente a isso, provoca o operariado: “[...] não contribuam com o dinheiro para a imprensa burguesa que vos é adversária: boicotem!” (GRAMSCI, 2005). Retomar à luz um jornal operário, que, em sua própria existência, além de suas linhas, traz o tutano da resistência de uma classe que uma sociedade (e de uma cidade) tentou, sucessivamente, suplantar a voz para marcar, “à ferro e fogo”, uma historiografia de “vencedores”, é, antes de tudo, dar continuidade à resistência da classe trabalhadora sorocabana. Recoliquemos em seu devido lugar na história e ecoemos as vozes dos “vencidos”; partindo da ideia gramsciana, *não contribuam com a historiografia burguesa que vos é adversária: boicotem!* Este é, em realidade, o ofício do historiador.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In.: NOVAIS, Fernando A. (coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil - Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. *Sorocaba operária - ensaio sobre o início do movimento operário em Sorocaba, 1897-1920*. Sorocaba - SP: Create, 2005.
- BENSAID, Daniel. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres In.: MARX, Karl. *Os despossuídos*. Trad. de Nélio Schneider. São Paulo, Boitempo, 2017.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Memória Operária*. Sorocaba - SP: Create, 2009.
- CHIAVENATO, Julio José. *O negro no Brasil: da Senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1971.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. Um possível contraponto – a imprensa operária. In.: *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História; v. 3).

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difusão Editorial, 1983.

FERRER I GUÀRDIA, F. *La escuela moderna*. Barcelona: Ediciones Solidaridad, 1912.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *Educação e movimento operário*. São Paulo: Ed. Autores Associados/Cortez Ed., 1987.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Org. de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 (v. 1), 2000.

GRAMSCI, A. *Jornais e operários*. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>>. Acesso em: 21 set. 2016.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LENIN, Vladimir. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

O OPERÁRIO. *Edição fac-similar*. Org. de Rogério L. Pinheiro de Carvalho. Sorocaba: Create, LINC/PMS, 2007.

PAULA, Almir El Hakim de. As aulas de Geografia nas Escolas Modernas: Teoria e Prática Anarquista de Educação. In: *Boletim Paulista de Geografia* / seção São Paulo – Associação dos Geógrafos Brasileiros – nº 92, jun. 2012. São Paulo: AGB, 2012.

PINTO JUNIOR, Arnaldo. *A invenção da “Manchester Paulista”* - embates culturais em Sorocaba (1903-1914).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1997.

RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: PIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1981.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

3. Antes da tormenta: organização e formas de ação anarquista e operária

*Clayton Peron Franco de Godoy*³⁴

*Eduardo Augusto Souza Cunha*³⁵

A dispensa de um operário, uma greve local, um assassinato fortuito podem ser causa da revolução, assim como uma só faísca pode incendiar um polvorim. Porque o sentimento de solidariedade ganha de dia para dia mais terreno, e todo movimento social tende a agitar a Humanidade inteira. Há alguns anos apenas existia algum operário que se atrevesse a propor a *greve geral*. A palavra pareceu caprichosa; mas aceitava-se como a expressão de um sonho, de uma esperança quimérica; repetiu-se cada vez em voz mais alta, e agora tal força vai adquirindo, que faz tremer os capitalistas do mundo inteiro. Não; a greve geral não é impossível. Os operários ingleses, belgas,

³⁴ Doutor em Sociologia (USP) e pesquisador do Grupo de Pesquisa Poder Político, Educação, Lutas Sociais da Faculdade de Educação da USP (GPEL/FE-USP). E-mail: claytonperon@gmail.com

³⁵ Mestrando em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador do Grupo de Pesquisa Poder Político, Educação, Lutas Sociais da Faculdade de Educação da USP (GPEL/FE-USP) e membro do Seminário Permanente "Gêneros Editoriais, Formas de Pensamento e Tomadas de Consciência" do IEA/USP. No momento, desenvolve a dissertação de mestrado intitulada "Editar a Revolta: a edição e a circulação de impressos na formação das organizações operárias de Buenos Aires (1890-1910)", realizada com apoio da FAPESP (nº 2015/10523-6, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPESP). E-mail: eduardoascunha@gmail.com.

franceses, alemães, americanos, australianos, todos compreendem que depende só deles, recusando o seu trabalho aos patrões. E o que hoje compreendem, por que não hão de realizá-lo amanhã? Um vento de tempestade passa sobre os povos como sobre o oceano; esperemos a tormenta que se aproxima! (A VOZ DO TRABALHADOR, 1909)

O excerto acima, retirado do texto “A greve geral” de Élisée Reclus, foi publicado n'*A Voz do Trabalhador*, órgão de imprensa da Confederação Operária Brasileira (COB), oito anos antes da eclosão do evento político e social mais significativo para as classes trabalhadoras no Brasil nas duas primeiras décadas do século XX. É um indicador seguro de que a ideia de greve geral já circulava entre suas organizações há certo tempo. E não somente a ideia. O texto de Reclus foi publicado apenas dois anos após a primeira greve generalizada e interprofissional da cidade de São Paulo e depois de três anos da realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em que se decidiu a fundação da COB.

Assim, apesar da aguda precipitação de acontecimentos condensada em um curto espaço temporal, a Greve Geral de 1917 em São Paulo não foi uma irrupção instintiva de uma turba famélica, reflexo mecânico de uma situação econômica e social pontual e profundamente desfavorável às classes trabalhadoras, ocasionada pelas consequências da Primeira Guerra Mundial no plano doméstico. Tampouco foi uma manifestação refletida, programada, conduzida e coordenada por uma minoria militante organizada sob a forma de partido político de vanguarda.

Em vez de um modelo que trate esses dois extremos como únicas alternativas explicativas para a ação coletiva, como se estivessem dispostas em um gradiente que varia da

organização mais tibia para a mais robusta, a proposta aqui é explorar outra seara. Com efeito, trata-se de defender uma perspectiva mais matizada, capaz de captar os diferentes arranjos possíveis entre formas de ação e organização coletivas. Essa ótica tem como ponto de partida justamente a disjunção entre os termos organização e direção, por um lado, e espontaneidade e desorganização, por outro. Somente evitando a sinonímia implícita nesse tipo de raciocínio é possível compreender o contexto e as formas de ação mobilizadas pelos atores coletivos nessa quadra histórica, reconhecendo seu caráter de ação autônoma, federativa e organizada. Quanto a isso, o próprio Edgard Leuenroth, um dos participantes da greve de 1917 e membro do Comitê de Defesa Proletária, afirmou, em palestra realizada no Centro de Cultura Social de São Paulo, em 1965:

Mas não é verdade que a greve de 1917 tenha sido o produto de uma determinação de um órgão superior, que tivesse dado a palavra de ordem de cima para o proletariado. Não, foi o proletariado em si, por sua vontade, deliberação e ação quem paralisou a vida toda em São Paulo, e por que fez isso, sem palavra de ordem, sem intimação de partidos ou de quem quer que seja, sem que tivessem líderes, superiores? Porque em cada classe, em cada corporação havia já um núcleo de operários conscientes, porque a organização operária daquele tempo não era para reunir massa apenas, era também para formar unidades ativas para que cada elemento do sindicato fosse elemento ativo, unidade consciente para poder agir nos sindicatos, não como hoje (LEUENROTH, 2016, p. 32-33).

Há na afirmação de Leuenroth dois elementos que devem ser seriamente considerados. O primeiro deles é o da distinção entre “vanguarda” e “minoridade ativa”, tantas vezes

destacada pela teoria anarquista. Em uma formulação sucinta, duas características diferenciam as duas concepções. Em primeiro lugar, não há uma relação hierarquizada entre o grupo que compõe a “minoría ativa” e os demais membros da classe. Uma vez que sua intenção é que a ideia de revolução se espraie entre os trabalhadores, sua composição está sempre aberta para que mais pessoas participem da organização política. Assim, busca-se uma organização que avance “de baixo para cima”, como afirma Bakunin³⁶. A segunda oposição entre a “vanguarda” e a “minoría ativa” refere-se a como cada uma enxerga sua distinção em relação à classe operária. Enquanto que na concepção leninista a “vanguarda” justifica sua razão de ser por ser detentora de um atributo que a classe não possui – a consciência da transformação social³⁷ –, para os defensores da

³⁶ “La Asociación Internacional de los Trabajadores no tendría sentido si no tendiera invenciblemente a la abolición del Estado. Ella organiza las masas populares únicamente con vista a esa destrucción. ¿Y cómo las organiza? No de arriba abajo, imponiendo a la diversidad social producida por la diversidad del trabajo en las masas, o imponiendo a la vida natural de las masas en la sociedad una unidad o un orden ficticios, como lo hacen los Estados; sino de abajo hacia arriba, al contrario, tomando como punto de partida la existencia social de las masas, sus aspiraciones reales, y provocándolas, ayudándolas a agruparse, a armonizarse y a equilibrarse de acuerdo con esta diversidad natural de ocupaciones y de situaciones diferentes. Tal es el propio objetivo de la organización de las secciones de oficio.” (BAKUNIN, 2013, p. 7)

³⁷ “Os operários, já dissemos, não podiam ter ainda a consciência social-democrata. Esta só podia chegar até eles a partir de fora. A história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários etc. Quanto à doutrina socialista, nasceu das teorias filosóficas, históricas, econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes proprietárias, pelos intelectuais. Os fundadores do socialismo científico contemporâneo, Marx e Engels,

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

ideia de “minoria ativa” não se trata de uma questão de consciência, mas de projeto político. Seus membros não se encontram em um degrau acima da classe no âmbito intelectual, somente está alinhada com um projeto de uma nova sociedade.

O segundo elemento presente na fala de Leuenroth refere-se à natureza das associações sindicais, sua característica como espaço de vivência e de convivência, verdadeiros centros de sociabilidade e de elaboração da experiência de classe inseridos no cotidiano das classes trabalhadoras, e não espaços burocratizados, com ofertas de lazer e de assistência, sem caráter necessariamente formativo.

Ambos os elementos encontram suas raízes na prática de certos grupos anarquistas e do sindicalismo revolucionário, que animaram as associações sindicais e a cultura das classes trabalhadoras nas duas primeiras décadas do século XX.

Assim sendo, o objetivo do capítulo é identificar esse repertório organizacional e de formas de ação coletiva das classes trabalhadoras paulistanas, incrementalmente constituído ao longo das duas décadas anteriores. Defende-se a tese de que tal repertório, com a conseqüente circulação de ideias e de práticas, teve decisiva influência da cultura e da orientação anarquistas, muito embora não possa ser reduzido imediatamente a ela.

Associações sindicais e grupos anarquistas no início do século XX

Para o período compreendido entre os anos 1890 e 1916, Aziz Simão, em sua obra clássica *Sindicato e Estado*, registrou a constituição de 52 associações sindicais no município de São Paulo, principalmente organizadas por ofício (SIMÃO, 1981). Outros tipos de organização também existiam, seja por

pertenciam eles próprios, pela sua situação social, aos intelectuais burgueses." (LENIN, 2002, p. 106, nota 10)

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

origem étnica, por localidade ou reunindo diversas categorias de um mesmo setor econômico. A tabela a seguir indica o número de sindicatos por ano de fundação ou data da primeira notícia a respeito de sua existência, obedecendo à metodologia proposta pelo autor:

TABELA 1 - Fundação de associações sindicais no município de São Paulo por ano - 1890-1916⁸⁸

Ano	Quantidade
1890	1
1893	2
1896	1
1899	1
1900	1
1901	13
1902	1
1903	1
1904	2
1905	3
1906	4
1907	2
1908	4
1911	1
1912	1
1913	5
1914	4
1915	5
TOTAL	52

⁸⁸ Os anos de 1891, 1892, 1894, 1895, 1897, 1898, 1909, 1910 e 1916 não se encontram representados na tabela porque neles não foram computadas fundações de associações sindicais.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados obtidos em Simão (1981).

Observa-se que 1901 pode ser considerado um caso atípico, registrando mais de uma dezena de sindicatos fundados, acima de qualquer média histórica para o período. Outras duas conjunturas - entre 1906 e 1908 e entre 1913 e 1915 - também são particularmente significativas: não por acaso, correspondem às épocas de realização dos dois primeiros congressos operários brasileiros. Dessa maneira, 1901, 1906-1908 e 1913-1915 podem ser tomadas como pontos de efervescência da atividade de organização sindical em sua trajetória anterior à eclosão da Greve Geral de 1917.

Desde o final do século XIX, militantes anarquistas em São Paulo debatiam o problema da organização, seja ela sindical, seja dos próprios grupos anarquistas. Em 1895, o periódico *L'Avvenire* lançou um apelo aos grupos anarquistas difusos pelo território:

Ouçam, todos organizados no interesse comum, para dar impulso à propaganda e levar a cabo essas ideias que um ou poucos indivíduos isolados certamente não podem, mas todos livres e todos ativos.

Vários bravos e bons companheiros, compreendendo este princípio, já deram início a uma organização que acreditamos ser a melhor e mais adequada, a organização de grupos.

Alguns grupos, todos do campo autônomo, já se constituíram, outros estão constituindo e temos fé que em breve vocês serão capazes de dar vida ao corpo poderoso que ainda não aparece, porque seus membros são escassos.

O programa geralmente adotado, até agora, é aquele do *L'Avvenire*, o que nos conforta porque prova que entendem e sentem a mesma fé dos companheiros daqui.

Por isso, apelamos aos outros companheiros que ainda não tinham pensado em juntar-se em grupos para fazê-lo, e encorajamos especialmente aqueles das diversas localidades do interior, e que uma vez constituídos em grupo terão grandes vantagens e acima de tudo trarão uma grande ajuda para a propaganda. Aqueles que quiserem mais informações nos escrevam.

Avante, portanto, organizemo-nos, não para fazer escolas, mas para conhecermos uns aos outros, para comunicar ideias, para propagá-las, fazer proselitismo, para ter uma base para levar nosso programa para fora, para os proletários inconscientes e conquistá-los para o bem da humanidade. (L'AVVENIRE, 1895).

O programa ao qual a solicitação alude é o anarquismo, expressamente apresentando na primeira edição do jornal, em novembro de 1894³⁹. Os militantes reunidos no periódico consideravam necessário que os anarquistas se estabelecessem em estruturas de mobilização bem definidas quanto à forma de organização, à finalidade e ao conteúdo cultural. Tais grupamentos deveriam ser organizados livremente, com participação livre e comprometida, cooperação voluntária e auxílio mútuo, configurando estruturas não hierárquicas fundamentadas em propostas de autonomia de classe. Funções administrativas eram desempenhadas sem remuneração, rotativamente, e seus ocupantes eram aclamados por assembleias, podendo ser destituídos da mesma maneira.

Na virada do século era bastante amplo o número de grupos anarquistas localizados na capital paulistana. Além dos

³⁹ "Propomo-nos a substituir a atual organização do Estado autoritário pelas relações administrativas dos trabalhadores, federados por livre acordo e livre associação, com base na produção, na troca e no consumo, que é *anarquia*" (L'AVVENIRE, 1894, grifos no original).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

grupos nucleados em periódicos, tais como *Il Risveglio*, *Palestra Social*, *O Amigo do Povo* e *La Nuova Gente*, outros se formaram, recobrando os campos educacional e artístico-cultural. Podem ser destacados os círculos de estudos sociais, que compartilhavam as funções de proselitismo e de autoformação coletiva, fundamentados nas premissas do autodidatismo e do auxílio mútuo, tais como *Círculo Educativo Libertario Germinal*, *Círculo di Studi Sociali*, *Círculo Unitá*, *Libertá Solidarietá* e *Centro de Estudos Sociais Jovens Libertários*. Ou ainda os grupos de teatro, nomeadamente o *Núcleo Filodrammatico Libertario de São Paulo* e o *Grupo Filodramático "L'Attore Infantile"*. Há também o caso da *Escola Libertária Germinal*, fundada em 1903, no bairro do Bom Retiro (ROMANI, 2002). Tais grupos compuseram a base do movimento anarquista em São Paulo, constituindo o palco para a produção e circulação de ideias, valores, símbolos, práticas, táticas e estratégias, por vezes atuando conjuntamente nas mesmas campanhas e processos.

Para além da organização de grupos propriamente anarquistas, parte dos militantes também se deteve na necessidade de auxiliar na constituição das associações sindicais, também denominadas ligas de resistência. Na consecução desses objetivos, os próprios grupamentos anarquistas operariam como difusores dessas pretensões. O programa do *Círculo di Studi Sociali*, constituído em 1898, é inequívoco a esse respeito:

A educação e o ensino do trabalhador devem ser o interesse principal de todos aqueles que amam e desejam o desenvolvimento integral da família humana. [...]

Por estas razões [...], veio-nos à mente a ideia de fundar em S. Paulo um Círculo de Estudos Sociais, cujo objetivo direto é difundir o mais amplamente possível o socialismo libertário, por meio de panfletos, jornais, cartazes, conferências

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

úteis e instrutivas para todos, iniciar associações de artes e ofícios sob os auspícios da luta entre capital e trabalho, e, enfim, tudo aquilo que possa ser útil e proveitoso para o ensino e a educação da classe trabalhadora (IL RISVEGLIO, 1898a).

Ainda em janeiro do mesmo ano, os militantes do *Il Risveglio* e do *Circolo di Studi Sociali* conformaram uma comissão geral para empreender a tarefa de formação de sociedades e ligas de resistência. Foram criadas comissões de sapateiros, carpinteiros, ferreiros e cabeleireiros, responsáveis pela propaganda da ideia e organização de ligas de resistência em suas respectivas categorias (IL RISVEGLIO, 1898c; IL RISVEGLIO, 1898d).

O campo de ação desses dois grupos anarquistas também incluiu a formação de sociedades e de ligas de resistência. O periódico proclamou a necessidade de constituição de "uma ampla rede de associações", que pudesse fazer frente aos capitalistas (IL RISVEGLIO, 1898b). O *Circolo di Studi Sociali* formou uma comissão para essa tarefa, que por sua vez criou comissões de sapateiros, carpinteiros, ferreiros e cabeleireiros responsáveis pela propagação da ideia e organização de ligas de resistência em suas respectivas categorias (IL RISVEGLIO, 1898c; 1898d). Em 1901, como resultado desse trabalho, foram constituídas, entre outras, a *Lega di Resistenza fra Operai Calzolari ed Affini* (Liga de Resistência entre Trabalhadores Sapateiros e Afins), a *Liga de Resistência dos Trabalhadores em Madeira*, a *Lega di Resistenza fra Metallurgici ed Affini* (Liga de Resistência entre Metalúrgicos e Afins) e a *Lega di Resistenza fra Lavoranti Cappellai ed Affini* (Liga de Resistência entre Trabalhadores Chapeleiros e Afins) (SIMÃO, 1981).

E qual era a orientação tática e estratégica dessas ligas de resistência? A esse respeito, o periódico anarquista *Palestra*

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Social dá algumas pistas, em seu relato sobre a reunião de constituição da Liga de Resistência dos Chapeleiros em São Paulo, realizada no dia 27 de janeiro de 1901:

Às 2 horas da tarde, presente mais de 100 membros da classe, o operário Ezio Baldi foi aclamado presidente, e em breves palavras expôs a necessidade da organização da classe em associação de resistência à exploração e ganância patronal. Terminou dando a palavra ao nosso companheiro Benjamim Motta, que com calma e clareza expôs ao numeroso auditório o seu modo de pensar sobre as sociedades de resistência. Disse Benjamim Motta que a primeira necessidade era a união da classe, para com a solidariedade resistir à ganância patronal no terreno econômico, e traçou rapidamente os meios de ação da classe, constituindo um sindicato e forçando os patrões a reconhecê-lo e com ele tratar as reclamações pacíficas da classe, já sobre aumento de salários e diminuição das horas de trabalho, já sobre a readmissão de qualquer operário injustamente despedido. Mostrou depois como devia descrever a sociedade nos seus estatutos o *boicotage*, o *sabotage* e a *greve* como arma de luta na defesa do seu direito. Explicou como devia ser praticado o *boicotage* e o *sabotage*, este, desde que não fossem atendidos os justos reclamações, empregado para prejudicar os patrões, produzindo obra mal feita, e aquele, não aceitando trabalho os operários nos fábricas dos patrões que se recusarem a todos as concessões. Mostrou exemplos da vantagem do *sabotage*, citando o caso de uma fábrica de bicicletas em França, que teve prejuízos superior a 3 milhões num puer [sic], por terem os operários feito defeituosamente todas as máquinas. E, falando depois da *greve*, como último recurso a empregar, quando todos os outros anos

fossem inúteis, mostrou o dever da solidariedade de todos, a fim de que a classe pudesse obter conquistas no plano econômico.

As palavras do nosso companheiro foram cobertas de aplausos. [...]

É com imenso prazer que registramos o despertar da classe operária, foi em poucos dias se organizaram em associações de resistência os chapeleiros e classes anexas, e os tipógrafos, litógrafos etc.

Assim, pela boa harmonia de todas as classes, e acordo fraternal se chegará à Federação Operária, que será uma arma poderosa dos operários, na reivindicação dos seus direitos (PALESTRA SOCIAL, 1901a, grifos no original)¹⁰.

A descrição detalhada do episódio dá a conhecer a introdução de formas de ação que serão constantemente utilizadas no decorrer dos eventos de protesto das classes trabalhadoras durante a Primeira República: boicote, sabotagem e greve. Desde as posições antiautoritárias defendidas durante os congressos da Primeira Internacional esses três elementos *articulados* compunham, embora não esgotassem, a proposição de *ação direta*. Junto a eles, também se observa a menção à ambição de *federar* os sindicatos em um futuro não muito distante, outro elemento característico do repertório anarquista e do arcabouço sindicalista revolucionário então em formação¹¹.

¹⁰ No ano seguinte, Benjamin Mota, junto com três operários de São Paulo, também participou de uma reunião em Sorocaba com a presença de 45 chapeleiros locais. Ao final da reunião foi organizada a seção local da Liga de Resistência entre Chapeleiros de São Paulo (O AMIGO DO POVO, 19/04/1902a).

¹¹ A primeira resolução do Congresso de Saint-Imier (1872), adotada por unanimidade, justamente defendia a autonomia das federações e das seções. Nesse Congresso, também foram reiteradas a negação da luta parlamentar e a

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

De fato, pouco tempo depois, o coletivo editorial responsável pela publicação do periódico *O Amigo do Povo* reiterava explicitamente o elemento *antiparlamentar* e estritamente econômico à concepção de associação sindical, que deveria revestir tais iniciativas:

Sendo a organização política um absurdo em contradição com as ideias libertárias, a que nós propugnamos é a econômica, que nos conduz nas ligas de resistência a revigorá-las, a levá-las ao ideal que nos anima para um fim único: a revolução. Essa é a organização que deve conduzir-nos a ensinar o produtor a emancipar-se por si mesmo, a revoltar-se contra os seus patrões políticos" (O AMIGO DO POVO, 1902a).

Em 1905 a Federação Operária de São Paulo (FOSP) foi fundada por sapateiros, marceneiros e chapeleiros (SAMIS, 2004). Um ano depois, durante os preparativos para a realização do Primeiro Congresso Operário, ainda no início de 1906, alguns dos mesmos militantes d'*O Amigo do Povo*, dessa feita reunidos no periódico *A Terra Livre*, voltaram à carga, defendendo explicitamente o tipo de associação sindical fundamentada nos princípios do federalismo, da autonomia e da ação direta:

A sociedade de resistência mais perfeita e a mais completa, embora não sem defeitos, é o sindicato francês, aderente à Confederação Geral do Trabalho. É puramente de resistência, facilitando a entrada a todos, procurando agrupar o maior número, mas sem por isso deixar de agir constantemente. Trata de

defesa intransigente da greve como instrumento de luta, de formação e de aprendizado da classe trabalhadora. A esse respeito, cf. Colombo (2015).

conquistar melhoramentos (sobretudo redução de horas), fazendo assim exercício para a greve geral revolucionária e para a expropriação dos meios de produção e de transporte. *Não aceita a política parlamentar*; fazendo, porém, luta política (contra o Estado, contra o governo, desde o ministro ao polícia, mas especialmente, contra o militarismo), pois o poder político é defensor do capitalismo. Mas essa luta (assim como a econômica) é pela 'ação direta', operária, e não indireta, por meio dos deputados no parlamento.

Esse método - que, por influência da França, vai sendo chamado 'sindicalismo' - é seguido já pela Suíça francesa, pela Holanda, e em parte pela Espanha ("Federación Regional Española") e repúblicas sul-americanas, ganha terreno na Itália e nos Estados Unidos e começa a penetrar na Inglaterra e na própria Alemanha. (A TERRA LIVRE, 1906, grifos no original)

A defesa desse modelo de associação sindical em São Paulo acompanhou os debates internacionais, já que esses são os anos de formação de associações de trabalhadores centradas na ação direta e na autonomia federativa. De fato, a expressão máxima dessa vertente naquela conjuntura histórica, a CGT francesa, consubstanciou os princípios da ação direta e do federalismo e as táticas do boicote, da sabotagem e da greve geral na Carta de Amiens, pouco meses após o Congresso Operário Brasileiro, com decisiva contribuição da perspectiva anarquista (COLOMBO, 2015). Note-se também a referência à "greve geral revolucionária", que muito embora fosse debatida entre as organizações das classes trabalhadoras francesas desde finais da década de 1860, encontrou suas formulações mais originais sob a pena de Mikhail Bakunin e Fernand Pelloutier, que salientaram o efeito pedagógico das greves parciais e da organização sindical com finalidade exclusivamente econômica,

entendidas como treinos práticos do emprego de táticas de resistência e emancipação e como canais para a criação de solidariedade e de uma perspectiva revolucionária (LEVAL, 2007).

É necessário sublinhar que os ativistas reunidos no grupo editorial d'*A Terra Livre* identificavam as associações sindicais como um importante instrumento de organização no campo econômico, sem, contudo, considerá-lo como o único dínamo de resistência ou o único elo entre o movimento anarquista e as classes trabalhadoras. Grupos especificamente anarquistas também deveriam cumprir esse papel.

Contudo, e considerando somente o campo socialista, havia outras tendências tanto no interior do movimento anarquista como no campo sindical.

No movimento anarquista havia ainda duas tendências: a de militantes que propugnavam a adesão explícita das associações sindicais ao anarquismo, a exemplo da concepção "finalista" da Federação Operária Regional Argentina (FORA), e a de anarquistas que condenavam por princípio a aproximação do movimento com os sindicatos, por considerá-los reformistas (COLOMBO, 2004; SANTOS, 2017).

No campo sindical, os socialistas democráticos optaram pela tática de tentar vincular as associações sindicais à política parlamentar e a iniciativas como a formação de cooperativas, a ocupação de cargos de direção em associações mutualistas e o alistamento eleitoral de estrangeiros. Por sua vez, alguns militantes sindicais tenderam a apreciar o sindicato como um fim em si mesmo, veículo exclusivo da mudança social e da sociedade futura, sem necessidade de vinculá-lo a nenhuma vertente política, considerando o sindicalismo revolucionário como uma corrente independente do anarquismo.

A fim de evitar polêmica aberta com outras correntes políticas no interior dos sindicatos, os militantes anarquistas ligados ao periódico *A Terra Livre*, tais como Neno Vasco,

Edgard Leuenroth e Benjamin Mota, também defendiam a neutralidade política das associações sindicais, que não necessitavam associarem-se explicitamente ao movimento anarquista. Subjaz à exigência da neutralidade política certa tranquilidade com relação a garantias estratégicas, uma vez que as premissas anarquistas estavam embutidas na estrutura das organizações e nas formas de ação adotadas. A defesa da neutralidade política das associações sindicais, de resto uma posição genialmente defendida por Bakunin e outros antiautoritários, cumpria um papel tático: sem romper com o anarquismo, permitia um acordo tácito dos sindicalistas que não mais identificavam-se doutrinariamente com o anarquismo, ao mesmo tempo em que auxiliava o bloqueio ao avanço do socialismo democrático ou parlamentar no campo da organização econômica.

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 15 e 22 de abril de 1906, consagrou grande parte das teses defendidas pelos partidários da neutralidade política das associações sindicais, fossem eles sindicalistas revolucionários ou anarquistas. Isso quer se considere a orientação⁴², quer a organização⁴³, as formas de

⁴² Em suas resoluções, o Congresso Operário Brasileiro "aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do Sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam na adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral" ("Comunicação do 1º Congresso da Federação Operária Regional Brasileira". *It: RODRIGUES*, 1969, p. 100).

⁴³ "Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo, ou de cooperativismo seria toda a cargo do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição das suas condições; [...] o 'Primeiro Congresso Operário Brasileiro' aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim e que,

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

ação⁴⁴ ou os objetivos⁴⁵ das associações sindicais. Ao final, o Congresso também resolveu que a Federação Operária Regional Brasileira (FORB), recém-criada no Rio de Janeiro, deveria ser rebatizada como "Confederação Operária Brasileira", instituindo a autonomia sindical e o pacto federativo entre sindicatos, federações e a confederação (PAULA, 2015). Com a constituição definitiva da COB, foi lançado em 1º de julho de 1908 o seu periódico, *A Voz do Trabalhador*, no qual os debates sobre sindicalismo e organização sindical foram em grande parte publicamente conduzidos.

No Congresso Estadual Paulista convocado pela FOSP em abril de 1908, a Federação Operária de Santos apresentou uma moção que propunha que a FOSP recomendasse a

para melhor externar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de Sindicato" (Idem, *ibidem*, p. 102). E, com relação ao formato interno, o Congresso Operário Brasileiro "aconselha, vivamente, as organizações operárias a repelirem as remunerações dos cargos. Salvo nos casos em que a grande acumulação de serviço exija que um operário se consagre inteiramente a ele; não devendo, porém, receber ordenado superior ao salário normal da profissão a que pertença. Outrossim, no caso em que qualquer sociedade tenha necessidade de ter funcionários remunerados, estes, ainda quando sócios, não poderão votar nem ser votados; e para tais cargos remunerados, devem ser preferidos os sócios inutilizados pelo trabalho (Idem, *ibidem*, p. 104).

⁴⁴ "O 'Primeiro Congresso Operário Brasileiro' aconselha, como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos, todos aqueles que dependam do exercício direto e imediato da sua atividade, tais como a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem, o labéu e a manifestação pública, variáveis, segundo as circunstâncias de lugar e de momento" (Idem, *ibidem*, p. 106)

⁴⁵ "O 'Primeiro Congresso Operário Brasileiro' aconselha, de preferência, a conquista de redução de horas pelo próprio proletariado; porque, só assim, será válida. Primeiramente, se lutar pela abolição do trabalho por hora e das horas suplementares, pelo *go canny* (trabalho sem precipitação), pela fundação de bibliotecas e instituições de ensino e pela atividade sindical" (Idem, *ibidem*, p. 107).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

propaganda anarquista nos sindicatos. Contudo, tanto os sindicalistas revolucionários como os anarquistas sindicalistas argumentaram em favor da manutenção da neutralidade política dos sindicatos, obtendo ao final a manutenção do posicionamento da organização (MARAM, 1979).

Durante a conjuntura dos anos 1913-1915, por ocasião da realização do Segundo Congresso Operário, a discussão a respeito da vinculação explícita ou não dos sindicatos ao movimento anarquista retornou com bastante destaque à esfera pública operária. Neno Vasco, já então residindo em Portugal, e João Crispim, da Federação Operária de Santos, protagonizaram, entre setembro de 1913 e setembro de 1914, parte desse debate, tendo como motivação a apresentação dessa moção no Segundo Congresso Operário e a inclusão da proposta anarquista na declaração de princípios da entidade santista⁴⁶.

O Segundo Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1913, também no Rio de Janeiro, reiterou as teses de 1906. Realizado em um contexto de recomposição das associações sindicais e da própria COB, esse congresso introduziu novos temas, como a luta pela fixação de um salário mínimo, a condenação do cooperativismo e o repúdio a uma eventual guerra internacional, temor que veio a se confirmar no ano seguinte (SAMIS, 2004).

Além da organização sindical, que apresenta continuidade indelével das posições adotadas desde 1901, observa-se nessa conjuntura o estabelecimento de novos grupos anarquistas. Em 1912 foi fundada no bairro do Belenzinho a Escola Moderna nº 1, sob os auspícios da perspectiva

⁴⁶ O debate foi identificado e recolhido das páginas d'*A Voz do Trabalhador* por dois coletivos do estado de São Paulo e encontra-se coligido em publicação. Cf. Biblioteca Terra Livre/Núcleo de Estudos Carlo Aldegheiri, 2014.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

racionalista de Francisco Ferrer. Também foram instaurados pela mesma época o Centro Feminino Jovens Idealistas, o Grupo Libertário da Lapa e o Centro Libertário de São Paulo, além dos periódicos *La Propaganda Libertaria*, *Guerra Sociale* e *A Lanterna*. Este último, embora adotasse uma postura anticlerical, apresentava em sua nova fase editorial, iniciada em 1909, ainda sob os cuidados de Edgard Leuenroth e Benjamin Mota, uma ampliação das seções dedicadas ao movimento operário, sem descuidar da propaganda racionalista (SANTOS, 2017).

Entre 1915 e 1917, várias iniciativas organizacionais foram coordenadas por esses grupos, indicando não somente uma maior aproximação entre tendências anarquistas opostas como também uma ampliação das ligações entre o movimento anarquista e as classes trabalhadoras para além do campo sindical.

Cabe destacar a criação da Aliança Anarquista de São Paulo, proposta pelo grupo editor da *Guerra Sociale*, que contava com militantes como Florentino de Carvalho e Gigi Damiani. Adepto de um distanciamento crítico em relação aos sindicatos, o *Guerra Sociale*, no entanto, propunha a criação de uma federação de grupos anarquistas, com notável similaridade com a proposta do *L'Avenir* vinte anos antes:

[...] a união dos libertários em grupos ou centros de ação e propaganda, e a organização dessas entidades numa vasta federação, com o fim de estreitar relações e tornar possível a nossa ação simultânea, são bastante poderosos para despertar o interesse, provocar a adesão e a atividade de todos os que sintam realmente o ideal libertário e saibam agir de acordo com seus sentimentos e ideias. (GUERRA SOCIALE, 30/09/1915)

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Mais de um ano após sua divulgação, a proposta finalmente concretizou-se, em outubro de 1916. Foram estabelecidas comissões de correspondência e de reorganização do Centro Libertário de São Paulo, compostas respectivamente por Gigi Damiani, Galileo Sanchez e Gigi Damiani e por Edgard Leuenroth, José Prol e Edmondo Colli. Entre os objetivos da Aliança Anarquista condensados em suas bases de acordo figuraram o fomento da "[...] a propaganda contra as causas fundamentais da conflagração atual e de todos os males sociais que tem como origem o Estado e a propriedade individual, de instituições particulares e públicas" (GUERRA SOCIALE, 1916), o combate sem tréguas aos partidos políticos e à propaganda eleitoral, e o favorecimento do "[...] desenvolvimento das organizações econômicas de resistência dos operários das cidades e dos trabalhadores rurais ou colonos" (GUERRA SOCIALE). A intervenção na promoção de sindicatos, contudo, deveria estar subordinada "[...] à propaganda integral do anarquismo" (GUERRA SOCIALE).

Nesse sentido, portanto, conforme afirma Santos (2017), a Aliança Anarquista apostava em uma forma de organização em duas frentes:

De um lado, visava à luta gradual pela melhoria material dos grupos operários e marginalizados dos bairros populares em geral, adentrando e impulsionando os movimentos de reivindicação, desde que dentro do espectro internacionalista e classista e fora da esfera parlamentar ou estatal. E, ao mesmo tempo, defendida a própria organização dos anarquistas a partir de bases internas, definindo métodos para suas atuações nos respectivos ambientes essencialmente econômicos, transformando-os em instrumentos também de reclamação política (SANTOS, 2017, p. 137).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

No tocante às suas ligações com classes trabalhadoras, os grupos anarquistas, em diferentes momentos, articularam o Comitê de Agitação Contra a Carestia da Vida (1912-1913), o Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores Operários (1917) e atuaram decisivamente na criação das ligas operárias de bairro e da União Geral dos Trabalhadores (1917) (LOPREATO, 2000; SANTOS, 2017).

As bases de acordo da União Geral dos Trabalhadores (UGT), divulgada em maio de 1917, foram o resultado dessas relações, na medida em que atualizaram as propostas dos congressos operários, ao mesmo tempo em que ampliaram e aprofundaram as reivindicações e o escopo das lutas operárias e populares. O documento é explícito quanto à orientação que deveria ser dada às ligas operárias aderentes à proposta:

A Liga Operária do... tendo por base a independência do indivíduo em seu seio e sua autonomia na União Geral dos Trabalhadores, servir-se-á unicamente, para o trabalho de propaganda e educação dos trabalhadores e sua luta contra o capitalismo, dos meios próprios de ação direta, tais como a greve parcial e geral, a boicotagem, a sabotagem, o labéu, a manifestação pública, etc., variáveis, segundo as circunstâncias de lugar e do momento. [...] A Liga Operária do..., sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, não pertence a nenhuma doutrina estatal ou religiosa, não podendo tomar parte coletivamente em eleições, manifestações religiosas, nem podendo qualquer sócio servir-se dessa qualidade para se manifestar. [...] Sendo a luta ao capitalismo a sua ação essencial, a Liga Operária do... não permitirá em seu seio qualquer obra de beneficência, mutualismo ou cooperativismo, cujos encargos pesam sempre

sobre os poucos recursos dos trabalhadores, desviando-os do seu único objetivo, que é trabalhar pela emancipação (GUERRA SOCIALE, 1917).

E quanto aos fins imediatos das ligas operárias e da UGT, o documento também é específico, identificando um temário capaz de abarcar problemas atinentes ao universo do trabalho e à "questão social" em toda sua amplitude conjuntural e estrutural:

a) Combater todos aqueles que, por meio do açambarcamento, de trustes, ou de outros criminosos manejos comerciais, conseguem elevar os preços dos gêneros alimentícios assim como mover a guerra contra os seus falsificadores. b) Sustentar um constante e vivo movimento de protesto contra os impostos e as tarifas alfandegárias, assim como contra as tributações ferroviárias, que concorrem para tornar mais penosas as condições do povo; c) Lutar pelo barateamento dos aluguéis das habitações, exigindo que estas ofereçam todas as condições de higiene; d) Fazer com que os operários não sejam forçados a executar serviços excessivos e brutais e que os lugares de trabalho ofereçam todas as necessárias condições de segurança, de higiene e de conforto para evitar os acidentes e as moléstias hoje tão habituais e que determinam o agravamento da penúria operária; e) Exigir da parte dos patrões, empreiteiros, encarregados, gerentes, mestres e contramestres a mais completa urbanidade a respeito para com os operários; f) Lutar pela igualdade dos salários das mulheres aos dos homens, e que lhes sejam garantidos os mesmos, quando, no último período da gravidez ou após o parto, forem obrigados a deixar de trabalhar; g) Impedir que sejam ocupadas no

trabalho as crianças menores de 14 anos ou de físico deficiente, permitindo que somente os homens sejam confiados os serviços que, pela sua índole, exijam maior robustez e resistência; h) Conseguir que os operários, em caso de desastre, sejam indenizados dos dias que perderam e das despesas feitas com o seu tratamento, assim como lhes seja garantida uma pensão equivalente ao salário que ganhavam quando ficarem impossibilitados de trabalhar, revertendo a mesma às suas famílias nos casos fatais, cabendo à Liga Operária do... intervir diretamente para conseguir o seu pagamento; i) Firmar a jornada de 8 horas, com a completa abolição do trabalho extraordinário; j) Conseguir que o trabalho aos sábados termine ao meio-dia, sem desconto de salário; k) Conseguir que os operários recebam os salários correspondentes aos dias ou às horas que deixaram de trabalhar por conveniência do patrão; l) Tratar de abolir o trabalho por obra, por hora ou por peça, pois o mesmo representa mais uma forma de exploração; m) Tratar por todos os meios de suprimir o trabalho noturno, salvo nos vapores, hospitais ou outros estabelecimentos em que este seja de absoluta necessidade pública; n) Conseguir aumentar os salários, estabelecendo a tabela mínima; o) Obter o pagamento semanal, sem multas ou qualquer desconto (GUERRA SOCIALE, 1917).

Enfim, com relação à administração das ligas operárias:

Os trabalhos administrativos da Liga Operária do... serão feitos pela Comissão Administrativa, cujas funções serão simplesmente administrativas e nunca de mando, e que exercerá o seu mandato por seis meses; [...] A Comissão Administrativa, eleita em assembleia geral com a designação especial do tesoureiro,

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

será composta de sete membros [...]; no caso em que a Comissão Administrativa se veja embaraçada com o excesso de trabalho, procurará o auxílio dos sócios; quando, porém, houver necessidade de remunerar alguém para esse fim, isso será feito enquanto o serviço durar, ganhando o encarregado, que deverá ser sócio, a diária do seu trabalho (GUERRA SOCIALE, 1917).

Só aparentemente existe uma contradição entre meios ou formas de ação radicais e fins reformistas ou de curto prazo. A proposta da UGT reedita o espírito da atuação sindical anarquista, em que as conquistas parciais se encontram subordinadas ao caráter formativo e pedagógico da "ginástica revolucionária". Na ambiência organizacional prefigurativa, com organização interna e externa que previnem a sedimentação de posições hierárquicas, as formas de ação desempenhadas proporcionam a germinação da solidariedade de classe e da postura revolucionária, desposando práticas radicais no interior de organizações autônomas (LEVAL, 2007; COLOMBO, 2015).

Greves, manifestações, boicotes: as agitações anarquistas e operárias

Ainda tendo por base a pesquisa de Aziz Simão (*op. cit.*), a tabela abaixo apresenta o número de ocorrências de greves por ano na capital paulista, sempre tendo como referência o período entre 1890 e 1916:

Tabela 2 - ocorrência de greves por ano município de São Paulo, 1890-1916⁴⁷

Ano	Quantidade
1890	1
1891	2
1893	4
1894	1
1895	1
1897	3
1901	6
1902	5
1903	3
1904	4
1905	4
1906	7
1907	12
1908	16
1909	4
1910	1
1911	2
1912	10
1913	6
1914	1
1915	2
1916	2
TOTAL	97

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados obtidos em Simão (1981).

⁴⁷ Os anos de 1892, 1896, 1898, 1899 e 1900 não se encontram representados na tabela porque neles não foram computadas ocorrências de greves.

Observa-se a maior ocorrência de greves entre os anos 1906-1908 e em 1912, justamente nos períodos de maior êxito organizativo, conforme já destacado. Embora o ano de 1901 não obtenha um destaque quantitativo na série histórica, é preciso sublinhar a importância relativa das greves nos anos 1901 e 1902. Até o pico associativo de 1901, não havia ocorrido tantas greves no município quanto nesse biênio; na verdade, não há registro de ocorrência de greve para os três anos anteriores a 1901. Entre as primeiras greves realizadas na virada do século, podem ser recordadas a greve das tecelãs da Fábrica de Tecidos Sant'Anna (PALESTRA SOCIAL, 1901b), a greve dos vidreiros da Fábrica Santa Marina, na Água Branca (PALESTRA SOCIAL, 1901c; 1901d) e greve das operárias da Fábrica de Tecidos Anhaia, no Bom Retiro (O AMIGO DO POVO, 1902b). Entre esses anos, há também os primeiros registros de ocorrência de promoção de boicotes pelos periódicos anarquistas: a tática vinha sendo empregada pelo menos desde maio de 1902, quando boicotes foram dirigidos aos produtos de duas fábricas de chapéus (Matanò Serricchio & Cia e Fábrica de Diodato Lemmel).

Entre os anos de 1906 e 1908, dois eventos foram bastante significativos: a greve da Companhia Paulista, em 1906, e a greve generalizada pela jornada de oito horas, em 1907.

A primeira teve uma pauta de reivindicações bastante circunscrita, que incluía o fim da obrigatoriedade de associação e de contribuição compulsória à caixa beneficente da empresa, a demissão de um supervisor devido aos maus tratos exercidos contra os trabalhadores e a liberdade de associação. Com a intervenção da força pública e o recrudesimento da repressão, categorias como a dos chapeleiros, dos gráficos e dos sapateiros cruzaram os braços, em solidariedade aos grevistas da Paulista. Choques violentos ocorreram entre os grevistas da Paulista em Jundiaí e a força pública, resultando em mortes para ambos os

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

lados. Ao final, as reivindicações dos grevistas não foram atendidas (MARAM, 1979).

A greve de 1907 foi motivada pela reivindicação da jornada de oito horas de trabalho, ainda no Primeiro Congresso Operário. Convocada pela FOSP durante as comemorações do Primeiro de Maio, foi iniciada pelos metalúrgicos, que adicionaram à pauta um aumento salarial. Outras categorias aderiram no decorrer do mês de maio: sapateiros, gráficos, empregados do setor de limpeza pública, pedreiros, canteiros, curtidores, costureiras, lavadeiras, padeiros, tecelões etc. (A TERRA LIVRE, 1907). Algumas categorias obtiveram a jornada de oito horas logo no início da deflagração da greve, enquanto outras seguiram paralisadas por quase um mês, sem sucesso, como os trabalhadores no ramo têxtil (MARAM, *op. cit.*).

Aproximadamente no mesmo período da greve de 1907, grupos anarquistas e associações sindicais promoveram uma campanha de boicote: em abril contra a fábrica João Adolfo, a partir de setembro contra a Fábrica Matarazzo e em outubro contra o jornal *II Secolo*.

Em 1912, novamente por ocasião do Primeiro de Maio, foi iniciado um novo ciclo de greves, cujo estopim foi a paralisação dos trabalhadores da fábrica de calçados Clark, em virtude das reivindicações por aumento salarial e redução da jornada de trabalho. Este ciclo grevista chegou a paralisar perto de 9 mil trabalhadores e a envolver principalmente trabalhadores dos ramos têxtil e de calçados. Muito embora os trabalhadores do ramo de calçados tenham obtido um aumento de 10% e a redução da jornada para oito horas e meia, as operárias e operários têxteis mais uma vez não tiveram suas reivindicações atendidas (MARAM, *op. cit.*).

No contexto das greves de 1912, e em função da situação de expansão do desemprego e de arrocho salarial do período, os grupos anarquistas promoveram a constituição de um *Comitê de*

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Agitação Contra a Carestia da Vida, cujas ações desenvolveram-se entre os anos de junho de 1912 e 1913 (LOPREATO, 2000).

Do exposto, observa-se algumas características comuns aos três contextos: picos de criação de associações sindicais, forte presença das trabalhadoras e trabalhadores do ramo têxtil, agitações paralelas fomentadas por grupos anarquistas, como o caso dos boicotes e da campanha contra a carestia da vida, e generalização do movimento grevista para diversas categorias. Nos casos do período 1906-1908 e de 1912, as greves associaram-se direta e explicitamente ao Primeiro de Maio e à proximidade de realização dos congressos operários.

Em que pese o perigo de julgar precipitadamente tais paralelismos, hipostasiando características comuns, pode-se aparentemente considerar a existência de um padrão contínuo de mobilização, manejado conjunturalmente pelas classes trabalhadoras e tendo os militantes anarquistas atuantes como um tipo de minoria ativa estimuladora. Paralisações, boicotes e manifestações que se acumularam como um repertório de formas de ação que implicou aprendizado político coletivo, experimentação prática, adaptação contextual e o desenvolvimento de competências e habilidades pertinentes ao seu manejo na situação aguda da Greve Geral de 1917.

"A ação direta é a saúde, a dignidade e a vida dos trabalhadores"

Tal frase, retirada do periódico *A Plebe* (1917), é um indício do vínculo de vinte e dois anos existente entre o apelo inicial dos militantes anarquistas do *L'Avvenire* e a conflagração da Greve Geral de 1917. As linhas precedentes deixaram patente que esse evento não se desenvolveu nem em um vácuo simbólico-cultural, nem em um vazio organizacional. Tampouco foi resultado da direção hierárquica e consciente de uma vanguarda sobre uma massa de aderentes prontos a cumprir seu papel em um programa predeterminado.

Todavia, falta ainda esclarecer que a continuidade do repertório de ação coletiva construído ao longo das duas

primeiras décadas do século XX não encontrou guarida somente na conservação e aprimoramento de estruturas organizacionais. Essenciais em sua manutenção e aperfeiçoamento foram os milhares de trabalhadores que manejaram com coragem essas formas de ação coletiva, em um contexto absolutamente refratário às suas reivindicações e em que seus antagonistas recorrentemente empregaram a repressão política e policial.

O reconhecimento desse aprendizado coletivo anônimo não nega a presença de uma minoria militante que agiu como guardiã das possibilidades de transmissão dessa herança, ano após ano. Emma Menocchi e Isabel Cerruti, militantes anarquistas que compuseram os grupos editoriais dos periódicos *O Amigo do Povo* e *A Terra Livre*, na primeira década do século XX, marcaram sua presença na criação do Centro Feminino Jovens Idealistas, que teve papel importante na viabilização do Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores Operários no primeiro semestre de 1917. Também possuíam largo trânsito entre as tecelãs e as associações sindicais de operárias do ramo têxtil desde as greves de 1902, tendo participado da organização de sua participação na Greve Geral de 1917 (SANTOS, 2017). Edgard Leuenroth, atuante nos meios sindicais desde o princípio do século, foi um dos membros do Conselho de Defesa Proletária (CDP), ao lado de Gigi Damiani, anarquista companheiro de Emma Menochi, e dos anarquistas Antonio Candeias Duarte, Francisco Cianci e Rodolfo Felipe. Leuenroth foi um dos participantes da União Geral dos Trabalhadores e um dos principais articuladores da constituição das ligas operárias de bairros, bases organizativas da Greve de 1917 (LOPREATO, 2000). A lista poderia ser estendida, sem prejuízo do argumento.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Referências

O AMIGO DO POVO - nº 1, 19/04/1902a; nº 16, de 22/11/1902b.

BAKUNIN, Mikhail. *La organización de la Internacional*.

Madri: Anarquismo en PDF, 2013. Disponível:

<<https://anarquismoenpdf1.files.wordpress.com/2015/09/bakuni-n-mijac3adl-la-organizacic3b3n-de-la-internacional.pdf>>. Acesso: 09/08/2017.

BIBLIOTECA TERRA LIVRE; NÚCLEO DE ESTUDOS CARLO ALDEGHERI (orgs.). *Anarquistas no sindicato: um debate entre Neno Vasco e João Crispim*. São Paulo/Guarujá: Biblioteca Terra Livre/Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri, 2014.

COLOMBO, Eduardo. A FORA. O "finalismo" revolucionário. In: VVAA. (2004). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004, p. 75-123.

COLOMBO, Eduardo. O sentido da ação direta. *Revista da Biblioteca Terra Livre*, Ano II, nº 3, 1º semestre, 2015, p. 72-87.

GUERRA SOCIALE - 30/09/1915; nº 30, 14/10/1916; nº 49, 26/05/1917.

L'AVVENIRE - ano I, nº 1, 18/11/1894; ano I, nº 5, 15/01/1895.

LENIN, Vladimir. *O que fazer?* São Paulo: Marxist Archive, 2002. Disponível: <<https://pcb.org.br/portal/docs/quefazer.pdf>>. Acesso em: 08/08/2017

LEUENROTH, Edgard. O movimento operário. In:

LEUENROTH, Edgard. *O movimento operário - A greve de 1917*. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2016.

LEVAL, Gaston. Bakunin, fundador do sindicalismo

revolucionário. In: LEVAL, Gaston; BAKUNIN, Mikhail.

(2007). *Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário - A dupla greve de Genebra*. São Paulo: Editora Imaginário, 2007, p. 19-84.

LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta - a greve anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

MARAM, Sheldon. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

PALESTRA SOCIAL - nº 5, 02/02/1901a; nº 6, 24/02/1901b; nº 7, 10/03/1901c; nº 8, 31/03/1901d.

PAULA, Amir El Hakim de. *A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial*. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2015.

A PLEBE - nº 9, 11/08/1917.

IL RISVEGLIO - nº 1, 09/01/1898a; nº 3, 23/01/1898b; nº 5, 06/02/1898c; nº 6, 13/02/1898d.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori - uma aventura anarquista*. São Paulo, Annablume, 2002.

RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Laymmert, 1969.

SAMIS, Alexandre. (2004). Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: VVAA. *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004, p. 125-189.

SANTOS, Kauan Willian dos. *"Paz entre nós, guerra aos senhores": anarquistas em São Paulo diante à primeira guerra mundial*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

SIMÃO, Aziz. (1981). *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado em São Paulo*. São Paulo: Ática, 1981.

A TERRA LIVRE - nº 2, 13/01/1906; nº 36, 08/06/1907.

A VOZ DO TRABALHADOR - ano I, nº 13, 15/10/1909.

4. Greve geral de 1917 em Sorocaba/SP: aspectos gerais

Carlos Carvalho Cavalheiro⁴⁸

O jornal sorocabano “Cruzeiro do Sul”, edição do dia 17 de julho de 1917, noticiou em letras exageradamente destacadas o início da Greve Geral de 1917 na cidade. O texto, citado como fonte em diversos trabalhos sobre o assunto, foi redigido da seguinte forma: “A GREVE NESTA CIDADE. Cerca de 10.000 operários em greve. QUEREM AUMENTO DE SALÁRIO. Os bondes estão paralisados e o comércio fechou as suas portas. O policiamento da cidade”.

A análise dessa manchete pode servir de início para se discutir o que significou essa greve geral na cidade de Sorocaba, e a partir desse ponto relacionar os fatos ocorridos nessa cidade com contextos mais amplos. Parece, entretanto, de bom alvitre trazer para a discussão algo dos antecedentes desta greve sorocabana, para que se possam aproveitar melhor as análises sobre esse movimento paralisador.

Nesse sentido, alguns contextos aparecem de imediato: Primeira República (ou República Velha); Greve Geral de 1917 em São Paulo (capital) e Primeira Guerra Mundial.

A Primeira República caracterizou-se por um domínio político - associado ao econômico - de pequenos grupos que controlavam o poder nos Estados. Essa característica deu origem a uma expressão esdrúxula e paradoxal: a da República

⁴⁸ Mestre em Educação pela UFSCar (*campus* Sorocaba), participante do GECOMS (Grupo de Estudos sobre Comunidade e Movimentos Sociais). Professor da rede pública municipal de Porto Feliz (SP). E-mail: carloscavalheiro@gmail.com

Oligárquica. No caso do Estado de São Paulo, conforme atesta Boris Fausto, “[...] a elite política oligárquica esteve mais próxima dos interesses dominantes, ligados à economia cafeeira e, com o correr do tempo, à indústria” (FAUSTO, 1999, p. 262 - 263). Por outro lado, o advento da República trará consigo o anseio de progresso (conceito que estaria ligado ao de modernização), bem como de liberdades individuais. O discurso aproxima-se muito do ideário liberal e há quem defenda que a nossa primeira fase da República tenha-se pautado pelo liberalismo.⁴⁹

No entanto, seria um liberalismo “relativo” e anexado aos interesses das classes dominantes. Em Sorocaba, por estar à margem da produção cafeeira, as relações de poder se deram de uma forma diferente. O historiador Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho sintetiza as transformações urbanas e a industrialização sorocabana, explicando essa característica peculiar da história da cidade:

A história urbana de Sorocaba não está diretamente ligada ao ciclo econômico do café. Porém, a cidade já possuía um papel relevante no contexto econômico regional e nacional ao longo de todo o século XIX em decorrência da

⁴⁹ Nesse sentido, argumenta Boris Fausto que os produtores rurais idealizavam uma República descentralizada, com maior autonomia dos Estados, “constituída de cidadãos, representados na direção do Estado por um presidente eleito e pelo Congresso” (FAUSTO, 1999, p. 245). A esse modelo de República se contrapunha o “Positivista”, que defendia um governo forte e centralizado. Os positivistas “Concebiam sua inserção na sociedade como soldados-cidadãos, com a missão de dar um sentido aos rumos do país. A República deveria ter ordem e também progresso. Progresso significava, como vimos, a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do crescimento da indústria, da expansão das comunicações” (FAUSTO, 1999, p. 246). Esses dois modelos, o “liberal” e o “positivista” disputavam a hegemonia da organização da República, sobretudo nos primeiros anos.

feira de muares e do tropeirismo. Esse processo acaba por constituir-se como uma espécie de acumulação originária de capitais na reconfiguração econômica da cidade, em função da decadência de transporte através de muares com a implantação de ferrovias no Estado. Assim, os capitais gerados no comércio de animais passam a ser empregado no processo de industrialização da cidade, fato que a tornaria conhecida ao longo do século XX como a Manchester Paulista (CARVALHO, 2010, p. 22).

Em 1917, a cidade de Sorocaba estava aparelhada com fábricas de grande porte, sobretudo têxteis, além de um significativo número de operários da Ferrovia, bem como empreendimentos de menor porte como Fábricas de chapéus, de cervejas, de calçados, de enxadas, de arreios entre outros.

Esse número de estabelecimentos industriais ofertava à cidade o cognome de Manchester Paulista, mas também significava a existência de um expressivo número de trabalhadores que, se organizados, poderiam se converter numa força capaz de se contrapor ao poder político e econômico local.

Ainda sobre a República, a despeito de seu conceito etimológico da “coisa pública”, ou seja, do interesse do bem comum, no Brasil esse regime político significou a perseguição sistemática às classes menos favorecidas, consideradas “perigosas”. Tornou-se célebre a frase atribuída ao político Washington Luís (que foi prefeito e governador de São Paulo e, posteriormente, presidente da República)⁵⁰ a qual dizia que “questão social é caso de polícia”.

⁵⁰ Washington Luís foi o 3º Prefeito de São Paulo, no período de 15 de janeiro de 1917 a 15 de agosto de 1919. Foi o 11º Presidente do Estado de São Paulo (Governador), no período compreendido entre 1º de maio de

Esse contexto da República sofrerá algumas pequenas alterações durante a ocorrência da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), alterações essas, porém, que influirão na economia e na organização do movimento operário, modificando as relações de poder.

Se as primeiras greves operárias, conforme atesta Boris Fausto, não tiveram grandes resultados devido à pouca significância das indústrias no país, é fato, e o próprio historiador concorda, que algumas das “[...] greves só tinham forte repercussão quando eram gerais ou quando atingiam setores-chaves do sistema agroexportador, como as ferrovias e os portos” (FAUSTO, 1999, p. 297). Esse é um dado interessante para a análise da Greve de 1917.

A Grande Guerra provoca a diminuição drástica da exportação cafeeira para a Europa, bem como prejudica essencialmente a importação de produtos fabricados pelos países envolvidos no conflito. Dessa forma, as consequências para o Brasil são de mão dupla: o país perde divisas na exportação de seu principal produto, mas, por outro lado, se vê obrigado a investir capital na produção de “substituição de importações” (CAVALHEIRO, 1998).⁵¹

1920 a 1º de maio de 1924. De 15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930 foi o 13º Presidente da República.

⁵¹ Dentro dessa linha de pensamento, Sérgio Coelho de Oliveira e Vanderlei José Testa informam: “É dentro desse contexto que em 29 de abril de 1917 os irmãos Francisco e Nicolau Scarpa, comerciantes bem-sucedidos em Sorocaba e que mais tarde viriam a se constituir num dos grupos industriais mais destacados do país, decidiram ingressar no ramo de produção de ferramentas agrícolas, que o país então importava, principalmente da Inglaterra. Observam os analistas desse período histórico, que as atividades agrícolas ganhavam um grande impulso, com a chegada de levas de imigrantes, especialmente da raça japonesa, com um grupo de 809 ‘isseis’, que desembarcou em Santos em 1908. Foi nesse momento que entrou em operação a Ferraria Agrícola Nossa Senhora Aparecida, instalada à rua XV

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

De acordo com Caio Prado Junior, ao analisar os efeitos do conflito europeu na economia brasileira,

A Grande Guerra de 1914-18 dará grande impulso à indústria brasileira. Não somente a importação dos países beligerantes, que eram nossos habituais fornecedores de manufaturas, declina e mesmo se interrompe em muitos casos, mas a forte queda do câmbio reduz também consideravelmente a concorrência estrangeira. No primeiro grande censo posterior à guerra, realizado em 1920, os estabelecimentos industriais arrolados somarão 13.336, com 1.815.156 contos de capital e 275.512 operários. Destes estabelecimentos, 5.936 tinham sido fundados no quinquênio 1915-19, o que revela claramente a influência da guerra (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 261).

Portanto, o crescimento das indústrias e fábricas significou também o indissociável aumento do número de operários. Esse novo ator social que se apresenta agora de forma mais evidente e em maior número, se comparado às décadas anteriores, se ressentirá logo da necessidade de organização quando a luta por melhores condições de vida e de trabalho se fizer presente. Não se quer dizer que as organizações não existissem antes. Ao contrário, datam do século XIX a formação das primeiras sociedades de trabalhadores, sejam elas ligas, sindicatos ou associações beneficentes. No entanto, o crescimento da classe operária com a Primeira Guerra Mundial dará novo fôlego a essas organizações. Exemplo disso é a (re)fundação da Federação Operária de São Paulo, FOSP,

de Novembro, 374, defronte ao atual Jardim do Canhão ou Praça Artur Fajardo, em Sorocaba” (OLIVEIRA, TESTA, 1984, p. 17).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

ocorrida em agosto de 1917, como resultado da Greve Geral na capital paulista (KHOURY, 1981, p. 212).⁵²

É importante ressaltar que a Grande Guerra traz como consequência para o Brasil o encarecimento do custo de vida e, com isso, a carestia que se faz sentir entre os membros das classes trabalhadoras. Edgard Leuenroth lembra, sobre esse fato, que “A carestia do indispensável à subsistência do povo trabalhador tinha como aliada a insuficiência dos ganhos; a possibilidade normal de legítimas reivindicações, de indispensáveis melhorias de situação esbarrava na reação policial” (LEUENROTH, 2016, p. 64).

Aí estão presentes os elementos que levarão os operários da capital paulista a realizar uma greve por melhores condições de vida e, aproveitando o ensejo, lutar por melhores condições de trabalho e até propor o fim da Guerra Mundial (CAVALHEIRO, 1998).

As greves naquele ano de 1917 pipocavam aqui e ali. Houve greves esparsas por melhorias em salários, redução de horas de trabalho, melhores condições de vida. Em janeiro houve greve de carreiros (que transportavam lenhas) em Sorocaba (CAVALHEIRO, 2009). Na mesma cidade, houve uma greve dos tecelões da Fábrica Votorantim em junho (LEUENROTH, 2016, p. 76; DIAS, 1977, p. 291). Em 2 de junho os trabalhadores do Cotonifício Crespi em São Paulo começam um movimento reivindicatório solicitando um aumento de salários na faixa de 25%, dada a carestia de vida dos operários (CAVALHEIRO, 2009). O pedido foi feito formalmente ao proprietário da fábrica no dia 10 de junho (DIAS, 1977, p. 291).

Em 9 de julho de 1917, depois de um mês de movimentação, durante um protesto dos trabalhadores, o

^{52/52} A FOSP havia sido fechada pela polícia em maio de 1917, antes do recrudescimento da greve (LOPREATO, 2000, p. 23).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

sapateiro espanhol José Iniguez Martinez é alvejado e morto pela repressão policial (LOPREATO, 2000, p. 29). Nesse momento, o movimento grevista cresce.

Militantes anarquista e socialistas, reunidos em torno do Comitê de Defesa Proletária (CDP), formado em 9 de julho no calor das agitações operárias, decidem aproveitar o clima de comoção para transformar o enterro numa grande manifestação popular de repúdio à violência policial usada contra os grevistas. Através da imprensa, o CDP convida a população para participar da cerimônia fúnebre e divulga o trajeto do cortejo até o Cemitério do Araçá (LOPREATO, 2000, p. 29).

Como bem salientou Yara Aun Khoury, “[...] embora o mês de julho se caracterize por um surto mais violento de greve e por maior integração e pronunciamento operário, este não passa da expressão mais ampla de um processo, no qual a população assalariada vem progressivamente se manifestando” (KHOURY, 1999, p. 23).

A greve toma proporções até então inimagináveis na capital paulista. De acordo com Everardo Dias, “A greve atinge agora quase todas as indústrias e serviços: metalurgia, tecelagem, gráfica, construção civil, transportes coletivos, carroceiros, lixeiros, fósforos, vidros, moagem, calçado, massas alimentícias, cerâmicas, alfaiates etc.” (DIAS, 1977, p. 294). Com isso, ecos da greve já se ouvem em cidades do interior paulista, solidários com os trabalhadores da capital: Sorocaba, Campinas, Jundiáí, Santos, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Carlos (DIAS, 1977, p. 294).

Edgard Leuenroth afirma também que “[...] durante os dias 11, 12 e 13 a cidade ficou sem luz e ocorreram choques violentos entre grevistas e a polícia” (LEUENROTH, 2016, p.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

81). A semana de 9 a 16 de julho foi o ápice da Greve, contabilizando um número aproximado de 150 mil trabalhadores aderentes ao movimento (LOPREATO, 2000, p. 46). Foi formada uma Comissão de Imprensa com representantes dos mais expressivos jornais da capital. Essa Comissão entrou em contato com o Comitê de Defesa Proletária (CDP) a fim de que se pudesse “[...] nomear uma comissão de operários autorizada a entrar em negociações, por seu intermédio, com os industriais e com representantes do poder público” (LOPREATO, 2000, p. 56).

As negociações para o fim da greve, com intermediação da Comissão de Imprensa, tiveram início no dia 14 de julho e se estenderam até o dia 16, numa segunda-feira, quando os operários votaram pela suspensão do movimento e “[...] a cidade de São Paulo começou a retomar a normalidade [...] As casas comerciais reabriram suas portas e os padeiros e leiteiros voltaram a percorrer as ruas, entre bondes que circulavam repletos” (LOPREATO, 2000, p. 68). No mesmo dia iniciava-se a Greve em Sorocaba.

A Greve Geral em Sorocaba

O fim da Greve em São Paulo marca o início do mesmo movimento em Sorocaba. A aparente espontaneidade da eclosão da greve na cidade do interior paulista deve ser lida dentro de um processo mais amplo no qual se reconheça que havia participação e conhecimento dos trabalhadores sorocabanos em relação ao movimento da capital. Christina Lopreato admite que “[...] a greve irrompida em São Paulo repercutiu no interior do Estado e nas principais cidades do país” (LOPREATO, 2000, p. 55).

Desde o final de junho, os operários da Fábrica de Tecidos Votorantim se declararam em greve por meio da associação a qual pertenciam, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos de Sorocaba (DIAS, 1977, p. 292). Quando

se iniciou a greve em São Paulo, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos de São Paulo entrou em contato com as Ligas Operárias do interior, pedindo às mesmas “para que declarem o boicote impedindo que o industrial Rodolfo Crespi consiga atender às encomendas por meio de fábricas localizadas fora de São Paulo” (DIAS, 1977, p. 292).

Tais informações corroboram a ilação de que havia um contato direto entre os trabalhadores da capital e os do interior. Os operários sorocabanos entram em greve no dia 16 e no dia seguinte o jornal “Cruzeiro do Sul” publica a manchete que abre este capítulo.

Conforme foi dito no preâmbulo deste artigo, a manchete em questão suscita uma interessante análise sobre a greve. A começar pelas letras garrafais que denotam a importância que se deu ao fato. Antes de 1917 a cidade já havia colecionado uma série de greves, algumas de grande monta como a dos Ferroviários de 1901. Comparando as notícias anteriores dos movimentos grevistas com a Greve Geral de 1917, percebe-se pela composição da manchete que esta última mereceu maior atenção do órgão de imprensa.

Talvez seja esse o motivo pelo qual o historiador Alúcio de Almeida, em seu resumo sobre a História de Sorocaba, tenha se reportado apenas a essa greve - a despeito da ocorrência de tantas outras - intitulando-a como “a maior greve em 1917” (ALMEIDA, 2012, p. 255).⁵³

Levando-se em consideração que o jornal representava os anseios e a ideologia das classes dominantes, não é exagero dizer que as letras garrafais representam o susto que os

⁵³ Ainda assim, o historiador fez um relato sucinto da greve, utilizando para tanto algumas poucas linhas. Aparentemente, as ações combativas dos operários não despertavam a sua atenção, o que reforça a importância da Greve de 1917, que a despeito do aparente desinteresse pelo assunto, impulsionou o historiador a registrá-la.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

empresários tiveram ao saber da eclosão do movimento em Sorocaba.



Figura 1 - Cruzeiro do Sul, 17 jul 1917, p. 1.

Outro detalhe que ressalta do texto é a adesão de cerca de 10 mil operários. A população sorocabana à época era estimada em algo em torno de 40 a 50 mil pessoas. Isso representa, então, 1/4 a 1/5 da população, um número bastante elevado.

A síntese das reivindicações - “Querem aumento de salário” - não somente demonstra o desconhecimento da luta, reduzindo-a apenas a uma questão salarial, quanto revela um problema crucial sobre as fontes históricas: a falta de documentos que tragam, no caso de Sorocaba, o discurso sem intermediações dos operários grevistas.

O desconhecimento da existência de boletins ou quaisquer outros meios de registro dos discursos diretos dos trabalhadores reforça o cuidado com que devem ser lidas as fontes que existem - como as notícias publicadas no jornal local

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

- provocando no historiador o olhar a “contrapelo”, salientado por Walter Benjamin. Ademais, a escassez de fontes traz consigo a emergência de outro debate que é a necessidade da criação dos Arquivos Públicos nas cidades. Não apenas dentro de uma formalidade aparente e conveniente, mas antes de maneira que possa se converter de fato em lugar de memória enquanto guardião de documentação de interesse histórico.

A sequência da construção da manchete permite a ilação da participação de outros setores e categorias de trabalhadores que não apenas os das fábricas. No caso em questão, os condutores de bonde e os comerciantes aparecem como categorias que engrossam as fileiras dos paredistas.

A última frase também é bastante curiosa: “O policiamento na cidade”. Relaciona-se diretamente ao contexto da época, no qual a “questão social era caso de polícia”. A ocorrência de uma greve de trabalhadores pressupunha, às classes dominantes, a necessidade do reforço policial a fim de se evitar a “desordem”. Nesse sentido, os temores dessa desordem iam desde os conflitos com as forças policiais até a depredação e o saque de estabelecimentos industriais e comerciais.

Essa inferência não é gratuita. Não bastasse o espaço reservado pelo jornal para falar sobre como se daria o policiamento da cidade durante a greve, ou mesmo a providência das autoridades em requerer um reforço policial vindo de fora, existe ainda a informação de que “[...] a concentração de forças repressivas em Sorocaba, [foi] muito mais intensa do que em Campinas ou em outras cidades do interior” (LOPREATO, 2000, p. 133).

Lopreato (2000) alude que essa iniciativa de repressão policial tenha se originado da capacidade de organização e da força combativa dos trabalhadores da região. As duas principais categorias, a dos ferroviários e a dos tecelões, já acumulavam experiências de greves desde o final do século XIX e início do século XX (CAVALHEIRO, 2009). Além disso, dos anos de

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

1909 a 1913 circulava pela cidade o jornal “O Operário”, que congregava diversas correntes ideológicas e serviu de elemento difusor dos debates entorno da questão operária, propiciando o amadurecimento dos proletários, especialmente no tocante à sua organização de luta.

A greve em Sorocaba foi deflagrada pelos operários da fábrica de Tecidos Nossa Senhora da Ponte, conhecida também por Fábrica Fonseca, pois era de propriedade de Manoel José da Fonseca. A paralisação iniciou-se às sete horas da manhã e esses operários rumaram para a fábrica vizinha, a Santo Antônio (CAVALHEIRO, 1998; 2001 e 2009).

Chegando à Fábrica Santo Antônio, os grevistas arrombaram os portões e entraram em negociações com os empregados daquela tecelagem, tentando-os convencer a engrossar o movimento, mesmo sabendo-se que aqueles tecelões já haviam recebido aumento salarial em junho.

Com a adesão dos trabalhadores das Fábricas Nossa Senhora da Ponte e Santo Antônio, os grevistas se organizaram de modo a atingir outros dois importantes estabelecimentos: as oficinas da Sorocabana Railway (Estrada de Ferro Sorocabana) e da Fábrica de Chapéus Souza Pereira, esta última localizada entre o Largo do Rosário e a Praça Arthur Fajardo (conhecida atualmente pela toponímia popular de Praça do Canhão).⁵⁴

Na Fábrica de Chapéus o gerente Adelino Miranda disse aos grevistas que liberaria suas operárias mediante a garantia de que não ocorreria nenhuma “manifestação desagradável dos grevistas”, tendo em vista que naquela empresa os portões também haviam sido arrombados (CRUZEIRO DO SUL, 17

⁵⁴ Esse nome dado pelo povo refere-se aos canhões que ornamentam um monumento à Rafael Tobias de Aguiar como chefe da Revolução Liberal de 1842. Os canhões são peças originais e, segundo o que consta, teriam sido trazidos da Fábrica de Ferro de Ipanema para a cidade com o fito de reprimir as tropas imperiais sob o comando de Caxias.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

jul 1917, p. 1). Com os ânimos acalmados, as costureiras da Fábrica de Chapéus foram liberadas para participarem do movimento grevista.

Às 8 horas os grevistas já alcançavam os companheiros da Fábrica de Tecidos Santa Maria, onde os trabalhadores foram liberados pelo gerente Eugênio Mariz de Oliveira. Esse é mais um caso de uma fábrica cujos trabalhadores aderiram à greve, mas já haviam recebido aumento salarial. Disso decorre a ilação de que existia uma solidariedade - talvez uma consciência de classe - entre os trabalhadores e que, também, as reivindicações dos grevistas não se restringiam apenas ao aumento salarial. Durante as negociações para o fim da paralisação, por exemplo, aparecerão questões que estão além do aumento do poder aquisitivo, como a redução da jornada de trabalho e a garantia da manutenção nos postos de trabalho àqueles que participaram do movimento paredista.

Esse grupo de trabalhadores chegou à Fábrica de Tecidos Santa Rosália às 9 horas da manhã, obtendo o apoio dos operários daquela empresa. É curioso notar o senso de organização dos proletários de então. Em tempo estimado de duas horas, conseguiram mobilizar os trabalhadores de diversas fábricas e das oficinas da Estrada de Ferro.

Aderiram também à greve os operários da Fábrica de Estamparias São Paulo, Fábrica de Arreios Ferreira & Cia., Fábrica de Calçados Fausto, Fábrica de Tecidos Votorantim e Fábrica de Calçados Fausto (que anunciou aumento de salário no mesmo dia aos seus funcionários). De acordo com o relato do jornal “Cruzeiro do Sul”, os estabelecimentos comerciais foram fechados a pedido dos grevistas e os condutores de bondes e motorneiros foram “forçados a deixar o trabalho” (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917, p. 1).

A Fábrica de Tecidos Votorantim estava fechada em virtude de greve iniciada um mês antes. No entanto, havia poucos dias fora “[...] arrendada a dois capitalistas que

resolveram fazer funcional-a hontem”, mas “sendo reclamada a adesão dos seus operários, a fábrica paralisou-se” (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917, p. 1). O jornal noticia também que outras fábricas, não nominadas pelo redator, também aderiram à greve. Deve se tratar de fábricas menores ou menos expressivas em questão de número de trabalhadores. É possível que os trabalhadores da Fábrica de Enxadas Nossa Senhora Aparecida⁵⁵ tivessem aderido à greve, uma vez que tinha sido fundada há pouco tempo e estava localizada bem próxima da Fábrica de Chapéus Souza Pereira e, ainda, da Ponte sobre o Rio Sorocaba, que leva até o Bairro onde estava situada a Fábrica Santa Maria. Ora, se os grevistas pediram a adesão dos trabalhadores da Fábrica de Chapéus e também da tecelagem Santa Maria, por que não haveriam de instigar a adesão dos trabalhadores da pequena metalúrgica, a meio caminho das outras duas?

A repressão policial

A preocupação com a manutenção da “ordem” se fez presente entre as autoridades sorocabanas logo de imediato. As primeiras providências tomadas nesse sentido dão a dimensão do alcance do movimento, bem como serve de termômetro para medir os temores das classes dominantes. A cidade de Sorocaba sempre teve fama de ser conservadora, com o poder concentrado nas mãos de algumas famílias e grupos, com forte repressão às oposições.

A ocorrência da Greve Geral, a primeira nessas proporções, atingindo diversos setores e categorias de

⁵⁵ Algumas fontes dizem que essa fábrica foi fundada em 1915, como Paulo Celso da Silva (2000, p. 89). Sérgio Coelho de Oliveira e Vanderlei José Testa dão como precisa a data de 29 de abril de 1917 como sendo a da fundação da Fábrica, que originalmente era de propriedade dos irmãos Francisco e Nicolau Scarpa (OLIVEIRA, TESTA, 1984, p. 17).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

trabalhadores, de fato, deve ter assustado aqueles que exerciam o poder – tanto político quanto econômico – naquele momento.

O jornal “Cruzeiro do Sul” destaca essa preocupação e assombro, informando que o número de praças (soldados) da Força Pública era insuficiente para conter a multidão, caso os grevistas deixassem a sua “simpática atitude pacífica”. É provável que o arrombamento de portões e as ações de convencimento a adesão à greve não tenham sido interpretadas como atitudes pacíficas. O texto do jornal parece muito mais como um apelo para que não haja exaltação dos ânimos do que a expressão factual de como a greve estava sendo vista pelas autoridades e pelas classes dominantes.

As providências imediatas tomadas pelo delegado de polícia local Lima Camargo para reforço do policiamento demonstram que os manifestantes não eram vistos como praticantes de uma simpática atitude pacífica. Reconhecendo o reduzido número de praças da Força Pública, comandada pelo Tenente André Xavier, o delegado Lima Camargo solicitou a vinda da Força Federal destacada em Ipanema comandada pelo capitão Hermes Alincourt da Fonseca, que chegou no dia 16 de julho, pouco depois do meio dia.

Ao mesmo tempo, o delegado requereu o apoio do presidente da Linha de Tiro 369 (Tiro de Guerra), cujos atiradores, sob o comando do sargento Antônio Pereira de Carvalho, encarregaram-se da Cadeia e do quartel (CAVALHEIRO, 1998; 2001; 2009). O delegado ainda solicitou a vinda de reforços policiais da capital paulista. De acordo com Alúcio de Almeida, chegou à cidade o número de 60 praças vindos da capital (ALMEIDA, 2012, p. 255). O jornal “Cruzeiro do Sul” informou que foram 70 o número de praças da Força Pública que, comandadas pelo Major Gamoeda, Alferes Durval de Castro, Nery de Aguiar e Tenente André Xavier fizeram o patrulhamento da cidade (CRUZEIRO DO SUL, 18 jul. 1917, p. 1).

Esse reforço policial mandado a Sorocaba foi maior do que em outras cidades grevistas, como Campinas, Jundiaí e outras. Essa força policial da capital chegou a Sorocaba no mesmo dia 16, às 15h30min e era comandada pelo Major Esteves Gamoeda. Juntamente a essa força policial foi enviada da capital, por ordem do delegado de capturas Alonso Negreiros, uma seção de metralhadoras Hotchkiss comandada pelo Alferes Durval de Castro.

A presença de uma seção de metralhadores durante a realização de uma greve é algo que leva à reflexão sobre como a questão social era mesmo tratada com violência. Um fato ocorrido durante a greve ilustra bem esse pensamento. Outra informação relevante é a da presença de secretas, ou seja, de policiais à paisana com o objetivo de se infiltrar melhor na multidão de trabalhadores em greve. O jornal “Cruzeiro do Sul” informou sobre a presença desses policiais, dizendo que “um corpo de agentes secretos auxilia a acção da Força Pública” (CRUZEIRO DO SUL, 18 jul. 1917, p. 1). Porém, o próprio órgão de imprensa lamentou o fato de que “alguns desses agentes [...] prejudicam de certo modo a segurança pública, pois sem esta mais aquella aggridem cidadãos inermes que, pacatamente se dirigem ao trabalho ou para misteres vários” (CRUZEIRO DO SUL, 18 jul. 1917, p. 1).

A Força Pública da capital intimou por três vezes para que populares se dispersassem de uma reunião que estava ocorrendo na praça Coronel Fernando Prestes. Não obedecidas as intimações, os policiais paulistanos não hesitaram em fazer uso de espadins, ferindo pessoas “de representação” da sociedade sorocabana, que nada tinham com a greve, mas que estavam ali por curiosidade. Os paulistanos não conheciam as pessoas da “sociedade” sorocabana: quem não se retirou da reunião, sofreu a repressão policial.

Enquanto isso, os manifestantes obrigavam um carroceiro e um padeiro a abandonarem seus veículos nas ruas

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Monsenhor João Soares e Bom Jesus. De outro lado, operários da Estação Sorocabana arrancaram trilhos dos quilômetros 115 e 117, bem como cortaram os fios telegráficos, tentando evitar as comunicações com a capital e a vinda de mais policiais pelos trens (CAVALHEIRO, 1998).

O leito da estrada de ferro ficou guardado por soldados. Um deles alvejou o fogueista José Augusto, na noite do dia 18, porque este caminhava pela linha do trem e não atendeu ao comando de “alto” dado pelo soldado.

As causas

A carestia de vida é evocada como a principal causa da eclosão da greve. Edgard Leuenroth atribui como uma das causas dessa greve “a carestia do indispensável à subsistência do povo trabalhador” (LEUENROTH, 2016, p. 64).⁵⁶ A crise econômica, em significativa parte gerada pela Grande Guerra, tornou insuportável a vida dos trabalhadores com os recebimentos dos parcos salários e com as excessivas jornadas de trabalho.

A historiadora Yara Aun Khoury replica uma nota do jornal “O Combate”, edição do dia 12 de julho de 1917, na qual se destaca que “a maior queixa dos operários para justificarem o movimento grevista é a carestia da vida” (KHOURY, 1981, p. 49). Em Sorocaba, a justificativa também se apresenta como sendo o encarecimento do custo de vida cujo salário dos trabalhadores não acompanhava.

Disse a reportagem do jornal “Cruzeiro do Sul”:

⁵⁶ Christina Roquette Lopreato (2000, p. 33) alude ao fato de que “A elevação do custo de vida, no ano de 1917, em especial dos produtos de primeira necessidade, fora usada com sagacidade política pelos militantes, durante o primeiro semestre, para sacudir as energias dos operários e despertá-los da apatia”.

A declaração de greve dos operários desta cidade, hontem, não causou surpresa a ninguém.

A própria solução do movimento paredista da capital favorável ao operariado, poderia dar causa a exigência dos proletários que mourejam nas muitas fábricas que possuímos. Aqui, porém, não havia ainda chegado a notícia das deliberações que acalmaram os ânimos dos operários na capital, quando um intenso movimento paredista se verificou, tomando quasi character de greve geral, tantas foram as fabricas e officinas que se fecharam, abandonando os seus operários o trabalho.

A [sic] encarecimento rápido e crescente dos gêneros de primeira necessidade e decréscimo dos salários, realizado em alguns estabelecimentos concorreram, além de outros motivos de ordem secundária, para levar os operários à greve. De facto, não era possível que as coisas continuassem no pé em que estavam. A miséria negra e horrível ameaçava centenas de lares.

Ao trabalho exhaustivo de horas excessivas, não correspondia uma alimentação generosa e boa, pois a começar do pão, todos os artigos subiram de preço e os operários eram coagidos a reduzir ainda mais o seu parco 'menu'.

Os operários em parede pacífica procuram nem mais nem menos do que conseguir um pequeno augmento de salário.

Foi para esse fim que se declarou. (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917, p. 1).

É preciso lembrar, novamente, que esse não foi um texto produzido diretamente pelos operários envolvidos no movimento grevista. Portanto, trata-se de um documento com as impressões colhidas por alguém estranho ao movimento. Os

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

ditos “motivos de ordem secundária” parecem ser aqueles que traduziriam os anseios por melhores condições de vida, como redução da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho de menores, assim como garantias de manutenção do poder de compra dos salários, e outras velhas bandeiras dos movimentos operários, sobretudo, naquela época, orientados pelo anarquismo.

A falta de nutrição aliada a um excessivo esforço de horas contínuas de trabalho desgastava aos poucos a saúde do trabalhador. Num apelo dos grevistas da capital aos soldados da Força Pública, aparece a frase: “[...] a fome reina em nossos lares e nossos filhos nos pedem pão” (LEUENROTH, 2012, p. 81).

O historiador Edgar Rodrigues salienta a miséria que se instalou entre o operariado brasileiro durante o período da Guerra:

Desencadeia-se o conflito armado na Europa (1914-18), evoluindo para uma guerra mundial, da qual o Brasil viria a participar, por razões de ordem “patriótica”, em cumprimento de convênios e acordos ignorados pelo proletariado. Durante esses penosos quatro anos, subiu assustadoramente o custo de vida e a crise do trabalho jogou milhares de assalariados na rua da amargura e da fome. Indústrias abriam falência e outras reduziam o número de empregados ou passavam a trabalhar 3 dias por semana, por não ter meios de receber matéria-prima que vinha de fora, em razão da miséria, desapareciam as possibilidades de venda para os poucos produtos que podiam fabricar. O proletariado, que já tinha imensas dificuldades para sobreviver trabalhando todos os dias, é reduzido à mais estorpecida miséria. Muitos chefes de família ofereciam-se para trabalhar por

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

um prato de comida, tal era a situação de desespero (RODRIGUES, 1979, p. 158).

Mais do que uma simples reivindicação de aumento salarial, a Greve de 1917 converteu-se numa ação combativa em prol da melhoria das condições aviltantes do trabalho, bem como numa oportunidade bem aproveitada pelo proletariado para colocar em pauta as várias de suas históricas reivindicações. É sabido, por exemplo, que a extenuante jornada de trabalho atingia, sobretudo, a mulheres e crianças (LOPREATO, 2000, p. 77), bem como a alta dos preços e a escassez de produtos alimentícios básicos, como arroz e feijão, tinha como causa a ação de açambarcadores que compravam toda a produção e armazenavam-na para a exportação, especialmente para atender ao mercado europeu (LOPREATO, 2000, p. 74).

Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi esclarecem que “[...] na fábrica de tecidos Santa Rosália, na periferia de Sorocaba, a jornada chegava a quinze horas diárias, das 5 da manhã às 8 da noite” (HARDMAN, LEONARDI, 1990, p. 135).

Nesse sentido, as negociações que se estabeleceram em Sorocaba para finalização do movimento grevista ganham nova dimensão, pois a falta de documentação conhecida produzida pelos operários obriga a análise do que foi veiculado em outras fontes, como as notícias da imprensa local. Dessas fontes, percebe-se o embate entre os dois lados das negociações, sem que se esclareça o motivo da não aceitação, por parte dos trabalhadores, das propostas apresentadas pelos empresários. O que se tem são conjecturas, ilações sobre os motivos que fizeram com que os operários não se dispusessem a voltar para o trabalho diante das primeiras propostas.

A inferência que se faz é a de que, de alguma forma, as propostas deixaram de incluir pontos considerados importantes pelos proletários dentro do rol de suas reivindicações. O

problema é que não há registro conhecido dessas reivindicações que tenha chegado até os nossos tempos.

As negociações

Ao contrário do que ocorreu na capital, as negociações entre patrões e empregados começaram tão logo se iniciou a greve. Também se caracteriza em Sorocaba a aparente vontade de que o movimento se encerre logo, que não ganhe as mesmas proporções do que ocorrera na capital.

Outro dado interessante é que o jornal “Cruzeiro do Sul” se mostrou simpático à causa operária, mas, aparentemente não se apresentou como possível mediador entre as partes. Esse papel coube ao delegado de polícia de Sorocaba. Na capital paulista, como visto, a imprensa teve um papel importante durante as negociações.

A primeira proposta apresentada pelos principais industriais de Sorocaba ao seu operariado foi considerada similar àquela que pôs fim ao movimento grevista em São Paulo. Reunidos na casa do industrial Jorge Kenworthy, os empresários lançaram uma ata ofertando a seguinte proposta:

Os industriais de Sorocaba, abaixo assignados, reunidos hoje nesta cidade resolveram fazer aos seus operários as mesmas concessões feitas ao operariado da Capital pelos industriais dalli e que são as seguintes:

A) augmento de 20% (vinte por cento) sobre os salários em geral;

B) não dispensar do serviço qualquer operário que tenha tomado parte na presente greve;

C) respeitar “in totum” o direito de associação dos seus operários;

D) effectuar o pagamento dos salários dentro da primeira quinzena que se seguirá ao mez vencido:

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

E) acompanhar com a máxima boa vontade as iniciativas que foram tomadas no sentido de melhorar condições moraes, materiaes e econômicas do operariado de Sorocaba.

Estas condições serão postas imediatamente em vigor desde que os operários recomecem amanhã o seu trabalho.

Sorocaba, 16 de julho de 1917.

Pela Cia. Fiação e Tecidos Santa Maria - Eugênio Mariz; pela Cia. Nacional de Estamparia, Fábrica Santo Antônio e São Paulo - João Frank Kenworthy; pela Cia. Fiação e Tecidos N.S. da Ponte - Julio Lugasca; J. Fernandes Silva; Oetterer, Speers e Cia., da Fábrica Santa Rosália. (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917, p. 2).

A organização do movimento operário não aceitou tais propostas. Por quê? Não se tem um documento que informe o motivo, documento esse que tenha sido produzido pelos próprios grevistas. No entanto, a análise da segunda proposta feita pelos empresários dá margem a algumas deduções. O delegado Alfredo de Lima Camargo colocou-se na posição de intermediador

No dia seguinte, demonstrando a ansiedade na resolução do impasse, os industriais lançaram nova ata com o seguinte teor:

I) Os industriaes abaixo assignados se compromettem a beneficiar os seus operários, dando-lhes:

1) Dez horas de trabalho por dia

2) 20 por cento de aumento de salário

3) De acordo com as atuais necessidades, farão trabalhos extraordinários, fóra os teares, aumentando assim o serviço de 10 para 11

horas, sendo esse excesso pago a parte, a razão do serviço ordinário.

4) O pagamento será por metro e não por peça, feito na primeira quinzena do mez seguinte ao vencido, excepto na Fábrica Santa Rosália, que pagará no terceiro sabbado do mez seguinte ao vencido.

5) Não será nenhum operário demitido do trabalho por motivo da greve

II) Os industriaes de chapéus, calçados e arreios, se compromettem a melhorar a situação dos seus operários, de accordo com o que se fez em São Paulo relativamente a estes industriaes, entrando cada um de per si em convenção com seus empregados nesse sentido.

III) Os operários de todas as indústrias, representados pelos que assignam adeante, se compromettem a voltar ao serviço logo que foram chamados amanhã.

Sala da Delegacia de Sorocaba, aos 17 de Julho de 1917.

Oetter,⁵⁷ Speers & Cia.; Pela Cia. Nacional de Estamparia - João Frank Kenworthy; pelas Cias Fiação e Tecidos Santa Maria - Eugênio Mariz; pela Cia. Fiação e Tecidos N.S. da Ponte - Julio Cugnasca, J. Silva; N. Barros e Cia.; Soares e Irmão; A. Fausto e Filho; Albino Sbrana, Diogo Martí, João Romão, Jesus Fernandes; José Fiorelli. (CRUZEIRO DO SUL, 18 jul. 1917, p. 2).

O que se percebe de imediato ao comparar as duas atas? A segunda ata contempla categorias (operários das fábricas de chapéus, calçados e arreios) que não estavam inseridas na primeira. O que transparece é a necessidade de garantia do acordo a todas as categorias envolvidas no movimento. Outro

⁵⁷ A grafia correta seria “Oetterer”. Deve ter sido equívoco do gráfico.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

detalhe importante é a assinatura na segunda ata de pessoas que não estão identificadas como industriais.

Albino Sbrana e Jesus Fernandes, por exemplo, são nomes de conhecidos militantes anarquistas. O primeiro, por exemplo, provavelmente fez parte do Comitê de defesa do Proletariado (CDP) durante as negociações da greve paulistana, pois quando foi preso em 1920 constava em sua ficha policial que era um dos negociadores da greve (CAVALHEIRO, 2009). O jornal “Cruzeiro do Sul” noticiou mesmo que essa reunião foi acompanhada por 5 membros escolhidos entre os operários (CRUZEIRO DO SUL, 18 jul. 1917, p. 2). Seriam esses membros, então, as cinco últimas assinaturas que aparecem na ata.

O estabelecimento de um limite de horas trabalhadas diariamente também é algo que aparece explicitamente na segunda proposta. Os trabalhadores passariam a exercer uma jornada diária de 10 horas, com pagamento de hora extraordinária para os casos em que fosse requisitado o trabalho além desse limite.

Ainda assim, muitos dos operários sorocabanos entenderam que deveriam continuar em greve, provavelmente porque alguns pontos da pauta de pedidos dos operários não haviam sido contemplados. O jornal “O Combate”, da capital, indicou que os operários sorocabanos exigiam aumento de 30% do salário, enquanto a proposta dos empresários era de 20% (O COMBATE, 17 jul 1917, p. 1).

Diante da resolução dos operários em permanecer em parede, os industriais deram o seguinte ultimato:

Em virtude da má vontade dos srs. operários recommecem o trabalho, esta fábrica fechará por tempo indeterminado.

Entretanto, se os srs. operários apresentarem-se nos portões amanhã às 7 e meia horas, como promettem, reabriremos os estabelecimentos.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Sorocaba, 18 de julho de 1917 (CRUZEIRO DO SUL, 19 jul. 1917, p. 2).

No dia 20 de julho de 1917 o jornal “Cruzeiro do Sul” anunciava o fim definitivo da greve, com a reabertura das fábricas e das oficinas, incluindo a da Sorocabana Railway. A greve durou três dias e trouxe vitórias para o operariado. Além do aumento salarial, obtiveram a regulamentação das horas trabalhadas e, ainda, o amadurecimento enquanto classe organizada, alicerce essencial para as greves que ocorrerão em 1919.

A imprensa saudou o fim da greve e a vitória dos trabalhadores como o alcance da mais justa solução do embate.

O operariado que, por três dias se manteve em parede, na expectativa de alcançar algumas concessões dos seus patrões, obtiveram-nas sem grande custo, mesmo porque eram cheias de equidade as aspirações dos homens em greve e porque os srs. industriaes pesando as, nellas não viram o reflexo de uma insubordinação insólita e sem motivo, mas um direito que assiste à classe laboriosa que edifica o progresso e sustenta a vida das cidades (CRUZEIRO DO SUL, 20 jul. 1917, p. 1).

A greve iniciada no dia 16 de julho teve seu fim no dia 19. Aparentemente, nem todas as reivindicações foram atendidas, mas mesmo assim, o operariado sorocabano colecionou nesse movimento a experiência necessária para dar continuidade às lutas que culminaram posteriormente com a aquisição de direitos trabalhistas.

Considerações finais

Apesar de sua importância histórica, a Greve de 1917 em Sorocaba ainda não alcançou a atenção da historiografia.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Entender a greve ocorrida há cem anos ajuda-nos a perceber melhor o contexto atual em que vivemos. Afinal, não há presente dissociado do passado.

Walter Benjamin alerta-nos acerca da necessidade de se produzir a articulação do passado como produtora de “esperanças” para os tempos atuais. De acordo com Benjamin

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1987, p. 224 - 225).

O inimigo que se nos apresenta hoje é outro, mas nem por isso diferente daquele a que se referia Walter Benjamin. Em essência, o inimigo de hoje é o mesmo daqueles tempos tenebrosos do passado. O incessante ataque que no Brasil - e também em outros países - tem sofrido a classe trabalhadora em seus direitos requer que a memória da luta dos nossos antepassados se nos apresente como centelha que possa iluminar as consciências.

Afinal, o discurso atual solicitando dos trabalhadores que abram mão de seus direitos não reconhece o fato de que estes foram historicamente conquistados por meio de muitas e árduas lutas. Os direitos dos trabalhadores aparecem como algo dado desde o início, como se uma espécie de “justiça divina” os tivesse dado gratuitamente desde o início dos tempos.

Resistir a essa sanha avassaladora é uma obrigação nossa para com os antepassados, mas também, como ressalta Benjamin, uma questão de sobrevivência, pois a vitória do inimigo significa a falta de segurança com que teremos de conviver.

O desinteresse de parte dos historiadores regionais em estudar e divulgar estudos sobre a Greve de 1917 em Sorocaba evidencia de certa forma uma cumplicidade com o silêncio das lutas populares. No entanto, não basta saber que o silêncio existe, mas questionar o porque de sua existência. O historiador Jacques Le Goff, sobre isso, diz: “Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história” (LE GOFF, 2003, p. 109).

Obviamente que tratar dos combates travados pelos operários e, sobretudo, de suas vitórias nunca foi de interesse de uma cidade que se alicerçou com vaidade no passado “industrial”, elevando-a Manchester Paulista.

Quanto a nós, historiadores, enquanto uma espécie de educador da sociedade, como um *griot* cuja função primordial é a de sempre produzir a lembrança do passado como interlocutor do presente, resta-nos escolher a que lado estamos defendendo: se do dominador ou daqueles que buscam a sua emancipação. Afinal, se como nos ensina Paulo Freire (1996) não existe neutralidade na educação, também não deve existí-la na função de historiador.

O historiador Eric Hobsbawn, acerca desse ponto, esclarece:

Como Ernest Renan disse há um século: “Entender mal a história é parte essencial de se tornar nação”. A atividade profissional dos historiadores é dismantelar essas mitologias, a menos que se contentem - e receio que os historiadores nacionais muitas vezes se contentam - em ser os servos dos ideólogos (HOBSBAWN, 1998, p. 38).

Não é muito diferente do historiador que evidencia as “grandes personalidades” - leia-se aqueles que pertencem às classes dominantes - das cidades, na construção de uma “história” e memória que justifique a manutenção do *status quo*, enterrando debaixo da terra a história construída pelos oprimidos.

É comum verificar-se na construção de “histórias oficiais” dos municípios uma historiografia comprometida com a justificativa do poder instituído. Muitas vezes, servindo-se de memorialistas ou mesmo da constituição de monumentos e outros lugares de memória (NORA, 1993). Mas é preciso que haja um movimento contra-hegemônico. “Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do milênio. Por esse motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores” (HOBSBAWN, 1995, p. 13).

Evidenciar a luta do povo não significar elegê-la como a única e verdadeira versão da história. Significa abrir espaço para que outras versões possam surgir, servindo de contraponto à história contada pelos vencedores.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Aluísio de. *História de Sorocaba*. Itu: Ottoni Editora, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política - Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. *Fisionomia da cidade - Cotidiano e transformações urbanas - 1890 - 1943*. São Paulo: Biblioteca 24horas, 2010.
- CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *A greve de 1917 e as eleições municipais de 1947 em Sorocaba*. Sorocaba: Terrasgada Comunicação Ltda., 1998.
- CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Memória Operária*. Sorocaba: Create Editora, 2009.
- CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Salvadora!*. Sorocaba: Create Editora / Linc, 2001.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1977.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HARDMAN, Francisco Foot, LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. São Paulo: Ática, 1990.
- HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1981.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LEUENROTH, Edgard. *O movimento operário / A Greve de 1917*. São Paulo: CCS-SP, 2016.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta. A greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História* (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/Departamento de História, PUC-SP), São Paulo, v. 10, p. 7 - 28, 1993.

OLIVEIRA, Sérgio Coelho de, TESTA, Vanderlei José. *A enxada que plantou uma siderúrgica*. São Paulo: Édile Serviços Gráficos e Editora, 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, Edgar. *Alvorada operária*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

SILVA, Paulo Celso da. *De novelo de linha a Manchester Paulista*. Sorocaba: Linc, 2000.

5. A greve geral de 1917 em Sorocaba/SP e a participação de ferroviários e têxteis no movimento operário local

Adalberto Coutinho de Araújo Neto⁵⁸

Breno Augusto de Oliveira Santos⁵⁹

Guilherme Cardoso de Sá⁶⁰

A Greve Geral de 1917: significados e abrangência

A Greve Geral de 1917, fato histórico tratado pela historiografia brasileira entre a década de 1970 e primeiros anos da década de 1990, ganhou importante atualidade neste ano de 2017. A questão vai muito além da celebridade da efeméride; tem significados simbólicos dentro de um contexto socioeconômico de crise generalizada. Se é verdade que os historiadores revolvem o passado para responder questões de seu presente, e que sua função profissional e social “[...] é lembrar o que outros esquecem” (HOBSBAWM, 1995, p. 13),

⁵⁸ Doutor em História Econômica pela FFLCH-USP, historiador e professor do Instituto Federal de São Paulo, integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Economia, Sociedade e Ensino (GP TESE), credenciado no IFSP e no CNPq. E-mail: prof.adalbertocoutinho@gmail.com

⁵⁹ Mestrando em Sociologia pelo IFCH-UNICAMP, historiador, professor da rede pública estadual paulista, e professor do Colégio Objetivo. Membro externo do Grupo de Pesquisa Trabalho, Economia, Sociedade e Ensino (GP TESE), credenciado no IFSP e no CNPq e membro do grupo de pesquisa Classes Sociais e Trabalho (GPCT) - UNIFESP. E-mail: brenox4@yahoo.com.br

⁶⁰ Professor do IFSP, *Campus* Boituva; mestrando em História Econômica pela FFLCH-USP, membro do GMarx-USP, do GP TESE-IFSP (Grupo de Pesquisa: Trabalho, Economia, sociedade e Ensino) e do GPForPP-UFSCar (Formação Política de Professores). E-mail: guilherme.sa@ifsp.edu.br

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

uma situação que confirma essa tese é o atual momento social, político e econômico brasileiro. Especialmente neste último ano decorrido (meados de 2016 e 2017), com reformas - ou contrarreformas como alguns jornalistas e cientistas sociais costumam dizer - provenientes de mais uma reedição do liberalismo neoclássico; conhecido desde os anos 1990 no jargão político e dos movimentos sociais como “neoliberalismo”⁶¹.

Ameaças explícitas, outras ocultas sob redações evasivas de projetos de lei e de emendas constitucionais, de retirada de direitos sociais previdenciários e, principalmente, trabalhistas, convergindo todos para um cenário de aumento impiedoso da exploração do trabalho e para a precariedade desse mundo, têm provocado um ressurgimento de protestos políticos e manifestações sociais e artísticas, bem como de ondas de greves desde fins de 2016, com perceptível adensamento do processo em 2017.

Mas, as convergências também são simbólicas para o universo das classes trabalhadoras e remetem a símbolos outrora muito fortes e significativos, que estão sendo, aos poucos, revisitados e retomados: os centenários de 1917. O mais forte e que tem significados fundamentais para a construção do século XX, é o centenário da Revolução Russa. Por razões óbvias, esse evento histórico demiúrgico, de alcance internacional e peso mundial, não poderá ser aqui discutido, senão aludido e citado ao longo do texto.

Outro evento centenário e que têm laços com o início da Revolução Russa, especialmente com seu primeiro momento marcado pelo levante espontâneo das massas trabalhadoras e populares, é a Greve Geral de 1917. Seus significados para a história brasileira estão sendo revisitados por historiadores e

⁶¹ David Harvey (2013) discute as origens e desenvolvimento histórico do conceito e suas implicações internacionais desde então.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

demais cientistas sociais em publicações e eventos acadêmicos. Aqui, neste texto, vamos retomar brevemente a reconstituição histórica de seu primeiro ato na capital paulista e alguns de seus aspectos em uma cidade fabril do interior paulista, cujo movimento operário era ativo e organizado (CAVALHEIRO, 2001; ARAÚJO NETO, 2005). Trata-se de Sorocaba.

Começemos por uma breve reconstituição do contexto histórico e do desencadeamento do evento na capital paulista.

Anarquismo, a construção do nó que ata a Greve de 1917

As transformações em movimento na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao XX forjaram novas formas de identidade e constituíram um novo campo, ao menos no sentido de práxis teórica, de resistência. O advento de grande número de imigrantes juntamente com tendências teóricas de crítica à sociedade de classe, compuseram um “campo fértil” na formação de grupos que seriam contrapontos aos ideais das diferentes frações burguesas no país. A República nem de longe foi o avanço político que possibilitaria a “civilização” da sociedade brasileira nos termos do positivismo e do republicanismo liberal. Certamente, como categorizou José Murilo de Carvalho (1987), a República foi o “império dos cafeicultores” e se constituiu no liberalismo excludente, como definiu Ferreira e Delgado (2003). Sobremaneira, a República foi palco do desenvolvimento de um capitalismo industrial tardio subordinado ao imperialismo, que conciliava uma economia agroexportadora com lampejos de industrialização nos centros urbanos mais dinâmicos.

Foi nesse contexto que os primeiros grupos operários construíram as primeiras tentativas de organização, possibilitadas pelos dispositivos constitucionais de 1891 de liberdade de associação. Com denominações distintas, fossem ligas, associações, centros, uniões, grêmios, sociedades e sindicatos, esses grupos seguiam por diferentes concepções de mundo e

influências de correntes políticas como o anarquismo, o socialismo e a perspectiva cristã de conciliação do capital - trabalho. No sentido legal, da constituição dessas organizações, o Decreto nº 1.637, de 1907, dispunha sobre o caráter e os modelos possíveis para a formação de sindicatos e cooperativas. Obviamente a legislação é mais um entrave aos dispositivos constitucionais de livre associação do que uma forma de promover e ampliar essas instituições (BATALHA, 2000). A proibição de sindicatos pluriprofissionais e a associação de estrangeiros com menos de 5 anos no país acabavam por minimizar o campo de ação, além do decreto promover a formação de cooperativas, principalmente de consumo, para solucionar o problema do alto custo de vida da classe trabalhadora. Será esse um dos motivos dos anarquistas a se oporem às cooperativas e a qualquer forma de mutualismo e beneficência, vistas como colchão de amortecimento que impedia uma rebelião pela “sociedade do futuro”.

O socialismo e o anarquismo eram tendências já bem difundidas no operariado nos anos finais do século XIX, sendo que os primeiros congressos socialistas ocorreram em 1892 e 1902. No caso dos anarquistas, experiências como as da Colônia Cecília (1890) no Paraná⁶² e, posteriormente, dos jornais *Gli Schiavi Bianchi* (1892), *L'Asino Umano* (1894) e *L'avvenire* (1894) compuseram os primórdios de propaganda dos ideários anarquistas no Brasil (BATALHA, 2000). No campo

⁶² Idealizada pelo italiano Giovanni Rossi, encontrava-se na transição e na ruptura entre o pensamento anarquista e socialista. Inserido nesse debate de forma marginal no contexto italiano da época, Rossi propunha uma comuna experimental, isolacionista e que seria um embrião da “sociedade do futuro”. As críticas de seus contemporâneos, tanto das fileiras socialistas quanto dos anarquistas, encontravam-se majoritariamente na condição da impossibilidade de propor uma alternativa social sem revolução e enfrentamento direto aos males provocados por uma sociedade de classes (FELICI, 2010).

conservador, os alicerces de um sindicalismo cristão foram pavimentados pela encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, publicada durante o papado de Leão XIII. Marcada fortemente pelo apelo para afastar os trabalhadores da influência socialista e anarquista, esses alicerces clericais concebem uma negociação pacífica entre trabalhadores e patrões.

No caso anarquista, uma divisão interna permeava suas fileiras: de um lado o grupo dos anarco-comunistas, que rechaçava as ações que visavam a ganhos momentâneos; do outro os anarcossindicalistas, que apoiavam na ação sindical a luta por direitos como condição tática para enfrentar a sociedade burguesa. Em comum o apelo à ação direta (LOPREATO, 1996). Mas, a principal divisão do nascente sindicalismo brasileiro dava-se entre “revolucionários” e “reformistas”, ou seja, entre os que apoiavam as ações diretas contra o patronato e o Estado e os grupos que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho por via das legislações específicas. A vertente anarcossindicalista e revolucionária foi vitoriosa no primeiro Congresso Operário Brasileiro, de 1906, deixando de lado uma visão mais estratégica defendida pelos anarco-comunistas e rechaçando de suas fileiras os reformistas.

Obviamente, todo o contexto de superexploração e falta de qualquer tipo de proteção ao trabalho fez com que as ações operárias também acabassem ganhando contornos específicos, muitas vezes limitados a uma fábrica ou ofício. Sobretudo, existiam diferenças no seio da sociedade que exerciam um complicado engendramento das forças sociais. Soma-se a isso a falta de legitimidade da própria fração industrial da burguesia, que ora concorria com o segmento agrário exportador, ora estava associada ou mesmo era parte dos latifundiários, advindos de uma estrutura escravocrata, que traria uma contradição em seu próprio discurso do “trabalho edificante” proferido pelos jornais liberais e seus porta vozes (LOPREATO, 1996).

Ademias, é importante salientar que não havia um imaginário e uma cultura do trabalho como entidade de formação objetiva e subjetiva da dignidade humana. Após quase quatro séculos de escravidão, a mentalidade forjada no seio da classe dominante era o oposto da “ética protestante”; nesse sentido, caberia assim, uma política de subordinação e “domesticação” violenta do trabalhador com elementos que remeteriam ao passado escravocrata (MATTOS, 2009). Não será por menos que uma das principais oposições dos anarquistas será ao discurso do trabalho como condição moral para o homem.

Toda essa conjuntura de exploração e carestia sofrida pelos trabalhadores piora de forma substancial com o advento da I Guerra Mundial. Seja como efeito do discurso da “crise econômica” causada por elementos externos ou mesmo por restrições diretas na importação. O discurso da crise acabava por esconder uma política liberal, que aproveitava os preços ascendentes no mercado externo em detrimento da liberação de produtos no mercado interno, principalmente de gêneros alimentícios. O Estado omissivo ou mesmo parte interessada nesse lucrativo comércio externo, pouco ou nada fez para restringir as exportações, causando críticas de grupos ligados às próprias frações da classe dominante. Jornais como *A Capital*, *O Estado de São Paulo* e *A Gazeta* publicaram matérias sobre as condições precárias de vida dos trabalhadores, principalmente das crianças, como um apelo às autoridades (LOPREATO, 1996). Não há dúvidas que essas eram maneiras de eximir a própria burguesia de responsabilidade, mas de qualquer forma houve uma visibilidade das condições miseráveis pelas quais passava a população por conta do desabastecimento e da inflação. Segundo Bandeira, Melo e Andrade (1980), produtos como feijão, carne seca, milho e farinha tiveram aumento na casa dos 70% entre 1916-1917. Além do aumento contínuo dos preços, as adulterações e

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

falsificações eram constantes. Lopreato (1996) cita que na farinha de trigo era acrescida caolim; no açúcar areia; na farinha de mandioca serragem; no leite água e polvilho e até mesmo o azeite, com rótulo de “legítimo italiano”, era produzido com caroço de algodão no interior do estado.

Por conta dessa visibilidade, os anarquistas resolveram apostar na denúncia do trabalho infantil como tática de “despertar da apatia” os trabalhadores da cidade. Desde outubro de 1916, os anarco-comunistas e anarcossindicalistas haviam deixado as divergências de lado e formaram a Aliança Anarquista, com intuito de intensificar a propaganda libertária e denunciar as condições ultrajantes dos trabalhadores locais. Essa estratégia de mobilizar as famílias operárias e utilizar a opinião pública para condenar o trabalho infantil surte efeito e logo é formado o “Comitê Popular de Agitação contra a exploração dos menores operários”. Por caminhos diferentes os jornais de cunho liberal passaram a denunciar a exploração, as ilegalidades e a violência contra os “filhos do Brasil”. Eram apelos patrióticos e ao mesmo tempo uma sinalização às autoridades para tomar medidas antes que uma revolta estourasse (SILVEIRA, 2016). Os grupos anarquistas tiraram proveito dessas denúncias, algumas como a do jornal *A Gazeta*, que publicou reportagem intitulada “As crianças das fabricas” trouxeram flagrantes de menores de 12 anos deixando as dependências das fábricas por volta de 1 hora da manhã. No jornal *A Capital* a reportagem com o título “A inquisição no cotonifício Crespi” publicou entrevistas de jovens que relataram jornadas de 12 horas, violência física cometida pelos mestres e contramestres e multas periódicas que chegavam a zerar o salário (LOPREATO, 1996). Os anarquistas souberam manejar essas denúncias e passaram a promover comícios e organizar comitês de resistências nos bairros.

Nesse mesmo momento de intensificação da propaganda libertária estoura a “crise do pão” com aumento vertiginoso no

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

preço da farinha de trigo. O jornal anarquista *Guerra Sociale* publica no dia 10 de abril um manifesto que convoca os operários a refletirem sobre suas condições e escolher entre a fome ou ao saque nos depósitos de farinha. Para parte da imprensa liberal os culpados são os açambarcadores que especulam com o preço dos alimentos para ganhar mais na exportação, exigindo medidas dos governantes. Para os anarquistas o governo, a burguesia e os seus especuladores são os causadores dos males sociais. Os meses de abril e maio serão de avivamento nos bairros operários com comícios da Aliança Anarquista e a formação das ligas de resistência. As primeiras originam-se na Mooca e no Belenzinho. As orientações para essas ligas são: a) ação direta; b) greve parcial e geral; c) boicotagem; d) sabotagem; e) comícios públicos (propaganda).

O ato do primeiro de maio dará possibilidade de unificação entre diversos grupos organizados⁶³, que juntaram voz para condenar a guerra na Europa e as mazelas provocadas aos trabalhadores de todo o mundo pela sociedade burguesa. Em junho, na antessala da greve, as ligas de resistência já se espalharam por vários bairros como Lapa, Água Branca, Brás, Bom Retiro, Cambuci, Vila Mariana e Ipiranga. Os anarquistas engrossam suas fileiras e a tensão social aumentou. Jornais e políticos, com Veiga Miranda, buscam soluções para o “excedente” de mão de obra na cidade de São Paulo, sinalizando que um envio desses desocupados para o campo seria uma política assertiva (SILVEIRA, 2016). Toda essa conjuntura faz com que as mobilizações, comícios e propaganda anarquista acumulassem, além da insatisfação generalizada, um

⁶³ Assinaram o manifesto do primeiro de maio a Escola Moderna, o Centro Socialista Internacional, o Centro Libertário de São Paulo, a Aliança Anarquista, o Círculo Socialista da Lapa e da Água Branca, o Centro Feminino “jovens idealistas” e os jornais *Guerra Sociale*, *Avante* e *Volksfreund*.

expressivo sentimento de reação na classe subalterna. O debate sobre a espontaneidade ou não da massificação da greve de 1917 deve ser apreciado pelo conjunto da obra e não exatamente pelo número de filiados ou representantes das organizações anarquistas. Obviamente, defender que a greve é anarquista, como faz Lopreato (1996), não significa dizer que os grevistas eram majoritariamente anarquistas, mas, sobretudo, que foi toda uma conjuntura de ações dos anarquistas que possibilitou uma mobilização expressiva e prolongada. Sem os anarquistas esse nó não teria sido atado

Crise, carestia e a reação operária

Em 1914, o operariado brasileiro sofreu um grande choque com a crise provocada pelo início da Primeira Guerra Mundial. A crise econômica já vinha se desenhando para a indústria desde 1913, auge da produção, ampliada pelos novos investimentos realizados desde 1908⁶⁴. As dificuldades no

⁶⁴ Wilson Cano (1998) trata dos investimentos na indústria paulista, especificamente, no período da primeira década do século XX, como resultado de parte do “transbordo” dos lucros do café e de sua própria acumulação de capital. Na década de 1900, o café brasileiro, sobretudo paulista, experimentou uma grave crise de superprodução e consequente queda nos preços internacionais. Embora as operações de valorização de café - celebradas no “Convênio de Taubaté” - tenham evitado o aprofundamento perigoso da crise, outras opções de investimentos de capital seriam interessantes para certa parte dos capitalistas envolvidos na cafeicultura. Era o caso da indústria de bens de consumo e, neste caso, ganha destaque o setor têxtil, que encontrava nas populações empregadas no complexo cafeeiro paulista e no crescimento urbano que se verificavam em algumas importantes cidades do Sudeste, considerável mercado de consumo. Inclusive, as operações de valorização do café, financiadas por capital inglês, sustentaram a continuidade da expansão dos cafezais, a despeito da ameaça de nova crise de superprodução. Essa expansão exigia a expansão proporcional de investimentos em infraestrutura, como as ferrovias e, principalmente, no emprego de mais famílias de colonos nessas novas fazendas, gerando

comércio internacional, representadas pela dificuldade inicial de exportação do café – base incontestável da economia e fonte principal de suas fragilidades – e na importação de insumos para a produção, bem como a existência de grandes estoques, paralisaram a produção industrial⁶⁵. Contribuiu com isso tudo o clima de incerteza e especulação difundido na sociedade.

Muitas empresas fecharam suas portas, outras demitiram em massa seu operariado e uma gama delas reduziram a produção, os dias de trabalho e os salários. O desemprego cresceu assustadoramente em um tempo em que inexistia qualquer forma de seguro desemprego ou indenização trabalhista. O governo estadual paulista implementou um programa de envio de trabalhadores desempregados de volta ao campo. Os socialistas, com o advogado Passos Cunha à frente, então personalidade de destaque político na capital e interior, organizaram grandes reuniões com os trabalhadores e entregaram memoriais e petições ao governo. Propunham a aquisição de terras aproveitáveis pelo Estado e sua distribuição

crescimento populacional – essa situação também favoreceu a indústria por ampliar seu mercado consumidor.

⁶⁵ Notemos que, nesses anos, a indústria brasileira, embora se expandisse, ainda era restrita a poucos ramos de produção, basicamente têxtil, e mal se pode dizer que passávamos por um processo de industrialização. João Manuel Cardoso de Mello (1986) considera que a industrialização ocorre, ou se consolida, a partir de 1930/32. Isto é, que as indústrias então existentes não conseguiam criar seu próprio mercado de consumo a partir do operariado, já que eram em número diminuto e havia muitas empresas similares e pouca diversificação produtiva. Sempre o Estado esteve a serviço da classe dominante e agiu intervindo na economia e sociedade de forma a garantir a lucratividade e a acumulação da burguesia latifundiária ou vice-versa. A burguesia brasileira, para Cardoso de Mello, tem origem direta no setor mercantil escravista e capitalista exportador. Para ele, assim como para Fernando Novais (1995), houve escravidão para coagir-se a mão-de-obra que não aceitava “ganhar pouco” se podia produzir sua subsistência em terras abundantes nas fronteiras da colonização.

entre os trabalhadores desempregados, com o objetivo de prover-lhes o sustento e aumentar a oferta de alimentos nas cidades, tendo em vista a grande alta dos preços (BEIGUELMAN, 1977).

A crise foi especialmente dura para os trabalhadores, pois segundo Paula Beiguelman (1977), os alugueis das casas populares não baixaram, mesmo havendo grande quantidade delas desocupadas. Os preços dos alimentos continuaram altos, em grande parte, porque contavam com uma alta expressiva de sua exportação para Europa, para supri-la durante a Guerra.

Os anos 1914-1916 foram marcados, especialmente, pelas atividades contra a carestia da vida e a Guerra. Foram realizadas conferências, comícios de Primeiro de Maio e outros tantos. Criticou-se o nacionalismo com intensidade igual. Com o cancelamento das conferências operárias, que se seriam dirigidas pelos libertários de Londres em 1914 e da Espanha em 1915, organizou-se um Congresso Nacional pela Paz no Rio de Janeiro. Criaram-se a Comissão Popular de Agitação Contra a Guerra no Rio e outra semelhante em São Paulo. Tentou-se uma Conferência Internacional pela Paz no Rio de Janeiro e uma outra Sul-Americana neste mesmo ano de 1916. Esteve entre os signatários do manifesto de lançamento, o jovem Astrojildo Pereira, de 25 anos, já então ativo militante anarquista dentro do movimento operário. Na primeira das atividades, participaram delegados de vários estados do Brasil e dois delegados argentinos. Deliberou-se o combate ao serviço militar obrigatório e ao nacionalismo.

As guerras eram vistas como resultado da política de expansão imperial dos países capitalistas levada às últimas consequências. Essa caracterização das guerras, a oposição ao nacionalismo e ao militarismo, colocaram a militância libertária em confronto aberto com as tendências ideológicas que parte das classes dominantes estava promovendo. Os libertários também se colocaram contra outros pilares ideológicos

tradicionais no país, considerados por eles como opressores: o patriarcado, a Igreja, o precário sistema educacional, além é claro, do Estado. Em oposição ao que consideravam opressor, os libertários propuseram o amor livre, o combate ao militarismo, a defesa do internacionalismo, a propaganda anticlerical, a implantação da “escola moderna” e o fim do Estado. Kátia Kenez (2001) observa que essa proposta de cultura alternativa para o proletariado pregada pelos libertários, já que eles sempre se esforçaram em praticar seus ensinamentos, reforçou ideologicamente ainda mais a repressão que sofriam e que viriam a sofrer nos anos 1920. Era a reação ampla das classes dominantes e de seus aparelhos ideológicos, políticos e repressores contra esses revolucionários libertários.

A partir de 1915-16, as atividades econômicas intensificaram-se, inclusive para atendimento do mercado interno, antes consumidor, em grande parte, de produtos industrializados importados. Mas, a situação da classe trabalhadora se agravou: as jornadas de trabalho se estenderam e os salários não se recuperaram; os preços continuaram altos, em grande parte, por causa da escassez provocada pela exportação de alimentos para a Europa (BANDEIRA; MELO; ANDRADE, 1980, p. 45).

Podemos ainda ressaltar que desde o início da Primeira Guerra Mundial, a situação de vida do proletariado de todo o mundo e, nesse caso, do brasileiro, sofreu um agravamento sério: a redução nas atividades econômicas das empresas no início da Guerra se refletiu fortemente sobre os trabalhadores, com redução de salários, demissões, racionamento e encarecimento dos produtos básicos.

O acúmulo de insatisfações por parte do operariado era grande; a burguesia não dispensava atenção e interesse necessários ao encaminhamento de resolução da precária situação de vida de seus trabalhadores e, ao contrário, estendia ainda mais sua exploração sobre eles. A tensão social era grande

e dentro de uma sociedade dominada pela oligarquia rural e burguesia industrial subserviente à primeira e ao capital internacional, a *questão social*⁶⁶ não era aceita, havendo em seu lugar exclusão social e repressão policial⁶⁷.

As tensões foram aumentando dia-a-dia e durante os meses de maio a julho de 1917 elas atingiram o clímax. Bastava que o protesto começasse em algum ponto para alastrar-se rapidamente, fugindo ao controle de qualquer força repressiva e mesmo ao das lideranças operárias. Foi o que aconteceu nesse inverno, na capital paulista.

A greve por melhores salários iniciou-se na empresa têxtil da família Crespi por todos os motivos já citados anteriormente e contra os descontos “pró-pátria”, em benefício do Governo Italiano que lutava ao lado da Entente contra os Impérios Centrais, arrecadado compulsoriamente dos operários italianos. A greve se estendeu para a fábrica de bebidas da Antártica, fábricas do grupo Matarazzo e daí para praticamente todas as fábricas, empresas e oficinas da cidade de São Paulo. Nas manifestações de rua ocorreram conflitos com a polícia e após a morte de um operário grevista, toda a cidade parou. Ocorreram intensos conflitos de rua com tiroteios e várias

⁶⁶ O conjunto dos problemas sociais que afetavam as classes trabalhadoras era conhecido na imprensa, nos meios políticos e no movimento operário como *questão social*. Era formado por problemas diretamente relacionados pela vivência nos mundos do trabalho: a excessiva duração da jornada de trabalho e a luta pela conquista da jornada de oito horas diárias; condições de trabalho no ambiente das fábricas e empresas; as condições de trabalho das mulheres e menores de idade; inexistência da Justiça do Trabalho; problemas de habitação das classes trabalhadoras; problemas como a falta de escolas para educação formal e técnico-profissional dos filhos do proletariado e das classes populares etc.

⁶⁷ De maneira muito feliz, e tendo em mente a natureza da Primeira República, Jorge Ferreira e Lucília Delgado (2003), denominaram o primeiro volume da coleção *Brasil Republicano* de “*O tempo do liberalismo excludente*”.

vítimas, tanto do lado dos trabalhadores, quanto do lado da repressão. Parte significativa da cidade estava fora de controle e diante de menos de 7 mil homens das forças repressivas, erguiam-se 45 mil grevistas (FAUSTO, 1976), ou mais, que agiam em diferentes pontos da cidade, com distintas lideranças e de modos diversificados. Só havia um ponto de consenso: as condições eram insuportáveis.

As notícias se espalhavam rapidamente e nas cidades vizinhas, que hoje formam o “ABC” paulista, e em outras no interior do estado, nas quais os operários começaram a paralisar o trabalho e se manifestarem nas ruas⁶⁸.

Logo os elementos mais esclarecidos do governo e em seguida da burguesia, resolveram procurar diálogo com os operários em greve. Do lado dos trabalhadores havia se formado no decorrer da luta um “Comitê de Defesa Proletária”, em que figuravam os principais líderes libertários e um representante do *Avanti!*, jornal socialista editado em italiano. Havia muitos temores e percalços em uma situação próxima a de um levante social e de uma conflagração civil. Tratava-se de uma situação pré-revolucionária. Após alguns percalços⁶⁹, esse comitê se reuniu com representantes do “Comissão dos

⁶⁸ Existem diversas obras consagradas na historiografia que abordam as grandes greves de 1917-19. Consideramos indispensáveis: *O Ano Vermelho*, de Moniz Bandeira, C. Mello e A. T. Andrade (1980), por sua reconstituição documental, que consegue transmitir as emoções desses anos, e *A história das lutas sociais no Brasil*, de Everardo Dias (1977), da editora Alfa-Ômega, pelo relato intenso de quem viveu e foi um dos protagonistas de destaque do momento. Não poderia deixar de citar a importante reconstituição factual de J. F. Dulles (1977), *Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935*, os quais se encontram relacionados em nossas referências bibliográficas.

⁶⁹ O principal era a prisão dos líderes operários e membros do Comitê de Defesa Proletária antes, ou, logo após qualquer reunião e, nesse caso, com os industriais, o governo e seus representantes.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

jornalistas”⁷⁰, que representava os grandes órgãos de imprensa e falava pela burguesia - ou empresariado, se quisermos “atualizar” o termo - que se comprometeu, de forma não muito clara, a atender boa parte das reivindicações proletárias. As lideranças operárias, em assembleias, entraram em acordo com os grevistas e as classes trabalhadoras em geral. Em pouco tempo a greve acabava com a promessa de atendimento de parte de suas reivindicações e de estudo, discussões e futuros encaminhamentos por parte da burguesia industrial e do governo.

Os movimentos grevistas gerais desencadeados no interior do estado e em outras capitais, como Porto Alegre, Recife, cidades próximas a Salvador e outras (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980) iniciaram-se quase que simultaneamente, poucos dias depois, e foram “resolvidos” de forma semelhante, também em poucos dias. Note-se que houve violências e conflitos entre grevistas e as forças de repressão, chegando mesmo a trocas de tiros entre grevistas e policiais. A capital da República não foi atingida direta e imediatamente pelo movimento, ficando as forças repressivas atentas e prendendo “preventivamente” os principais líderes operários conhecidos.

Passadas as agitações e retornando o ritmo normal de trabalho, o governo desrespeitando os acordos, iniciou a repressão às lideranças do movimento, prendendo e deportando vários operários e sindicalistas de origem estrangeira e mesmo alguns de origem nacional, como é citado em documentos reunidos no trabalho de Edgard Carone (1979) e por outros

⁷⁰ A Comissão dos jornalistas foi organizada pela burguesia paulista “setor mais astuto das classes dominantes”, para conseguir negociar com a liderança dos grevistas, já que a repressão pura e simples não bastava e o conflito aberto na forma de um levante ou uma revolta poderia estar próximo (MENDES; MARANHÃO, 1979, p. 320).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

autores citados anteriormente neste texto. Da mesma forma agiram os empresários e a burguesia em geral, demitindo os trabalhadores que tiveram participação importante na greve.

A Greve Geral de 1917 em Sorocaba e as categorias profissionais

Outros autores estão tratando especificamente dos eventos da Greve Geral em Sorocaba durante 1917, reconstituindo o fato histórico e analisando seu processo histórico. Nossa contribuição a esse esforço se dá no sentido de analisarmos alguns aspectos específicos presentes nesse processo. Dentre eles, precisamos conhecer minimamente algumas categorias profissionais que desempenharam papéis importantíssimos nesse fato histórico. Elas possuem dinâmicas próprias de formação dentro do proletariado. E, mesmo assim – ou apesar disso –, também desenvolveram a consciência de classe de pertencimento à *classe operária* e agiram *enquanto classe* em todo o período. Trataremos, portanto, dos ferroviários e dos têxteis.

Os ferroviários da Sorocabana e sua experiência na luta operária até 1914

Analisemos uma das categorias profissionais que, à época, possuía uma força social muito grande por trabalhar em uma atividade nevrálgica da economia agroexportadora do período: os ferroviários. Os trens eram o principal meio de transporte de pessoas e, principalmente, de mercadorias durante a Primeira República – também conhecida como *República Velha* – nas principais áreas produtoras do País. E isso era ainda mais importante para a economia paulista. Neste caso, foquemos na região atendida pela ferrovia Sorocabana. Portanto, cabe a pergunta: quem eram os ferroviários?

Se pensarmos em sua composição étnica, notamos que a grande maioria era composta por brasileiros (cerca de 82,5% do total de trabalhadores para o quinquênio 1926-1930) conforme amostragem proporcionada pelos registros da empresa⁷¹.

No início da construção da ferrovia, nos anos 1870, a contratação dava-se a partir da apresentação de líder de turma, ou empreiteiro, com turmas a partir de vinte homens. Tomamos por exemplo um anúncio para a contratação de operários para a construção da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, no mesmo período: [Quem] “apresentar-se com 20 trabalhadores ou mais, e quiser empregar-se [...] na mesma estrada, tomando a seu cargo o ponto de uma das turmas [...] pode [...] contratar-se, que lhe se dará bom salário.” – Informações na Rua da Penha, em Sorocaba (O SOROCABANO, 24/04/1870). Não foi diferente com a contratação de trabalhadores para as obras de construção da Sorocabana, mas raramente com anúncios em jornais.

Quanto à consciência de si próprios e de suas atividades, recorreremos a fontes diversas. Uma delas foi a memória oral. Os ferroviários, em seus depoimentos⁷², muitas vezes enxergavam-se

⁷¹ Cf. *Livros de Registros de Empregados da EFS*, (cinco volumes) Museu da Estrada de Ferro Sorocabana. Esses dados referem-se a um período em que boa parte das obras de expansão da ferrovia estavam concluídas, restando, entretanto, uma de suas maiores realizações, o início da construção da linha Mairinque – Santos.

⁷² Os depoimentos foram recolhidos durante a realização da Semana de História de 1988, promovida pelo curso de história da UNESP, *Campus* de Assis. Numa das fitas, foi gravado o debate em plenária, que se deu logo após o depoimento de Guarino Fernandes dos Santos, um antigo dirigente sindical dos ferroviários, atuante nas décadas de 1950 e início dos anos 1960, até o Golpe Militar. O pai de Guarino F. dos Santos foi dirigente sindical local dos ferroviários em Piracicaba-SP, nos anos 1930 (SANTOS, 1987). Nesse debate, vários antigos trabalhadores e sindicalistas saídos de seu meio expuseram, em apertes, casos a respeito do cotidiano do trabalho, bem como

como agentes diretos do progresso material e cultural das regiões interioranas tocadas pelos trilhos das empresas onde trabalhavam. Consideravam que muitos municípios existentes no século XX não passariam de pobres povoações ou nem mesmo existiriam, se não fosse o contato com a “civilização” proporcionado pelo trem⁷³. Esse progresso se materializava pelo incremento das atividades comerciais, agrícolas e industriais fomentadas pela facilidade do transporte possibilitado pelos trens. Além disso, havia o contato com o resto do país e boa parte do mundo proporcionado pelos fios do telégrafo, que acompanhavam os trilhos pelo interior do país, operados ambos pelas empresas ferroviárias. O crescimento e desenvolvimento econômico local também foi incrementado pelo aumento populacional, com a chegada de novos contingentes, como os de trabalhadores da ferrovia e pela vinda de imigrantes e populações de outras partes do País.

Os ferroviários desempenharam importantes papéis no cotidiano dessas cidades do interior paulista. As atividades de suas associações recreativas e esportivas dinamizaram o lazer e o esporte dessas cidades. Em outros casos, parte do coletivo ferroviário foi responsável direto pela instalação de cursos de alfabetização para adultos; criaram cursos de formação profissional para jovens e adultos, principalmente através do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, durante a década de 1930. Primeiro, essas iniciativas eram direcionadas à comunidade local dos ferroviários e, após algum tempo, seus benefícios estendiam-se à comunidade em geral, quando parte do custeio desses serviços sociais era assumido pelas respectivas prefeituras municipais. Em muitas cidades, não

de sua atuação sindical, revelando fragmentos de sua consciência de classe e de sua visão de mundo.

⁷³ Cf. depoimento escrito do antigo ferroviário Álvaro B. Gomes, Semana de História Regional, projeto História Oral, UNESP, Assis: 05/04/1988.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

só as atendidas pela Sorocabana, alguns ferroviários despontaram na política, primeiro representando o coletivo de sua categoria dentro do proletariado, depois, em alguns casos, representando a classe operária no geral e, em outros, a comunidade local.

Alguns trabalhadores demonstraram a consciência de classe apenas ao nível sindical. O nível e a clareza de sua consciência de classe variaram caso a caso, muito provavelmente, correspondendo ao nível de escolaridade e às diferentes trajetórias pessoais. Alguns tiveram participação política como vereadores, deputados estaduais e federais, ao longo dos anos 1940, 1950 etc., e até mesmo como prefeitos municipais, como em Assis, por duas vezes⁷⁴ e quase em Sorocaba, com a candidatura - derrotada, mas expressiva e bem votada - de Alonso Gomes, em 1947, e da numerosa bancada de vereadores comunistas eleitos, alguns dos quais, ferroviários⁷⁵.

Essas foram experiências individuais. Se olharmos para os ferroviários coletivamente, veremos que a categoria variou em sua atuação política e, ao que parece, em seu nível de consciência, conforme o momento e o contexto político e social. Através de pesquisas (ARAÚJO NETO, 2006), sabemos que os ferroviários criaram entidades organizativas de cunho mutualista e beneficente, desde o final do século XIX e durante todo o período que vai até o final dos anos 1940. Esses trabalhadores também organizaram greves parciais e quase que gerais, nos anos de 1914 e 1919, bem como participaram da Greve Geral de 1917 em Sorocaba e recusaram-se a “furar greve”, quando do

⁷⁴ Cf. depoimento de Álvaro B. Gomes, Assis: 05/04/1988.

⁷⁵ Esses trabalhadores e líderes operários comunistas precisaram concorrer sob outra legenda - PST - nesse ano de 1947, por causa da proibição do PCB, em virtude do clima de Guerra Fria, que também contaminou o Brasil (CAVALHEIRO, 2001).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

movimento paredista, ocorrido em 1907 na Cia. Paulista de Estradas de Ferro (CALVO, 1994).

Em janeiro de 1896, fundou-se uma grande sociedade dos ferroviários e a maior até então de Sorocaba: a Sociedade Beneficente dos Empregados da Companhia União Sorocabana e Ituana⁷⁶. As reuniões preparativas vinham de algum tempo e, no início do mês de janeiro, realizou-se a reunião definitiva na casa do trabalhador David Augusto (A VOZ DO POVO, 19/01/1896), criando a entidade.

Houve grande festa e para ela foram convidadas associações, autoridades, como o Juiz de Direito da Comarca e personalidades de “reconhecida honestidade”. Houve batismo do estandarte da Sociedade, sendo ela apadrinhada por “S. Ex^ª Reverendíssima”, “bispo conde de Sto. Agostinho”. A festa foi realizada em salão da Fábrica Sta. Rosália. A Sorocabana cedeu trens “à toda hora” para transportar pessoas da estação até a fábrica. À noite, houve leilão de prendas. Durante o dia aconteceu o desfile da associação e de seus convidados por algumas ruas do centro da cidade. Nos dias seguintes, houve leilões beneficentes em prol dos sócios desvalidos.

O convite às autoridades e notáveis da cidade e região, servia para demonstrar que os operários eram respeitadores da ordem estabelecida, desviando os olhares preconceituosos e desconfiados provenientes da sociedade e das autoridades. A

⁷⁶ Em 1892, quando a Companhia Sorocabana adquiriu a Companhia Ituana, formando a União Sorocabana e Ituana, ou, simplesmente USI. Em 1904-5, devido à insolvência e proximidade da falência, a empresa foi encampada pelos governos estadual e federal, que a arrendaram à *Southern Railway Company*, consórcio formado pelos capitalistas Percival Farquahr, norte-americano, e o banqueiro francês Hector Legru, sendo então chamada Sorocabana Railway Company. Isso perdurou até a encampação pelo governo paulista em 1919, depois de longas disputas judiciais, políticas etc., devido à péssima administração privada estrangeira (ARAÚJO NETO, 2006).

presença das autoridades em eventos como esse, representava para o sistema, que se reafirmava constantemente, um reforço de seu poder e de seus princípios de hierarquia social, tanto mais importante para o regime republicano liberal-burguês que ainda estava em seus primeiros anos. Tratava-se de uma categoria do operariado que se expandia com a empresa, o que era notório para todas as pessoas esclarecidas e, porque, eram trabalhadores que operavam um setor fundamental da economia e um dos símbolos do progresso.

Outras entidades, todas de cunho mutualista e que os ferroviários procuraram criar, ainda que de forma rudimentar, uma espécie de previdência, apareceram nos anos subsequentes até a promulgação da Lei Eloy Chaves e a regularização da Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários da EFS, ao menos no que toca às iniciativas previdenciárias. Foram elas: A *Sociedade 25 de Julho*⁷⁷, criada em 1908 em Mairinque e transferida de lá para Sorocaba, em virtude da transferência do pessoal das oficinas para essa última cidade, em 1930. Começou com 67 sócios e, ao final dos anos 1920, possuía 1235; a *Beneficente Sociedade União Protetora dos Empregados da Estrada de Ferro Sorocabana*, que foi fundada por maquinistas e foguistas em 1º de janeiro de 1914, em Sorocaba⁷⁸ e ainda estava em funcionamento no final dos anos 1930; a *Sociedade 25 de Dezembro*, também em Sorocaba e atendendo ferroviários de toda a Estrada, fundada no início do século XX; e o *Centro Ideal Ferroviário*⁷⁹, fundado na capital paulista em 1927.

Muitas categorias profissionais de trabalhadores fundavam entidades mutualistas, isto é, de “mútuo socorro” em

⁷⁷ Revista *O Apito*, maio de 1932. A Sociedade 25 de Julho ainda existia ao final da década de 1990.

⁷⁸ *Estatutos da Beneficente Sociedade União Protetora dos Empregados da Estrada de Ferro Sorocabana*. Sorocaba, 1914.

⁷⁹ Revista *Nossa Estrada*, julho de 1939. Comentaremos mais a respeito dessa entidade quando tratarmos das lutas e relacionamentos do SFEFS.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

vista da inexistência de um sistema de seguridade social e mesmo de Saúde Pública. Tinham uma difícil existência devido a apertos financeiros diversos e poucas vezes duravam mais de duas décadas. Há farto material sobre o assunto na historiografia sobre as classes trabalhadoras e operária.

Porém, esse tipo de organização não resolvia o problema da representatividade da categoria como classe social e nem defendia seus interesses diante da sociedade. Um missivista, denominado “Operário da Sorocabana”, comparando o operariado norte-americano com o brasileiro, ressaltou o respeito recebido por aquele de parte de sua sociedade, o que não ocorria com o trabalhador brasileiro. O motivo dessa diferença estava na existência das “fortes organizações que sabem erguer o grito de alarma” quando viam os interesses dos operários americanos prejudicados. O operariado brasileiro não possuía esse tipo de organização, o que se refletia na situação do operariado local de Sorocaba (CRUZEIRO DO SUL, 09/08/1905).

Essa foi uma demonstração de consciência de classe. Mostra o ressentimento quanto à entidade então existente, no caso, a que foi criada em 1896, incapaz de defender os interesses da classe e o sentimento de falta de organizações de resistência, de natureza sindical, capazes de fazê-lo.

Não nos esqueçamos das duras condições de trabalho enfrentadas pelos operários, vítimas constantes de doenças contagiosas durante a execução das obras de construção e de expansão da ferrovia. As notícias sobre acidentes de trabalho também são constantes nas fontes: na imprensa, nos relatos dos memorialistas e dos antigos trabalhadores da empresa.

Outros problemas apareceram nas obras de construção de um ramal de Mairinque a Itu, em 1897. Para além das condições laborais, surgem problemas entre capital e trabalho. Ocorreu uma greve parcial local, motivada pela falta de pagamento. Foi a primeira notícia de greve, ainda que parcial,

encontrada na história da Sorocabana. O superintendente e “outras pessoas gradas”, dirigiram-se ao local para “dissuadir” os operários de seu intento que, segundo consta, era de danificar os trilhos assentados (A VOZ DO POVO, 28/06/1897). Tenhamos sempre em mente que esse era um tempo em que inexistia qualquer mediação institucionalizada especificamente para as relações entre capital e trabalho; por isso, algumas vezes, havia a reação violenta de trabalhadores lesados em seus direitos mais primários pelos seus contratantes.

Outras greves parciais e locais ocorreram nos meses de setembro e outubro de 1904. Em 5 de setembro, o pessoal da expansão da ferrovia em Agudos, representados por 80 grevistas, cercaram um de seus chefes, o Dr. Bacellar, que teve que pedir socorro à polícia (CRUZEIRO DO SUL, 17/09/1904). Novamente, pagamentos atrasados... O delegado de polícia, Alfredo Maia, garantiu o pagamento aos trabalhadores. Em outubro, os operários das oficinas de Mairinque declararam-se em greve pacífica, contra a vacinação obrigatória. Sua comissão entrou em entendimentos com o delegado Maia.

Pode parecer estranho para nós, já ao final da segunda década do século XXI, que problemas e conflitos entre capital e trabalho tenham sido mediados por autoridades policiais. Em muitos casos, como a história relata fartamente, a autoridade policial serviu basicamente para a repressão dos trabalhadores pura e simplesmente. Entretanto, em outros momentos, dada a inexistência de qualquer órgão de Justiça exclusivo para a questão, já que a ideologia liberal não previa isso, tais problemas acabaram sendo mediados por autoridades policiais. Hoje em dia isso seria um desvio de função; à época, seria um recurso para se evitar um conflito de maiores proporções entre policiais e trabalhadores em greve ou em protesto.

Em alguns casos, inclusive, foram os próprios trabalhadores que recorreram à polícia contra seus patrões!

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Poderiam acreditar que a instituição policial devesse ser imparcial e lhe coubesse aplicar a justiça, especialmente dentro de uma República, que deveria estar voltada ao bem comum, malgrado as experiências históricas como classe social destituída de representação institucional e de poder econômico experimentada dentro do mundo das relações de trabalho não revelassem isso... Talvez, ainda, tenham recorrido à polícia esperando providências paternalistas. O certo, contudo, é que os operários recorreram tanto às autoridades contra o excesso de exploração de sua força de trabalho praticado pela burguesia, quanto agiram independentemente, desencadeando a luta de resistência na exigência de seus direitos *enquanto classe trabalhadora*, dentro do sistema de relações de trabalho assalariadas.

Esse recurso aparecerá novamente em uma violenta greve dos ferroviários da então Companhia Sorocabana, pouco conhecida pela historiografia, mas brilhantemente apresentada pelo professor e historiador Carlos Carvalho Cavalheiro (2009). Trata-se da Greve dos Ferroviários da Sorocabana de 1901, na qual cerca de trezentos operários envolveram-se diretamente.

Antes de mais nada, esclareçamos: a violência nessa greve operária coube em sua maior parte às atitudes da direção da empresa e às autoridades policiais vindas da capital à Sorocaba, como destaca Cavalheiro (2009) com farta citação documental.

Desde o início do movimento, em julho de 1901, ele foi mal interpretado e muito mal divulgado em São Paulo pelos dois maiores jornais paulistas da época: *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*. O *Correio* ainda insistiu na interpretação da greve como movimento *político local*, mesmo depois de esclarecimentos da imprensa sorocabana através do jornal *O 15 de Novembro*.

Como afirma Carlos Cavalheiro em sua obra citada, havia um mal-estar na cidade, tanto entre a burguesia local,

como entre o operariado, com a mudança dos escritórios e administração da Cia. Sorocabana para São Paulo, assim como das oficinas para Mairinque. Para a burguesia tratava-se de um desprestígio político, que implicaria em diminuição de sua influência no cenário regional e estadual, além de eventuais perdas para o comércio local. Para os trabalhadores significavam dificuldades a mais de deslocamento e residência. Mas, um outro e grave problema estava em jogo: os atrasos de meses nos pagamentos dos salários dos ferroviários. Notemos que a empresa já estava em crise, aliás, quase que desde sua inauguração (ARAÚJO NETO, 2006) e nos próximos anos seria encampada pelos governos federal e estadual para ser concedida ao capital internacional para exploração.

Muito mais por isso que por outros motivos, os ferroviários declararam-se em greve e tomaram a iniciativa de cortar os fios telegráficos e de interromper o tráfego de trens entre Sorocaba e a capital, retirando o madeiramento da ponte metálica e fazendo uma barreira em frente para impedir qualquer passagem, encimada por uma bandeira vermelha (CAVALHEIRO, 2009, p. 39 e 44-45). Cavalheiro assevera que a chegada de tropas policiais da capital sempre representava ameaças e agressões. As autoridades políticas e policiais de Sorocaba procuravam intermediar a situação. Mas, com a chegada de infantes e de piquete de cavalaria da capital, com um delegado de polícia que provocou o afastamento oficial do delegado de Sorocaba, bem como na companhia de membros da direção da empresa, a situação ficou tensa. Houve desocupação da estação da ferrovia, bem como policiamento repressivo em todo o centro da cidade, com provocações e agressões, algumas graves, noticiadas pela imprensa local. Os soldados que passaram a guarnecer a estação o fizeram com baionetas caladas! O delegado designado pelas autoridades estaduais, Telles Rudge, instalou uma sala de interrogatórios na própria estação e uma prisão improvisada em um vagão de

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

trens. Houve ameaças e torturas (CAVALHEIRO, 2009, p. 47-52).

Interessante a postura dos representantes da empresa à sua chegada na cidade e primeiro contato com os manifestantes grevistas, que solicitaram conversação com uma comissão por eles formada, inclusive com apoio das autoridades municipais:

Ali chegadas aquelas autoridades, o nosso amigo ten. Alfredo Cardoso, em nome dos grevistas, disse-lhes que os operários em greve queriam apenas que lhes fosse feito o pagamento a que tinham direito, designando para, em comissão, entenderem-se com o superintendente da estrada, em nome dos grevistas, os senhores Francisco Loureiro, digno intendente municipal [prefeito], Antonio de Oliveira e o capm. Manoel Januario Vasconcellos.

Dirigindo-se à superintendência, em companhia do distinto delegado dr. Rudge, o sr. Superintendente recebeu a comissão de modo muito pouco cavalheiresco, tendo dito mesmo, que se a comissão vinha em nome do povo, que se entendesse com o dr. delegado, pois ele nada tinha com isso. (*O 15 de Novembro*, 11/07/1901, p. 1, *apud*. CAVALHEIRO, 2009, p. 40).

Concordamos com Cavalheiro ao considerar isso como uma clara manifestação do triste lema da República Velha: “A questão social é caso de polícia”. Aliás, consideramos mesmo esse episódio como didático. E, interessante, *O 15 de Novembro* era um jornal republicano burguês...

Mesmo após violências, prisões e detenções arbitrárias, com envio dos detidos a prisão na capital paulista, os ferroviários foram parcialmente vitoriosos, tendo seus pagamentos atrasados acertados. Entretanto, houve retaliações com demissão de grevistas. As oficinas e escritórios, no entanto,

foram de fato transferidos da cidade... Cavalheiro (2009, p. 53) considera que, apesar da vitória/derrota parcial e das violências sofridas, a experiência serviu para que os operários se descobrissem enquanto classe e descobrissem o “caminho da luta”. Consideramos que essa descoberta era algo já em curso; mas o episódio foi, no mínimo, “didático”, embora a luta de classes não ficasse totalmente clara: elementos da burguesia local colocaram-se - ao menos formalmente - ao lado dos trabalhadores e figuraram, com eles, como parcialmente perdedores. Certamente, à burguesia local, a derrota foi muito maior e mais séria, especialmente em sentido político amplo. O recurso a políticos e autoridades burguesas/oligárquicas ainda ocorrerá em outro importante episódio de greve, treze anos mais tarde.

Os anos 1900 serão férteis em “ensinamentos” e experiências sociais e políticas ao proletariado sorocabano, bem como em muitos lugares do Brasil onde houvesse estabelecimentos fabris, ferroviários e portuários. A luta de classes entre o proletariado e a burguesia aliada às oligarquias latifundiárias (ou se misturando física e socialmente com elas) ganhava relevo, conforme ampla produção historiográfica a respeito. E isso prossegue na década seguinte, com maior adensamento do processo. Durante a década de 1910, ocorreram as duas maiores greves dos ferroviários da Sorocabana até 1934, quando seu sindicalismo oficial estava plenamente organizado e em ação (ARAÚJO NETO, 2006).

A década de 1910 foi marcada por importante militância libertária nos principais centros fabris brasileiros, notadamente no que é hoje a região Sudeste. Inclusive nas cidades interioranas, que possuíam importantes concentrações operárias. Mas, não podemos avaliar a penetração dos ideais libertários e, ou, sindicalistas revolucionários entre os ferroviários da Sorocabana; as fontes nos dão indícios imprecisos. Em pesquisas anteriores (ARAÚJO NETO, 2005),

constatamos que as categorias mais influenciadas pelos libertários no início do século XX, foram os têxteis e os pedreiros, seguidos dos trabalhadores em calçados e chapeleiros; pouco se falou dos ferroviários. Apenas aparecem nas páginas do *O Operário*, jornal que representa a classe operária sorocabana entre 1909 e 1913, três denúncias de acidentes de trabalho nas dependências da Sorocabana.

Não obtivemos qualquer notícia direta da existência de alguma organização de resistência dos ferroviários. Somente em 1913, já ao final da série arquivada d'*O Operário*, é que está publicada uma carta da União Operária de Sorocaba, dirigida à administração da então Sorocabana Railway, reconhecendo o valor dos engenheiros e sua importância e pedindo para que eles também reconhecessem o valor de operários e trabalhadores sob suas ordens e dessem-lhes aumento nas diárias, para combater o encarecimento do custo de vida (*O OPERÁRIO*, 19/01/1913). Essa atitude da União Operária e os poucos indícios anteriores, sugerem a existência de ferroviários em seu quadro social. Contudo, se havia de fato, deveriam ser poucos.

De qualquer modo, essa carta publicada na imprensa operária poderia ser tomada como um aviso do que viria no ano seguinte. A greve de 1914 nem se compara às poucas anteriores de que temos notícias, parciais e restritas aos trabalhadores empregados na expansão para outros municípios e ligação com a linha da Ituana.

Como resultado de uma situação que se arrastava desde o ano anterior e mesmo com a forte crise que se abateu sobre o país, com o início da I Guerra Mundial, que provocou o fechamento de várias fábricas e empresas e forte onda de desemprego, os operários da Sorocabana Railway entraram em greve, paralisando quase que totalmente os serviços da estrada. E a situação de pré-greva já era de amplo conhecimento da empresa e mesmo da sociedade, haja vista a circulação de

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

boletim a respeito (CRUZEIRO DO SUL, 26/10/1914) entre os ferroviários. No texto exigiam-se os salários de julho, a volta da jornada de dez horas diárias, sendo as demais pagas como extraordinárias e duas folgas por mês remuneradas. Todos deviam se unir, pois “o companheiro que não for leal, será sentenciado pelos outros”. Reivindicavam a volta dos direitos até dia 25 de outubro, ou entrariam em greve. Assinava a *União dos Ferroviários*, em 9 de outubro de 1914. Insatisfeitos com a situação na empresa, os trabalhadores enviaram, no dia 26 de outubro, uma comissão à redação do *Cruzeiro do Sul*, jornal de Sorocaba, declarando que estavam prejudicados pelas medidas que visavam economia de recursos na Sorocabana Railway (CRUZEIRO DO SUL, 27/10/1914). O movimento iniciado havia poucas horas, tinha seu manifesto feito ao público.

Esse movimento teve envergadura regional, não se resumindo somente às oficinas, estação e armazéns de Sorocaba. Como as linhas férreas da Sorocabana se estendiam a vários municípios, havendo sempre numeroso grupo de empregados trabalhando e morando neles, a greve se estendeu pelo Sudoeste paulista, desde a capital do estado, chegando, inclusive, à Piracicaba, atendida desde 1879 pela Cia. Ituana que fora adquirida pela Sorocabana em 1892, e a Botucatu.

Em cada localidade houve ações e atos dos grevistas para impedir o funcionamento ordinário da empresa. Em São Paulo, os grevistas impediram a saída dos trens. As autoridades, logo notificadas, tomaram medidas repressivas contra os trabalhadores, recebendo reforços policiais. Em Botucatu e Piracicaba, foram impedidas partidas de trem e houve reforço policial para garantir que os trens seguiriam viagens.

Em Sorocaba, na madrugada do dia anterior, 25 de outubro, os grevistas pararam os trens que chegavam à estação, desconectaram as máquinas das composições e guardaram-nas nos depósitos. Os passageiros foram obrigados a desembarcar, reclamando fortemente contra a empresa. Às onze da manhã

desse dia 25, nas dependências do almoxarifado da ferrovia, os grevistas reuniram-se com autoridades locais, a chefia da empresa na cidade e personalidades da sociedade, como o conhecido Dr. Octávio Moreira Guimarães, que se destacara, um ano antes, no processo que culminou na prisão do professor e redator d’*O Operário*, J. J. Rivier (ARAÚJO NETO, 2005; CAVALHEIRO, 2009, p. 119 e 120) – situação no mínimo, curiosa... Com a chegada de mais reforços policiais, os grevistas reunidos com as autoridades, consentiram a partida de alguns trens. Os trabalhadores queriam que suas reivindicações e exposição dos fatos chegassem ao Secretário de Agricultura do Estado, autoridade que se responsabilizaria pela indicação de medidas que os atendessem. Telegrafaram ao deputado estadual Campos Vergueiro e pediram para que ele interviesse em seu favor junto ao governo estadual. O deputado afirmou que já tinha tudo resolvido... Contudo, no dia seguinte, 26 de outubro, o delegado de polícia em Sorocaba comunicou que havia por volta de cem operários em greve e três trens de passageiros parados por falta de maquinistas. O delegado pediu à capital um reforço de sessenta homens.

Em 27 de outubro, os grevistas continuaram insistindo na paralisação dos trens. Um trem cargueiro, foi interceptado no Km 114, levado a Sorocaba, desconectado e a máquina recolhida ao depósito. Em outra composição, essa de passageiros, não conseguiram desligar a máquina devido à presença de uma guarnição policial; contudo, desviaram o trem, por chave de linha, para o ramal da fábrica têxtil Nossa Senhora da Ponte. Entre essas duas façanhas, foram presos seis grevistas. Seus advogados entraram imediatamente com “*habeas corpus*”.

As autoridades diziam que a direção da Estrada havia aceitado as reivindicações; voltaria a pagar os salários com referência a junho e as horas pendentes. A comissão dos grevistas foi à capital negociar diretamente os interesses dos trabalhadores.

Em 28 de outubro, a greve se encerrava com a vitória dos “reclamantes”, isto é, dos trabalhadores. Os operários não conseguiram, porém, a readmissão de seus companheiros demitidos pelo corte anterior. O *Cruzeiro do Sul* homenageou o deputado Campos Vergueiro, o “único”, segundo a redação do diário sorocabano, que tomou parte dos acontecimentos como representante dos trabalhadores.

Analisando as atitudes dos ferroviários durante a greve, em pedir apoio a um deputado⁸⁰ e mandar suas reivindicações para uma autoridade do governo estadual para que esta as intermediasse, vemos que não eram liderados ou dirigidos por libertários, o que nos leva a cogitar sobre a presença de outros tipos de lideranças em seu meio. Provavelmente, não seriam socialistas, pois Campos Vergueiro não pertencia a qualquer agremiação dessa natureza. Poderiam ser sindicalistas “amarelos”, que predominavam entre os ferroviários cariocas. Essas tendências “amarelas” usavam com certa habilidade a influência da massa, em negociações com políticos diversos e empresas. Muitas vezes, acabavam por transformar a categoria na qual atuavam em base eleitoral para determinados políticos, individualmente. Em geral, seu sindicalismo se pautava pela ausência de linhas ideológicas claras ou determinadas, primando mais pela obtenção de resultados imediatos.

Essa foi uma greve bem planejada, que abrangeu os trabalhadores da ferrovia em Sorocaba, São Paulo, Botucatu e

⁸⁰ Na Câmara dos deputados estaduais, os ferroviários também foram citados e defendidos por outro deputado, João Martins, que se declarou convencido sobre a “[...] crueldade mesmo com que essa empresa trata seus empregados”, momento em que foi apoiado pelo deputado Campos Vergueiro. (Cf. Discurso do deputado João Martins na Sessão Ordinária de 6 de novembro de 1914. *Câmara dos Deputados do Estado de S. Paulo. Annaes. Sessão Extraordinária e Ordinária de 1914 - 2.º anno da 9.ª Legislatura*; organizados pelos tachygraphos Horacio Belfort Sabino e Numa de Oliveira. São Paulo: Typographia Vanordem, 1915, p. 464.)

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Piracicaba. Foi a primeira greve de vulto, que constatamos na história da Sorocabana e, foi bem-sucedida.

Nós veremos novamente os ferroviários alguns anos mais tarde, junto às demais categorias profissionais que protagonizavam a cena social em Sorocaba. Eles participaram das grandes greves em São Paulo e em outros pontos do Brasil. Em Sorocaba, participaram nos quatro dias da Greve Geral, de 16 a 20 julho de 1917, da mesma forma como nas demais localidades do país, em conjunto e em solidariedade aos outros companheiros de classe, como apontam as páginas do *Cruzeiro do Sul*, periódico que noticiou os “sucessos”, como se dizia nesse tempo.

Os trabalhadores têxteis e a Greve Geral de 1917

Partimos do contexto da Greve Geral de 1917, que abalou as estruturas sociais da velha República. Retomemos as lutas de outras categorias profissionais daquele contexto, sobretudo, os trabalhadores da indústria têxtil. Consideramos relevante a experiência cotidiana como um elemento significativo para a eclosão da greve, pois homens e mulheres não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, mas também como sentimento, e lidam com esse sentimento em relação à cultura, normas e valores (THOMPSON, 1981). Essa experiência pode ser tanto uma *experiência vivida*, e que passa ao longo da vida segundo seus padrões de ver o mundo, e uma *experiência percebida*, significativa no que se refere à consciência social (MARTINS, 2006).

A experiência permitiria aos sujeitos escaparem de certas particularidades que viabilizam a reprodução estrutural e possibilitaria, dessa forma, que homens e mulheres realizem sua própria história, ou seja, seria a partir dela que se desenvolveria uma consciência coletiva, permitindo que a classe modificasse as relações estabelecidas. Mas quais seriam essas experiências que possibilitaram uma consciência coletiva, uma consciência de

classe? Remetemos às relações cotidianas de trabalho, as condições precárias, o trabalho de menores no interior das grandes indústrias, as formas de controle como os eventos patrocinados pelos industriais com cervejas, músicas, piqueniques, missas e esportes. Por outro lado, a dimensão cultural entre as diversas origens dos trabalhadores têxteis, italianos, espanhóis e brasileiros e que expressaram sua religiosidade, formas de interação social e língua, foram elementos importantes na formação da classe operária.

Até 1917 os conflitos étnicos, greves, manifestações culturais, reivindicações e formas de organização dos trabalhadores foram formas expressivas do fazer da classe. Mesmo em outros setores fora do mundo industrial, o desenvolvimento de um movimento classista nas relações entre capital-trabalho já era aparente⁸¹. As primeiras organizações da classe trabalhadora e industrial apareceram a partir das agremiações operárias, de socorro mútuo e a imprensa operária. Nesse contexto, a imprensa observava com receio essas associações.

Fundou-se a Sociedade Operaria em janeiro. Muitos entusiastas adheriram á ella na fundação, outros depois de a estudar. A propaganda pró e contra já diminuiu de intensidade. Muitos operarios tem medo de unirem-se, dizendo que os patrões os olharão como a inimigos. Não há tal. E' preciso que se comprehenda que a sociedade iniciada tem por fim a beneficencia e a instrucção, nada poderá ella fazer contra os patrões. Nestas épocas em

⁸¹ Em 1888, os empregados do comércio pediram através da imprensa para que os comerciantes fechassem as portas dos estabelecimentos comerciais aos domingos e dias santificados ao meio dia (DIÁRIO DE SOROCABA, 13/11/1888). Em 1890 ocorreu a greve na fábrica Pereira & Villela com a intervenção policial (DIÁRIO DE SOROCABA, 22/11/1890).

que o deleterio socialismo vae solapando o operariado, sugando aos poucos sua lealdade no serviço, vemos repudiadas todas as idéias de união. O operario teme as consequencias de um socialismo mal entendido, de um anarchismo filho da dynamite e do assassinato. E' preciso que os dois mil e tantos operarios de Sorocaba compreendam para que devem se unir. E' preciso que a associação repudie o anarchismo e o Socialismo. (CRUZEIRO DO SUL, 27/02/1904)

Na virada do século, o socialismo possuía vários adeptos, militantes que vieram dos movimentos abolicionistas e republicanos. Muitos desiludidos com a República migraram para o socialismo, que ainda poucos conheciam (ARAÚJO NETO, 2005). Segundo Araújo Neto, devido à quase ausência de socialistas no meio operário na cidade, os anarcossindicalistas e anarquistas tomaram seu lugar. Para o brasileiro Sheldon Leslie Maran (1979), o anarcossindicalismo e seus militantes dominaram a liderança do primeiro movimento operário brasileiro onde na sua maioria eram de homens e mulheres vindos da Europa. Rodeada pela luta ideológica entre correntes libertárias e o liberalismo excludente, os trabalhadores encontravam-se no epicentro de disputas políticas no período; associações que tendiam de um lado ou do outro, um revogava a luta, outro a conciliação⁸².

Assim, a experiência política dos trabalhadores se desenvolvia com suas primeiras organizações no final do século

⁸² Entre as associações encontrava-se a Sociedade Beneficente União Operária que funcionava através das mensalidades dos associados e continha uma sede na rua São Bento e no ano seguinte foi transferida para a rua do Rosário n° 26 Seu presidente, Pedro de Mello Pacheco, aproximava-se da alta sociedade sorocabana e revogava a união dos operários, conciliação com o patrão e negação do socialismo e anarquismo (CRUZEIRO DO SUL, 19/10/1904, 04/01/1905 e 19/07/1905).

XIX e na primeira década do século XX, sobretudo, com o desenvolvimento da imprensa operária. Quando o ano de 1917 apontava com sua conjuntura de guerra global, uma revolução na Rússia, a intensificação produtiva, o arrocho salarial, o aumento do custo de vida e as velhas reivindicações de classe não atendidas no decorrer da história da velha República, o estopim da greve em São Paulo foi o suficiente para as paralizações espalharem-se para as outras regiões do país, entre as quais, Sorocaba⁸³.

O ano de 1917 iniciava-se com algumas greves na cidade. Em maio haveria uma intervenção policial na fábrica de tecidos Votorantim devido a uma greve, na qual oito operários foram demitidos e logo após seu fim foram readmitidos (CRUZEIRO DO SUL, 12/05/1917). No dia 13 de julho o jornal *Cruzeiro do Sul* noticiava a greve na capital paulista (CRUZEIRO DO SUL, 13/07/ 1917), em 17 de julho a greve em Sorocaba foi noticiada pelo mesmo jornal. Os bondes, o comércio, as fábricas de tecidos Nossa Senhora da Ponte, Santo Antônio, Votorantim, Santa Rosália, Santa Maria, São Paulo e a de chapéus Souza Pereira paralisaram.

Iniciada na fábrica de tecidos Nossa Senhora da Ponte, os trabalhadores dirigiram-se à fábrica Santo Antônio ao lado. Logo no portão, foram impedidos, entretanto, forçaram a entrada, conseguindo a adesão à greve por parte dos trabalhadores da Santo Antônio. Desceram para a Sorocabana Railway e depois para a Souza Pereira “[...] cujo portão foi arrombado por alguns operários exaltados” (CRUZEIRO DO SUL, 17/07/1917).

⁸³ De acordo com Castellucci (2005), durante a Primeira Guerra Mundial países como o Brasil intensificaram a exportação de produtos alimentícios, resultando numa escalada de preços no mercado interno e o aumento do custo de vida.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Parte dos trabalhadores caminhou para a Fábrica Santa Rosália, conseguindo sua adesão e, concomitantemente, muitos trabalhadores concentraram-se na fábrica de tecidos Santa Maria, reunindo-se com os operários da fábrica São Paulo, de Arreios Ferreira & Cia, de calçados Soares, de tecidos Votorantim e a de calçados Fausto (CRUZEIRO DO SUL, 17/07/1917).

Entre as grandes indústrias têxteis, a Votorantim detinha uma peculiaridade: a fábrica localizava-se afastada do centro urbano; apenas uma estrada de ferro ligava o núcleo fabril e a cidade de Sorocaba⁸⁴. Havia em média 1500 trabalhadores com crescente número de moradores na vila operária (CRUZEIRO DO SUL, 27/07/1917) e que conviviam sob o controle social do empresariado local.

A fiscalização vai até as visitas recebidas pelos operários! É certo que as casas dos operários estão num recinto cercado de arame, propriedade particular; mas neles habitam homens livres (?) inquilinos que pagam, e muito, e não servos da gleba. (A TERRA LIVRE, 16/05/1906 *apud* RIBEIRO, 1988, p. 184)

A moradia era alugada e descrita pela imprensa operária como “casebres imundas e insalubres” (O OPERÁRIO, 9/07/1911). Eram observadas pelo braço direito do patronato, gerentes, mestres e contramestres e pelas autoridades policiais. Haveria naquele ambiente todo um *modus operandi* disciplinador e de controle da classe operária. A cada festa, havia representantes políticos, além de professores, juízes, subdelegados, etc. Por isso a inauguração da associação dos

⁸⁴ A distância que ligava a fábrica e o município era de 7 Km (HARDMAN; LEONARDI, 1982; ARAÚJO NETO, 2005; FAUSTO, 1976).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

operários da fábrica Votorantim a R. M. Votorantim teve a presença de ilustres, com *buffet*, dança e discursos.

Ao entrarmos no recinto da associação, fomos recebidos por uma comissão de socios compostos dos srs. Vicente Angrisani, Leopoldo Bastos e Francisco do Nascimento, que nos acumularam de amabilidades e nos apresentaram ao sr. cap. Nascimento Filho, illustre presidente desta novel sociedade. (CRUZEIRO DO SUL, 13/08/1907)

O Capitão Nascimento Filho, que presidiu a sociedade dos operários da fábrica de tecidos Votorantim, foi também o subdelegado daquele distrito. Além disso, alguns membros da diretoria e sócios foram figuras ilustres daquela sociedade. Por isso, logo na inauguração, os discursos ficaram por conta do orador da sociedade, Dr. Gentil Fontes, o juiz de direito Silva Barros e o Capitão Nascimento Filho; além desses, a saudação aos operários da fábrica foi realizada por uma figura do Partido Republicano, o Sr. Ferreira Braga (CRUZEIRO DO SUL, 13/08/1907).

Em suma, os conflitos na fábrica de tecidos Votorantim apresentavam-se em 1917 potencializados, e somados ao aumento de preços naquele ano e as dificuldades financeiras, ocasionando a precarização das condições de trabalho e de vida do operariado, resultaram em paralizações, antecipando as da Greve Geral de julho. A greve ocorria quase um mês antes da paralização geral, quando os investidores da parte arrendada tentaram colocá-la em funcionamento, mas o movimento grevista paralisou todo o processo produtivo (CRUZEIRO DO SUL, 17/071917).

Quando iniciou a Greve Geral, as autoridades locais solicitaram rapidamente apoio das forças federais e de membros do Tiro de Guerra nº 359, sob o comando do sargento Antônio

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Pereira de Carvalho (CRUZEIRO DO SUL, 17/07/1917). Ao todo, 10 mil operários paralisaram, um número muito significativo no que se refere a uma cidade que até 1912 detinha a média de 35 mil habitantes (CRUZEIRO DO SUL, 01/05/1912), o que levou as autoridades solicitarem reforço de policiais da capital e forças federais (CRUZEIRO DO SUL, 22/07/1917).

Na manhã seguinte, algumas fábricas reabriram, mas os trabalhadores das indústrias têxteis continuaram em greve. A chapelaria Souza Pereira passou a negociar as tabelas de salários (CRUZEIRO DO SUL, 22/07/1917) e a imprensa solicitava ao operariado o retorno ao trabalho. Assim, o jornal descreveu: “De novo apellamos aos operarios e pedimos-lhes que regressem ao serviço. A classe proletaria, beneficiada com diversas concessões, vae gosar de uma nova era de paz e de relativo conforto” (CRUZEIRO DO SUL, 18/07/1917).

As negociações entre a classe operária e os industriais foram realizadas na delegacia de polícia e foi presidida pelo empresário e proprietário da Fábrica Santa Rosália, Frank Speers. Representando o operariado, cinco membros de sua liderança negociavam as reivindicações. Entre as primeiras propostas estavam a redução da jornada de trabalho para 10 horas, 20% de aumento salarial, pagamento extra para trabalhos que excedem a hora da jornada estabelecida, o pagamento por metro e não por peça, e a não demissão de trabalhadores após o fim da greve (CRUZEIRO DO SUL, 18/07/1917).

Mesmo após um breve acordo na mesa de negociações, a imprensa e empresários preocupavam-se com a continuidade da greve e sua radicalização, principalmente após os acontecimentos na Sorocabana Railway, onde os ferroviários arrancaram os trilhos da via férrea e cortaram os fios do telégrafo (CRUZEIRO DO SUL, 18/07/1917). Após as negociações, no dia 18 os industriais aguardavam a volta dos trabalhadores, o que não ocorreu. Passaram então a ameaçar o

fechamento das fábricas por tempo indeterminado (CRUZEIRO DO SUL, 19/07/1917). O retorno aconteceria apenas 3 dias após o início da greve, mas apenas a Votorantim continuaria paralisada devido aos problemas salariais.

Foi enviado um representante da Força Pública, Durval de Castro e Silva, subdelegado de polícia do distrito de Votorantim, para “conseguir a conciliação” entre o operariado e a direção da fábrica. Os trabalhadores demitidos pela empresa foram readmitidos, reduziram-se as horas de trabalho para 10 horas diárias e o aumento de 10% no salário (CRUZEIRO DO SUL, 27/07/1917).

Todavia, os conflitos continuariam no ano seguinte, desta vez contra os abusos do contramestre Pedro Fornoni, que acabou ferido após fugir dos “operários exaltados”, tendo ainda a intervenção da polícia da capital paulista (CRUZEIRO DO SUL, 19/01/2018). Outra paralização geral ocorreria em maio do mesmo ano, devido às tentativas de aumento da jornada de trabalho, mas não foram aceitas pelos trabalhadores têxteis, que logo decidiram pela greve. Para conter outra grande manifestação, desembarcaram na cidade 50 praças da Força Pública (CRUZEIRO DO SUL, 24/05/2018), em nota, o delegado recomendou que agiria com energia “contra todo aquelle que pretender perturbar a tranquilidade publica, declarando desde já, <<expressamente prohibidos quaesquer ajuntamentos, passeatas e meetings>>” (CRUZEIRO DO SUL, 15/06/2018). Em junho a greve radicalizava-se devido o aumento do custo de vida e, em resposta, as autoridades do Estado realizaram diversas prisões e os industriais demitiram parte dos trabalhadores (CRUZEIRO DO SUL, 19/06/2018), substituindo-os em seguida (CRUZEIRO DO SUL, 20/06/2018).

A onda de greves não terminaria, mesmo com todas as ações realizadas pelos empresários e pelas autoridades públicas. A luta da classe operária de Sorocaba continuaria no ano de

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

1919, tornando-a, dessa forma, protagonista de sua própria história. Assim, mais do que reivindicações, a Greve Geral de 1917 foi o amadurecimento do operariado, desenvolvido em formas de solidariedade, identidade e consciência coletiva - de classe -, resistindo contra todas as formas de exploração proporcionadas pelas relações entre capital e trabalho, entre as conquistas de direitos e a resistência do empresariado em cedê-los, entre avanços nas condições de vida promulgadas por leis e a luta empresarial pela “flexibilização” de direitos que possibilitem o aumento da taxa de lucro.

Novamente os ferroviários: a Greve Geral de 1917 e a Grande Greve de 1919

Em relação à Greve Geral de 1917 em Sorocaba, a adesão dos ferroviários se deu no momento da chegada dos manifestantes às oficinas da ferrovia, logo após terem partido da fábrica têxtil Nossa Senhora da Ponte, origem do movimento grevista, e terem conseguido a adesão dos operários da fábrica vizinha - a Santo Antônio. E isso já no começo da manhã de 16 de julho de 1917.

Desse momento em diante, a manifestação com grande quantidade de trabalhadores percorreu as ruas do centro de Sorocaba, indo de fábrica em fábrica, conseguindo a adesão dos trabalhadores. Uma certa tensão ocorreu na Chapelaria Souza Pereira, que teve seu portão arrombado e a entrada forçada dos grevistas. Até o comércio e o serviço de bondes - transporte coletivo da época - paralisam-se.

A reação policial e da repressão não se fez esperar: tropa do Exército, vinda de Ipanema, estabelecimento metalúrgico e de fundição na área rural e florestal de Sorocaba, ocuparam as oficinas da Sorocabana. Da capital do estado chegam cerca de sessenta homens da Força Pública - antecessora da Polícia Militar paulista - e a unidade do Tiro de Guerra foi convocada para reforçar o policiamento do centro. Os bondes circularam

com soldados com “carabinas embaladas”. Um comício popular no centro da cidade foi dispersado por tropa que fez uso de espadins, isto é, de baionetas, ferindo operários e populares que participavam do ato público.

A esse ato de violência juntaram-se outros provocados, segundo as páginas do jornal *Cruzeiro do Sul*, por agentes policiais que provocavam e agrediam pessoas nas ruas durante os dias da Greve Geral. Como se não bastasse, um operário fora alvejado por soldado da guarnição do Exército na linha da ferrovia, quando estava à serviço (ARAÚJO NETO, 2005).

De qualquer forma, os trabalhadores acabaram vitoriosos em suas principais reivindicações, embora nem todos os estabelecimentos fabris adotassem as mesmas regras. Uma das reivindicações era a redução da jornada de trabalho para dez horas diárias! Se a reivindicação pode-nos parecer pouco ou nada ambiciosa hoje, para o momento vivido não deixava de ser um ato de coragem, um ato pré-revolucionário por parte dos trabalhadores que ousavam ir à luta. A jornada diária de trabalho de oito horas só será obtida no Brasil, oficialmente, depois da Revolução de 1930. Ela foi conseguida de forma passageira por algumas categorias isoladas por meio de greves já em 1919. Mas, tão logo o fervor da luta passou e a repressão calou as lideranças dos trabalhadores por meio de demissões e prisões - em alguns casos violentas e com espancamentos, como relata em suas memórias Everardo Dias (1977) -, essas conquistas se perderam...

Não houve ausência de reivindicações próprias dos ferroviários. A diretoria concedeu aumento salarial, de acordo com os salários praticados pela Mogiana⁸⁵, em igualdade de

⁸⁵ Os vencimentos dos trabalhadores da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro serviam de parâmetro para as reivindicações dos ferroviários da Sorocabana, já que o grupo de Farquhar tinha boa parte das ações dessa empresa, intervindo em sua administração.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

condições. “O pessoal de ambas as companhias recebeu com agrado esta resolução das diretorias”. A diretoria da Sorocabana Railway também resolveu fundar, junto à Associação Beneficente dos Empregados, uma cooperativa de consumo, para fornecer a preço de custo, gêneros de primeira necessidade. Um representante da diretoria veio a Sorocaba para “ouvir pessoalmente os seus subordinados e atendê-los” (CRUZEIRO DO SUL, 19/07/1917).

Não encontramos indícios de uma movimentação mais intensa dos ferroviários durante o agitado ano de 1918, conquanto em Sorocaba as manifestações dos trabalhadores continuassem. Em janeiro, houve greve e agressões com ferimentos à bala de um mestre de seção na Fábrica de Chitas [panos] Votorantim. Entre maio e junho, houve greves e tensão na cidade, com atentado frustrado na fábrica Santa Maria. Parte do operariado já se radicalizava ao sabor do contexto político e socioeconômico brasileiro e internacional – a Revolução Russa que levava ao poder um governo operário foi vitoriosa no início de novembro de 1917 e o movimento operário brasileiro acompanhava seu desenrolar com grande interesse e entusiasmo⁸⁶. Finalmente, houve um grave surto de *gripe espanhola* na cidade, que provocou sua paralização quase completa por quase duas semanas, inclusive da ferrovia (ARAÚJO NETO, 2005).

Mas, em 1919, os ferroviários da Sorocabana novamente organizaram e executaram uma grande greve. Seu movimento principal se deu ao lado da onda ascendente e tendente à Revolução da classe operária nesses anos.

⁸⁶ Moniz Bandeira e seus parceiros na obra *O Ano Vermelho* (1980) retratam em tons vívidos o clima revolucionário que se levantava entre o proletariado brasileiro, também influenciado pela onda revolucionária que varria a Europa e que começara na Rússia, em fevereiro de 1917.

No dia 8 de maio, os ferroviários das oficinas de Sorocaba aderiram às centenas, a um movimento grevista dos operários têxteis, embora principiassem a voltar ao trabalho dois dias depois. Sua greve propriamente dita começaria ao terminar a deles e acabou assumindo caráter interprofissional. Mal acabava a greve de maio (de 6 a 26 de maio) dos têxteis e demais trabalhadores, iniciava-se outra na Sorocabana por aumento de salário. Essa foi ainda mais séria que as greves de 1914 e 1917. Mês e meio depois de seu término, a empresa foi encampada pelo governo estadual.

Em 26 de junho (CRUZEIRO DO SUL, 27/06/1919), inicialmente, os operários das oficinas de Sorocaba se declararam em greve pela conquista dos mesmos direitos concedidos aos seus companheiros de empresa, das oficinas de Mairinque. O que reivindicavam era, entre outras coisas, a jornada de oito horas diárias e aumento salarial de 30%, readmissão dos trabalhadores demitidos por motivos de greve⁸⁷ e a promessa de não haver perseguições futuras.

Confrontada, a empresa aceitou a jornada de oito horas, o que quase dobrava os salários dos maquinistas, foguistas, chefes de trens e outros, que trabalhavam 12, 15 até 16 horas por dia (!). O aumento salarial, porém, era impossível, a não ser que o governo concedesse aumento nas tarifas⁸⁸ ... A reunião da direção da Sorocabana com o governo, sobre um aumento nas tarifas, acabou inconclusa. Da mesma forma, sua proposta de suspensão do pagamento dos encargos do arrendamento; o

⁸⁷ Devemos notar que, provavelmente, após as greves de 1917, vários trabalhadores foram demitidos, nos meses subsequentes, como era prática dos empresários da época e de seus administradores.

⁸⁸ A concessão de aumento de tarifas àquela altura era impensável; isso poderia exaltar ainda mais os ânimos tanto da burguesia regional de toda a região servida pela ferrovia, como provocar reações populares devido ao efeito inflacionário que poderia ser causado. As referências a esse estado de espírito ficam muito claras no acompanhamento das fontes desse período.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

governo precisava de pelo menos 20 dias para analisar o assunto (CRUZEIRO DO SUL, 03/07/1919). Quanto às reclamações da Sorocabana Railway sobre a greve, o Secretário de Estado respondeu que esteve em contato pessoal com os grevistas, para fazer com que eles diminuíssem ao máximo suas reivindicações e que *caberia à empresa, de acordo com o contrato de arrendamento, a livre resolução dos problemas salariais de seus empregados*. O Governo estava pronto a intervir pela garantia da vida e da propriedade, não, porém, *em questões trabalhistas* (CRUZEIRO DO SUL, 08/07/1919). Vemos aí a mais típica manifestação concreta do liberalismo, de resto, o sistema ideológico operacional dos governos brasileiros desse período⁸⁹.

Resolutos em seus objetivos, os ferroviários se negaram a voltar ao trabalho antes de um acordo. O movimento se espalhou para outras cidades atendidas pela ferrovia: Itapetininga, Botucatu e Mairinque, onde os grevistas impediram a passagem de trens de carga; os de passageiros foram liberados (CRUZEIRO DO SUL, 29/06/1919). O tráfego no interior, além de Sorocaba, interrompeu-se completamente. Só circulavam trens de passageiros entre Sorocaba e São Paulo. Para Maria de Fátima S. Moreira (1989), os grevistas apelaram para a consciência de classe de seus companheiros da Sorocabana e de outras empresas. Pediram para que os ferroviários de outras companhias não se tornassem substitutos “fura-greves”, os famosos “crumiros”, e que também se recusassem a executar trabalhos de manutenção em materiais provenientes da Sorocabana nas empresas e oficinas onde trabalhavam.

⁸⁹ A coleção *Brasil Republicano*, da editora Civilização Brasileira, tem como seu primeiro volume *O tempo do liberalismo excludente*, título que define muito bem o período denominado Primeira República, também conhecido como “República Velha”.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Empresários, comerciantes e agricultores da região protestaram contra qualquer aumento de tarifas que viesse a ser concedido à Sorocabana. Consideravam-se em má condição financeira para poder suportar o aumento de custos e despesas. Os homens de negócios fizeram constantes reclamações na imprensa sobre os prejuízos que tinham, por conta do atraso da chegada de encomendas e do envio de mercadorias. A burguesia regional reuniu-se no teatro Rio Branco, na capital, a 2 de julho, para discutir a situação gerada pela greve e o aumento de tarifas na Sorocabana. O resultado foi publicado na imprensa em forma de carta aberta. As reclamações contra a empresa começavam pelas tarifas exorbitantes que atrapalhavam o desenvolvimento da região etc. Os empresários colocaram ainda a questão de a Sorocabana Railway fazer circular trens em linhas sem fiscalização, quase sem serviço de telégrafo e com pessoal estranho ao serviço e sem perícia e habilitação técnica. A burguesia culpava a empresa pela greve, por seu desejo de lucro sobre o movimento, considerando ainda:

[...] justo o pedido dos operários que de fato o é, segundo a resposta do Governo e das classes produtoras do país [...] e segundo sabe o público, conhecedor do quanto sofrem os operários da referida Estrada, dos quais se exige serviço incompatível com a natureza humana (CRUZEIRO DO SUL, 29/06/1919).

A situação do consórcio de Percival Farquhar, que arrendara a empresa, estava ficando ruim: duas grandes greves dos trabalhadores em um espaço de cinco anos, reclamações da burguesia quanto à qualidade e custo de seus serviços e má impressão do público em geral, além da progressiva posição desfavorável do governo paulista em relação aos seus problemas. Para tentar remediar a situação, já bastante complicada, revelando um certo desespero por parte da

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

diretoria, a empresa colocou a 7 de julho, engenheiros e chefes de departamento como maquinistas e demais pessoas em serviço nos trens. A Sorocabana Railway tentou, simultaneamente, negociar com os grevistas e com o governo, o qual respondeu-lhe de forma evasiva.

O Secretário de Estado da Agricultura, em companhia do Senador Campos Vergueiro, foi de automóvel no início de julho, através de Osasco, Barueri, Salto, Cabreúva e Itu, até a Sorocaba, para ouvir pessoalmente os reclames dos grevistas (CRUZEIRO DO SUL, 29/06/1919). Os trabalhadores declararam-se de acordo com o boletim expedido pela organização da greve e reafirmaram o caráter “pacífico” de seu movimento. Mantiveram-se firmes em seus propósitos e receberam moções de apoio à sua greve do operariado de Sorocaba.

Na imprensa local, discutia-se a falta de alimentos na cidade por conta da greve. A Câmara Municipal de Sorocaba também discutiu o assunto (CRUZEIRO DO SUL, 29/06/1919). Adiante de Mairinque, os grevistas arrancaram os trilhos e cortaram os fios do telégrafo. O delegado Mendonça Filho seguiu para lá, com um contingente reforçado por policiais de Itapetininga.

A empresa buscou negociar separadamente com os grevistas de Mairinque, o que não deu resultados. Somente em 9 de julho, véspera do aniversário de fundação da ferrovia, o impasse entre capital e trabalho foi resolvido. A direção da empresa cedeu às reivindicações dos grevistas e comunicou o fato a Luiz Pereira de Campos Vergueiro, deputado estadual e a Cândido Motta, outra personalidade envolvida no assunto, a decisão tomada.

O acordo previa a adoção da jornada de oito horas diárias, aumento de 25% para os trabalhadores que ganhavam menos de 6\$000 [seis mil-réis] diários, de 20% para aqueles que ganhavam entre seis e nove mil-réis e 15%, para aqueles que

ganhassem acima de 9\$000 [nove mil-réis] diários. Nenhum operário foi despedido por motivo de greve. Os ferroviários, além do sentimento de força – embora disfarçado na carta de agradecimento à intervenção de Luiz P. C. Vergueiro na greve⁹⁰ – conquistaram a simpatia geral pela justiça de suas reivindicações e atitude pacífica (em Sorocaba), além da forte oposição difundida na sociedade contra a empresa. Em 17 de agosto de 1919, a Sorocabana voltou às mãos do governo estadual, que pagou a multa contratual. Passou a se denominar Estrada de Ferro Sorocabana.

Em agosto de 1919, surge a notícia da organização da União dos Ferroviários da Sorocabana, “fundada há alguns meses nesta cidade [Sorocaba] já conta com 1083 sócios”. “A União tem por fim proteger seus sócios pecuniariamente” (CRUZEIRO DO SUL, 17/08/1919). A organização e publicidade dessa associação bem poderia ser fruto da mobilização desses três anos, a contar de 1917, em consonância com o que ocorria com proletariado brasileiro em geral, que experimentou um surto organizativo nesses anos. Contudo, não deixaram a prática da organização de sociedades beneficentes;

⁹⁰ Nessa carta, em tom humilde, uma comissão de operários agradeceu ao deputado Luiz P. C. Vergueiro, “por delegação legal” de todos os ferroviários de Mairinque, os “relevantíssimos serviços prestados à causa dos proletários”. Essa dedicação à “causa dos fracos”, demonstrava a “grandeza d’alma de vossa excelência e [a] pureza de sentimentos do seu coração” (cf. CRUZEIRO DO SUL, 20/07/1919). Realmente, os ferroviários, além de movimentos bem articulados até a data, sabiam utilizar da influência que seu número, que sua importância econômica para a região, lhes traziam. Consequentemente, tinham importância política, além de outros aspectos, para lutar por seus interesses. Suas atitudes na greve de 1914 e em 1919 demonstram isso. É bem provável que houvesse em seu meio influência ideológica libertária, mas por suas atitudes, não pareciam substanciais. Seu *proto* sindicalismo devia ser liderado por sindicalistas heterodoxos, que visavam mais aos objetivos corporativistas e resultados materiais palpáveis e notáveis, que os objetivos políticos e ideológicos.

como a já organizada, Beneficente Sociedade União dos Empregados da Sorocabana, fundada por maquinistas e foguistas, em 1.º de janeiro de 1914 (CRUZEIRO DO SUL, 19/06/1921).

Poderia a União dos Ferroviários, que já existia “há alguns meses”, ter organizado, ou participado da organização da greve? Embora as fontes não indiquem isso diretamente, parecemos que sim, o que revelaria uma proximidade com o sindicalismo de resistência, sendo ele uma face oculta dessa sociedade beneficente. Talvez não fosse conveniente para esses trabalhadores, ter uma entidade de resistência, ou propriamente sindical organizada publicamente.

Em relação à União Geral dos Ferroviários citada por Maria de Fátima S. Moreira (1989), não encontramos outros indícios de sua atuação nas fontes que consultamos. Provavelmente, era uma união que abrangia empregados de várias empresas, com uma militância mais voltada aos trabalhadores residentes na cidade de São Paulo. Considerando Moreira, especialmente pela fonte com a qual trabalhou, o jornal *A Plebe*, provavelmente se tratava de uma organização libertária. Por suas indicações, também era uma entidade que congregou, possivelmente apenas durante o período mais acirrado das lutas, trabalhadores de diferentes empresas ferroviárias. Essa organização também teria sido vitimada pela forte repressão policial, judicial e das empresas, que se abateu durante e após as grandes greves sobre as lideranças operárias.

Se houve vitórias, também ocorreram reveses sérios que marcaram os dois anos finais desse aumento extraordinário do protesto reivindicatório e da luta, que tendia à uma situação revolucionária por parte do proletariado em partes do País. Uma repressão sistematizada recaiu sobre as lideranças operárias nos grandes centros (DIAS, 1977; DULLES, 1977, BANDEIRA; MELO; ANDRADE, 1980) e mesmo nas cidades do interior paulista.

Em Sorocaba, já no ano de 1919, ano de sua grande greve e de maior mobilização e agitação operária, começou o refluxo do movimento. Depois de uma nova tentativa de greve geral dos têxteis, fracassada dessa vez, seguiu-se a repressão às lideranças e aos operários organizados. Ao que parece, as retaliações da burguesia também atingiram os ferroviários: a 17 de setembro, noticiou-se uma greve nas oficinas de Sorocaba, motivada pela solidariedade contra a dispensa de dois operários. Houve presença de policiamento e nos dias seguintes, o Inspetor Geral O. Kesselring, ameaçou os grevistas com a demissão, caso não voltassem ao trabalho. Um mediador foi a São Paulo, negociar com Kesselring, não obtendo sucesso. A empresa não cederia mais...

Após essa atitude incisiva e intransigente da direção da empresa, não houve mais notícias desse movimento parcial. Ao que nos parece, os momentos da iniciativa do operariado e de seu sucesso na luta de classes, haviam passado... temporariamente. Essa foi a realidade nos anos iniciais da década de 1920, reforçada com os estados de sítio decretados em 1922 e de 1924 a 1926, por causa dos levantes tenentistas pelo país. Nesses anos, pouco se viu ou ouviu falar da organização ou de movimentos dos trabalhadores em Sorocaba. Mesmo na capital paulista e no Rio de Janeiro, os maiores centros fabris brasileiros e com um operariado organizado desde a década de 1890, a situação não estava fácil. O início das revoltas armadas tenentistas e de sua luta revolucionária que apresentará algumas interfaces com a luta revolucionária do proletariado trouxeram um clima de guerra civil revolucionária para boa parte desses anos, com o levante de 1924 na capital paulista, que foi sitiada por tropas leais ao governo oligárquico, que a bombardearam. O adensamento desse processo, acrescido de nova crise econômica internacional iniciada com a Crise de 1929, e do crescente desgaste do acordo entre as oligarquias que disputavam o poder, levou à Revolução de 1930.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Mas, o processo histórico que gerou esse período revolucionário, que se estenderá até 1935, iniciou-se com as grandes greves de 1917 e adensou-se nos anos subsequentes, conforme o sistema liberal-excludente ultimado pelas oligarquias rurais e empresariais, que não puderam solucionar as contradições dele resultantes e que evoluíram para a crise sistêmica do modelo.

Referências

ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho. *Sorocaba operária*. Sorocaba: Create, 2005.

ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho. *Entre a revolução e o corporativismo*. A experiência sindical dos ferroviários da E.F. Sorocabana nos anos 1930. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Departamento de História, FFLCH-USP, 2006.

BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A. T. *O Ano Vermelho*. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. 2.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

CALVO, Célia R. *Trabalhadores e ferrovia: a experiência de ser ferroviário da Companhia Paulista, 1890 - 1925*. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo: 1994.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas-SP: Unicamp/IE, 1998.

CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2002 (1.^a reimpressão, 2006).

CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil: 1877 - 1944*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel: 1979.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Rev. Bras. Hist.* vol. 25, nº 50, São Paulo, July/dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882005000200006>. Acesso em: 06/07/2017.

CAVALHEIRO, Carlos C. *Salvadora!* Sorocaba: Create, 2001.

CAVALHEIRO, Carlos C. *Memória operária*. Sorocaba: Create, 2009.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. 2.^a ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

DULLES, Jonh W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. R. de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social (1890 - 1920)*. São Paulo, R. Janeiro: Difel, 1976.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. O Brasil Republicano; v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. 4.^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

KENEZ, Kátia C. *Movimento operário em 1919, repressão e controle social*. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH-USP, São Paulo, 2001.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. 1996.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

MARTINS, Suely Aparecida. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n. 2 (4), ago.-dez./2006, p. 113-126. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13539>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 5.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MENDES JR., Antônio e MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História, texto e consulta. v. 3: República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MOREIRA, Maria de Fátima S. *A organização do processo de trabalho: sua dimensão política na Estrada de Ferro Sorocabana (1920 - 1940)*. Dissertação de mestrado apresentada à FCL de Assis - UNESP. Assis, 1989.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

RIBEIRO, Maria Rosa Alice. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870 - 1930)*. São Paulo: Hucitec, Editora da Unicamp, 1988.

SANTOS, Guarino Fernandes. *Nos bastidores da luta sindical*. São Paulo: Ícone, 1987.

SILVEIRA, Eujacio Roberto. *São Paulo 1917-1921, aprendendo a ser patrão: 'o fazer-se' da fração industrial da burguesia paulista*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2016.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (v. I)

6. A greve geral de 1917: parte de uma história negada

Antônio Carlos de Oliveira⁹¹

Controlar o passado ajuda a dominar o presente [...] São os poderosos dominantes Estados, Igrejas, partidos políticos ou interesses privados que possuem e financiam veículos de comunicação e aparelhos de reprodução, livros escolares e histórias em quadrinhos, filmes e programas de televisão." (Marc Ferro)

Introdução

Não me estenderei sobre a história da greve geral de 1917, visto que os demais autores deste livro trazem importantes e significativas contribuições para o conhecimento e a compreensão do tema. Antes, quero me deter na história dos anarquistas, porque são desconhecidas para muitos no Brasil e no mundo.

⁹¹ Professor de História da rede estadual de ensino de SP, membro do CCS/SP (Centro de Cultura Social) e do NELCA (Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri - Guarujá). Autor dos livros: *Os fanzines contam uma história sobre os punks* (Rio de Janeiro: Rizoma, 2014), *Punk, memória, história e cultura* (Rio de Janeiro: Rizoma, 2014) e *Projetos Pedagógicos, práticas interdisciplinares* (São Paulo: Avercamp, 2005). E-mail: antcarlosoli@gmail.com

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

A título de esclarecimento e para iniciar o assunto, segundo a historiadora Maria Auxiliadora Guzzo, a Greve Geral de 1917 foi “[...] sem romantismo, quando a classe trabalhadora chega a ter o domínio da cidade, não só dos bairros operários, mas também certo domínio do centro”⁹². Os trabalhadores, bastante influenciados pelo anarcossindicalismo, tomam o centro da cidade durante alguns dias.

Nas leituras da bibliografia publicada e na convivência com os velhos militantes anarquistas percebemos que foi tão pouco estudada que quando os historiadores brasileiros se referiam a mesma, um repetindo o erro do outro, sem ir às fontes (jornais da época, por exemplo). Citavam uma morte durante a greve, o sapateiro Antonio Martinez, outros falavam em nove mortos. Foi somente quando a historiadora Cristina Lopreato de fato se debruçou sobre o tema que trouxe a hipótese de centenas de mortes relatadas pelos moradores do entorno do cemitério do Araçá, conforme os jornais da época noticiaram.

Assim sendo, neste texto refletimos um pouco sobre a negação da história anarquista, seja identificando alguns problemas relacionados a como academia a aborda, seja reiterando a importância das organizações anarquistas e dos pesquisadores do anarquismo, alguns deles autodidatas.

Anarquismo, universidade/academia

Em *A delinquência acadêmica* (2002), o professor Maurício Tragtenberg demonstra a relação entre o saber acadêmico, o intelectual universitário e o poder. Relação simbiótica em que um depende do outro. O intelectual, beneficiado com as benesses dos poderosos para manter seus

⁹² GUZZO, Maria Auxiliadora. Palestra realizada no CCS/SP durante o 70º aniversário da Greve Geral de 1917. 11 de julho de 1987. In: *O Movimento Operário. A Greve de 1917* de Edgard Leuenroth, p. 91.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

privilégios e continuar em seu gabinete, longe das dificuldades cotidianas da vida, escrevendo sobre a vida. E os poderosos que usam desse saber de diferentes formas para manter seu poder, se perpetuar nesse poder e garantir para si, seus familiares, parceiros econômicos e correligionários políticos partidários sua condição de privilegiado.

Não sejamos desonestos, existem intelectuais comprometidos com os interesses dos trabalhadores, dos explorados, dos oprimidos. Esses trazem importantes elementos para a reflexão sobre as contradições políticas e econômicas, que contribuem para que os movimentos sociais possam encaminhar formas alternativas nas lutas pela transformação das próprias contradições da vida e caminhar rumo à revolução social. Porém, como o próprio texto de Tragtenberg (2002) demonstra, se sua vida for somente acadêmica e não militante, legitimará essas mesmas relações de poder.

Eu afirmo que, apesar dos avanços, poucos filhos de trabalhadores pobres e moradores das periferias dos grandes centros urbanos cursam a universidade, menos ainda continuam estudando após o término da graduação. O maior número dos estudantes e pesquisadores universitários são de intelectuais comprometidos com seus interesses de classe social, são filhos da classe dominante, ou mesmo aqueles cujos interesses políticos partidários afina-se aos dos marxistas, comunistas, liberais, etc., negaram em seus trabalhos acadêmicos a existência do anarquismo em nossa história. Existem exceções, companheiros acadêmicos, inclusive anarquistas, comprometidos em dar o devido valor a história e importância do anarquismo.

Anarquismo, historiografia e história

É fato, a historiografia brasileira não retrata de maneira adequada a história dos anarquistas brasileiros. Uma rápida pesquisa demonstrará que, até a década de 1980, é como se no

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Brasil não existisse o anarquismo. Segundo Marcio Luiz Carreri, em “*Agulha no Palheiro*” (2008): “O fato do anarquismo, por posicionar-se à esquerda da esquerda no espectro político, não possuir ‘status’ na história, isto é, o movimento ser ora negligenciado, ora pouco lembrado, e por vezes, distorcido pela historiografia” (CARREI, 2008, p. 9)

Com poucas exceções, quando muito, era retratado como movimento de trabalhadores do sindicalismo revolucionário ou anarcossindicalistas do início do século passado, utópico, atrasado, pequeno burguês, que deixou de existir entre as décadas de 1920 ou 1930.

O que já havia afirmado Marc Ferro, em *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação* (1999), é comprovado pela interessante pesquisa de Carreri (2008) sobre os livros didáticos de História oferecidos pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) do Governo Federal para todas as escolas públicas estatais: esses livros, importante ressaltar, escolares didáticos, trazem uma visão distorcida, errada, ou então, nada ou pouco trazem sobre o anarquismo.

Nessa interessante pesquisa, o que encontra Carreri?

Muitas vezes, ausências e amplos silêncios em relação ao anarquismo. Em outros casos, contudo, depara-se com as cristalizadas representações construídas por marxistas e comunistas ao longo de violentos embates políticos que desqualificam o opositor. (CARRERI, 2008, XVII)

Consequentemente, as gerações de ontem, de hoje e, se nada mudar, de amanhã aprenderão de forma equivocada o que é o anarquismo e seu papel na história de luta e formação dos trabalhadores brasileiros.

Segundo Rafael Viana da Silva, em “*Elementos inflamáveis - organizações e militância anarquista no Rio de*

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Janeiro e São Paulo (1945 - 1964)”, a maioria dos trabalhos acadêmicos que retratam o anarquismo o fazem de forma equivocada, indo até no máximo a década de 1930. Depois, é como se o anarquismo tivesse deixado de existir.

O professor Amir El Hakin, em palestra no Centro de Cultura Social⁹³, afirmou que Getúlio Vargas se inspirou na “Carta del Lavoro” do fascista italiano Benito Mussolini e transformou as legítimas reivindicações dos trabalhadores em legislação. Mas, pior, Getúlio só garantiria esses direitos àqueles sindicatos que aderissem à sua nova legislação, que entre outras, vinculava e submetia os sindicatos ao recém-criado Ministério do Trabalho.

Esse é um dos muitos artifícios usados que demonstram o esforço para o enfraquecimento das lutas dos trabalhadores de forma geral e, em particular da concepção, anarcossindicalista da forma de organização dos sindicatos para a luta.

Jose Luiz del Roio (2017), em seu recém lançado livro *A greve de 1917, os trabalhadores entram em cena*, ainda que seja um trabalho relativamente honesto, discordo, pois escreve que “[...] a burguesia melhorou seus aparatos repressivos e propagandísticos e conseguiu impor derrotas ao proletariado e ao sindicalismo revolucionário” (p. 102); assim, “[...] chegara o momento da autocrítica e da revisão da organização” (p. 102). Cita Astrojildo Pereira, um militante que se afasta do anarquismo para ser um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro, como referência a essa autocrítica dos limites do sindicalismo revolucionário. Saúda o que ele considera um avanço, que é a estruturação dos sindicatos em “[...] bases novas por categorias industriais e não mais por ofícios” (p. 103). O surgimento “[...] de uma burocracia estável, com sedes e

⁹³ O referido professor, que é da área de Geografia da UNESP de Ourinhos, proferiu a palestra intitulada “São Paulo no início do século XX, a luta de classes na nascente metrópole” em 01/04/17.

inscritos” (p. 103), onde “[...] foi se estruturando o sindicato moderno, que seria mais robusto” (p. 103).

Discordo dessa nova forma de sindicalismo porque ela também trouxe consigo a burocratização e a verticalização das relações dentro do próprio sindicato. Como anarquista, não consigo entender como certos dirigentes sindicais podem cumprir tantos mandatos na direção dos seus sindicatos, perpetuando-se durante longos anos no poder? Como em algumas categorias se alternam pessoas da mesma família na direção; é hereditário? Como é possível achar normal a profissionalização de alguns militantes do sindicato, geralmente membros de suas diretorias? Curioso perceber como muitos dirigentes, após cumprirem seus mandatos, se lançam na vida parlamentar, se afastando da vida sindical. Profissionalizam-se com outras funções, trabalhando para as centrais sindicais. Para o trabalhador é prejudicial a relação entre o dirigente sindical e seus companheiros de partidos políticos quando esses exercem cargos no executivo, seja municipal, estadual ou nacionais, pois parece que se tornam mais tolerantes e menos aguerridos; por quê? Por que os trabalhadores dos sindicatos precisam ter um sindicato para defenderem seus interesses junto aos seus patrões? Sendo os patrões, trabalhadores que estão na direção dos sindicatos não deveriam reconhecer as necessidades dos seus trabalhadores?

A luta anarquista pelo fim da exploração do trabalho infantil e da mulher, por melhores condições de vida, as greves, as editoras e suas publicações, sejam jornais, folhetos, livretos, livros, os centros de cultura, o teatro, os saraus, as festas, piqueniques, a partir da década de 1930 é como se tudo isso tivesse desaparecido da história brasileira.

E essa negação da história se alia à repressão. O anarquismo foi um dos movimentos mais reprimidos durante as décadas iniciais do século passado. As prisões, a colônia de Oiapoque, as deportações e assassinatos assim provam. A forma

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

brutal como a legislação trabalhista foi aprovada, garantindo precários direitos aos sindicatos que obrigatoriamente aderissem a uma nova forma de organização sindical inspirada no fascismo italiano, etc., contribuíram sim para o enfraquecimento do anarquismo e de sua força social entre os trabalhadores e a população em geral, mas ele não desapareceu, como parece alegar a produção acadêmica.

A história anarquista pelos autodidatas e pesquisadores anarquista

Felizmente, outros pesquisadores, alguns anarquistas, como Rafael Viana da Silva, em *Elementos inflamáveis, organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 - 1964)*⁹⁴ - ainda que sobre esse trabalho eu tenha algumas divergências pontuais -, pesquisam sobre o movimento e demonstram como que mesmo depois da legislação de Vargas os anarquistas continuaram atuando nos sindicatos, alguns com pouca expressão e em outros com bastante força.

Não só a Greve Geral de 1917 é pouco conhecida⁹⁵, mas também outras importantes lutas travadas pelos anarquistas brasileiros são igualmente omitidas. A propósito, não apenas as lutas dos anarquistas do Brasil nos são negadas, pois a participação anarquista na Revolução Russa (1905 a 1921), seja

⁹⁴ Silva fez a palestra sobre "O anarquismo na história brasileira e as perspectivas para a luta libertária hoje", quando também lançou o livro no CCS, em 18/03/2017.

⁹⁵ Sugestões de Leitura sobre esse tema: a) KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1981; b) LOPREATTO, Christina da S. R. *O espírito da revolta (A greve geral anarquista de 1917)*. Tese Doutorado, 1996, Unicamp/SP. Disponível em: <[https://we.riseup.net/assets/188046/O%20esp%C3%ADrito%20da%20revolta%20A%20greve%20geral%20anarquista%20de%201917%20\(Christina%20Lopreatto\).pdf](https://we.riseup.net/assets/188046/O%20esp%C3%ADrito%20da%20revolta%20A%20greve%20geral%20anarquista%20de%201917%20(Christina%20Lopreatto).pdf)>. Acesso em: 05/07/2017; c) LEUENROTH, Edgard. *O Movimento operário e a greve geral de 1917*. São Paulo: CCS/SP, 2016.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

dos anarcossindicalistas em Moscou, seja de Makhno, que na Ucrânia combate e vence os muitos exércitos contrarrevolucionários que atacam a Rússia. Depois, quando os comunistas se sentem fortalecidos, Trotsky, dirigente do exército vermelho ataca covardemente o exército makhnovista. O massacre na cidade portuária dos trabalhadores e marinheiros de Kronstadt; a traição do partido comunista espanhol, que ataca pelas costas os anarquistas combatentes da revolução espanhola, são alguns dos muitos exemplos de traição dos comunistas marxistas contra os anarquistas.

Negam a história acreditando dessa forma enfraquecem o anarquismo, mas todo anarquista efetivamente atuante procura ter sua biblioteca, guardar seus documentos, ser um estudioso de todas as questões que afetam a vida em sociedade.

O que dá coesão ao anarquismo com diferentes frentes de lutas, em contextos históricos e culturais tão diferentes, são os princípios, que Jaime Cubero chama de “Ideias Força do anarquismo”⁹⁶

Um dos princípios caros aos anarquistas é o de ação direta, agir diretamente sobre todos os problemas que nos afetam, não delegar a outros aquilo que sabemos ser nossa obrigação. A ação direta nos impulsiona a estudar e procurar as respostas para os problemas que nos afligem, sempre nos associando com outros trabalhadores, explorados e oprimidos.

Sabem os anarquistas que não podem esperar nem depender da universidade, da academia, desses intelectuais pouco comprometidos com a história dos trabalhadores, ou muito comprometidos com seus interesses de classe ou partidários, para preservar, resgatar, analisar e produzir sua própria história.

⁹⁶ Sobre “as ideias força do anarquismo”, ver CUBERO, Jaime. *Seleção de textos e entrevistas*. CCS/SP. 2015

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Muitos anarquistas, sem ou com pouca formação escolar formal, se tornaram autodidatas, por exemplo, entre outros, Edgard Rodrigues, que tem uma vasta obra sobre a história do movimento anarquista em Portugal e no Brasil, sendo a tempos uma importante referência para muitos companheiros militantes e pesquisadores acadêmicos.

Além de Rodrigues, quando verificamos a trajetória acadêmica o próprio Maurício Tragtenberg é considerado um autodidata, como ele próprio disse no livro *Memórias de um autodidata* (1999).

Quando se trata disso, autodidatismo, não se deve esquecer, também, que o próprio Edgard Leuenroth, um participante da Greve Geral de 1917 e um dos fundadores do CDP (Comitê de Defesa Proletária), era outro autodidata. Ele fez publicações, foi diretor de alguns jornais e também produziu livros⁹⁷.

Organizações anarquistas, espaços da memória e da história anarquista

O Centro de Cultura Social, a mais antiga organização anarquista ainda em funcionamento na cidade de São Paulo, fundado em 1933, fechado nas diferentes ditaduras civil-militar e refundado em 1985, mantém vivo o princípio de ação direta.

⁹⁷ Foi editor, revisor, tipógrafo, secretário em diferentes jornais e revistas da cidade de São Paulo, Rio Claro, Rio de Janeiro como O Boi - 1896 a 1899, O Comércio de São Paulo - 1896 a 1908, Folha do Brás - 1898 a 1901, O Alfa - 1901, O Trabalhador Gráfico - 1904, 1905 a 1910, A Terra Livre, Luta Proletária - 1906, 1908, a Folha do Povo - 1909, A Guerra Social - 1912, O Combate - 1915, A Capital - 1916 a 1917, Eclética - 1916 a 1917, A Plebe - 1917 a 1935, Spartacus - 1918, A Voz do Povo - 1920, A Vanguarda - 1921, Romance-Jornal - 1924 a 1935, Ecla - 1935, Jornal dos Jornais - 1936 a 1938. Livro: *Anarquismo Roteiro de Libertação Social*. CCS.SP, 2007 e *A organização dos jornalistas Brasileiros*. Com Arte. SP. 1987.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Tem sua biblioteca, realiza suas atividades de palestras e debates sobre um amplo e variado leque de temas.

Nos últimos anos o CCS resgatou e publicou um dos livros de Edgard Leuenroth, *Anarquismo roteiro de libertação social* (2007) e de Jaime Cubero o livro *Seleção de textos e entrevistas* (2015). Publicou ainda em formato de livro uma palestra de Leuenroth de maio de 1968 com outros textos intitulado *O movimento operário, a greve geral de 1917* (2016) e se prepara para publicar no ano de 2017, da companheira do CCS Lucia Parra, *Leituras libertárias, cultura anarquista na São Paulo de 1930*. Além disso, entre as publicações em preparação, há um livro sobre Pedro Catallo com algumas de suas peças de teatro, poesias, textos publicados em jornais e correspondências, bem como vários outros projetos sobre o próprio Edgard Leuenroth, teatro anarquista e Maria Lacerda de Moura⁹⁸.

Nas últimas décadas o movimento anarquista floresceu, multiplicam-se os grupos e as iniciativas libertárias⁹⁹ em vários lugares do Brasil. Grupos de estudos dos mais diferentes temas, grupos das mais diversas matizes, convidam amplos setores da sociedade para reverem seus valores e princípios, suas formas de organização, de luta para a organização e de organização para a luta.

Cresceu enormemente as produções sobre o anarquismo brasileiro. Muitos grupos, entre outros os coirmãos do CCS, como a Biblioteca Terra Livre de SP e o Núcleo de Estudos

⁹⁸ Nasceu em Munhuaçu, MG 16 de maio de 1887 se definia como intelectual, pacifista e feminista. Entre outros escreveu *Civilização tronco de escravos, serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!*

⁹⁹ Por exemplo: Centro de Cultura Social Vila Dalva, mantido pelos anarco punks (<<https://pt-br.facebook.com/ccsviladalva/>>). IEL - Instituto de Estudos Libertários no Rio de Janeiro (<https://ielibertarios.wordpress.com/>). Fenikso Nigra em Campinas (<<http://anarkio.net/fenikso/>>). Casa da lagartixa Preta em Santo André (<<https://pt-br.facebook.com/casadalagartixapreta/>>).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Libertários Carlo Aldegheri do Guarujá¹⁰⁰, editam e publicam seus livros, sejam clássicos, trabalhos acadêmicos ou não, que buscam dar conta da vida em sociedade, sempre trazendo uma leitura crítica, sugerindo possíveis práticas, caminhos a seguir de forma livre, anticapitalista, socialista, horizontal, autônoma, autogestionária, federativa, solidaria, enfim, libertária para uma nova sociedade.

Parabenizamos e saudamos a importante iniciativa do grupo organizador do evento “Centenário da Greve Geral de 1917 e 80 anos da Luta Antifascista de Sorocaba”, pois esse em muito contribui para o resgate da história da luta dos anarquistas e libertários em geral, tão negligenciada.

Nós, como anarquistas, temos a clareza do provérbio africano: “*Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador*” (Eduardo Galeno).

A história negada está sendo resgatada e escrita por aqueles que de fato necessitam e acreditam nessa história, em grande medida, os próprios anarquistas.

Referências

CARRERI, Márcio Luiz. *Aguilha no palheiro*. Londrina: Eduel, 2008.

CUBERO, Jaime. *Seleção de textos e entrevistas*. São Paulo: CCS/SP, 2015.

FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1999.

KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo*. Cortez. SP. 1981

LEUENROTH, Edgard. *O Movimento Operário. A Greve de 1917*. São Paulo: CCS/SP, 2016.

¹⁰⁰ Nelca: <<http://nelcarloaldegheri.blogspot.com.br/>>, BTL: <<https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/>>

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da revolta, a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

LOPREATO, Christina Roquette. *Semana Trágica. A greve geral anarquista de 1917*. Museu da Imigração.

ROIO, Jose Luiz del. *A Greve de 1917, os trabalhadores entram em cena*. São Paulo: Alameda, 2017.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos inflamáveis, organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 - 1964)*. Curitiba: Prismas, 2017

TRAGTENBERG, Maurício. *A delinquência acadêmica*.

Verve, 2: 175-184, 2002. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/download/4618/3208>>. Acessado em: 05/07/2017.

TRAGTENBERG, Maurício. *Memórias de um autodidata*. São Paulo: Editora Escuta e Unesp/Fapesp, 1999.

7. A greve geral de 1917 em Sorocaba: um passeio iconográfico

Carlos Carvalho Cavalheiro¹⁰¹

Flávia Antunes Aguilera¹⁰²

Introdução

Uma das grandes lacunas referentes a fontes documentais sobre a Greve Geral de 1917 em Sorocaba decorre da inexistência ou desconhecimento de registros iconográficos produzidos à época, seja por fotografias ou mesmo outras formas de imagens que pudessem registrar esse importante movimento reivindicatório dos trabalhadores.

Ao se comparar com o movimento grevista da capital, ocorrido na mesma época, este último possui um considerável acervo de imagens das passeatas, dos comícios, dos embates entre operários e as forças policiais. Somente sobre o enterro do sapateiro Martinez, fato que auxiliou no recrudescimento da greve, existe um acervo significativo do qual se podem extrair considerações interpretativas em sua análise como fonte histórica.

Na tentativa de suprir a falta desse tipo de fonte, que colabora para a formação imagética sobre o movimento de 1917 em Sorocaba, propõe-se aqui a construção de desenhos

¹⁰¹ Mestre em Educação pela UFSCar, *campus* Sorocaba. Membro do GECOMS, Grupo de Estudos sobre Comunidade e Movimentos Sociais. Contato: carlosccavalheiro@gmail.com

¹⁰² Artista visual, atua na cidade de Sorocaba como artista plástica. Também é envolvida em outros projetos independentes, como o Ateliê Imprevisto e Centro de Memória Operária de Sorocaba. Tem seu trabalho voltado à pesquisa da memória popular e trabalha através de diversas linguagens, como desenho pintura, gravura e escultura em argila.

artísticos que dialoguem com as narrativas sobre os principais passos dados durante a greve. Essas criações artísticas, muito além de meras ilustrações dos textos, são baseadas em pesquisa histórica e de memória para a sua composição e são uma busca de diálogo imagético que produz, de certa forma, um novo texto complementar àquele produzido com palavras.

A fonte principal utilizada na produção textual é o jornal *Cruzeiro do Sul*, principal órgão de imprensa escrita na cidade de Sorocaba à época da Greve e que, portanto, possui maior quantidade de informações que possam servir ao propósito deste texto. Por outro lado, não se negligenciou a utilização de outras fontes, como jornais da capital paulista, bem como demais documentos que vão citados ao longo deste capítulo.

Apesar de se permitir à criação artística o uso da criatividade na composição de detalhes das imagens, de modo geral elas reproduzem elementos presentes na ocorrência dos fatos e são baseadas em rigorosa pesquisa histórica e de memória.

Convidamos aos leitores a participarem desse nosso passeio iconográfico.

Os desenhos

As ilustrações foram feitas através de desenho e pintura com nanquim e tinta acrílica sobre papel. Após o processo de elaboração das imagens, as mesmas foram fotografadas e digitalizadas, de forma a permitir uma melhor impressão no papel.

É muito difícil ilustrar cenas que já aconteceram, principalmente pelos detalhes do momento em seu contexto histórico e pela “inteireza” necessária, coisa que não acontece muito nos trabalhos da artista Flávia Antunes Aguilera, autora deste artigo, que costumam ser mais próximo ao que conhecemos de rascunho e inacabado. Procurou-se todo tipo de registro e pesquisas onde se descrevem os detalhes da vida do

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

operariado e imagens em que pudesse misturá-las e chegar a algo próximo do real, um garimpo se tratando da história dos operários, classe onde poucos olham com atenção e muito menos registram com rigor.

Dentre as fontes consultadas para a elaboração dos desenhos, buscou-se os relatos de época, especialmente dos jornais, bem como recorreu-se a fotografias de operários sorocabanos existentes nos arquivos públicos da cidade, em pesquisa na internet, em acervos particulares. Podem ser citados como exemplos de arquivos consultados o acervo do Centro Cultural “Antônio Francisco Gaspar”, que funciona na sede da Secretaria de Cultura e Turismo de Sorocaba (Secultur), no Palacete Scarpa; os jornais Cruzeiro do Sul, o Combate e A Plebe, disponíveis na internet; Livro de registro de operários da Fábrica Votorantim, hoje em mãos de particulares.

As imagens retratadas foram as que mais chamaram a atenção no processo de elaboração deste texto.

O início da greve

Sorocaba, cidade do interior paulista, era um importante centro industrial em 1917. Possuía grandes indústrias têxteis, que marcavam o seu “parque industrial”, mas também pequenas e médias manufaturas, além de uma extensa ferrovia, além de significativo comércio e outros serviços.

Com isso, a cidade contava com um número elevado de trabalhadores, sobretudo operários das fábricas têxteis e ferroviários. Esses trabalhadores sempre viveram em condições difíceis de sobrevivência, que foram agravadas pela ocorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

A Grande Guerra trouxe a “carestia do indispensável à subsistência do povo trabalhador” (LEUENROTH, 2016, p. 64), agravando as péssimas condições dos operários. Em São Paulo eclode um movimento grevista de proporções nunca antes

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

vistas. Era uma Greve Geral, ou seja, com a participação de praticamente todas as categorias de trabalhadores.

Mal o movimento encerra-se em São Paulo e já encontra eco entre os trabalhadores sorocabanos. No dia 16 de julho de 1917, a cidade acorda alarmada com o grande número de trabalhadores, que se recusam a voltar a seus postos de trabalho enquanto não forem resolvidas as suas principais reivindicações.

Dez mil operários entram em “paredê”, noticia em letras garrafais o “Cruzeiro do Sul” na edição de 17 de julho. Estampado em primeira página, o alarde que a greve gerou se traduz na composição da manchete, que alerta para a principal reivindicação – o aumento salarial –, mas que também salienta que, nos moldes do que ocorrera na capital, o movimento já conta com a adesão de outras categorias como os condutores de bondes e os trabalhadores do comércio.

O número de operários em greve, de acordo com o jornal “Cruzeiro do Sul”, destoa de outras publicações, especialmente da capital. O jornal anarquista “A Plebe”, de 26 de julho de 1917, diz que “No dia 16, de manhã, o operariado das fábricas de Sorocaba, em número aproximado de cinco mil pessoas, declarou-se em greve”. De acordo com o mesmo órgão de imprensa, esse número foi-se aumentando ao longo do dia com a adesão de outros trabalhadores, “elevando-se a mais de oito mil o número de operários em greve” (LEUENROTH, 2016, p. 64).

Um fato bastante curioso evidenciado pelo “A Plebe” é o de que “Notou-se entre os grevistas um número elevado de mulheres” (LEUENROTH, 2016, p. 64). Esse número traduz, em parte, a característica da cidade como celeiro de fábricas têxteis, onde o número de mulheres trabalhadoras é, tradicionalmente, mais elevado do que o de homens. Apesar disso, o ambiente de trabalho sempre foi masculinizado e isso se transpôs, de certa forma, na análise histórica e na formação imagética sobre os movimentos de trabalhadores.

A discordância do número de participantes dessa greve - de 10 para 8 mil - carece de explicação. Não há que se falar em interesse ideológico do jornal da capital em desmerecer a greve, pois se trata do principal órgão de imprensa dos operários à época e, sobretudo, o jornal que surgiu como sustentação do movimento.

Outro jornal da capital, “O Combate”, também deu versão diversa quanto ao número de participantes. Disse aquele jornal: “O operariado local, em numero de 5000, declarou-se em greve e logo obteve a solidariedade dos seus companheiros de Votorantim, que há várias semanas vinham em luta com o Banco União” (O COMBATE, 17 jul. 1917).

É possível que o número inicial dos grevistas seja o de cinco mil - do que concordariam os jornais “A Plebe” e “O Combate” - e que esse número foi-se elevando ao longo do dia. Provavelmente os correspondentes dos jornais da capital mandaram suas notas antes de o “Cruzeiro do Sul” fechar a sua edição com a estimativa aumentada pela adesão de setores até então não contabilizados pelos demais jornais. É uma possibilidade.

Afinal, a greve em Sorocaba tomou proporções gigantescas e atingiu diversos setores do trabalho:

A declaração de greve dos operários desta cidade não causou surpresa a ninguém. A própria solução do movimento paredista da capital favorável ao operariado, poderia dar causa a exigências dos proletários que mourejam nas muitas fábricas nas muitas fábricas que possuímos. Aqui, porém, não havia ainda chegado a notícia das deliberações que acalmaram os ânimos dos operários na capital, quando um intenso movimento paredista se verificou, tomando quasi character de greve geral, tantas foram as fabricas e officinas que se

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

fecharam, abandonando os seus operários o trabalho (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917).

O citado jornal discorre sobre as causas da greve, evidenciando a carestia e a miséria como causas principais da eclosão do movimento.

O encarecimento rápido e crescente dos gêneros de primeira necessidade e decréscimo de salários, realizado em alguns estabelecimentos concorreram, além e outros motivos de ordem secundária, para levar os operários à greve. De facto, não era possível que as coisas continuassem no pé em que estavam. A miséria negra e horrível ameaçava centenas de lares.

Ao trabalho exaustivo de horas excessivas, não correspondia uma alimentação generosa e boa, pois a começar do pão, todos os artigos subiram muito de preço e os operários eram coagidos a reduzir ainda mais o parco “menu”.

Os operários em parede pacífica procuram nem mais nem menos do que conseguir um pequeno aumento de salário. Foi para esse fim que se declarou a greve (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917).

A miséria e a carestia foram propaladas como causas principais que levaram os operários à greve, tanto em São Paulo, como nas demais cidades do interior como Campinas, Jundiaí e Sorocaba. O jornal “O Combate” evidenciou que “A revolta da miséria, quando explodiu, não precisou do incitamento do Anarquismo” (KHOURY, 1981, p. 57). Com isso, diz o jornal, que o movimento grevista eclodiu não por incitação anarquista, como acusavam o governo e a burguesia, mas tão somente pela miséria a que estava condenado o trabalhador.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Ato 1

Título: mulheres operárias – Greve, substantivo feminino



Fonte: elaborado pela artista Flávia Antunes Aguilera, autora deste capítulo

A greve em Sorocaba iniciou-se às 7 horas da manhã na Fábrica de Tecidos N. S. da Ponte, conhecida também como “Fábrica Fonseca”, por ter sido fundada por Manuel José da Fonseca. Após ter-se decidido pela greve, o operariado daquela fábrica dirigiu-se ao estabelecimento fabril localizado ao lado, a Fábrica Santo Antônio.

Os operários da Fábrica Santo Antônio haviam recebido aumento de 25% do salário. Os grevistas tiveram que forçar o portão da Fábrica Santo Antônio, a fim de que pudessem entrar em contato com os operários daquele estabelecimento. Ao fim,

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

os grevistas convenceram os seus colegas a aderirem ao movimento.

Título: os operários arrombaram os portões da Fábrica



Fonte: elaborado pela artista Flávia Antunes Aguilera, autora deste capítulo

De lá, os trabalhadores das duas fábricas seguiram para as Oficinas da Sorocabana Railway, para obterem a adesão dos ferroviários. Os operários da Oficina engrossaram o número de grevistas. Parte dos trabalhadores em greve rumou para a Fábrica de Chapéus Souza Pereira (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917).

Nessa Fábrica, os operários haviam recebido aumento de salário há cinco dias (A PLEBE, 26 jul. 1917). Os grevistas

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

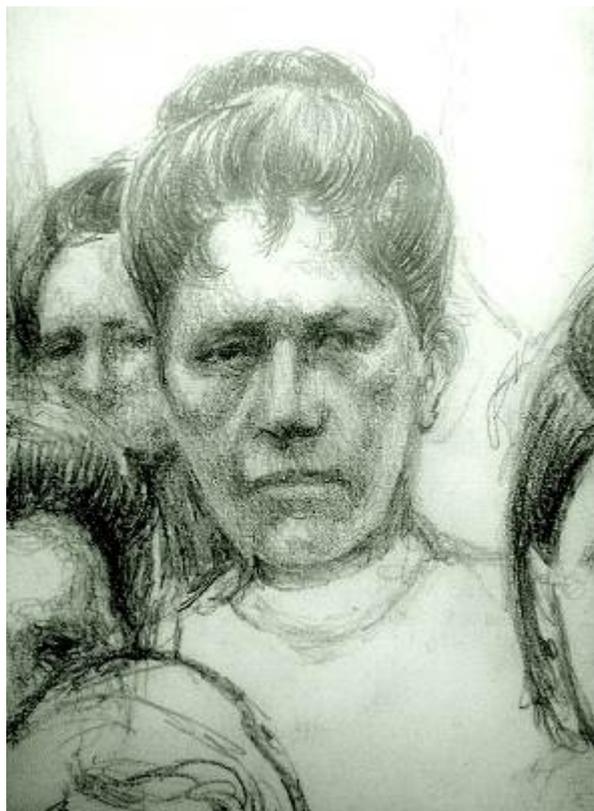
novamente tiveram que arrombar o portão dessa fábrica para poder entrar em entendimento com os seus companheiros.

O sr. Adelino Miranda, gerente da fábrica, conhecendo os desejos dos operários que estacionavam na rua, entendeu-se com eles, dizendo que de bom grado as suas operarias deixariam o trabalho, mas estavam receiosas de alguma manifestação desagradável por parte dos grevistas. Os exaltados então se acalmaram e as costureiras e demais operários deixaram o trabalho, engrossando a massa popular que enchia a rua (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917).

Novamente se verifica a presença expressiva de mulheres na Greve de 1917 em Sorocaba. Às oito horas da manhã um grupo de grevistas alcançou a Fábrica Santa Maria, no Além Ponte (Bairro dos Morros, hoje Vila Hortência), e obteve a adesão dos empregados de lá. Novamente encontraram operários que tinham a promessa de aumento salarial, mas que acabaram aderindo ao movimento por solidariedade. Outro grupo de grevistas forçou os motorneiros e condutores de bonde a deixarem o trabalho, o que ocorreu naquele dia 16 de julho, a partir das 8 horas da manhã (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Título: a presença da mulher operária



Fonte: elaborado pela artista Flávia Antunes Aguilera, autora deste capítulo

Às 9 horas da manhã, duas horas depois da eclosão da greve, os paredistas estavam às portas da Fábrica Santa Rosália, cujos trabalhadores também aderiram à greve (A PLEBE, 26 jul. 1917).

Um grupo de grevistas dirigiu-se de manhã cedo para Votorantim, cuja fábrica, parada há algum tempo, em virtude da greve, devia recomeçar o

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

trabalho naquele mesmo dia. Este grupo obteve a adesão de seus companheiros da Fábrica Votorantim (A PLEBE, 26 jul. 1917).

Aderiram à greve, ainda, a Fábrica de Estamparias São Paulo, a Fábrica de Arreios Ferreira & Cia., Fábrica de Calçados Soares, e Fábrica de Calçados Fausto, esta última procurou anunciar aumento de salário e vantagens aos seus empregados no mesmo dia (CAVALHEIRO, 1998). Apesar disso, os funcionários da Fábrica de Calçados Fausto entraram “em parede, manifestando sua solidariedade com os colegas” (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Título: a Greve se faz nas ruas



Fonte: elaborado pela artista Flávia Antunes Aguilera, autora deste capítulo

O comércio foi fechado, sendo que a “maioria das casas commerciaes cerrou as portas, deante da attitude dos grupos de grevistas, que o reclamaram” (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917). O policiamento da cidade foi reforçado com a chegada de forças da capital, pois a cidade de “Sorocaba, apesar de ser um grande centro industrial, também estava desprovido de polícia” (O COMBATE, 17 jul. 1917). Com isso, “A guarda da cidade esteve entregue à linha de tiro. Por isso nada de grave se registrou” (O COMBATE, 17 jul. 1917). Às 17 horas¹⁰³ chegou

¹⁰³ O jornal “Cruzeiro do Sul” disse que a chegada dessa força se deu pouco depois do meio dia.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

de Ipanema uma força federal de 50 praças comandadas pelo capitão Hermes Alincourt da Fonseca (O COMBATE, 17 jul. 1917).

O número de praças da Força Pública, dirigida pelo delegado Dr. Lima Camargo e comandada pelo Tenente André Xavier, era insuficiente para conter os grevistas “si estes quizessem deixar a sua sympathica attitude pacífica...”, como noticiou o Jornal Cruzeiro do Sul na época. O delegado Lima de Camargo solicitou então auxilio da Força Federal destacada no Ipanema, comandada pelo capitão Hermes Alincourt da Fonseca, que chegou no dia 16 de julho, pouco depois do meio dia, bem como ao presidente da Linha de Tiro 369, cujos atiradores, sob o comando do sargento Antônio Pereira de Carvalho, encarregaram-se da Cadeia e do quartel (CAVALHEIRO, 1998, 2001 e 2009). Às 15 horas e meia chegaram a Sorocaba outras 60 praças da Força Pública da Capital, comandadas pelo major Esteves Gamoeda. Ao mesmo tempo, o alferes Durval de Castro “veiu commandando uma secção de metralhadoras Hotchkiss”! (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917). Uma seção de metralhadoras para “acompanhar” um movimento grevista de operários! A ordem dada para o envio dessas forças para Sorocaba partiu do delegado de capturas da capital, Alonso Negreiros, o qual assumiu a orientação da delegacia local (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917).

Um dos fatos mais curiosos dessa intervenção policial se deu na Praça Coronel Fernando Prestes. Ao receber a ordem de dispersar os grevistas que estavam aglomerados na Praça, a Força Pública da capital, após intimar o povo a dispersar por três vezes, os soldados fizeram uso de espadins, “ferindo pessoas de representação da nossa sociedade, que nada tinham com a greve e se achavam misturadas por curiosidade com os operários” (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917). A dispersão se deu no momento em que se realizava um comício operário no

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

qual discursava um homem identificado com o nome de Bandoni (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917). É possível que se trate de Angelo Bandoni ou Baldoni, importante militante anarquista italiano, redator do jornal *Guerra Sociale* (1915 - 1917) e ao lado de Oreste Ristori e Gigi Damiani, “um dos que mais contribuíram para divulgar o anarquismo em idioma italiano, em São Paulo, no Brasil” (RODRIGUES, 1994, p. 110).

Ao meio dia os industriais reuniram-se na residência do empresário Jorge Kenworthy, onde lançaram em ata resoluções semelhantes às tomadas pela Comissão de Imprensa da Capital e pelo Comitê de Defesa Proletária da Capital. É a seguinte ata:

Os industriaes de Sorocaba, abaixo assignados, reunidos hoje nesta cidade resolveram fazer aos seus operários as mesmas concessões feitas ao operariado da Capital pelos industriaes dalli e que são as seguintes:

A) augmento de 20% (vinte por cento) sobre os salários em geral;

B) não dispensar do serviço qualquer operário que tenha tomado parte na presente greve;

C) respeitar “in totum” o direito de associação dos seus operários;

D) effectuar o pagamento dos salários dentro da primeira quinzena que se seguirá ao mez vencido:

E) acompanhar com a máxima boa vontade as iniciativas que foram tomadas no sentido de melhorar condições moraes, materiaes e econômicas do operariado de Sorocaba.

Estas condições serão postas immediatamente em vigor desde que os operários recommecem amanhã o seu trabalho.

Sorocaba, 16 de julho de 1917.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Pela Cia. Fiação e Tecidos Santa Maria - Eugênio Mariz; pela Cia. Nacional de Estamparia, Fábrica Santo Antônio e São Paulo - João Frank Kenworthy; pela Cia. Fiação e Tecidos N.S. da Ponte - Julio Lugasca; J. Fernandes Silva; Oetterer, Speers e Cia., da Fábrica Santa Rosália (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917).

Os operários, por sua vez, reivindicavam “aumento de 30% nos salários; abolição do trabalho noturno; pagamento do mez vencido na 1ª quinzena imediata, e garantia de que não seria dispensado nenhum operário” (O COMBATE, 17 jul. 1917). Por esse motivo, os operários não aceitaram as propostas dos industriais, naquele dia. Ademais, a proposta apresentada pelos patrões não abarcava todas as categorias em greve e, ainda, não tinha a participação dos trabalhadores na composição da ata de resoluções.

Ato 2

Segundo o jornal “Cruzeiro do Sul”, a cidade anoiteceu calma, com poucos transeuntes nas ruas vigiadas por soldados da Força Pública, com armas embaladas; e amanheceu na mesma calma com a reabertura do comércio e com os veículos andando em “liberdade” pelas ruas (CRUZEIRO DO SUL, 18 jul. 1917).

Apesar de poucas pessoas que retornavam ao trabalho, a maioria ainda continuava em greve. Os operários da Fábrica Santa Maria retornaram ao trabalho, assim como parte das operárias da Fábrica de Calçados Soares e, também, os condutores de bonde. Os bondes circularam com a garantia de soldados da Força Pública, armados de carabinas embaladas (CRUZEIRO DO SUL, 18 jul. 1917).

As fábricas de tecido N. S. da Ponte, Santa Rosália, Santo Antônio, Votorantim e a Estamparia São Paulo abriram,

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

mas seus operários não adentraram ao serviço, permanecendo em greve (CRUZEIRO DO SUL, 18 jul. 1917).

A Fábrica de Chapéus Souza Pereira permaneceu fechada. Um dos sócios da fábrica, Jorge de Barros, informou que, apesar do aumento dado aos seus operários, estudava ainda as tabelas para saber se poderia oferecer alguma vantagem a mais para os trabalhadores (CRUZEIRO DO SUL, 18 jul. 1917).

As Oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana permaneceram fechadas no dia 17 de julho, sendo guardadas pelas forças federais de Ipanema. A Fábrica de Óleo de Francisco Scarpa & Filho e a Serraria São Pedro reabriram e seus operários trabalharam normalmente.

Além das forças policiais já citadas, a cidade recebeu ainda “um corpo de agentes secretos” para auxiliar “a acção da Força Pública” (CRUZEIRO DO SUL, 18 jul. 1917). Nesse sentido, percebe-se a repressão ao movimento grevista de Sorocaba, o qual foi maior do que em outras cidades do interior (LOPREATO, 2000, p. 133).

O jornal “Cruzeiro do Sul” aconselhava aos operários para que voltassem ao trabalho, pois, no entender daquele órgão de imprensa, “Os srs. industriaes com a máxima boa vontade attenderam os justos anceios do proletariado” (LOPREATO, 2000, p. 133).

Os industriais reuniram-se novamente, agora com cinco representantes dos operários, oferecendo novas concessões. A reunião foi presidida pelo industrial Frank Speers e secretariada por Alfredo Pires. Dessa reunião, surgiu a seguinte ata:

- I) Os industriaes abaixo assignados se compromettem a beneficiar os seus operários, dando-lhes:
- 1) Dez horas de trabalho por dia
 - 2) 20 por cento de aumento de salário

3) De acordo com as atuais necessidades, farão trabalhos extraordinários, fóra os teares, aumentando assim o serviço de 10 para 11 horas, sendo esse excesso pago a parte, a razão do serviço ordinário.

4) O pagamento será por metro e não por peça, feito na primeira quinzena do mez seguinte ao vencido, excepto na Fábrica Santa Rosália, que pagará no terceiro sabbado do mez seguinte ao vencido.

5) Não será nenhum operário demitido do trabalho por motivo da greve

II) Os industriaes de chapéus, calçados e arreios, se compromettem a melhorar a situação dos seus operários, de accordo com o que se fez em São Paulo relativamente a estes industriaes, entrando cada um de per si em convenção com seus empregados nesse sentido.

III) Os operários de todas as indústrias, representados pelos que assignam adeante, se compromettem a voltar ao serviço logo que foram chamados amanhã.

Sala da Delegacia de Sorocaba, aos 17 de Julho de 1917.

Oetter, Speers & Cia. ¹⁰⁴; Pela Cia. Nacional de Estamparia - João Frank Kenworthy; pelas Cias Fiação e Tecidos Santa Maria - Eugênio Mariz; pela Cia. Fiação e Tecidos N.S. da Ponte - Julio Cugnasca, J. Silva; N. Barros e Cia.; Soares e Irmão; A. Fausto e Filho; Albino Sbrana, Diogo Marti, João Romão, Jesus Fernandes; José Fiorelli. (CRUZEIRO DO SUL, 18 jul. 1917)

¹⁰⁴ Observação: das assinaturas da última ata de reunião dos empresários, consta, como publicado, a grafia “Oetter, Speers & Cia”, conforme noticiou o jornal Cruzeiro do Sul na época. Acreditamos, porém, ser correta a seguinte grafia: “Oetterer, Speers & Cia”.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Enquanto isso, o delegado de polícia Lima Camargo recebeu denúncia do Agente da Estação Sorocabana de que os trilhos do quilômetro 115 haviam sido arrancados pelos grevistas, bem como haviam sido cortados os fios do telégrafo com o intuito de impedir o contato com a capital (CRUZEIRO DO SUL, 18 jul. 1917). Para as diligências policiais sobre esse fato, seguiu o delegado geral de Itapetininga, Andreino Assis, uma vez que o delegado de capturas da capital Alonso Negreiros “havia seguido para Mayrink, onde há operários da Sorocabana em parede” (CRUZEIRO DO SUL, 18 jul. 1917).

Ato 3

O jornal “Cruzeiro do Sul” dava como certa a finalização da greve em Sorocaba, em sua edição do dia 19 de julho de 1917. A greve entre os ferroviários e os outros operários começam a tomar rumos distintos e o jornal publica que “devido ao receio com que os operários estavam de serem desacatados pelos da Sorocabana Railway, às fábricas de tecido apareceu um numero diminuto de proletários” (CRUZEIRO DO SUL, 19 jul. 1917).

Os operários da Fábrica Santa Maria haviam retornado ao trabalho, quase que em sua totalidade. As outras fábricas retornavam aos poucos e pouco antes do horário de meio dia ouviu-se o apito de entrada ao trabalho.

Ao apito das 11 horas alguns outros estabelecimentos fabris iniciaram também o serviço, mesmo porque o receio que os operários sentiam de ser alvos de qualquer violência por parte dos grevistas da Sorocabana deixou de ter razão de existir, porquanto estes já haviam voltado ao trabalho das oficinas, tendo o prazer de ver atendidas pela superintendência da Estrada as suas aspirações (CRUZEIRO DO SUL, 19 jul. 1917).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Quanto à greve que se desenrolava na Sorocabana, houve a expedição de uma circular por meio da superintendência, dando conta do aumento de salário em condição de igualdade com a Companhia Mogiana. Um dos fatos lamentáveis da greve na Sorocaba deu-se no dia 18, quando o foguista José Augusto caminhava pela linha de trem e não atendeu ao comando de “alto” dado por um soldado que guardava os trilhos. Diante da desobediência do foguista, o soldado alvejou-o com um tiro, ferindo-o levemente (CRUZEIRO DO SUL, 19 jul. 1917).

Outros trilhos foram arrancados, agora no quilômetro 117, fato esse que ensejou a abertura de inquérito. Por esse motivo, os trens de passageiros passaram a ser guardados por praças da polícia (CRUZEIRO DO SUL, 19 jul. 1917).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Título: os trilhos foram arrancados pelos operários



Fonte: elaborado pela artista Flávia Antunes Aguilera, autora deste capítulo

Às 16 horas os industriais novamente se reuniram no escritório da Fábrica Santa Rosália e deliberaram sobre o assunto, apresentando o seguinte aviso aos operários:

Em virtude da má vontade dos srs. operários recommencarem o trabalho, esta fábrica fechará por tempo indeterminado.

Entretanto, se os srs. operários apresentarem-se nos portões amanhã às 7 e meia horas, como promettem, reabriremos os estabelecimentos.

Sorocaba, 18 de julho de 1917 (CRUZEIRO DO SUL, 19 jul. 1917).

O jornal “Cruzeiro do Sul” tentava novamente convencer os operários a retornarem ao trabalho, uma vez que “conseguiram o que desejavam” (CRUZEIRO DO SUL, 19 jul.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

1917). Alguns operários ainda estavam reticentes e por isso havia o impasse quanto ao retorno aos trabalhos.

Ato 4

O fim da greve foi anunciado no dia 20 de julho. O jornal “Cruzeiro do Sul”, noticiando os fatos do dia anterior, dia 19, informou que, após três dias de parede, os operários resolveram voltar aos postos de trabalho e que suas reivindicações foram atendidas. Possivelmente, não como desejavam os operários, mas dentro do que se pode negociar naquele momento.

A participação da comissão de operários foi fundamental para o sucesso da greve. O jornal “Cruzeiro do Sul” levou em consideração para o deslinde do movimento a própria folha que noticiou a greve em favor dos operários, bem como a participação de políticos – dentre eles o prefeito municipal – e outras autoridades (CRUZEIRO DO SUL, 20 jul. 1917).

O jornal noticiou ainda as atitudes desprezíveis – sem citá-las em detalhes – de uma “rédua de secretas marotos” (CRUZEIRO DO SUL, 20 jul. 1917). De acordo com o jornal, houve a necessidade da intervenção de autoridades para conter os exageros desses policiais:

Algo houve a desdourar as providencias das autoridades: uma rédua de secretas marotos. O sr. dr. Lima Camargo, a quem directamente levamos a queixa do povo contra a insolência dos beleguins, attendeu-nos gentilmente e cohibiu o abuso.

O sr. dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro igualmente interveiu junto das autoridades para garantir a segurança dos sorocabanos ameaçados por esses “Agentes da Segurança” (CRUZEIRO DO SUL, 20 jul. 1917).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Christina Roquette Lopreato entende que a violência policial em Sorocaba, maior do que a de outras cidades, como Campinas e Jundiaí, era uma resposta à “capacidade de organização e a força combativa dos trabalhadores da região” (LOPREATO, 2000, p. 133 - 134). Porém, a presença de lideranças anarquistas, como Albino Sbrana, Jesus Fernandes e Ângelo Bandoni (ou Baldoni), são indicativos de que a Greve em Sorocaba, de 1917, contou com a experiência de organização libertária que se fizera presente na capital paulista.

Referências

A PLEBE (1917). Acervo digitalizado da Biblioteca Terra Livre (SP). Disponível em:

<<https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/biblioteca-virtual/jornais/a-plebe/>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *A Greve de 1917 e as eleições municipais de 1947 em Sorocaba*. Sorocaba: Terrasgada, 1998.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Salvadora! Sorocaba: Create / LINC*, 2001.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Memória Operária*. Sorocaba: Create, 2009.

CRUZEIRO DO SUL (1917). Acervo do Gabinete de Leitura Sorocabano.

KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1981.

LEUENROTH, Edgard. *O movimento operário / A greve de 1917*. São Paulo: CCS-SP, 2016.

LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta. A greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

O COMBATE (1917). Acervo da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em:

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

RODRIGUES, Edgar. *Os companheiros - vol. 1*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1994.

8. 100 anos da greve geral de 1917: a iconografia do movimento operário

Paulo Celso da Silva¹⁰⁵

“Paralizava-se a vida laboriosa de São Paulo que não pode parar, para dar lugar a uma convulsão popular sem precedentes na vida paulistana”
(Edgar Leuenroth - CATALLO, 1968, p. 3)

A data de 9 de julho marcou, em algumas ocasiões, o Estado de São Paulo com uma tragédia, como foi a que conferiu ao dia ser a principal data do ano para todo o Estado e conhecida como Dia da Revolução Constitucionalista, a Revolução de 1932. Uma data importante que mostra a luta de uma parte da população paulista pela redemocratização do país, ainda que alicerçada em valores das classes altas daquele momento.

Contudo, antes, no dia 9 de julho de 1917, os operários da cidade de São Paulo e depois de todo o Estado, saíram às ruas para exigir, além do aumento salarial, melhores condições de trabalho e de vida. Nesse dia, os operários em greve nos portões da fábrica Mariângela, no bairro do Brás, foram atacados por policiais da cavalaria e, no confronto, o sapateiro José Martinez (1896-1917) foi morto com um tiro no estômago, quando a cavalaria dispersava manifestantes que, em frente à fábrica Antártica, estavam quebrando barris de cerveja (MESQUITA FILHO, 1917, p. 1). O jovem pertencia à Confederação Operária Brasileira (COB), organização de

¹⁰⁵ Professor do Programa de Mestrado em Comunicação e Cultura da UNISO (Universidade de Sorocaba), é doutor em Geografia Humana pela USP (Universidade de São Paulo). E-mail: paulo.silva@prof.uniso.br

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

inspiração anarcossindicalista iniciada em 1906, e seu funeral, em 11 de julho, foi acompanhado por uma grande multidão até o Cemitério do Araçá, em São Paulo.

A tragédia, misturada à indignação da população e, principalmente, da classe operária, desencadeou a Greve Geral de 1917, paralisando também o comércio, os transportes e demais atividades na cidade de São Paulo e depois em várias cidades do interior, entre elas Sorocaba. Estima-se que entre 70 a 80 mil operários aderiram à greve nos três dias subsequentes ao enterro de José Martinez. Edgar Leuenroth, assim descreve os acontecimentos naquela quarta-feira, em artigo reproduzido pelo Jornal Dealbar:

O enterro dessa vítima da reação foi uma das mais impressionantes demonstrações populares até então verificadas em São Paulo. Partindo o féretro da rua Caetano Pinto, no Brás, estendeu-se o cortejo, como um oceano humano, por toda a avenida Rangel Pestana até a então Ladeira do Carmo em caminho da Cidade, sob um silêncio impressionante, que assumiu o aspecto de uma advertência. Foram percorridas as principais ruas do centro. Debalde a Polícia cercava os encontros de ruas. A multidão ia rompendo todos os cordões, prosseguindo sua impetuosa marcha até o cemitério. À beira da sepultura revezaram os oradores, em indignadas manifestações de repulsa à reação [...] No regresso do cemitério, uma parte da multidão reuniu-se em comício na Praça da Sé; a outra parte desceu para o Brás, até à rua Caetano Pinto, onde, em frente à casa da família do operário assassinado, foi realizado outro comício (CATALLO, 1968, p. 3)

Figura 1 - José I. Martinez



Fonte: Jornal A Plebe, 21.07.1917, p. 4.

O jornalista ainda descreve como ocorreram saques em armazéns, veículos e bondes sendo incendiados, barricadas armadas nas ruas e vários comícios em que os trabalhadores mostravam sua indignação e pediam providências e participação massiva de todos para por fim às precárias condições em que viviam e trabalhavam. As autoridades locais, industriais e as elites, ansiosas por encontrar um “inimigo” a quem culpar pela

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

greve geral, já que desconsideravam a capacidade de união dos trabalhadores, culparam Edgar Leuenroth como mentor intelectual e, diante da acusação, foi detido:

Muito tempo ainda não havia decorrido, quando se verificou a minha prisão. Iniciou-se então minha peregrinação pelos postos policiais, com o fim de serem burlados os “habeas corpus” requeridos quando fui transferido para a Cadeia Pública, hoje Casa de Detenção. Após seis meses, fui levado ao Tribunal do Juri, para ser julgado pela estúpida acusação de ter sido o autor psíquico-intelectual da greve geral de julho de 1917. Fui absolvido por unanimidade de votos, após dois adiamentos, com o intuito de impedir de ter também como defensor, ao lado do dr. Marry Júnior, o grande criminalista dr. Evaristo de Moraes. Passado algum tempo, divulgou-se a notícia de deportação de alguns militantes proletários para outros Estados (CATALLO, 1968, p. 3).

Interessante frisar que, na legenda da figura 3, o jornalista d’A Cigarra indica que foi o “[...] enterro do operário hespanhol Francisco Martinez”, quando o correto é José Ineguez Martinez (1896-1917), também espanhol. Contudo, Francisco Martinez era conhecido, junto com Inácio Iglêsias, como um dos “mãos negristas”, pois “[...] em 1921, fabricaram bombas, que fizeram explodir estabelecimentos fabris, no Brás, durante uma greve” (PENTEADO, 1962, p. 152).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Figura 2 - “Outro aspecto do cortejo fúnebre do desventurado companheiro José Martinez, a primeira vítima da fúria policial durante o formidável movimento grévista.”



Fonte: Jornal A Plebe, 21.07.1917, p. 1.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Figura 3 – “O enterro do operario hespanhol Francisco Martínez, morto num dos primeiros conclictos que se deram, por ocasião das agitações verificadas nesta capital.



O enterro do operario hespanhol Francisco Martínez, morto num dos primeiros conclictos que se deram, por ocasião das agitações verificadas nesta capital. Esta photographia foi tirada para "A Cigarra", no momento em que a enorme massa de grevistas conduzia o corpo pela rua Quinze de Novembro, a caminho do Cemitério.

Fonte: Revista A Cigarra, 26.07.1917, n. 71, p. 14, e Jornal A Plebe, 21.07.1917, p. 1. (Esta photographia foi tirada para “A Cigarra, no momento em que a enorme massa de grevistas conduzia o corpo pela rua Quinze de Novembro, a caminhodo Cemitério.”)

Figura 4 - Comício Largo da Sé



Um aspecto do comício realizado no largo da Sé, após o enterro

Fonte: Jornal A Plebe, 21.07.1917, p. 2.

Figura 5 - “Comício



Comício na praça da Sé durante a greve geral. Foto: Arquivo/AE

Praça da Sé durante a greve geral.”

Fonte: Arquivo da Agência Estado.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

A versão do Correio Paulistano, mais conservador e avesso à Greve, no dia 11 de junho de 1917, noticiava na página 2 uma coluna intitulada “Agitação Operária” e dava uma versão diferente para a morte do sapateiro José Ineguez Martinez que, conforme o jornal, foi “Uma vítima da Greve” e dos “[...] desatinos ante-hontem praticados pelos grevistas na Rua Monsenhor Andrade, em frente a fábrica ‘Mariangela’” (p. 2). Enquanto os periódicos anarquistas e pela causa operária afirmam que o sapateiro foi baleado pela polícia, o redator do Correio noticia que a Polícia disparou apenas um tiro, todos os demais das armas dos grevistas. E, foi nesse momento do tiroteio “[...] quando o sapateiro Ineguez, aliás estranho ao movimento, foi atingido por uma bala no peito. Ineguez nem sequer participava dos distúrbios, pois não tinha presentemente colocação e havia chegado da Argentina há pouco mais de um mez” (Correio Paulistano, 11 de junho de 1917, p. 2).

Figura 6 - Correio Paulistano - Morre um operário



Fonte: “Agitação Operária” 11 jul. 1917, p.2[jornal]

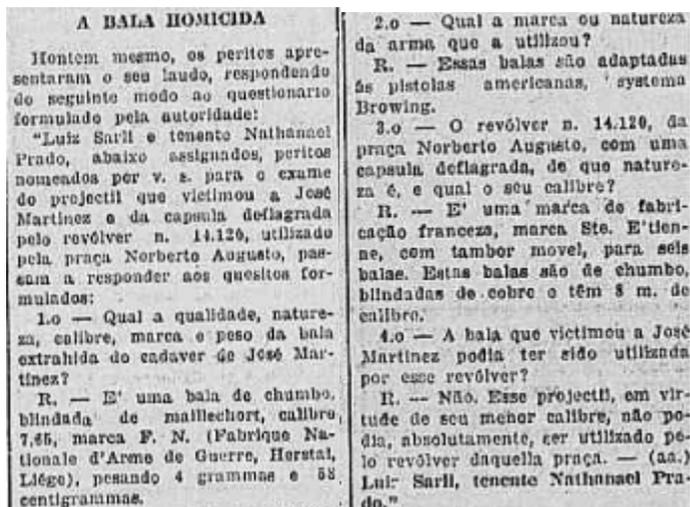
.Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1917_19398.pdf

>. Acesso em 24 jul. 2017.

No jornal dos dias seguintes, o tom de desaprovação da greve e dos grevistas continua, assim como a defesa dos atos da polícia e total apoio aos industriais que estavam “[...] abertos e com boa vontade para solucionar rapidamente o pedido dos grevistas” (Correio Paulistano, 12 de junho de 1917, p. 2).. Inclusive a edição do dia 12 de julho, enterro do jovem morto, conta com o resultado da autópsia e do exame do projétil, o qual inocenta da “única bala disparada das armas da polícia (figura 7)”.

Figura 7 - Correio Paulistano - A Bala Homicida



Fonte: “Agitação Operária”, 12 jul. 1917, pág. 2 [jornal].

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1917_19399.pdf>. Acesso em 24 jul. 2017.

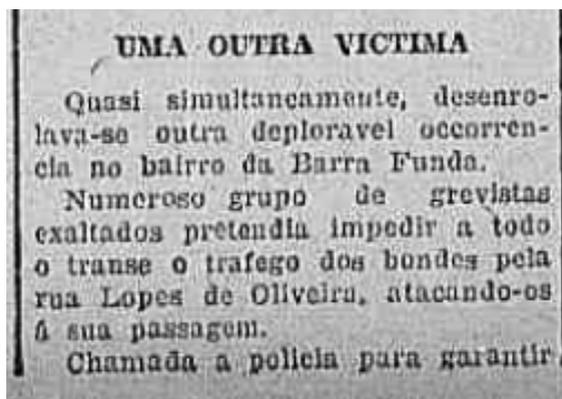
Porém, é possível que o Correio Paulistano tenha sido um dos meios impressos que noticiou a morte de uma criança, a

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

menina Eduarda Bindo, de 13 anos, nos confrontos entre grevistas e policiais no bairro da Barra Funda, fato que os jornais ligados à causa não relataram na época e, mesmo hoje, os inúmeros *sites* que tratam do tema dos 100 anos da greve geral ou do movimento operário esquecem-se dessa criança.

O tom da notícia não exclui nem os pais da responsabilidade pela morte: “A menor, vítima do desleixo dos seus pais e da sua própria imprudência, assistia de uma porta aos graves acontecimentos que se passavam, quando uma bala, atingindo-lhe a testa, a prostou mortalmente ferida”.

Figura 8 - Correio Paulistano - Mais vítimas



o livre transito, os grevistas receberam-na a balas, travando-se cerrado tiroteio.

Na refrega apenas resultou uma victima, e essa a infeliz menina Eduarda Bindo, de 13 annos de idade, filha de Primo Bindo, residente á rua Victorino Carmillo, n. 139.

A menor, victima do desleixo dos seus paes e da sua propria imprudencia, assistia de uma porta aos graves acontecimentos que se passavam, quando uma bala, attingindo-lhe a testa, a prostrou mortalmente ferida.

Pelosapparelhos da Assistencia, foi o facto communicado para a Repartição Central da Policia, comparecendo promptamente os medicos sr. drs. Pedro Nacarato e Luciano Gualberto, que foram recebidos hostilmente pela multidão que se agglomerava em torno da criança agonizante.

Foi necessario que os medicos sacassem dos seus revólveres para que a horda sediciosa lhes abrisse passagem.

A menor, conduzida num auto-ambulancia para o posto da Assistencia,ahi falleceu, quando começava a receber os primeiros socorros.

O cadaver foi depositado no necroterio, de onde hoje será transferido para o Araçá, affim de ser autopsiado.

Fonte: "Agitação Operária", 14 jul. 1917, p. 2 [jornal].

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1917_19401.pdf

>. Acesso em 24 jul. 2017.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Outra morte em conflito entre policiais e grevistas, ocorrida na Rua Augusta, quando os grevistas tentaram invadir um bonde e o policial que o guardava disparou contra os operários, também é noticiada: a vítima foi o pedreiro de 18 anos, Nicolau Salerno. O Correio Paulistano, apenas no dia 17 de julho, dedicará toda a página quatro para o tema da greve, destacando o tema da carestia de vida e do fim da greve em São Paulo e “algumas ocorrências de gravidade em Sorocaba e Campinas” (figura 9).

Figura 9 - Correio Paulistano - Normalização do cotidiano



Fonte: “Agitação Operária” 17 jul. 1917, p. 2 [jornal].
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&PagFis=17648&Pesq=greve%20geral>.

Acesso em 17 jul. 2017.

Os trabalhadores conseguiram algumas concessões de seus patrões, como as oito horas diárias e melhorias salariais. Depois do acordo celebrado entre os comitês grevistas e uma comissão formada por jornalistas da imprensa paulista, a greve em São Paulo terminou. Em outros Estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso e Santa Catarina, as greves, para conseguir o mesmo que os trabalhadores paulistas, continuou em paralisações gerais ou parciais durante os anos seguintes. Também em São Paulo o movimento operário não se desfez, ao contrário, dois anos depois, trabalhadores da Capital e do interior do estado de São Paulo conseguiram a aprovação da indenização por acidente de trabalho (1919). Em 1926 conquistaram o direito de férias de 15 dias por ano. A aprovação das oito horas de jornada de trabalho só veio no ano de 1930.

Não obstante, a Greve Geral de 1917 nos legou muitos relatos, depoimentos e uma iconografia que não se resume em apenas fotografias. As notícias nos jornais também compõem a memória de várias localidades do Brasil do mês de julho e sua repercussão, as quais reunimos algumas nos acervos digitais disponíveis.

Talvez, uma das imagens mais emblemáticas da Greve Geral seja a apresentada abaixo (Figura 10), pois, a grande maioria dos *sítes* que tratam do tema recorre a ela para representar ou ilustrar os trabalhadores, a Greve ou os movimentos anarquistas e sociais do início do século XX. Essa imagem é parte de um artigo publicado na revista “A Cigarra”, (26 de jul. 1917, ed. n° 71, p. 14). Interessante que alguns *sítes* indicam que as bandeiras ora são negras, como a dos anarquistas; ora são vermelhas, remetendo aos socialistas, por exemplo:

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Figura 10 – Greve Geral: “A multidão de operários grevistas, depois de ter percorrido as ruas centraes, descendo a Ladeira do Carmo, a caminho do Brás, empunhando bandeiras vermelhas.”



Fonte: acervo Arquivo Edgar Leuenroth e revista A Cigarra, 26.07.1917, n. 71, p. 14.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Figura 11 - “Um contingente do 1.º batalhão da Força Pública, de armas embaladas, dispersando os grévistas na Praça Antonio Prado, vendo-se, ao fundo, os estabelecimentos commerciaes completamente fechados.”



Fonte: acervo Arquivo Edgar Leuenroth e Revista A Cigarra,
26.07.1917, n. 71, p. 15.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Figura 12 – “Bando de grévistas, na maioria mulheres operarias em varias fabricas desta capitao, dirigindo-se ao largo do Palacio, a fim de conferenciar com o sr secretario da Justiça e Segurança Publica, a quem pediram providencias contra o despropósito augmento dos generos de primeira necessidade.”



Bandos de grévistas, na maioria mulheres operarias em varias fabricas desta capital, dirigindo-se ao largo do Palacio, a fim de conferenciar com o sr. secretario da Justiça e Segurança Publica, a quem pediram providencias contra o despropósito augmento dos generos de primeira necessidade.

Fonte: acervo Arquivo Edgar Leuenroth e Revista A Cigarra, 26.07.1917, n. 71, p. 15.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Figura 13 - “O bonde-correio, garantido por bombeiros de armas embaladas, o unico que trafegou nesta capital no dia 13 deste mez.”



Fonte: acervo Arquivo Edgar Leuenroth e Revista A Cigarra, 26.07.1917, n. 71, p. 16.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Figura 14 - “Assalto aos bondes da Light, durante as últimas agitações operárias.”



Assalto aos bondes da Light, durante as últimas agitações operárias

Fonte: acervo Arquivo Edgar Leuenroth e Revista A Cigarra, 26.07.1917, n. 71, p. 16.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Figura 15 - “Um orador operario falando aos grévistas num comicio realizado no Largo da Sé, durante as ultimas agitações operárias.”



Fonte: acervo Arquivo Edgar Leuenroth e Revista A Cigarra, 26.07.1917, n. 71, p. 20-21.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Figura 16 – “Aspecto geral da Praça da Concórdia, no Brás, em frente ao Theatro Colombo, durante o grande comício ali realizado senda-feira 16 de julho. O Comité de Defesa do Proletariado dá conhecimento aos operarios das conquistas que acabam de ser alcançadas e das deliberações tomadas, aconselhando, por isso, a volta ao trabalho.”



Fonte: acervo Arquivo Edgar Leuenroth e Revista A Cigarra, 26.07.1917, n. 71, p. 20-21.

O articulista da revista *A Cigarra* na coluna ‘Chronica’ (1917, p. 11) indica às suas leitoras, principalmente, que a greve apesar de não ser um “[...] espetáculo dos mais agradáveis para os nossos créditos de cidade pacata”, era a maneira como o operariado poderia fazer governo e patrões escutarem suas reivindicações, em um momento que os salários não acompanhavam o aumento do custo de vida e dos produtos básicos, por causa da guerra. Também, destaca o importante papel da mídia nas negociações “[...] na solução da greve. Ninguém pode negar o grande serviço que ela vem prestar à paz social do Estado.... Não conseguiu tudo, mas conseguiu muito... deu os primeiros passos para harmonizar o capital e o trabalho” (1917, p. 11).

Figura 17 - "A Greve"

A GREVE

Impressionados pelo estado de agitação em que se encontra a cidade de S. Paulo e pelas dolorosas ocorrências que se têm desenvolvido nos últimos dias;

considerando ao mesmo tempo que não justifica semelhante situação, visto como não parece haver excessos de intransigência nem do lado dos industriais, nem do lado dos grevistas, só faltando um meio pratico e efficaz de se pôrem de accordo as partes em conflicto;

os representantes da imprensa, abaixo assignados, cedendo exclusivamente ás sympathias que nutrem pela causa do operariado e ao desejo de ver a cidade restituída á ordem e calma habituaes, resolvem tomar a iniciativa de uma mediação entre os reclamantes, de um lado, e os industriais e representantes dos poderes publicos, do outro, confiando em que os seus esforços serão por todos bem comprehendidos e sinceramente auxiliados.

Nesse intuito pedem ao Comité de Defesa Proletaria que nomeie uma commissão autorisada a entrar em negociações com os industriais e com o governo, por intermedio da commissão de imprensa.

Essa commissão de operarios deverá comparecer a uma reunião amanha, 14, ás 16 horas, na redacção do «Estado», compromettendo-se os abaixo assignados, sob palavra de honra, a guardar absoluta reserva sobre tudo quanto for estranho aos termos exclusivos das ultimas propostas formuladas em nome dos grevistas.

Estabelecido o minimo das reclamações dos operarios, será lavrada uma acta da reunião e a commissão de jornalistas procurará immediatamente entender-se com os srs. Industriais e com os representantes do governo no sentido de obter o maximo de concessões em favor do operariado.

A commissão abaixo assignada não só espera que por esta forma se encaminhe facilmente a desejada solução do actual conflicto, como está convencida de que por outra maneira não se conseguirá pôr um termo feliz a tão complicada e perigosa situação.

S. Paulo, 13 de Julho de 1917.

JOÃO SILVEIRA JUNIOR	- «Correio Paulistano»
VALENTE DE ANDRADE	- «Jornal do Commercio»
Dr. UMBERTO SERPIERI	- «Pauffalla»
Dr. J. M. LISBOA JUNIOR	- «Diario Popular»
PAULO MOUTINHO	- «Gazeta»
VALDOMIRO FLEURY	- «A Placeta»
JOÃO CASTALDI	- «A Capital»
PAULO MAZZOLDI	- «Il Piccolo»
NESTOR PESTANA	- «Estado de S. Paulo»
AMADEU AMARAL	- «Estado de S. Paulo»

Fonte: Jornal O Estado de São Paulo, 14 jul. 1917. Disponível <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,em-1917-greve-geral-parou-sao-paulo,12774,0.htm>>. Acesso em 24 jul. 2017.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

No dia 16 de julho, o jornal o Estado de São Paulo publicava os resultados do trabalho da comissão de jornalistas, na qual concluía:

A Comissão da Imprensa, dando por finda a sua missão, julga cumprir um dever deixando consignado um applauso à boa vontade geralmente manifestada por todos no sentido de dar solução ao conflicto e de preparar o advento de uma nova éra, mais bella, na história das relações entre operarios, patrões e representantes do poder público no Estado de S. Paulo e no Brasil.

Figura 18 –Resultado da mediação da Imprensa

Fonte: Jornal o Estado de São Paulo. Ao Povo, 16 jul. 1917

O Estado de S. Paulo - 16/7/1917

AO POVO

* A comissão da Imprensa Diária de S. Paulo, organizada para servir de mediadora entre as partes em conflito, na greve que há dias se declarou nesta capital, vem tornar públicos os seus esforços e respectivos resultados.

No dia 13 do corrente, às 22 horas, na redação do "Estado de São Paulo" ficou constituída a comissão, cujos primeiros trabalhos se acham expressos nos verbos que dirigiu ao Comitê da Defesa Proletária e aos srs. Industriais para entrarem em ella em entendimento.

No dia 14, às 12 horas, attendendo a tais convites, que foram publicados por todos os jornais, compareceram na redação do "Estado" numerosos industriais, entre os quaes os representantes dos primeiros estabelecimentos, apde, ao finalizar a reunião, adoptada a seguinte ordem do dia:

"Os industriais abaixo assignados, reunidos em assembleia a convite da Commissão da Imprensa que houver de constituir-se nesta capital, attendendo a ponderações que a mesma commissão lhe fez em relação á urgente necessidade de se normalizar a vida da cidade, perturbada pela greve, resolveram:

- a) manter a concessão feita, de vinte por cento sobre os salarios em geral;
- b) affirmar que não será dispensado do serviço nenhum operario que tenha tomado parte na presente greve;
- c) declarar que rejeitarão absolutamente o direito de associação das bees operarias;
- d) effectuar os pagamentos dos salarios dentro da primeira quinzena que se seguir ao mez vendid;
- e) qd'ignar que acompanhado com a maxima boa vontade as iniciativas que forem tomadas no sentido de melhorar as condições moraes, materiaes e economicas do operariado de S. Paulo. — S. Paulo, 14 de Julho de 1917. — R. Crepê, Jorge Diréct, Boyes & Comp., E. P. Usamba, G. H. Pond e S. T. Smith, pela E. Paulo Albergaria Co., A. Schlimm, C. Fuzzopoli & Comp., Ernesto Matarazzo, pela E. A. Induatrias Estandis K. Matarazzo, George A. Craig, pela viza Craig & Comp, F. G. & Co., P. Sereidell.

Nestor Rangeli Pastana, "Estado de São Paulo"; Valente de Andrade, "Jornal de Commercio"; Paulo Mazzoldi, "Piccolo"; Amadeu Amaral, "Estado de São Paulo"; E. Malteador, "Movagor de S. Paulo"; José Maria Lisboa Junior, "Correio Paulistano"; Waldomiro Henry, "Platão"; Umberto Serpieri, "Panfletto"; E. França Ferreira, "Diário Alencão"; Folger de Lima, "A Progreessão"; João Castaldi, "A Capital"; Nereu Rangeli Pastana, "O Combate"; A. A. de Covello, "A Gazeta"; José Maria Lisboa Junior, "Diário Popular"; José Elias Garcia, "Diário Espinal"; Antonio Figueiredo, "A Noção"; Henrique Cecenas, "Circuante";

e) que o poder publico redobrará de esforços para que sejam cumpridas em seu rigor as disposições de lei relativas ao trabalho dos menores nas fabricas;

d) que o poder publico se interessará, primeiramente ao seu alcance, para que sejam estudadas e votadas medidas que defendam os trabalhadores menores de 18 annos e as mulheres no trabalho nocturno;

e) que o poder publico estudará desde já as medidas viaveis tendentes a minorar o actual estado de encarecimento da vida, dentro da sua esphera de acção, procurando sempre em exercer a sua autoridade, officiosamente, junto do grande commercio atacatista, de modo a ser garantido aos consumidores um preço razoavel para os generos de primeira necessidade;

f) que o poder publico, alida ao desempenho de seu dever que lhe é muito grato exercer, terá em execução medidas conducentes a impedir a adulteração e falsificação dos generos alimenticios.

A Commissão cumpre o dever de deixar aqui exarado que estas promessas, enumeradas e reunidas acima, foram todas detidamente explicadas pelo sr. presidente e pelo sr. secretario da Justiça, que revelaram não só pleno conhecimento das quaesções correspondentes, como tambem intenso desejo de conciliar as numerosas difficuldades antepostas á acção do governo, em qualquer época, alida quando as suas intuições são as melhores.

Esta acta foi lida a s. a. sra. antes de ser assignada pelos membros da Commissão de Imprensa, merecendo a sua approvação.

S. Paulo, 15 de Julho de 1917. — Nestor Rangeli Pastana, Paulo Mazzoldi, José Maria Lisboa Junior, Valente de Andrade, João Silveira Junior, Umberto Serpieri, Antonio Figueiredo, Erasmo de França Ferreira, Henrique Cecenas, Nereu Rangeli Pastana, A. A. de Covello, João Castaldi, Amadeu Amaral.

Terminada a reunião em palacio, a Commissão da Imprensa delegou tres de seus membros para se entenderem com o sr. prefeito municipal. E. exa. expoz minuciosamente áquelles membros da Commissão as difficuldades financeiras em que se encontra a Municipalidade, á falta quasi absoluta de recursos para todas as despesas que excedem os limites das strictas necessidades organometricas; mostrou tudo quanto tem feito, alida, assim, a prefeitura, no sentido de conseguir certos beneficios á população; finalmente, declarou que, no presente, a medida certa e definitiva que e. exa. poderá tomar consistir em augmentar o numero de mercados livres na capital e em fação-funcionar duas vezes por semana, isto sem prejuizo de outras providencias possiveis e opportunas, cuja formula e. exa. procurará encontrar.

A's 21 horas, compareceram na redação do "O Estado" como fóra combinado, os membros do Comitê da Defesa Proletaria, recebendo da Commissão da Imprensa a communicação de quanto fóra obtido das

[jornal]. Disponível em <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,em-1917-grevere-general-parou-sao-paulo,12774,0.htm>>. Acesso em 24 jul. 2017.

A “pacata capital paulista” pode retomar seu cotidiano, conforme sugere a figura 17, em sua vista parcial.

Figura 19 – “Vista parcial de São Paulo, 1917.”

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*



Fonte: NASCIMENTO, Douglas. São Paulo Antiga.
Disponível em <<http://www.saopauloantiga.com.br/?s=Braz>>.
Acesso em 24 jul. 2017.

Também no interior do Estado de São Paulo a greve fez-se presente, alterando o cotidiano das pessoas. Em Sorocaba, o *Jornal Cruzeiro do Sul*, no dia 17 de julho, anunciava a paralização de 10.000 operários (figura 20) e parecia simpática à greve, afirmando que “[...] os operários em parede pacífica procuram nem mais nem menos do que conseguir um pequeno aumento de salário. Foi para esse fim que declarou” e indicava que a greve foi iniciada pelos operários da fábrica Nossa Senhora Ponte a partir das 7 horas da manhã.” (CRUZEIRO DO SUL, 17/071917, p. 1). Contudo, conforme noticiava o *Correio Paulistano*, o delegado de captura, Alonso de Negreiros, estava em Sorocaba e permaneceu até o dia 20 de julho, mas o Major Gamoeda, com 70 guardas da Força Pública, permaneceram até o dia 23 de julho (CORREIO PAULISTANO, 20/07/1907, p. 4).

Figura 20 – Jornal Cruzeiro do Sul: “A Greve nesta cidade”



Fonte: CRUZEIRO DO SUL. A Greve Nesta Cidade. 17 jul.

1917. Disponível em

<<http://paginasmemoria.cruzeirodosul.inf.br/paginas/1917/07/17/19170717003347pri00100cruz.jpg>>. Acesso em 17 jul. 2017.

O jornal, nos dias seguintes, continua repercutindo a greve, tratando fábrica por fábrica de Sorocaba e, no dia 19 de julho, noticiava que a cidade estava calma com os operários de volta à rotina. Entretanto, o destaque fica por conta da falência do Banco União, então proprietário da Fábrica Votorantim, e as dificuldades dos operários dessa fábrica (figuras 21 e 22) que já estavam parados desde o mês anterior.

Figura 21 e 22 - “Os operários estão em situação difícil / A fallencia do Banco União”

FABRICA VOTORANTIM

Os operarios estão em situação difícil

Centenas de operarios da importante Fabrica de Tecidos Votorantim estiveram hontem nesta cidade, onde vieram pedir apoio à imprensa ás pretensões que têm de serem beneficiados com as concessões feitas ao proletariado daqui. Uma comissão operaria procurou nesta cidade o sr. Soares Fernandes, gerente daquelle fabrica, para interallo dos desejos que alimentam os proletarios votorantinenses. Essa comissão não pode ser ouvida pelo sr. Soares, que se acha na capital.

Acontece, porém, que a Fabrica Votorantim, parada por motivo de greve, continua fechada, não já por causa de greve mas por fallencia do Banco União, ao qual pertencia. Só os syndicos da massa fallida, por enquanto, poderão deliberar sobre o funcionamento da fabrica. Quanto ao augmento de salarios do operariado, e outras concessões, apenas poderão resolver sobre o assunto os seus proprietarios do estabelecimento fabril, que se não sabe ainda quaes sejam.

Os operarios acham-se assim numa situação e peccaiissima em relação aos das fabricas de Sorocaba, numa situação difícil mesmo por que estão em sua maioria sem recurso pecuniarios. Os operarios têm de esperar, de braços cruzados, que se reabra a fabrica, que se não pode dizer quando será, ou têm de empregar a sua actividade na lavoura, nas outras fabricas, ou do melhor modo que entenderem.

Do augmento de salarios é que por ora não podem tratar, pela razão que apontamos.

A fallencia do Banco União

A directoria do Banco União de S. Paulo, depois de haver deliberado a respeito, resolveu requerer a sua fallencia, devido ás difficuldades que de ha tempos a esta parte, vem surgindo na praça, acarretando prejuizs áquelle estabelecimento de credito.

A directoria do Banco, aliegando certos factos resultantes da crise actual, dirigiu o seu requerimento ao juiz da primeira vara civil e commercial, sr. Dr. Miguel Godoy, pedindo a decretação da fallencia.

S. exc., deferindo o pedido, nomeou para syndicos o Banco de Commercio e Industria, Pereira Ignacio e Comp. e Namim Jaffet e Irmãos.

Fonte: CRUZEIRO DO SUL. Os operários estão em situação

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

difícil/A fallencia do Banco União. 19 e 20 jul. 1917. Disponível

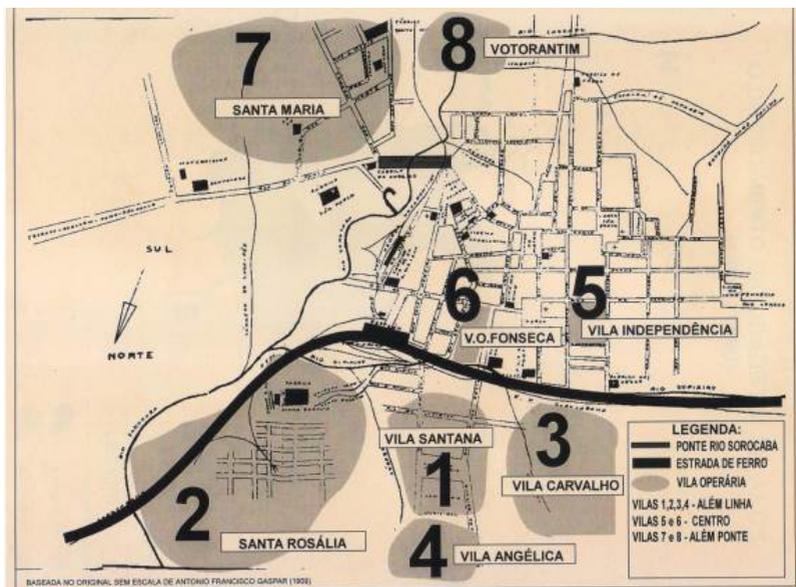
em:

<<http://paginasmemoria.cruzeirodosul.inf.br/paginas/1917/07/20/19170720003350seg00200cruz.jpg>> e

<<http://paginasmemoria.cruzeirodosul.inf.br/paginas/1917/07/19/19170719003349seg00200cruz.jpg>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

A cidade de Sorocaba, então, era uma das cidades importantes do Brasil, tanto pela quantidade de fábricas existentes quanto pela qualidade de um movimento operário, que aprendia a se constituir como classe, na labuta do dia-a-dia. No mapa 1 abaixo, elaborado a partir de uma ilustração do historiador Antônio Francisco Gaspar, para o ano de 1909, verificamos a localização das vilas operárias e dos bairros em que se concentravam os maiores contingentes operários de Sorocaba. Vê-se demonstrado que a maioria pertencia ao zoneamento local que era - e ainda o é para a maioria da população! - conhecido como Além Linha e Além Ponte, ou seja, aqueles bairros que estão depois da linha férrea da antiga Sorocabana e os que estão depois da Ponte do Rio Sorocaba, na Rua XV de Novembro, área Central, ou como sugerem alguns comerciantes locais atualmente, de baixo centro.

Mapa 1 - Mapa das vilas operárias de Sorocaba.



Fonte: SILVA, Paulo Celso. De Novelo de Linha à Manchester Paulista. Sorocaba: Teaser Design, 2000, p. 73.

Assim, a cidade e seus lugares marcam o passado/presente. Como nos alerta Ecléa Bosi:

As lembranças se apoiam nas pedras da cidade. Se o espaço, para Merleau-Ponty, é capaz de exprimir a condição do ser no mundo, a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira sua seiva. Em primeiro lugar, a casa materna; tal como aparece nas biografias, é o centro geométrico do mundo e a cidade cresce a partir dela em todas as direções. Dela partem as

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

ruas, as calçadas onde se desenrolou nossa vida, o bairro. Sons que voltam, sons que não voltam mais, pregões, cantilenas que recolhi e procurei gravar em pauta musical (BOSI, 2003, p. 200)

Como os tempos não são os mesmos para todos os espaços, a greve geral de São Paulo repercutiu, posteriormente, no movimento operário em outros Estados também. Em Santa Catarina, o jornal O Estado noticiava no mês de julho a greve em São Paulo e Rio de Janeiro e, em 29 de julho, que a “Greve vai rebentar em Joinville”.

Figura 23 - “Vae rebentar a greve”

Em Joinville
Vae rebentar a greve
EXIGENCIAS ABSURDAS DO OPERARIADO
A attitude dos industriaes

Joinville, 28— Hontem a noite, attendendo a um convite feito por meio de boletins, profusamente espalhado por toda a cidade, reuniram-se perto de 600 operarios, afim de discutirem a questão dos salarios.

Essa reunião foi presidida pela directoria da sociedade operaria. Depois de calorosa e demorada discussão ficou assentado não accitarem o augmento de vinte por cento, previamente estabelecido pelos industriaes daqui.

Os operarios exigem mil réis de augmento para cada operario, absurdo a que de modo algum os industriaes se sujeitarão do que tenho segura certeza.

A greve será inevitavel.

Consta que romperá segunda-feira proxima, o que se decidirá hoje.

Causou muito pessima impressão as exigencias descabidas por parte do operariado, quando em S. Paulo o augmento foi de vinte e no Rio Negro dez por cento.

Receia-se disturbios em virtude de parte do operariado ser insuflada por pessoas extranhas á classe.

Os industriaes não se poderão sujeitar ás inposições dos operarios e nem accitarão a intervenção de estranhos em tão delicada questão.

O operariado joinvliense consta approximadamente de 3000, a maioria, no entanto, acceita o augmento de vinte por cento, porém, os dessidentes não concordam com essa attitude dos seus camaradas.

A greve no Rio

Rio, 28—A greve dos operarios continua.

Os operarios assumiram attitude pacifica, tendo muitos delles voltado ao trabalho.

Fonte: O ESTADO. Vae rebentar a greve. 29 jul. 1917.

Disponível em

<<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1917/EST1917689.pdf>>. Acesso em 27 jul. 2017.

O pedido dos operários, não aceitando os mesmos 20% dos operários de São Paulo e Rio de Janeiro, é visto pelo articulista como “[...] um absurdo que de modo algum os industriais se sujeitarão, do que tenho segura certeza”. E ao final, como era comum, uma nota afirmando que a greve no Rio de Janeiro continuava. Essas notas que parecem “perdidas” no texto tem uma explicação simples: os telegramas/telégrafos chegavam e, como o jornal era feito manualmente, a nova informação era colocada, em um espaço disponível. Caso contrário, o linotipista (operador de máquina linotipo e/ou qualquer compositora de linha-bloco) teria de refazer toda a página.

No dia 09 de agosto, O Estado destaca na primeira página o que ocorre em Salvador, Bahia, com o povo protestando contra a Carestia de vida e a grande dificuldade das classes populares conseguirem comprar os alimentos.

Figura 24 - “A carestia de vida”

Na Bahia

A carestia da vida

AGITAÇÃO POPULAR

Rio, 8—Chegam notícias de graves acontecimentos na capital da Bahia, motivados pela carestia da vida.

Por informações particulares sabe-se mais ou menos o seguinte:

Desde sabbado á tarde o povo reunido em *meeting*, a convite do academico de direito Souza Gallo, manifestou profundo descontentamento ao governo do Estado a proposito da carestia da vida.

Em seguida incorporado foi a residencia do Governador pedindo directamente providencias na altura do momento.

O governador dirigiu se ao povo dizendo ignorar o facto da carestia da vida.

Em seguida incorporado foi a residencia do Governador pedindo directamente providencias na altura do momento.

O governador dirigiu se ao povo dizendo ignorar o facto da carestia da vida.

Esse conceito foi mal recebido pela massa popular que vaiou o governador.

Depois, a multidão já irritada pela attitude do governo, percorreu varias ruas, praticando o apedrejamento de casas commerciaes na Baixa Sapateiros, onde elementos extranhos ao *meeting* realizaram os apedrejamentos.

A policia conseguiu dissolver a agglomeração de povo ahi, sem nenhum outro incidente, além dos estragos causados nas casas apedrejadas,

Hoje a cidade amanheceu calma, entretanto, ás 8 horas, na rua Baixa Sapateiros, os operarios se ajuntaram reclamando contra o salario que diziam não dava para pagar e preço elevado da carne.

Essa attitude encontrou echo, indo aos poucos augmentando a agglomeração.

Insantes depois dois operarios empunhando bandeiras nacionaes surgiram entre o povo, concitando-o a protestar contra a carestia da vida na porta do edificio municipal.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Em consequência disso convergiu para aquelle ponto a já muito volumosa massa popular.

O commercio começou fechando as portas ao meio dia.

O povo marchou da praça Rio Branco onde está o edificio da Municipalidade demandando a residencia do governador.

Ahi usou da palavra o academico Souza Gallo que em seguida entrou em Palacio afim de ouvir o governador sobre os providencias prometidas.

Nesse interim um popular que fazia observações em tons energicos, recebeu ordem de prisão dada por um guarda civil.

O povo logo protestou.

O guarda civil acto continuo atirou sobre o popular, ferindo-o no pescoço, seguindo-se então numerosas descargas da cavalaria e infantaria de policia contra o povo, notando-se tambem que muitos civis atiravam das janelas do Palacio do Governo.

No meio desse tumulto o jornalista Simões Filho subiu a um automovel protestando energeticamente contra as violencias da policia, sendo nesse momento alvejado por um guarda civil.

Dahi então o povo começou a repellar a policia á pedras, resultando algumas dellas atingirem a residencia do governador.

A cavallaria em disparada deu numerosas cargas em todas as ruas que ficam pelas immedias do Palacio.

Ao passar em frente ao edificio da Faculdade de Direito atirou na direcção dos academicos que se achavam no jardim num intervalo das aulas.

A cidade está alarmada e todo o commercio fechado.

Foram constatados 2 mortes e 30 ferimentos.

Relteca-se muito que se reproduzam os disturbios em vista da attitude energica da policia.

Reina geral indignação, sendo unanimemente reprovados os excessos praticados pela policia que se atirou contra o povo sem justo motivo.

Rio, 8—As ultimas noticias chegadas da Bahia affirmam reinar completa calma.

O commercio reabriu.

Os jornaes matutinos estão cheios dos ultimos acontecimentos em S. Salvador.

Os estabelecimentos de ensino não funcionaram hoje.

Rio, 8—O governo do Estado da Bahia mandou distribuir boletins, dizendo que após a grande reunião haviada no palacio em os representantes da Associação Commercial tinha deliborado tomar urgentes medidas no sentido de determinar, dentro de 48 horas, a diminuição ao preço do pão e de outros generos de primeira necessidade, inclusive a carne.

Dentro de quatro dias o governo espera restabelecer completa ordem.

Rio, 8—Pedi demissão o sr. Pacheco Mendes, prefeito da capital, sendo nomeado o sr. Pereira Moscyz.

Fonte: O ESTADO. A carestia da vida. 9 ago. 1917. Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1917/EST1917678.pdf>. Acesso em 27 jul. 2017.

As últimas imagens que gostaríamos de utilizar, para apresentar a iconografia da Greve Geral de 1917 e seu contexto, são imagens da memória, recolhidas com aqueles que foram protagonistas e tiveram suas lembranças registradas. No lugar de transcrevê-las, optamos por escanar o registro e transformá-lo em uma imagem; assim, a primeira é parte do projeto ‘Arquivo 17’, de Fernanda Gregolin e publicada no jornal de Borda:

Minha avó estudou na Escola Moderna. A mãe dela foi uma das moradoras da Colônia Cecília, migraram do Paraná em 1910. Meu bisavô lutou na Greve, foi preso e nunca mais arrumou emprego, só bico. Uma irmã da minha bisavó foi presa grávida. Um parente distante foi deportado, fomos conhecê-lo vinte anos depois... ele contou que o navio com os grevistas ficou transitando na costa de vários países e ninguém queria recebe-lo. Tenho uma carta aqui, eu guardo comigo. Meu bisavô escreveu para minha bisavó quando estava preso, nela ele comenta o seguinte: a liga foi invadida e saqueada, as mulheres estupradas. Nosso teatro foi fechado e muitos Centros de Cultura social deixaram de existir. Sofremos muito preconceito por sermos anarquistas, mas eu continuo acreditando que valeu a pena! Eu penso que a memória entra pelos olhos. (GREGOLIN, 2017, p. 20)

Também na obra *Memória e sociedade: Lembrança de Velhos*, Ecléa Bosi recolhe relatos de pessoas com mais de setenta anos e que moravam na cidade de São Paulo. Afirma acertadamente, “[...] não pretendi escrever uma obra sobre memória nem uma obra sobre velhice. Fiquei na intersecção dessas realidades: colhi memórias de velhos” (1985, p. 3). O Senhor Amadeu relata como foi o ano de 1917 para a sua família:

Quando eu tinha oito anos veio a guerra, que começou em 14 e terminou em 18. Coma guerra veio muita miséria, nós passamos muito mal aqui em São Paulo. Lembro, na Rua Américo Brasiliense, da Companhia Mecânica Importadora, que ajudou muitos desses que não tinham possibilidades de aquisição: um porque o pai foi para a guerra, outros porque tinham

dificuldade de encontrar trabalho. Na hora do almoço e na hora da janta ela dava uma sopa para famílias do Brás, da Moóca, do Pari, da Classe menos favorecida pela sorte. Com dez, onze anos, a miséria era grande aqui em São Paulo. Meus irmãos e eu íamos com um caldeirão e eles enchiam o caldeirão de sopa e davam um pão. Em 1917, no finalzinho da guerra, veio uma miséria extrema (BOSI, 1987, p. 80-81).

No cotidiano daquele período, a gripe espanhola que assolou a Europa, também se fez presente na vida da população. É o que recorda o Senhor Antonio:

Em 1918 caímos todos com a gripe, os únicos que não ficaram forma meu pai e minha mãe, para tratar dos outros. As notícias que vinham do Rio diziam que as pessoas caíam mortas na rua. De fato, soube que no rio morreram mais gente que aqui. Em São Paulo a gripe matou mais gente que a guerra de 14 a 18. No Cemitério do Araçá faziam valas grandes para enterrar os cadáveres que enrolavam num lençol e cobriam de cal. Passava o caminhão recolhendo cadáveres na rua. Tratavam a gripe com ácido benzoico, remédio que um farmacêutico muito em voga inventou, tirando do estômago de animais. A gripe dizimou, metade dos que tiveram a gripe morreram (BOSI, 1987, p. 177-178).

Dona Lavínia, com mais instrução formal que a maioria dos entrevistados por Ecléa Bosi, deixa sai impressão da vida entre anarquistas e não anarquistas, na cidade de São Paulo de 1917:

Fui criada num ambiente de gente muito sensível à injustiça social. Os anarquistas é que

faziam reivindicações operárias, eram imigrantes italianos e espanhóis. Os anarquistas fugiram ou eram presos, lembro da firmeza de Leuenroth. Lembro o velho Gattai, um dos fundadores da colônia Cecília. A mãe de minha amiga Alda era anarquista. Ela conta que uma vez mataram um operário. A mãe dela subiu numa cadeira e fez um discurso no Largo do Colégio. Falou pouco porque a polícia debandou o pessoal. Foram com o operário morto para o Cemitério da consolação (BOSI, 1987, p. 203)

Contudo, a senhora não deixa de fazer a autocrítica, de sua participação nos momentos decisivos para o operário paulista, em 1917: “Onde estão todos eles? Foram esmigalhados pela sociedade do consumo. E a gente se omitindo, faço parte dessa omissão. Xingar, chorar não adianta. Os que lutam por um mundo melhor, são postos de lado, não conseguem nada” (BOSI, 1987, p. 203). Em seguida, Dona Lavínia retoma suas recordações dos enfrentamentos entre a polícia e os operários:

Em 1917 teve também barulho por causa das greves dirigidas por anarquistas. Houve um encontro sério na Praça Antonio Prado, com tiroteio. Eu estava na casa de uma prima porque o marido dela era delegado de polícia e estava na praça enfrentando os grevistas. A casa dela era na Rua Caio Prado, que fazia fundo para a buraqueira que era a Avenida 9 de julho. Ouvíamos de lá o tiroteio. Não posso esquecer minha emoção, com pena dela, mas torcendo pros operários que estavam na luta. Num choque com a polícia eu vi espaldeirarem um desgraçado, com a bainha da espada. Meteram nele o chanfallo. Ficou ensanguentado no chão. Era um protesto contra a sociedade. Os operários gráficos eram conscientes, tinham um jornal chamado Plebe na Rua Rangel Pestana, hoje Avenida Tiradentes (BOSI, 1987, p. 204).

As imagens criadas pelos senhores e senhora nos trazem à mente outras imagens e, talvez, memórias que criamos pelos anos estudando, ouvindo parentes ou conhecidos falando do mundo do trabalho no século XX. O “tempo de lembrar traduz-se, enfim, pelo tempo de trabalhar” (BOSI, 1987, p. XV) e o que os protagonistas da Greve Geral de 1917 queriam era, justamente, condições de continuar a trabalhar. Pelas lembranças, vemos que, naqueles dias já centenários, a Guerra na Europa e Ásia, a Gripe Espanhola, a Carestia da Vida eram ingredientes que tornavam a vida mais difícil do que já se apresentava para a classe trabalhadora, a formar-se enquanto tal no Brasil.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Referências

BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. *Revista Estudos Avançados* 17 (47), São Paulo: USP, 2003, p. 198-211.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDU7SP, 1987.

CATALLO, Pedro (Diretor). *Traços biográficos de um homem extraordinário*. Dealbar [jornal], São Paulo, 17 dez. 1968, ano 2, n. 17. Disponível em: <egall.

ifch.unicamp.br/site_ael_antes_migracao/AEL/website-ael_pesquisatematica/e-album/website-ael_ed-traje-2-mp1917.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CORREIO PAULISTANO. *Agitação Operária*. 11 jul. 1917, p. 2 [jornal]. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1917_19398.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.

CRUZEIRO DO SUL. *A greve nesta cidade*. 17 jul. 1917.

Disponível em:

<<http://paginasmemoria.cruzeirodosul.inf.br/paginas/1917/07/17/19170717003347pri00100cruz.jpg>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

GREGOLIN, Fernanda (Diretora). *Jornal de borda*, n. 04, março de 2017.

LEUENROTH, Edgar (Diretor). *A Plebe* [jornal], São Paulo, 21 jul. 1917, ano I, n. 6.

A CIGARRA. [revista] 26 de julho de 1917, edição n° 71.

Disponível em:

<<http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/CI19170771.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MESQUITA FILHO, Júlio (Diretor). *O Estado de São Paulo*. Deflagração. [jornal] 10 jul. 1917, p. 1.

NASCIMENTO, Douglas. *São Paulo Antiga*. Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/?s=Braz>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

O ESTADO. *Vae rebentar a greve*. 29 jul. 1917. Disponível

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

em:

<<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1917/EST1917689.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

O ESTADO. *A carestia da vida*. 9 ago. 1917. Disponível em <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1917/EST1917678.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. *A Greve*. Edição de 14 jul. 1917. Disponível em:

<<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,em-1917-greve-geral-parou-sao-paulo,12774,0.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. *Ao Povo*, 16 jul. 1917. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,em-1917-greve-geral-parou-sao-paulo,12774,0.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SILVA, Paulo Celso. *De Novelo de Linha à Manchester Paulista*. Sorocaba: Teaser Design, 20

Parte II - Sorocaba/SP na luta antifascista de 19 37

9. O contexto político e social da década de 1930

Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho¹⁰⁶

A crise que leva a derrocada da Primeira República em outubro de 1930 envolve uma série de fatores. Dentre eles as fissuras na engenharia política, elaborada no final do século XIX, pelo presidente Campos Sales. A política dos governadores, acaba por promover uma hierarquia entre as várias oligarquias estaduais do país. São Paulo tinha a preeminência nesse pacto, em função da economia cafeeira. Uma hegemonia duramente conquistada, é verdade, que deveria ser reestabelecida a cada sucessão presidencial. No entanto, com o passar dos anos, e especialmente ao longo da década de 1920, essa predominância passa a intensificar uma série de tensões intra-oligárquicas, que levam à ruptura do sistema. Além disso, na última década da Primeira República, o País se complexifica e a questão social torna-se mais premente, gerando uma série de descontentamentos dos setores médios urbanos, dos tenentes e do movimento operário.

Tais tensões levam à Revolução de 1930. O capítulo final da Primeira República vai ser escrito no contexto da sucessão do presidente Washington Luís. Este decide escolher como seu sucessor o paulista Júlio Prestes de Albuquerque, que à época era governador de São Paulo. Tal indicação descontenta o Partido Republicano Mineiro, que gostaria de sufragar o nome de seu governador, Antonio Carlos de Andrade. Nesse

¹⁰⁶ Professor adjunto do curso de Licenciatura em História da Universidade de Sorocaba. Mestre e doutor em História Social pela USP. Autor do livro *Fisionomia da cidade: cotidiano e transformações urbanas (1890-1943)*, Biblioteca 24 horas. E-mail: rogeriolpcarvalho@gmail.com

contexto, se articula a chamada Aliança Liberal em torno de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Essa articulação lança como candidato o gaúcho Getúlio Vargas, que tinha sido ministro da fazenda de Washington Luís e era governador do Rio Grande do Sul. Compunha também a Aliança Liberal, o Partido Democrático, uma importante dissidência de São Paulo, em relação ao velho PRP (Partido Republicano Paulista). Tendo como lema de campanha o mote “regeneração e justiça”, o programa aliancista enfatizava o velho tema da regeneração política, a criação de uma justiça eleitoral, defesa do voto secreto e moralização dos costumes políticos. Tais propostas podem ser analisadas como se situando dentro dos limites políticos das frações oligárquicas descontentes com a hegemonia paulista. Porém, como mostra Forjaz (1978, p. 70), a Aliança Liberal colocava entre as suas propostas de campanha a questão social ao defender o estabelecimento de um Código de Trabalho.

A campanha que se desenvolve com toda a intensidade no segundo semestre de 1929 vai ser marcada pela quebra de bolsa de valores de Nova York, em outubro, promovendo uma forte crise na economia brasileira. Fábricas são fechadas, aumentando o desemprego, ocorre uma queda violenta dos preços do café, cujos estoques, aliás, se acumulavam nos armazéns e no Porto de Santos. As eleições ocorrem em março de 1930, com uma vitória relativamente apertada de Júlio Prestes de Albuquerque, que tem computado a seu favor cerca de 1 milhão de votos, contra 737 mil dados a Getúlio Vargas (FERREIRA; SÁ PINTO, 2014, p. 404).

Evidentemente, mais uma eleição marcada por fraudes generalizadas, promovidas por ambos os lados da contenda eleitoral. O roteiro usual seria os grupos dissidentes aceitarem o resultado das eleições e se acomodarem ao rearranjo dos grupos oligárquicos dominantes. No entanto, desta vez vai ser diferente. Como já apontado, o desgaste político em função do jogo

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

oligárquico era considerável, somado ao agravamento da crise econômica. Com efeito, setores da Aliança Liberal não aceitaram o resultado oficial da eleição. Dentre eles os chamados “tenentes civis”, políticos de uma geração mais jovem, como Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Virgílio de Mello Franco, Francisco Campos, Paulo Duarte; todos eles dispostos a ir mais longe em relação aos limites institucionais colocados. Apesar de muitos serem oriundos das elites agrárias, se aproximavam dos tenentes no âmbito das ideias sobre o processo político brasileiro, daí o epíteto de “tenentes civis”.

E eles acabam funcionando, na Aliança Liberal, como intermediários entre as aspirações populares e as pretensões imediatistas da velha guarda aliancista.

A comunicação entre as bases sociais (camadas médias urbanas) e a Aliança Liberal acaba sendo feita meia através dos tenentes civis, do que pelos tenentes propriamente ditos, mais ocupados com a conspiração militar. (FORJAZ, 1978, p. 75)

Numa famosa carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, que hesitava em seguir o caminho da ruptura, o sentimento em prol do processo revolucionário se coloca com toda a contundência:

Nada se pode esperar das leis que não são praticadas, nem dos homens, que são seus violadores. Onde a lei não é cumprida, o governo assenta no arbítrio e na força [...]. As soluções pacíficas, preconizadas como melhores e mais simpáticas, tornam-se inúteis, quiméricas [...]. Não há duas situações para uma só realidade, como não há duas soluções verdadeiras para uma mesma hipótese. Assim,

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

ou concordamos com a situação de anarquia moral e de miséria material que domina a República, ou, animados de espírito de sacrifício, de altruísmo cívico, dentro da nossa missão social, resolvemos procurar os meios de corrigir essa situação [...] (Carta de Oswaldo Aranha a Vargas - *apud* FERREIRA; SÁ PINTO, 2014, p. 407).

A conspiração rebenta em Minas Gerais e Rio Grande do Sul em 03 de outubro de 1930. A seguir se espraia por vários estados do Nordeste. Em 24 de outubro, uma junta militar depõe o presidente Washington Luís. Logo em seguida, Getúlio Vargas é empossado presidente da República, em novembro de 1930.

A chamada Revolução de 1930, sem dúvida, se constituiu como um dos episódios mais importantes da história republicana. É um dos mais controversos no âmbito da historiografia brasileira. Uma análise que se tornou preponderante foi desenvolvida a partir da década de 1970, por Francisco Weffort e Boris Fausto. Para esses autores, o processo de ruptura com a Primeira República, foi resultado de conflitos intraoligárquicos, que visavam à quebra do predomínio político da burguesia cafeeira paulista. Contudo, quando se quebra essa predominância, se estabelece uma situação na qual as oligarquias dissidentes não conseguem recompor uma outra hegemonia, abre-se um vazio no poder. Nesse sentido, as frações das classes dominantes para se estabelecer no poder e se legitimar aproximam-se das reivindicações das camadas médias e mesmo, do operariado. Se configura então o que Weffort vai denominar como “Estado de compromisso” (FERREIRA; SÁ PINTO, 2014, p. 409).

Essa análise se articula ao conceito de populismo, também com uma fortuna crítica absolutamente polêmica. Para Fausto e Weffort, em grande medida, a incorporação pelo

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

governo pós-1930, de pautas importantes da classe trabalhadora é evitada por interesses escusos por parte do governo, no sentido de utilizar as massas com propósitos de manipulação e cooptação. Em suma, se antes, na Primeira República, as massas não eram consideradas como atores políticos legítimos, agora que adentram ao prosclênio da história política brasileira como interlocutores reconhecidos pelo Estado, o são na forma de manipulação e aliciamento.

Essa noção de populismo vem sendo criticada, tomando como referências outros aportes teóricos, como, por exemplo, a do historiador inglês Edward Thompson. O historiador Jorge Ferreira, a partir desses novos subsídios e se contrapondo a interpretação desenvolvida por Fausto e Weffort, coloca:

A história dos trabalhadores, como é contada, não é nova e, independentemente de suas diversas versões, retoma uma longa tradição intelectual. Liberais e autoritários, de direita ou esquerda, diagnosticaram que os males do país provêm de uma relação desigual, destituída de reciprocidade e interlocução: a uma sociedade civil incapaz de auto-organização, “gelatinosa” em algumas leituras, e a uma classe trabalhadora “débil”, impõe-se um Estado, que armado de eficientes mecanismos repressivos, seria capaz de manipular, cooptar e corromper. A interpretação ainda foi reforçada por um certo tipo de marxismo que defendia um modelo de classe trabalhadora, uma determinada consciência que lhe corresponderia e um caminho, único e portanto verdadeiro, a ser seguido. Nesse caso, se a classe não surgiu como se imaginava, se a consciência não se desenvolveu como se previa e se os caminhos trilhados forma outros, a explicação poderia ser encontrada no poder repressivo de Estado, nos

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

mecanismos sutis de manipulação ideológica e, ainda, nas práticas demagógicas dos políticos populistas. (FERREIRA, 2013, p. 62)

Pansardi (2002), em seu estudo sobre as várias interpretações acerca do episódio de 1930, ao longo do tempo, igualmente critica a visão de que a história do Brasil implicaria um constante rearranjo das velhas e novas frações das elites em suas posições no comando do Estado. O que o leva à crítica ao populismo como mera “manipulação das massas”. Referindo-se a pesquisas mais recentes, procura ressaltar a efetiva participação das classes populares e camadas médias em todo o processo que resulta na ruptura com o jogo político da Primeira República. Nesse sentido, Pansardi busca recuperar a tese que classifica a Revolução de 30 como um momento de efetivação de uma Revolução Burguesa no país. Mesmo que a burguesia paulista tenha ficado do lado da candidatura de Júlio Prestes de Albuquerque e do velho PRP e de que não havia uma política industrial clara no programa da Aliança Liberal, os eventos posteriores a outubro de 1930, mostram, segundo o autor, um processo de reestruturação do Estado brasileiro, no sentido da construção de um Estado burguês.

Diante desse cipoal de interpretações, talvez possam se configurar como significativas as análises desenvolvidas por Gramsci acerca do espraiamento da relação capitalista pela Europa, ao longo do século XIX e XX, primeiramente, no contexto do pensador italiano, na Itália, e em seguida em diferentes regiões do planeta.

Podemos destacar o conceito de revolução passiva como um aporte teórico relevante para o entendimento da Revolução de 30.

Como mostra Del Rio (2003), Gramsci emprega o conceito de revolução passiva para estudar o chamado *risorgimento* italiano, ou seja, o processo histórico que leva, ao

longo de boa parte do século XIX, à unificação da Itália. Caracterizando-se, portanto, como uma forma específica de revolução burguesa, na qual ocorre a passagem da velha ordem feudal para a constituição da modernidade capitalista. Para Gramsci, o conceito de revolução passiva pode ser considerado como uma importante chave interpretativa para se pensar a história italiana. No caso específico da unificação italiana, envolve o entendimento da participação popular, ou ausência dela, na história italiana, “[...] e o fato conseguinte de que o ‘progresso’ se verifica como ‘reação das classes dominantes ao subservivismo esporádico e inorgânico das massas populares, com ‘restaurações’ que acolham uma parte qualquer das exigências populares” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 700). Trata-se de analisar as “modificações moleculares”, que vão progressivamente modificando “[...] a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 701).

Essas “modificações moleculares”, no contexto não apenas do Brasil, mas da América Latina, ganham intensidade ao longo da década de 1930 no sentido da superação do liberalismo oligárquico dominante. Articulado a isso, ocorre também um incremento dos processos de industrialização e urbanização.

Esse movimento histórico nos encaminha para uma das questões mais importantes e igualmente complexas, qual seja, a integração das massas no interior dos sistemas políticos nacionais. Para explicar esse fenômeno, como apontado acima, se formula a teoria do populismo. Aggio (2003) analisa os meandros que transformaram o populismo numa teoria explicativa para o entendimento do desenvolvimento da sociedade moderna na América Latina. Essa teoria explicativa ganha contornos predominantemente pejorativos e negativos, como apontamos acima. Dessa forma, Aggio (2003, p. 164)

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

coloca a necessidade de se instaurar um outro movimento analítico, um deslocamento do conceito de populismo para outras perspectivas teóricas mais dialéticas e, portanto, que possuam um valor heurístico e operacional mais relevante, no sentido de dar conta das articulações e a composição de forças entre as frações dos grupos dominantes, bem como a participação das camadas médias e as classes subalternas. Daí o emprego do conceito de revolução passiva.

Nesse sentido, o fenômeno e as práticas do que até então vem sendo compreendido como populismo poderiam ser vistos, de acordo com o nosso entendimento, como dimensões constitutivas de diversas modalidades de “revolução passiva” que, de alguma forma e apesar de muitos de seus aspectos negativos, promovem avanços econômicos, fundamentados na industrialização, bem como uma determinada modernização política que, de nenhuma maneira, podem ser desprezadas. (AGGIO, 2003, p. 164)

Voltando ao caso da Revolução de 1930, usando a terminologia do pensador sardo, as modificações não se revelam imediatamente, embora ocorra a ruptura institucional, mas posteriormente, através de um “processo molecular”, que leva à estruturação de um Estado efetivamente burguês, mas com todas as especificidades, composições e mentalidades entre os estratos dominantes, como é o caso de um país como o Brasil.

Assim, na urdidura posterior a 1930, temos os interesses das oligarquias dissidentes, desejando um retorno rápido à normalidade institucional, uma vez quebrada a hegemonia das oligarquias dominantes. No caso das classes médias urbanas: alteração das regras do sistema eleitoral. Justiça Eleitoral, voto secreto, etc. Por sua vez, os Tenentes desejavam o alargamento do tempo de duração do governo provisório.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Derrubar a hegemonia das Oligarquias. O que leva certos tenentes a radicalização do seu discurso após 1930, ou seja, passam a defender a diversificação da economia para além do café, política do Estado no sentido da industrialização, nacionalização das riquezas do solo. Implantação de uma legislação trabalhista: legitimar o direito de greve, salário-mínimo, seguro social (FAUSTO, 2013).

Com a instauração de muitos interventores tenentes em vários Estados, inclusive em São Paulo, acirra-se o tensionamento entre os interventores e as oligarquias estaduais. Especificamente em São Paulo, diante da intensificação dos atritos, os tenentes formam a Legião Revolucionária de São Paulo, em 1931, que rapidamente vai se transformar no Partido Popular Paulista (PPP). No Manifesto de 1931, os tenentes defendem a industrialização do País, a redução do latifúndio, o desenvolvimento da siderurgia, e num golpe contra as oligarquias estaduais, pedem a proibição dos impostos interestaduais e intermunicipais, a proibição dos Estados e Municípios de contraírem empréstimos externos sem prévia autorização do Governo Federal, além de todo um tópico dedicado ao trabalho. Neste propugnavam a organização científica do trabalho, jornada de 8 horas, salário mínimo, férias obrigatórias, sindicalização dos trabalhadores, regulamentação do trabalho do menor, da mulher e dos fisicamente incapazes ou insuficientes, Código do Trabalho e direito de greve. Para a realização de todos esses pontos e em luta contra o que chamavam de “democracias carunchosas e gastas” dominadas pelas oligarquias, esses tenentes defendiam a eleição indireta para presidente da República. (Legião Revolucionária de São Paulo: 1931 - *apud* CARONE, 1973, p. 252-258)

Como aponta, Edgar Carone (1973, p. 259) a influência do tenentismo no governo entra em refluxo entre 1932 e 1934. Isso ocorre pela pressão do próprio governo de

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Vargas. E com as eleições de 1933, para a formação da Assembleia Constituinte de 1934, ficava patente a derrota do movimento para as oligarquias.

No entanto, boa parte da pauta trabalhista vai ser incorporada já pelo Governo Provisório, com a criação do Ministério do Trabalho, indústria e comércio. Nesse sentido, foram promulgados decretos e leis de proteção ao trabalhador: jornada de oito horas (antiga reivindicação do movimento trabalhista), regulamentação do trabalho do menor e da mulher, lei de férias, instituída a Carteira de Trabalho e o direito a pensões e aposentadorias. A regulamentação do salário mínimo vai ser efetivada durante o Estado Novo (FAUSTO, 2013).

O governo de Getúlio Vargas procura navegar entre os interesses dos grupos articulados em torno da Aliança Liberal, especificamente oligarquias dissidentes e tenentes. As convergências e divergências levam à Revolução Constitucionalista de 1932, à derrota militar de São Paulo, mas à efetivação da Assembleia Constituinte e à promulgação da Constituição de 1934. Ela incluía a questão social, mas pelo jogo de forças, tinha um caráter dominante de cunho liberal e democrático, o que descontentou vários setores ligados ao tenentismo e ao próprio Getúlio Vargas (PANDOLFI, 2003).

Porém, no curto período de sua efetiva vigência, a Carta de 1934 cria as condições para o fortalecimento de um ambiente democrático. Esse cenário propicia o fortalecimento dos movimentos sociais.

Na década de 1930, esses movimentos, em grande medida, vão expressar não apenas as contradições internas do Brasil, que são desdobramentos em torno dos direcionamentos da Revolução de 1930, mas também estão articulados com o contexto do capitalismo internacional, que passava por uma profunda crise, decorrência da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Crise essa que colocava na defensiva os

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

regimes alicerçados nos fundamentos do liberalismo econômico e da “chamada democracia liberal e burguesa”.

Com a intensificação dessas contradições, temos uma forte polarização política na Europa, mas que se faz sentir de maneira intensa no Brasil. Greves eclodiram no período e ocorre uma radicalização do processo político. Nesse contexto, surgem duas organizações diametralmente opostas: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A AIB era comandada por Plínio Salgado, com forte inspiração no fascismo italiano. Usavam camisas verdes, adotavam como símbolo o sigma e uma saudação de origem indígena: *Anauê!*. Possuía uma estrutura de organização paramilitar. Defendia um moralismo e nacionalismo exacerbado, o que atraiu muitos militares (inclusive tenentes) e setores católicos. Tinha uma proposta de integração total entre sociedade e Estado. Ou seja, busca a unidade nacional na junção entre família, pátria e sociedade. Atacava certos aspectos dos valores burgueses, mas defendia o direito à propriedade privada. Eram ferrenhamente anti-comunistas, que, segundo os integralistas, causavam a destruição da família, da religião e da personalidade. Enfim, para além das classes sociais, existiria a família. Um ponto, portanto, de união entre as classes produtoras e as classes trabalhadoras (PANDOLFI, 2003, p. 31).

Como escreve o historiador Edgard Carone (1973, p. 288), a Revolução de 1930 permite maiores manifestações das classes médias e operárias. Mas é particularmente das classes médias que surgem as exteriorizações direitistas e proto-fascistas, influenciadas pelo modelo italiano.

Todas essas características aparecem no Manifesto de Outubro, publicado em julho de 1932, constituindo-se num dos documentos principais da ideologia do fascismo tupiniquim.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Nesse documento, enfatiza-se o princípio da autoridade, o nacionalismo e as características que deveriam conformar o Estado integralista. Com efeito, esse Estado deveria estar livre de qualquer divisão, de partidos políticos, estadualismos e lutas de classe. (Manifesto de Outubro - *apud* CARONE, p. 309-315)

Já a ANL se inspirava nas frentes populares que surgiram na Europa para combater o avanço do nazi-fascismo. Essa frente unia comunistas, socialistas e liberais desiludidos com os desdobramentos do processo revolucionário de 1930. Tinha como presidente de honra Luís Carlos Prestes, ex-tenente e já integrado ao Partido Comunista. O movimento também angariou vários membros oriundos do Tenentismo. O programa da Frente, dentro outros aspectos, era marcado pela crítica ao Imperialismo e aos latifúndios no País (PANDOLFI, 2003, p. 31-32).

Em manifesto escrito em julho de 1935, Luís Carlos Prestes resalta os principais aspectos do movimento. Condena a dominação imperialista, especificamente através dos interesses do capital financeiro. Denuncia as concessões feitas ao imperialismo no Brasil, que dominam os serviços públicos, os portos, as estradas de ferro e as minas, bem como destaca a luta contra o fascismo. Nesse sentido, Prestes, em sua análise, coloca a luta social em dois campos bem delimitados:

O duelo está travado. Os dois campos se definem, cada vez com maior clareza para as massas. De um lado, os que querem consolidar no Brasil as brutais ditaduras fascistas, liquidar os últimos direitos democráticos do povo e acabar a venda e a escravização do país ao capital estrangeiro. Desse modo - o integralismo, como brigada de choque terrorista da reação. De outro, todos os que nas fileiras da Aliança Nacional Libertadora querem defender de todas as maneiras a liberdade nacional do Brasil, pão, terra e liberdade para seu povo. A

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

luta não é, pois, entre dois “extremismos” como querem fazer constar os hipócritas defensores de uma “liberal democracia” que nunca existiu e que o povo só conhece através das ditaduras sanguinárias de Epitácio, Bernardes, Washington Luís e Getúlio Vargas. A luta está travada entre os libertadores do Brasil, de um lado, e os traidores, a serviço do imperialismo de outro. (Manifesto de Luís Carlos Prestes, 06/07/1935. APUD: CARONE, 1973, p. 434-435)

Mais adiante, Prestes coloca os pontos do Programa Antiimperialista:

Não pagamento das dívidas externas, nem o seu reconhecimento; denúncia dos tratados com o imperialismo; nacionalização dos serviços públicos; jornada de 8 horas, seguro social, aposentadoria, aumento de salário, salário igual para igual trabalho, garantia de salário mínimo; pelas mais amplas liberdades populares, pela completa liquidação de quaisquer diferenças ou privilégios de raça, de cor ou nacionalidade, pela mais completa liberdade religiosa e a separação da Igreja do Estado; contra toda e qualquer guerra imperialista e pela mais estreita união, com as Alianças Nacionais Libertadoras dos demais países da América Latina e com todas as classes e povos oprimidos. (Manifesto de Luís Carlos Prestes, 06/07/1935. APUD: CARONE, 1973, p. 437-438)

O movimento da frente ampla logo foi colocado na clandestinidade. Servindo como pretexto para o fechamento do regime. Antes mesmo do levante militar comandado pela ANL, o Congresso aprova a Lei de Segurança Nacional, em abril de 1935. Tal medida praticamente cancela os aspectos

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

democráticos da Carta de 1934 e abre espaço para o golpe que leva ao Estado Novo, em novembro de 1937.

Referências bibliográficas

AGGIO, Alberto. A emergência de massas na política latino-americana e a teoria do populismo. In: AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton (Orgs.). *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2003.

CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *História do Brasil Nação: 1808-2010*, vol. 4, Olhando para dentro - 1930-1964. Ed. Objetiva: Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes; SÁ PINTO, Surama Conde. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano*. vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Ed. Pólis, 1978.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

PANSARDI, Marcos Vinícius. *Da Revolução Burguesa à modernização conservadora: a historiografia frente à Revolução de 1930*. Tese Doutorado, Campinas: SP, 2002.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O Brasil republicano*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

10. Saída pela direita? Crise econômica e política e movimentos de extrema direita em Sorocaba na década de 1930

*Carlos Carvalho Cavalheiro*¹⁰⁷

Há uma tradição inventada¹⁰⁸ acerca do caráter ideológico de cunho liberal que permeia a história e a política de Sorocaba, cidade do interior paulista. Ela pode ser vista e apreciada na divisa do Brasão de Armas, que também figura em sua bandeira, cuja frase em latim pode ser traduzida por “Combati por uma Pátria una e livre”. Em latim, a palavra livre é *libera*.

Foi em Sorocaba que eclodiu, em 1842, a Revolução Liberal liderada por Rafael Tobias de Aguiar (o Brigadeiro Tobias) e o padre Feijó. Esse fato histórico será “recuperado” posteriormente, especialmente nas primeiras décadas do século XX, alcunhando a cidade como “Tobiápolis”, ou cidade de Tobias de Aguiar, líder do Partido Liberal no Império.

Um suposto “liberalismo sorocabano” será aventado décadas depois, e será especialmente festejado no livro “O Liberalismo em Sorocaba”, do historiador e memorialista maçom José Aleixo Irmão, o qual afirmava ser essa corrente ideológica inspirada nos irmãos Andrada, no senador Diogo Feijó, e até no Marquês de Pombal, sendo que em seus princípios defenderia a tolerância religiosa, a limitação dos poderes estatais, a defesa da liberdade do comércio, “a rejeição

¹⁰⁷ Mestre em Educação pela UFSCar (*campus* Sorocaba), participante do GECOMS (Grupo de Estudos sobre Comunidade e Movimentos Sociais) e professor da rede pública municipal de Porto Feliz (SP).

¹⁰⁸ O termo é emprestado do historiador Eric Hobsbawn (1984).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

restritiva da liberdade dos proprietários”, entre outros; tendo em Sorocaba a figura de Rafael Tobias de Aguiar como lídimo representante dessa corrente liberal (ALEIXO IRMÃO, 1986, p. 14 e 15).

Como bem anotou o historiador Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho, “do ponto de vista simbólico, a menção a Sorocaba como “terra de Tobias”, sempre num sentido enaltecedor, parece ganhar força na República” (CARVALHO, 2010, p. 55). A princípio, como entende o historiador, a associação do liberalismo de Tobias de Aguiar servirá para justificar o “progresso” industrial e capitalista da cidade de Sorocaba, que no início do século XX será de tal modo otimista que atingirá o imaginário até das classes trabalhadoras, ou, pelo menos, daqueles que se diziam seus porta-vozes.

É o caso do jornal “O Operário”, que circulou entre os anos de 1909 a 1913 e que francamente imprimia um contraponto aos discursos das classes dominantes, especialmente representadas na época pelo jornal “Cruzeiro do Sul”, a quem se fazia oposição. Em 1909 o jornal “O Operário” trazia em uma de suas colunas a frase: “A legendária terra de Raphael Tobias, a “Manchester Paulista”, todos os annos se engrinalda com as suas flores...” (CAVALHEIRO, 2010, p. 20). Um famoso jornalista da cidade, Francisco Camargo César, conhecido pelo apelido de Cecê, costumeiramente chamava a cidade de “bella Tobiápolis” (CARVALHO, 2010). O historiador Aluísio de Almeida, que teve a mais extensa produção sobre a história de Sorocaba até hoje, e que, portanto, serviu de base para a chamada História oficial, cunhou um termo que resume bem todo esse imaginário. O padre historiador chamou a cidade de Sorocaba de “Meca do Liberalismo” (CARVALHO, 2010, p. 55 e 163).

É de se perguntar, então, por que se pode considerar o discurso liberal como uma tradição inventada em Sorocaba se

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

aparentemente era uma unanimidade? Primeiramente, porque o suposto liberalismo do passado não era o mesmo que se arvorava no século XX. Buscar no passado uma referência apenas pelo uso da mesma nomenclatura pode ser um exercício de intenso anacronismo. Mas funciona, como simbolismo de justificação para a imposição de um modelo ideológico. No entanto, o liberalismo do antigo Partido Liberal, do segundo reinado do Império brasileiro, não possuía muitas similaridades com o discurso do liberalismo do século XX. Ademais, como se desconfia pelas crônicas e documentos da época, não havia muita diferença entre o Partido Conservador e o Partido Liberal no segundo reinado e o nome da cada sigla nem sempre representava um caráter profundamente marcado pela ideologia. Diz o historiador Boris Fausto sobre esse aspecto:

Os dois grandes partidos imperiais - o Conservador e o Liberal - completaram sua formação em fins da década de 1830, como agremiações políticas opostas. Mas havia mesmo diferenças ideológicas ou sociais entre eles? Não passariam no fundo de grupos quase idênticos, separados apenas por rivalidades pessoais? Muitos contemporâneos afirmavam isso. Ficou célebre uma frase atribuída ao político pernambucano Holanda Cavalcanti: “Nada se assemelha mais a um “saquarema” do que um “luzia” no poder”. “Saquarema”, nos primeiros anos do Segundo Império, era o apelido dos conservadores. Derivava do município fluminense de Saquarema, onde os principais chefes do partido possuíam terras e se notabilizavam pelos desmandos eleitorais. “Luzia” era o apelido dos liberais, em uma alusão à Vila de Santa Luzia, em Minas Gerais, onde ocorreu a maior derrota destes, no curso da Revolução de 1842. A idéia de indiferenciação dos partidos parecia também

confirmar-se pelo fato de ser freqüente a passagem de políticos de um campo para o outro.

Na historiografia, existem opiniões diversas sobre o tema, variando de acordo com as concepções gerais dos autores sobre o período e mesmo sobre a formação social brasileira. Por exemplo, Caio Prado Junior admite a existência de certo conflito entre o que chama de burguesia reacionária, representada pelos donos de terras e senhores de escravos, e a burguesia progressista, representada pelos comerciantes e financistas. Mas, segundo ele, a divergência não se manifestava através da política partidária. As duas correntes se misturavam nos dois partidos, embora houvesse certa preferência dos retrógrados pelo Partido Conservador.

Por sua vez, Raimundo Faoro vê no Partido Conservador a representação da burocracia, enquanto o Partido Liberal representaria os interesses agrários, opostos ao reforço do poder central promovido pelos burocratas.

Ao considerar a questão, devemos ter em conta que a política desse período, e não só dele, em boa medida não se fazia para se alcançarem grandes objetivos ideológicos. Chegar ao poder significava obter prestígio e benefícios para si próprio e sua gente (FAUSTO, 1999, p. 180 e 181).

O liberalismo pregado nas primeiras décadas do século XX será outro e poderá ser “rastreado”, em seus objetivos ideológicos, a partir da Constituição republicana de 1891, que terá caráter eminentemente marcado pela influência dos partidários da República liberal (FAUSTO, 1999). A Constituição deu as bases para o novo liberalismo “brasileiro”, que sofreu forte influência do modelo estadunidense. Disso decorre que o país se organizou, de acordo com os ditames da

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Constituição, como uma República Federativa liberal, ou seja, com poder descentralizado, ofertando certa autonomia para os Estados federados (FAUSTO, 1999). Esse modelo era diferente do proposto pelos positivistas que estavam no poder, por meio dos militares, e que almejavam uma República centralizada. Houve, portanto, um “esfacelamento do poder central” (FAUSTO, 1999, p. 249). A Constituição estabeleceu a tripartição dos Poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário; garantiu liberdades individuais e promoveu a separação da Igreja do Estado. Além disso, fixou o sistema de voto universal e direto, reconhecendo, no entanto, apenas como eleitores (para o fim de universalização) os homens maiores de 21 anos e que não fossem mendigos, analfabetos ou tivessem sentando praça como militares (FAUSTO, 1999). Desse modo, suprimiu-se o censo econômico como único fator responsável pela qualificação do eleitorado.

No entanto, os defensores desse liberalismo ainda estavam ligados às atividades agrárias, sobretudo na produção de café. Eram os chamados “coronéis”, títulos comprados da Guarda Nacional, e que além do *status* social, conferiam aos seus dignatários o poder político local. Como esses coronéis não queriam interferência do poder federal em suas regiões, pelevavam para que os poderes locais tivessem mais força do que o poder central, representado pela figura do presidente da República. Esse modelo político, no qual a classe dos produtores agrícolas, sobretudo dos cafeicultores, será detentora do poder – e o manterá a todo custo, com uso de fraudes eleitorais, clientelismo e violência – formará uma oligarquia. Por esse motivo, a historiografia chama a esse período de República Oligárquica, a despeito da incongruência dos termos. É esse modelo de “liberalismo” que vai se desgastar ao longo dos anos, pelos desmandos dos oligarcas e assistirá ao seu ocaso no

primeiro ano da década de 1930, quando a conjuntura política e econômica suscitará um novo modelo de Estado.

De acordo com o historiador Boris Fausto, “um novo Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia, como também por outros elementos” (FAUSTO, 1999, p. 327), dos quais destaca a atuação econômica voltada para a industrialização, a atuação social concernente na proteção aos trabalhadores urbanos e a um “papel central atribuído às Forças Armadas - em especial ao Exército - como suporte de criação de uma indústria de base e sobretudo como um fator de garantia da ordem interna” (FAUSTO, 1999, p. 327). Esse modelo de Estado se fazia necessário, frente à crise econômica mundial que se instalara a partir de 1929, conhecida como Crise ou Grande Depressão.

O enfrentamento da Crise, no entanto, irá por em cheque o modelo liberal, tanto do ponto de vista econômico, quanto político e, ainda, social. Será uma brecha enorme a implorar a intervenção do Estado na economia, esfacelando um dos princípios *pétreos* do liberalismo. Não é à toa que o historiador Eric Hobsbawn afirma que o colapso econômico entre as guerras foi de tamanho impacto político e econômico que “sem ele, com certeza não teria havido Hitler. Quase certamente não teria havido Roosevelt” (HOBSBAWN, 1995, p. 91). Em outras palavras, a Grande Depressão abriu portas para governos “fortes”, que realizaram intervenções - em maior ou menor medida - na economia a fim de “salvá-la” do colapso total. Desse modo, tal conjuntura “deixou a Europa Central pronta para o fascismo” (HOBSBAWN, 1995, p. 95), ao mesmo tempo em que permitiu uma nova concepção de ideologia capitalista como o New Deal proposto por Roosevelt, no qual o Estado foi um dos promotores - e talvez o principal - da recuperação econômica por meio da sua intervenção direta.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Antes de avançar, no entanto, parece ser o momento de se falar um pouco mais dos motivos da crise de 1929 e como ela se insere no modelo capitalista. Segundo Karl Marx, as crises são inerentes ao próprio sistema capitalista que por suas contradições internas insuperáveis geravam tais processos quase como espontaneamente. Dizia Marx que

[...] na medida em que os capitalistas são obrigados [...] a explorar em maior escala meios de produção gigantescos já existentes e a por em movimento, para tal fim, todas as molas do crédito, nessa mesma medida aumentam os terremotos industriais, nos quais o mundo do comércio só se mantém sacrificando uma parte da riqueza, dos produtos e mesmo das forças de produção aos deuses da profundeza (MARX, 1987, p. 53 e 54).

E sentencia, depois, o resultado disso: “Numa só palavra, aumentam as crises” (MARX, 1987, p. 54).

Nesse sentido, Hobsbawn afirma sobre as crises do capitalismo:

No passado, ondas e ciclos, longos, médios e curtos, tinham sido aceitos por homens de negócios e economistas mais ou menos como os fazendeiros aceitam o clima, que também tem seus altos e baixos. Nada se podia fazer a respeito: criavam oportunidades ou problemas, podiam trazer a prosperidade ou a bancarrota a indivíduos e indústrias, mas só os socialistas que, como Karl Marx, acreditavam que o ciclo fazia parte de um processo pelo qual o capitalismo gerava o que acabariam por se revelar contradições internas insuperáveis, achavam que elas punham em risco a existência do sistema econômico como tal (HOBSBAWN, 1999, p. 92).

Dentre as causas comumente apontadas para a Crise de 1929 estão a superprodução - e conseqüentemente a diminuição do consumo - e o livre mercado, ou seja, o princípio liberal de que o mercado não deveria sofrer interferência, eis que por suas leis inerentes ele mesmo se auto-regularia. Após o término da 1ª Guerra Mundial, os Estados Unidos apontaram como a grande potência econômica que não tivera seu território atacado. Os países da Europa que poderiam fazer frente ao poderio econômico estadunidense tiveram seus territórios arrasados pela Guerra. Isso proporcionou um crescimento econômico dos Estados Unidos que por ser o maior produtor de bens do planeta, atendia as demandas da Europa em reconstrução. Diante desse quadro, começaram a se desenhar os rascunhos da crise: impulsionados pela demanda européia e pelo crescimento do mercado interno, os Estados Unidos começou a produzir excessivamente. Para tanto, foi estimulada a compra de ações de empresas pelos cidadãos que viam com euforia a valorização desses papéis. Ocorre que ao final dos anos 1920, a Europa começou a se recuperar e, como consequência, deixou de comprar paulatinamente os produtos estadunidenses.

Com isso, os produtos começaram a sobrar nos estoques e prateleiras e, com isso, as ações das empresas começaram a se desvalorizar drasticamente até o dia 24 de outubro de 1929, uma quinta-feira, quando ocorreu a Quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, o estopim da Crise que logo se alastrou pelo restante do mundo, como seria de se prever numa economia baseada em relações comerciais entre nações.

De acordo com Karl Marx, independentemente das especificidades e do contexto, numa economia dependente do mercado mundial é de se esperar que haja uma crise de superprodução. Isso porque, segundo nos ensina Marx,

A enorme capacidade de expansão aos saltos do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial produzem necessariamente produção febril e conseqüente saturação dos mercados, cuja contração provoca estagnação. A vida da indústria se transforma numa seqüência de períodos de vitalidade média, prosperidade, superprodução, crise e estagnação. A insegurança e a instabilidade a que a produção mecanizada submete a ocupação e, com isso, a situação de vida dos trabalhadores tornam-se normais com essas oscilações periódicas do ciclo industrial. Descontados os tempos de prosperidade, impera entre os capitalistas a mais intensa luta em torno de sua participação individual no mercado. Essa participação está em relação direta com a barateza do produto. Além dessa rivalidade, produzida por esse fato, no uso de maquinaria aperfeiçoada, que substitui a força de trabalho, e de novos métodos de produção, surge toda vez um ponto em que o barateamento da mercadoria é buscado mediante diminuição forçada dos salários abaixo do valor da força de trabalho (MARX, 1996, p. 86).

O que ocorre é que as especificidades do contexto de Pós-Guerra deram outro verniz para a crise de superprodução que, pela compreensão de Marx, é cíclica dentro do sistema capitalista. Admite, ainda, Marx que a superprodução de mercadorias não se distingue do excesso de capital. Para Karl Marx, “quando se diz que existe superprodução de capital fixo ou circulante, significa que as mercadorias não são tomadas aqui pura e simplesmente como tais mercadorias, mas em função do capital” (MARX, 1988, p. 15). Desse modo, seguindo essa lógica,

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

[...] com este capital, por outro lado, se reconhece que, ao estudar a produção capitalista e seus fenômenos, por exemplo, o da superprodução, ainda não se trata das relações econômicas simples, em que o produto se apresenta apenas como mercadoria, mas sim das relações sociais, onde este produto aparece implicado e que fazem dele mais do que uma simples mercadoria e algo diferente desta (MARX, 1988, p. 15 e 16).

Dessa forma, a crise de 1929 não é exógena ao capitalismo. Ao contrário, nasce dentro do próprio sistema e tem a ver com o excesso de capital e, portanto, à superprodução de mercadorias.

A superprodução tem, em especial, como condição, a lei geral de produção do capital, que consiste em produzir na medida das forças produtivas, isto é, conforme for possível explorar a maior quantidade possível de trabalho com uma certa quantia de capital sem considerar a limitação do mercado e nem as necessidades solventes, suscetíveis de pagamento, realizando a reversão constante das rendas em capital, enquanto, por outro lado, a massa dos produtores obrigatoriamente se limita, conforme as bases da produção capitalista, à média fixada pelas necessidades (MARX, 1988, p. 56).

A Crise de 1929 abalou o mundo, eis que a economia estadunidense estava atrelada às dos demais países. O Brasil, por exemplo, sentirá a crise imediatamente porquanto sua economia estava calcada especialmente na exportação de café, do qual os Estados Unidos eram os grandes compradores. A Crise ainda colocará em xeque os preceitos do liberalismo, que se mostrou incapaz tanto de impedir a Crise como de

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

administrá-la. Hobsbawn demonstra que a Crise econômica também foi uma crise na crença dos ideais do liberalismo.

A Grande Depressão confirmou a crença de intelectuais, ativistas e cidadãos comuns de que havia alguma coisa fundamentalmente errada no mundo em que viviam. Quem sabia o que se podia fazer a respeito? Certamente poucos dos que ocupavam Cargos de autoridade em seus países e com certeza não aqueles que tentavam traçar um curso com os instrumentos de navegação tradicionais do liberalismo secular ou da fé tradicional, e com cartas dos mares do século XIX, nas quais era claro que não se devia mais confiar (HOBSBAWN, 1995, p. 106).

Com as bases do liberalismo colocadas em dúvida, abriram-se espaços para o surgimento de governos autoritários, baseados no fascismo. Esse fenômeno político, caracterizado pela concentração de poder – e, portanto, em condições de direcionar a economia – se espalhará pela Europa, mas terá, também, vertentes similares em países de outros continentes, como foi o caso do Brasil, que gerou o Integralismo como a mais perfeita ideologia similar ao nazi-fascismo, bem como o Estado Novo getulista como governo ditatorial com liames fascistas.

[...] o fascismo, que a Depressão transformou num movimento mundial, e, mais objetivamente, num perigo mundial. O fascismo em sua versão alemã (nacional-socialismo) beneficiou-se tanto da tradição intelectual alemã, que (ao contrário da austríaca) se mostrara hostil às teorias clássicas de liberalismo econômico, transformadas em ortodoxia internacional desde a década de 1880, quanto de um governo implacável, decidido a livrar-se do desemprego a qualquer custo. Cuidou da Grande Depressão,

deve-se dizer, rápida e de maneira mais bem-sucedida que qualquer outro (os resultados do fascismo italiano são menos impressionantes). [...] Mas à medida que crescia a maré do fascismo com a Grande Depressão, tornava-se cada vez mais claro que na Era da Catástrofe não apenas a paz, a estabilidade social e a economia, como também as instituições políticas e os valores intelectuais da sociedade liberal burguesa do século XIX entraram em decadência ou colapso (HOBSBAWN, 1995, p. 112).

Na década de 1930, Sorocaba era uma cidade que, a despeito de ser interiorana, possuía um expressivo número de colonos estrangeiros, especialmente italianos, espanhóis e alemães. Em 1931, por exemplo, existiam em Sorocaba cerca de 3000 italianos e 12000 espanhóis, numa população total de pouco mais de 65000 habitantes (CAVALHEIRO, 2010).

Parte expressiva desses estrangeiros era composta por operários (em 1931, as maiores fábricas de tecidos empregavam juntas quase 900 estrangeiros), sendo que muitos deles estavam associados a organizações anarquistas, socialistas ou comunistas, o que deu o apelido de “Moscou Brasileira” para Sorocaba. Em contraposição, estabeleceu-se o imaginário ideológico liberal com a cognominação de “Manchester Paulista”, diante de seu parque industrial formado por grandes tecelagens. No entanto, há uma terceira via que foi posteriormente invisibilizada diante do desprestígio das ditaduras e do nazi-fascismo após a 2ª Guerra Mundial. Sorocaba possuía várias organizações de extrema-direita ao longo da década de 1930, tendo em seus quadros políticos e cidadãos que, ao fim da onda fascista, vão se agrupar na ideologia liberal, sustentada especialmente pela forte presença da maçonaria na cidade. Essa terceira via, embora não se sugira aqui esta alcunha, poderia ter imprimido em Sorocaba o cognome de “Roma dos trópicos”.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

De fato, desde o final da década de 1920 já havia na cidade uma representação do Partido Fascista Italiano, amplamente inserido na sociedade sorocabana, com sede num dos mais luxuosos e vistosos prédios locais.

Partido Nacional Fascista de Sorocaba

Na esplendida sede desta agremiação partidária dos italianos que aqui residem, sita no Palacete Scarpa, e muito bem installada em amplo salão, realizou-se domingo ultimo, ás 16 horas, como foi anunciado a conferencia do illustrado jornalista dr. Leandro Galli, secretario do “Il Piccolo”, da capital.

O salão estava quase totalmente cheio de distinctas famílias desta cidade e muitos outros membros da colônia italiana, quando a hora aprazada o dr. Agostinho Fausto, que presidia a sessão, em breve discurso apresentou ao auditório o festejado escriptor.

Com a palavra, do dr. Galli discorreu durante cerca de cincoenta minutos sobre o Thema escolhido “Il Martire di Pola”, empolgando a assistência pela maneira brilhante como descreveu o heroísmo do grande capitão da marinha italiana Nazario Sauro, que depois de conduzir a esquadra de sua pátria a successivas victorias, foi aprisionado pelo inimigo, vindo a ser sacrificado em Pola, cidade que lhe ouviu as ultimas palavras: - Viva a Italia.

O orador foi muito applaudido, sendo bastante apreciada a sua conferencia (CRUZEIRO DO SUL, 13 abr. 1927, p. 1).

Fica evidente o objetivo de insuflar o sentimento nacionalista - tão caro ao fascismo - quanto o de criar um clima de expectativa para um possível conflito, tendo em vista que Nazario Sauro foi um dos combatentes da 1ª Guerra Mundial, morto em 1916. Não se sabe exatamente a data de fundação da

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

representação do Partido Nacional Fascista em Sorocaba. No entanto, levando-se em consideração que a notícia veiculada nos primeiros meses de 1927 dão conta de uma organização que não era novidade em Sorocaba, é de se supor que, pelo menos, tenha sido fundada por volta de 1926. Levando-se em consideração que o Partido Nacional Fascista Italiano tenha sido fundado oficialmente em 9 de novembro de 1921, a partir dos grupos conhecidos como *Fasci Italiani di Combattimento*, deve-se considerar que essa agremiação levou apenas 4 a 5 anos para atravessar o Oceano Atlântico e fazer morada numa cidade interiorana de São Paulo. Em novembro de 1927, o Partido Nacional Fascista de Sorocaba realizou um recital para a “cultua sociedade” sorocabana, da soprano lírica italiana Lena Melly, considerada uma das mais destacadas artistas de sua época. Ainda em novembro, o mesmo Partido realizou uma comemoração da “Marcha sobre Roma”, episódio histórico no qual Mussolini convocou uma ampla manifestação fascista, como demonstração de força, para impor o governo fascista e por um fim a democracia liberal. A Marcha ocorreu em 28 de outubro de 1922, em Roma, com a presença de dezenas de milhares de manifestantes fascistas que marchavam pelas ruas da cidade exigindo o poder, o que forçou o rei Victor Emanuel III a nomear Benito Mussolini como chefe de governo (SASSOON, 2009).

Em 1926, o poder de Mussolini se tornara quase que absoluto, embora permanecesse uma aparência de governo constitucional.

Ao terminar 1926, o Duce podia orgulhar-se de dois anos de notáveis vitórias. Acabara a revolução; saltara todos os obstáculos e possuía poderes ditatoriais. Pela primeira vez, dominava completamente o Partido Fascista. Apenas o rei, que gozava do poder constitucional de nomear e demitir o chefe de governo, prendia-o ao

sistema antigo. A diarquia, como Mussolini a chamava, era por vezes maçante, mas preservava a ficção de que a Constituição era respeitada; apesar de algumas questões ocasionais e diminuindo-lhe gradualmente as prerrogativas, Mussolini continuou a apoiar a Monarquia até o fim (FIGUEIREDO, 1973, p. 68 e 69).

Aparentemente, após a concentração de forças, o Duce pretendia ter o apoio dos cidadãos italianos que residiam fora do território da Itália. Os milhares de colonos que viviam em países da América, por exemplo, parecem ter sido alvo dos interesses de Mussolini como forma de consolidar seu poder e de ampliar o apoio ao seu governo. Desse modo, é possível entender a função do Partido Nacional Fascista de Sorocaba, que promove eventos culturais e ideológicos como a exaltação da Marcha sobre Roma, como um “acontecimento de alta significação nos factos de sua história”, palestra explanada pelo jornalista Cesar Rivelli com o tema “Da fundação do fascismo à Victória sobre Roma” (CRUZEIRO DO SUL, 8 nov. 1927, p. 1). Ao término dessa reunião foi cantado o hino Fascista.

No final de 1930, aviadores fascistas italianos, pilotando hidroaviões, cruzaram o Oceano Atlântico, realizando um cruzeiro por diversos países da América, incluindo o Brasil. Sob o comando do general Ítalo Balbo, o evento foi entusiasticamente noticiado e aplaudido. Em telegrama, Balbo enviou mensagem aos membros da colônia italiana no Brasil dizendo que “Nenhum ser humano poderia vencer a força adversa ao oceano, sem a virtude fascista, que nos sustentou durante a travessia” (CRUZEIRO DO SUL, 13 jan. 1931, p. 1). Essa propaganda do fascismo tinha claramente o objetivo de entusiasmar as colônias italianas dispersas em vários países, sobretudo na América. O clube social italiano de Sorocaba,

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

“Circolo Italiano Gabrielle D’Annunzio”¹⁰⁹ realizou uma festiva noite de celebração ao feito dos aviadores fascistas, com a presença da Banda Carlos Gomes e discurso oficial sobre a façanha da esquadrilha italiana. Em telegrama enviado ao Rio de Janeiro, onde estavam os aviadores, o Circolo mandou o seguinte recado ao general Balbo: “Esultando vittoria ali italiane, ínvia fascisticamente forte ‘alalá” (CRUZEIRO DO SUL, 13, 14 e 15 jan. 1931, p. 1, 1 e 4).

Nessa época, entre os brasileiros, forma-se a Legião Revolucionária. Criada em 1931, essa organização, fruto da Revolução de 1930, era baseada nos “moldes fascistas”, de acordo com o escritor Eduardo Maffei (MAFFEI, 1984, p. 19). De fato, entre os membros sorocabanos dessa Legião, após a extinção desta, muitos se afiliaram à Ação Integralista, seção de Sorocaba (CAVALHEIRO, 2010). Os discursos da Legião Revolucionária exaltavam o patriotismo e os valores muito próximos aos do Integralismo.

Os fins da Legião são eminentemente patrióticos. Não se illuda o povo com a propaganda tendenciosa de adversários desleaes que tentam o desvirtuamento dos nobres ideaes que a guia. Move-os nessa campanha interesse opposto ao nosso alevantado propósito de batalhar pela grandeza do Brasil (CRUZEIRO DO SUL, 22 abr. 1931, p. 1).

Instalada junto ao Esporte Clube Sorocabano, em prédio localizado na rua São Bento, centro de Sorocaba, a Legião Revolucionária tomou boa parte das páginas dos jornais locais durante o ano de 1931 para expressar suas idéias, convocar a

¹⁰⁹ Apesar do patrono do clube ser um reconhecido poeta entusiasta do fascismo, o nome e a fundação do clube se deram antes mesmo da existência do fascismo, em 6 de janeiro de 1918. Os *Fasci Italiani* surgiram um ano depois, em 1919.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

ampliação de seus quadros e fazer propaganda de seu movimento.

Enquanto isso, o Partido Nacional Fascista – ou Fascio – continuava a promover bailes, reuniões sociais, esportivas e conferências de caráter altamente ideológico. Combatendo o liberalismo como doutrina carcomida e estéril, o fascismo local divulgava abertamente sua posição contrária, colocando-se como única alternativa viável para a sociedade. Colocava-se mesmo como uma doutrina internacional, revelando o objetivo de sua expansão para outros países, como o Brasil.

Il Fascismo, sia come dottrina statale, sia come dottrina Internazionale, é l'espressione e l'attuazione di quella GIUSTIZIA SOCIALE che fu in tutto secolo scorso l'aspirazione mai realizzata e dal liberalismo e dal socialismo.

Il Regime Fascista non sarà mai uno strumento di reazione o uno sterile ritorno al cosiddetto pensiero liberale, ma organizzazione sociale e statale in sono stati i suoi errori storici, organizzazione che segnerà l'elevazione e la redenzione del lavoro manuale e intellettuale, e la trasformazione del sistema di produzione attuale nelle parti dimostratesi contrarie agli interessi della collettività (CRUZEIRO DO SUL, 8 ago. 1933, p. 1).¹¹⁰

¹¹⁰ A tradução livre pode ser assim: “O Fascismo, seja como doutrina estatal, seja como doutrina Internacional, é a expressão e atualização daquela JUSTIÇA SOCIAL que foi em todo século passado, a aspiração mais almejada do liberalismo e do socialismo. O Regime Fascista não será mais um instrumento de reação ou um estéril retorno ao chamado pensamento liberal, mas a organização social e estatal estavam em seus erros históricos, organização que marcará a elevação e a redenção do trabalho manual e intelectual, e a transformação do sistema de produção atual demonstrou contrário aos interesses da coletividade”.

Essa foi parte do discurso do primeiro agente consular da Itália em Sorocaba, o qual, como autoridade, foi recepcionado por representantes do “nosso mundo oficial”, como o prefeito da cidade, coronel Ary Fonseca Cruz; o padre Zanola¹¹¹ que representou o Bispo, o delegado de Polícia dr. Pedro Alcântara entre outros. Isso demonstra que antes da eclosão da 2ª Guerra Mundial, o fascismo (e todas as formas de autoritarismo) não era mal visto pelos representantes oficiais. A ojeriza aos regimes totalitários de caráter fascista será uma construção que se realizará a partir da entrada do Brasil na Guerra, a despeito do Estado Novo continuar sendo um regime totalitário até o final do conflito.

Outro clérigo de origem italiana, Cônego Francisco Cangro, envidará esforços para constituir o Centro Operário Católico com o único objetivo de, por meio de conferências, “informar o nosso operariado acerca dos princípios dissolventes que se procura insinuar nos meios operários sob apparencias enganosas, nada merecendo, comtudo, não só pelo conflicto que esses princípios estabelecem com a fé e a moral, como ainda pelas conseqüências desastrosas delles decorrentes para a vida social” (CRUZEIRO DO SUL, 25 fev 1931, p. 1).

Os princípios “dissolventes” eram o anarquismo, o socialismo e o comunismo, que vinham orientando os operários sorocabanos há décadas na formação de suas organizações e movimentos reivindicatórios (CAVALHEIRO, 2010).

O Fascio local vinha realizando diversas atividades sociais, como já foi dito, voltadas ao esporte, ao lazer, a arte e ao entretenimento. Talvez por esse motivo, nos primeiros anos da década de 1930 tenha se formado um núcleo local da “Opera Nazionale Doppo Lavoro”, organização recreativa fascista. Conhecida como Dopolavoro, a entidade era uma alternativa de

¹¹¹ Esse padre, de origem italiana, possuía estreitos contatos com o Fascio local.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

recreação, mas que se propunha a realizar um trabalho ideológico, para os italianos e seus descendentes radicados em Sorocaba. Dopolavoro, ou seja, “depois do trabalho”, ofertava uma gama enorme de atividades. Houve época em que entre fascistas e seus contrários ocorreu um conflito pela disputa da direção do “Círculo Italiano”, o que deve ter estimulado, ainda mais, a fundação do “Dopolavoro” na cidade. As atividades recreativas, cívicas e sociais realizadas pelo Fascio passaram a ser organizadas pelo Dopolavoro. A comemoração da Marcha sobre Roma, por exemplo, ficou ao encargo do Dopolavoro, contando em seu programa com conferência realizada pelo padre Zanola (CRUZEIRO DO SUL, 21 out 1935, p. 1).

Em 1934 forma-se o núcleo da Ação Integralista em Sorocaba. A primeira reunião para a organização do núcleo local deu-se na sede do Fascio (CRUZEIRO DO SUL, 29 set. 1934, p. 1). Não é coincidência apenas. Em verdade, demonstra claramente que havia uma intersecção ideológica entre o fascismo e o integralismo, embora este último dissesse que “o integralismo não é hitlerismo, nem fascismo!” (CRUZEIRO DO SUL, 17 set. 1937, p. 1).

Os integralistas sorocabanos foram protagonistas de *meetings*, de realização de reuniões, palestras e conferências, participaram como candidatos nas eleições de 1936; realizaram espancamentos de adversários e tiveram um comício dissolvido à bala, pelos comunistas, na praça central “Coronel Fernando Prestes” (CAVALHEIRO, 2001; 2010). Assim como os fascistas italianos, os integralistas se preocupavam com a cultura física e com as atividades recreativas. Em 1936, os integralistas formaram um grupo de instrução para funcionamento regular de “aulas de cultura física para a preparação de atletas do sigma”, tendo organizado ainda “o quadro integralista de futebol” (CRUZEIRO DO SUL, 02 mai. 1936, p. 2).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Em uma das conferências promovidas pela Ação Integralista de Sorocaba, um jornalista paranaense, Jorge Lacerda, proferiu uma palestra com o tema “A fallencia da liberal-democracia”. Ao final da reunião, cantou-se o Hino Nacional “entoado por todos os presentes, e com entusiasticos *anauês*, houve a cerimônia de juramento de 9 novos integralistas” (CRUZEIRO DO SUL, 14 jul 1936, p. 1).

O integralismo combatia a maçonaria e o comunismo, procurando associar as duas doutrinas ao “judaísmo”. Esse sentimento antisemita aproximava ainda mais o integralismo do nazismo alemão. “Sorocaba precisa afirmar a sua fé nas energias Moraes do povo brasileiro, attendendo ao appello da pátria ameaçada pelos invasores vermelhos”, dizia uma publicação no jornal local. Continuava a nota, emitida pelo Secretário Municipal de Propaganda, que “contra o communismo, pois, ergamos mais uma barreira intransponível, representada por um milhão de camisas-verdes” (CRUZEIRO DO SUL, 8 ago. 1936, p. 4).

Em outro momento, os integralistas de Sorocaba publicaram em jornal: “a Liberal Democracia, com seus partidos políticos, é cópia de coisa francesa, porquanto é fructo da Revolução Francesa, forjada pelo judaísmo nas lojas maçônicas” (CRUZEIRO DO SUL, 17 set 1937, p. 1).

Repetindo o mesmo discurso, que também já havia sido proferido pelos fascistas italianos, os integralistas de Sorocaba diziam que “a liberal democracia é o regime da luta estéril. No campo político, luta entre os partidos: oposicionista e governista; no campo econômico, luta entre o capital e o trabalho; no campo social, luta de classes: burguesia e proletariado” (CRUZEIRO DO SUL, 3 out 1937, p. 2).

Entre os membros da colônia espanhola, formou-se em Sorocaba em 1936, a partir da eclosão da Guerra Civil Espanhola, uma organização chamada Falange Nacionalista,

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

escancaradamente pró-Franco. Os “franquistas” da Falange arrecadavam numerários para a guerra, bem como promoviam o alistamento daqueles que quisessem combater ao lado das forças fascistas do general Franco. Mas seu papel não ficava só nisso. Com a cooptação do agente consular espanhol de Sorocaba, a Falange Nacionalista publicava extensos informes sobre a Guerra, de acordo com o seu ponto de vista (CAVALHEIRO, 2010).

Importante ressaltar que em todas essas organizações de caráter fascista na cidade de Sorocaba havia em seus quadros pessoas de reconhecido prestígio social, sendo que posteriormente ocuparam cargos públicos – até à frente da Prefeitura – e hoje são nomes de ruas e possuem bustos e monumentos em espaços públicos.

No entanto, após a instalação do Estado Novo, que suprimiu todos os espaços de participação política, transformando-os em monopólio estatal, tais personalidades velaram o seu passado, filiando-se a instituições que antes combatiam, como a liberal democracia e a maçonaria.

A memória, como construção coletiva e ideológica, está mais proximamente ligada à percepção de uma comunidade em relação à sua própria identidade do que com a análise crítica de fatos e dados a que supostamente se reporta.

Como referencial simbólico, a memória cumpre seu papel de amalgamar todo um conjunto de indivíduos que se reconhecem como partícipes daquela identidade construída não só com informações históricas, mas, também com tradições (ainda que inventadas), lendas, símbolos, etc.

Por ter esse caráter ideológico, a memória pode servir tanto para a manutenção do *status quo* quanto para a emancipação do homem (LE GOFF, 1996). Tudo dependerá da intencionalidade de quem auxiliar na construção dessa memória. O nome de uma rua proposto por um edil, por

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

exemplo, pode servir para enaltecer um baluarte da industrialização - e, portanto, do capitalismo -, quanto a figura de alguém que lutou contra o mesmo capitalismo.

A pergunta que paira no ar é essa: se parte daqueles que se tornaram ícones do “liberalismo” sorocabano do século XX estiveram filiados antes em organizações fascistas, qual é, de fato, a orientação ideológica dessas personalidades?

Independentemente da resposta, no entanto, o que sobressai é que nos momentos de crise econômica e política, em que a democracia liberal é questionada, nesses momentos é que as máscaras caem e aqueles que escondiam suas tendências fascistas se mostram descaradamente. Nesse sentido, a crise que se alastra do campo econômico ao político tem como condão o poder de revelar de qual lado estão aqueles que detêm o poder.

Com a Crise de 1929 e a impotência da democracia liberal frente aos problemas desencadeados, abriu-se brechas para o florescimento de governos fascistas e autoritários e, em consequência, para organizações que disseminassem tais ideologias. Essas organizações responderam aos anseios de significativa parte da população - e das classes dominantes - para se afiliar ao fascismo. Assim foi em Sorocaba, a “Manchester Paulista”, a “Moscou Brasileira” e, por que não, a “Roma dos Trópicos”.

Referências bibliográficas

ALEIXO IRMÃO, José. *O Liberalismo em Sorocaba*.

Sorocaba: Ed. Do Autor, 1986.

CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. *Fisionomia da cidade*. Cotidiano e transformações urbanas. 1890 - 1943. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Salvadora!*. Sorocaba: Create, 2001.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Memória Operária.*

Sorocaba: Create, 2010.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil.* São Paulo: EdUSP, 1999.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos - O breve século XX.*

1914 - 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWN, Eric., RANGER, Terence. *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas: Unicamp, 1996.

MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé.* Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MARX, Karl. *O Capital (Vol. II).* São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

MARX, Karl. *As crises econômicas do capitalismo.* São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital.* São Paulo: Editora Acadêmica, 1987.

SASSOON, Donald. *Mussolini e a ascensão do fascismo.* Rio de Janeiro: Agir, 2009.

11. A luta antifascista em Sorocaba: uma história de 80 anos

*Carlos Carvalho Cavalheiro*¹¹²

Espocar de fogos de artifício, o povo marchando sobre os soldados enfileirados, as ruínas do Parlamento implodido, metaforizando o ruir de uma antiga estrutura política autoritária. Assim termina o filme “V de Vingança”, dirigido por James McTeigue e lançado em 2005. Essa ficção, com trama bem articulada, repleta de referências a *Guy Fawkes*,¹¹³ também é uma excelente oportunidade de reflexão sobre a necessidade de resistirmos aos avanços do autoritarismo e do fascismo. Passados doze anos dessa produção cinematográfica, tem-se a sensação de que o roteiro e enredo beiram à profecia, o que de certa forma nos conforta: em geral, esse tipo de comunicação, a profecia, serve de alerta e traz consigo a mensagem de que o destino pode ser mudado.

O avanço do conservadorismo e, ainda mais, de vertentes ideológicas que flertam com o fascismo não é um fenômeno que atinge apenas o Brasil, mas que se faz presente em significativa parte do globo atualmente. Programas de governo que carregam propostas de exclusão de parcelas da

¹¹² Mestre em Educação pela UFSCar (*campus* Sorocaba), participante do GECOMS (Grupo de Estudos sobre Comunidade e Movimentos Sociais) e professor da rede pública municipal de Porto Feliz (SP).

¹¹³ De acordo com a Grande Enciclopédia Larousse Cultural (1998, p. 2370), *Guy Fawkes* foi um “[...] soldado e conspirador inglês (York 1570 - Londres 1606). Convertido ao catolicismo, foi o principal agente de execução da Conspiração da Pólvora”, que pretendia explodir o Parlamento inglês e derrubar o rei protestante Jaime I.

população são aplaudidos por um número cada vez maior de eleitores e asseclas. Nos Estados Unidos, a eleição de Donald Trump para presidente - que tenta implementar propostas como a construção de muro separando o país do seu vizinho do sul, o México; bem como a proibição de entrada de cidadãos de países muçulmanos em território estadunidense - marca um novo período na História. Afinal, o esteio sobre o qual se sustentou até hoje os Estados Unidos é o discurso sobre a liberdade individual, sobre o liberalismo político e econômico e sobre a democracia.

Embora prática e discurso não tenham sempre caminhados juntos, o fato é que existia até então a justificativa da busca pela liberdade como o rumo a ser perseguido. Como na ficção de “V de Vingança”, a liberdade foi trocada pela sensação de segurança dada por um líder truculento, intolerante e autoritário.

É preciso resistir. No Brasil, o que se vislumbra não é menos impactante e nem menos nefasto. O cenário que se descortina é o do crescimento de organizações de extrema-direita e até o retorno de velhas bandeiras como a do Integralismo. O final da 2ª Guerra Mundial, com a derrota das forças do Eixo - Alemanha, Itália e Japão -, significou, naquele momento, o sepultamento da ideologia nazi-fascista. Os antigos adeptos passaram a ter pudor de suas convicções e hibernaram por longas décadas.

Em 2015, durante as discussões em Câmaras Municipais de diversas cidades sobre a implantação do Plano Municipal de Educação, o que se viu foi um campo de batalha onde sem máscara e sem qualquer constrangimento apareceram bandeiras do Sigma, símbolo do Integralismo brasileiro, e palavras de ordem de facções que lembravam os lemas da TFP e outras organizações religiosas conservadoras.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Em Campinas, por exemplo, uma jovem do movimento LGBT foi agredida fisicamente, dentro do plenário da Câmara Municipal, por um homem que ostentava orgulhosamente a bandeira integralista e, ainda, símbolos de organizações católicas conservadoras.

É preciso resistir, pois o tempo nos cobra o quinhão devido por todos aqueles que se julgam sujeitos históricos. E as ações de resistência precisam encontrar no passado os referenciais necessários para a construção dessa identidade de luta.

Por isso, a importância de se ressaltar os momentos marcantes da luta antifascista que se desenvolveu em Sorocaba, no ano de 1937.

O Fascismo

É importante ressaltar o que se entende aqui por fascismo. Não somente o fenômeno histórico surgido na Itália após a Primeira Guerra Mundial e que serviu de modelo para outros países, mas, sobretudo, as características principais do “sentimento” fascista, que encontra pontos de conexão com diversas outras correntes ideológicas.

O termo fascismo generalizou-se e, com o passar do tempo, converteu-se em sinônimo de propostas de ordenamento social por meio do autoritarismo. Mas esse seria um conceito muito amplo e, por isso, muito simplório para que possamos utilizá-lo na identificação de organizações tidas por “fascistas”.

A princípio, pode-se dizer que o fascismo encontra escoras em diversas idéias. O fascismo é, portanto, antiliberal, antiparlamentar, antidemocrático, antissocialista, antipacifista, antireformista, antihumanitário (GENTILE; DE FELICE, 1988, p. 18). Ao mesmo tempo, os fascistas são adeptos a uma organização militarizada (ou que se assemelhe à ordem militar),

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

pelo extremado nacionalismo e pelo personalismo de uma liderança que transmite a confiança das massas na conquista de seus anseios.

De acordo com Gentile e De Felice,

O fascismo emerge deste cadinho de mitos e de movimentos. Nascido como movimento “antipartido”, nacionalista e libertário, o fascismo absorve, durante o seu crescimento, ideologias e mitos do radicalismo de direita e de esquerda, ostentando o seu desprezo pelos sistemas doutrinários e pelo pensamento político formal. A sua ideologia antiideológica expressava sobretudo um *estado de ânimo*, uma postura ativista em relação à vida e rebelde contra a sociedade burguesa liberal. Os seus dirigentes provinham da esquerda radical e revolucionária, e haviam participado da constestação antiliberal do período giolittiano, do intervencionismo e da guerra. Na sua postura modernista o fascismo era uma típica manifestação da aspiração dos jovens ao dinamismo e à mudança (GENTILE; DE FELICE, 1988, p. 24).

O fascismo é um fenômeno que produz um discurso cujo público alvo são as massas. Por esse motivo, o fascismo defende o nacionalismo extremado, como um “[...] caminho tanto para a legitimidade quanto para a popularidade” (HOBSBAWN, 1995, p. 117).

Apesar de se dividir em diversas vertentes, os movimentos de caráter fascista defendem um governo autoritário, tendendo a “[...] favorecer os militares e promover a polícia, ou outros grupos de homens capazes de exercer a coerção física, pois estes eram o principal baluarte contra a subversão” (HOBSBAWN, 1995, p. 117).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Os fascistas possuem um sentimento de “[...] anticomunismo e dos preconceitos tradicionais de sua classe” (HOBSBAWN, 1995, p. 117), em alguns casos, de racismo (como no caso do nazismo alemão).

Portanto, o elemento comum que se encontra em movimentos considerados fascistas são o “[...] nacionalismo, anticomunismo, antiliberalismo” (HOBSBAWN, 1995, p. 121), além de outros componentes como a perseguição e a exclusão de grupos sociais (de origem, por questões de gênero, etnia, religião...), bem como a cooptação das massas.

A grande diferença entre a direita fascista e não fascista era que o fascismo existia mobilizando massas de baixo para cima. Pertencia essencialmente à era da política democrática e popular que os reacionários tradicionais deploravam, e que os defensores do “Estado orgânico” tentavam contornar. O fascismo rejubilava-se na mobilização das massas, e mantinha-a simbolicamente na forma de teatro público – os comícios de Nuremberg, as massas na piazza Venezia assistindo os gestos de Mussolini lá em cima da sacada – mesmo quando chegava ao poder; como também faziam os movimentos comunistas. Os fascistas eram os revolucionários da contra-revolução: em sua retórica, em seu apelo aos que se consideravam vítimas da sociedade, em sua convocação a uma total transformação da sociedade, e até mesmo em sua deliberada adaptação dos símbolos e nomes dos revolucionários sociais, tão óbvia no Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores de Hitler, com sua bandeira vermelha (modificada) e sua imediata instituição do

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Primeiro de Maio dos comunistas como feriado oficial em 1933 (HOBSBAWN, 1995, p. 121).¹¹⁴

No Brasil, são diversos os agrupamentos e organizações, surgidos na década de 1930, que possuem tais características do antiliberalismo, do anticomunismo e do nacionalismo extremista. Em Sorocaba, esses movimentos foram tantos e tão significativos que não é exagero reconhecer essa cidade do interior paulista como uma amálgama de representações fascistas.

A existência dessas organizações chama a atenção pela permanência de uma mentalidade conservadora e autoritária, especialmente levando-se em consideração que nessa mesma cidade existia uma considerável classe operária.

Movimentos e organizações fascistas em Sorocaba

A primeira organização fascista existente na cidade de Sorocaba foi o próprio Partido Nacional Fascista Italiano, que surgiu entre os anos de 1926 a 1927 e se estendeu pela década de 1930 até o surgimento do Estado Novo de Getúlio Vargas, o qual proibiu a existência da maior parte das entidades existentes.

Em 1927, o Partido Nacional Fascista de Sorocaba tinha sede no Palacete Scarpa e fazia parte de uma política de expansão da ideologia fascista para as colônias de italianos que viviam nas Américas. Com isso, o Partido organizava os “súditos” do Duce Benito Mussolini, inculcando neles os valores e os sentimentos fascistas por meio de conferências, palestras, comemorações de datas importantes para o fascismo.

¹¹⁴ De Felice diz que “O regime fascista [...] tem como elemento que o distingue dos regimes reacionários conservadores a mobilização e a participação das massas” (DE FELICE, 1988, p. 39). Por outro lado, afirma que o fascismo também foi “[...] a tentativa da classe média, da pequena burguesia ascendente - não em crise - em colocar-se como classe, como nova força” (Idem, *ibidem*, p. 33).

PARTIDO NACIONAL FASCISTA DE SOROCABA

O P. N. F. reuniu domingo último em sua linda sede no palacete Scarpa grande número de correligionários e muitas outras pessoas, para a comemoração da marcha sobre Roma, acontecimento de alta significação nos factos de sua história.

Sobre o thema “Da fundação do fascismo à vitória sobre Roma” discorreu o brilhante jornalista Cesar Rivelli, da redacção do “Fanfulla”, que entusiasmou a assistência com suas narrações eloqüentes arrancando applausos estrepitosos ao terminar sua conferencia.

O orador foi apresentado em bellas palavras pelo dr. Agostinho Fausto.

Durante a reunião foi cantado o hymno fascista, tomando parte no côro todos os presentes (CRUZEIRO DO SUL, 8 nov. 1927).

Em outras oportunidades, o Partido Fascista de Sorocaba promoveu recital com a soprano lírica italiana Lena Melly, conferência com o jornalista Leandro Galli (do jornal “Il Piccolo”, de São Paulo), além de reuniões de associados (CRUZEIRO DO SUL, 16 mar. 1927; 09 abr. 1927; 13 abr. 1927 e 1 nov. 1927).

Percebe-se nitidamente o interesse de propaganda fascista, com o intuito de insuflar o nacionalismo aos imigrantes italianos, apresentando uma visão ufanista do governo de Mussolini e promovendo um sentimento de valorização da cultura italiana (com viés fascista, obviamente). O apoio das colônias italianas espalhadas pelo Brasil foi de suma importância para reforçar os laços de apoio para as ações de Mussolini no governo, incluindo suas pretensões expansionistas, como foi o caso da Guerra entre a Itália e a Abissínia (1935 - 1936).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Pró Italia

Sabemos que os srs. Nicolau Schettini, Pombal Ruggeri, Francisco Stillitano, Paschoal Ciardi e Domingos Serafino farão entrega, amanhã, ao sr. cônsul italiano de S. Paulo, da quantia de 21:635\$, producto da subscrição pró Italia aqui realizada (CRUZEIRO DO SUL, 03 jun. 1936, p. 4).

Pombal Ruggeri, para citar um exemplo, foi presidente do Fascio de Sorocaba e era agente consular nessa época. A colônia italiana em Sorocaba na década de 1930 era bastante significativa, contando com 3000 pessoas, merecendo, por isso, a atenção do Estado italiano em prover a cidade com uma agência consular (CAVALHEIRO, 2001).

Alfredo J. Audi saiu de Sorocaba rumo à Abissínia, com o fito de marcar a sua presença na terra recém-conquistada pelos fascistas. De lá enviou aos sorocabanos um cartão postal dizendo: “L’Abyssinia é nostra. Sono fiero di servire Il duce” (CRUZEIRO DO SUL, 29 mai. 1936, p. 1). Segundo a reportagem do jornal Cruzeiro do Sul, “Audi é camisa preta”, alcunha dada aos fascistas italianos.

Mussolini, portanto, poderia contar com o apoio financeiro e também moral dos seus compatriotas residentes na América. Essa era uma estratégia que não foi negligenciada pelo Duce. Ao contrário, o governo fascista procurou estreitar as relações com seus conterrâneos, mesmo os que moravam em outros continentes.

Com a ascensão de Hitler ao poder no começo de 1933 as camadas médias do mundo começaram a entrar em delírio. No Brasil, desde há muito, os italianos e seus descendentes vinham sendo trabalhados ideologicamente através de intensa propaganda feita pelos

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Dopolavoros, Fascio all'estero e Casas da Itália objetivando o fascismo (MAFFEI, 1984, p. 51).

A arrecadação de contribuições em prol da Itália, como forma de ajudar na manutenção da campanha da Guerra contra a Abissínia, teve desdobramentos como o apelo pelo “dólar da pátria”, em que cidadãos italianos contribuíam em dólares para o governo fascista (CRUZEIRO DO SUL, 05 dez. 1935, p. 4).

O Fascio manteve em Sorocaba uma escola italiana, sob a direção de Luiz Bonito, gratuita aos filhos dos sócios (CRUZEIRO DO SUL, 07 nov. 1932, p. 3). A Agência Consular italiana na cidade foi criada em julho de 1933, sendo motivada pela transferência da agência de Itapetininga. O primeiro agente consular foi o engenheiro Mario Schraider¹¹⁵ e a agência funcionou provisoriamente na sede do Fascio (CRUZEIRO DO SUL, 31 jul. 1933, p. 1). Em outubro daquele mesmo ano, o agente consular promoveu a fundação na cidade da Associação Italiana Opera Nazionale Dopolavoro de Sorocaba, cuja diretoria foi nomeada e empossada pelo próprio cônsul: diretor secretário, Antonio Matteis; diretores, Pombal Ruggeri e Giovanni Guariglia (CRUZEIRO DO SUL, 14 out. 1933, p. 1). A Opera Nazionale Dopolavoro (Obra Nacional Depois do Trabalho) era uma sociedade recreativa criada pelos fascistas italianos em 1925. Após o sucesso na Itália, a O. N. D. espalhou-se para outros países.

Curiosamente, existia em Sorocaba o Círculo Italiano Gabrielle D'Annunzio, que recebeu festivamente o agente consular em sua chegada à cidade. Mesmo assim, o mesmo agente viu a necessidade de se criar na cidade outra sociedade recreativa, essa de caráter fascista. Antonio Di Giorgi será eleito

¹¹⁵ Em 1934 ele foi substituído pelo padre José Zanolla, que deixou o cargo em virtude de proibição ligada ao Direito Canônico, a que estava submetido como sacerdote, em maio, ficando em seu lugar Pombal Ruggeri (CRUZEIRO DO SUL, 05 jul. 1934, p. 4).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

para comissão de contas, ainda em outubro de 1933. Era sanitarista e funcionário do Instituto Adolfo Lutz. Um ano depois, será um dos expoentes do integralismo em Sorocaba. Ainda na época em que estava no Dopolavoro, Di Giorgi criou um grupo dramático.

A comemoração da Marcha sobre Roma foi organizada, em 1933, pelo Dopolavoro, que promoveu um baile no salão do Fascio. O fascismo italiano criou ainda a Cruz Vermelha Italiana, seção de Sorocaba (em 1932) e uma Associazione dei reduci di Guerra in Sorocaba, que congregava ex-combatentes italianos residentes em Sorocaba (1936).

Dentre as organizações com características fascistas, Sorocaba contou com a Legião Revolucionária, criada em março de 1931 com o intuito de ser o sustentáculo do governo da Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas. Formada em sua maior parte por “tenentes”, a Legião Revolucionária lançou as bases de seu programa por meio de um manifesto em 4 de março de 1931, o qual

[...] defendia um Estado forte, baseado no trabalho, e com poderes para interferir na vida econômica nacional, estimulando e controlando as iniciativas e orientando a produção. O Estado deveria ainda ordenar e coordenar as forças produtoras, a divisão do trabalho e o salário mínimo (FGV CPDOC, 2017).¹¹⁶

Antes, em novembro de 1930, quando triunfara o movimento liderado por Vargas, os líderes tenentistas Miguel Costa, João Alberto e João Mendonça Lima assentaram as bases da organização, assinando um Manifesto ao povo (FGV CPDOC, 2017). Em Sorocaba, essa Legião foi organizada por

¹¹⁶ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/legiao-revolucionaria-de-sao-paulo>>. Acessado em: 30 jul. 2017.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Leonidas da Silva Cardoso, inspetor do 4º distrito, e que “[...] transmitiu poderes aos commissionados srs. Octavio Prestes, José Ribeiro Braga, João Mendes da Cunha Soares e Osmar de Oliveira, comissão que está iniciando os trabalhos regulares da Legião” (CRUZEIRO DO SUL, 03 mar. 1931, p. 1).

Eduardo Maffei vê na Legião Revolucionária o embrião do Integralismo. De fato, em 1932, quando a Legião deixa de existir, muitos de seus adeptos migram para o Integralismo, mesmo os sorocabanos.

Diz Eduardo Maffei sobre a Legião:

Foi, nesse tempo, logo depois da vitória da Revolução de 30, que Miguel Costa, o bravo comandante da “Primeira Divisão Revolucionária”, historicamente conhecida por Coluna Prestes, tão ingênuo quanto honesto, fundou a “Legião Revolucionária”, cujo manifesto, publicado no jornal *O Tempo*, de São Paulo, em 5 de março de 1931 era de lavra de Plínio Salgado. Tipicamente fascista, clamava fundamentalmente pela brasilidade e sobre os problemas sociais utilizava uma fraseologia esquerdizante. [...]

Quando saiu o manifesto da Legião Revolucionária toda imprensa oligárquica criticou-o como documento esquerdista, rotulando Miguel Costa de outubrista da extrema esquerda. Nessa ocasião ele era Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Os comunistas e simpatizantes faziam ironia. Afirmavam que “Miguel Costa guardava o comunismo no coração e os comunistas na ‘cadeia’”. [...]

No segundo semestre desse ano [1932], quando as tropas do poder central (Getúlio) já estavam vitoriosas, precisamente em 7 de outubro, retomando o fio do anterior manifesto da Legião, Plínio Salgado lança, através daquilo que

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

ficaria conhecido como *Manifesto de Outubro, a Ação Integralista Brasileira*. [...]

O Integralismo nasceu assim nos termos do manifesto da Legião (MAFFEI, 1984, p. 31-33).

Dentre os legionários sorocabanos, alguns como Octavio Prestes e Ireneo Tienghi entraram para o Integralismo posteriormente (CAVALHEIRO, 2001).

No mesmo ano de 1931, em fevereiro, o Cônego Francisco Cangro funda o Centro Operário Católico, cujo objetivo era promover palestras aos operários, depois da estafante jornada de trabalho, informando-os “[...] acerca dos princípios dissolventes que se procura insinuar nos meios operários sob aparências enganosas” (CRUZEIRO DO SUL, 25 fev. 1931, p. 1). Tratava-se de uma organização anticomunista e antianarquista, que promovia conferências, inicialmente aos trabalhadores das fábricas Santo Antônio e Santa Rosália (CAVALHEIRO, 2001).

Ecléa Bosi traz, em seu livro *Memória e Sociedade*, o relato de Antônio, provavelmente Antonio Di Giorgi, que diz “O primeiro discurso do Dopolavoro, em 1934, o primeiro discurso integralista quem fez fui eu. Foi em Sorocaba, sobre o conceito de liberdade. Monsenhor Cangro achou formidável” (BOSI, 1994, p. 246).

É curiosa a forma como os nomes se entrelaçam. O padre Cangro está presente no Dopolavoro, numa reunião integralista e na fundação do Centro Operário Católico. Antonio Di Giorgi está à frente do Dopolavoro e na Ação Integralista.

A Legião publicava notas na imprensa sorocabana, conclamando os sorocabanos a formarem fileiras ao seu lado. O tom das publicações era intimidador: “É dever de todo brasileiro inscrever-se na Legião Revolucionária. Para acautelar interesses collectivos. Para evitar que o povo, que já deu alguns passos para a frente, se irrite e desespere ao perceber que

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

ridículos machiaveis de casaca e cartola tentam fazelo retroceder de novo” (CRUZEIRO DO SUL, 06 mar. 1931, p. 1).

De acordo com Maria Cecília Spina Forjas, “Desde 22 os tenentes manifestaram tendências autoritárias, que vão se acentuando no decorrer do ciclo revolucionário, mas que se configuram plenamente e se explicitam como programa político após a revolução de 30” (FORJAS, 1978, p. 105-106).

Outra importante organização fascista de Sorocaba foi o núcleo da Ação Integralista Brasileira. Organizada em setembro de 1934, esse núcleo participou ativamente da parada integralista de 7 de outubro daquele ano, que resultou no conflito com as forças antifascistas no episódio que ficou conhecido como a Batalha da Praça da Sé ou Revoada das Galinhas Verdes. “INTEGRALISMO - No Fascio, hontem, houve uma reunião de integralistas, com orador da capital. Os integralistas, que preparam o seu núcleo de Sorocaba, promettem para 7 de outubro uma parada de 400 camisas-azeitona” (CRUZEIRO DO SUL, 29 set. 1934, p. 1).

Conforme já foi dito neste trabalho, Antonio Di Giorgi chama para si a responsabilidade pela execução da primeira oratória integralista em Sorocaba, a qual teria ocorrido na sede do Dopolavoro. Pela publicação do jornal Cruzeiro do Sul, a reunião se deu na sede do Fascio, num momento em que o Dopolavoro já possuía sede própria. O Fascio tinha sua sede no Palacete Scarpa e o Dopolavoro estava localizado na rua da Penha. Curiosamente, embora fossem ideologicamente contrários ao liberalismo, os fascistas do Dopolavoro emprestaram a sua sede para a reunião de organização do diretório municipal do Partido Constitucionalista (P. C.), em julho de 1934 (CRUZEIRO DO SUL, 13 jul. 1934, p. 1).

É significativo, porém, perceber que tanto o Fascio quanto o Dopolavoro apoiaram a formação do núcleo

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

sorocabano da Ação Integralista. Apesar da retórica do integralismo em querer se colocar como uma organização diferente do fascismo, havia um sentimento de identidade entre ambas.

Sobre o núcleo municipal da Ação Integralista, o jornal *Cruzeiro do Sul* publicou a seguinte notícia:

SECÇÃO LIVRE

Ação Integralista Brasileira

Núcleo Municipal de Sorocaba

Ao contrário do que foi publicado e de acordo com a reunião hontem realizada, á rua da Penha, n. 434, ficou assim constituído o núcleo provisório de Sorocaba:

Departamento municipal de organização e propaganda política: chefe - Armando Pannunzio, secretario Willy Augusto Krücken; departamento de milícia: chefe Antonio Di Giorgi, secretario Mario Campolim; departamento de finanças: chefe Geraldo Barros Cesar, secretario Carlos Laino; departamento de estudos: chefe Abel Silveira Martins, secretario Francisco Grohmann.

O livro de inscrições se acha á rua Dr. Alvaro Soares, 217, com o chefe do dep. de finanças, companheiro Geraldo Barros Cesar. O núcleo municipal de Sorocaba convida aos integralistas e ao povo em geral para assistirem ao comício a realizar-se sabbado, ás 20 hs., na praça João Pessoa.

O chefe do dep. de org. e prop. política, ARMANDO PANNUNZIO (*CRUZEIRO DO SUL*, 03 out. 1934, p. 4).

Aparentemente, esse comício de Sorocaba foi uma preparação para o desfile de camisas-verdes marcado para ocorrer no dia 7 de outubro, ou seja, quatro dias depois da publicação do jornal sorocabano. No dia 6 de outubro, véspera

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

do grande evento integralista da capital, ocorreu um comício na Praça João Pessoa (atual Praça Coronel Fernando Prestes), também chamada de Praça da Sé (pela existência da Catedral), em que os integralistas exibiram as bases de sua doutrina, explanando dois oradores de São Paulo, ambos estudantes universitários (CRUZEIRO DO SUL, 05, 06 e 08 out. 1934). Antonio, entrevistado por Ecléa Bosi, ratifica a participação dos sorocabanos no desfile da Praça da Sé, em São Paulo:

Um acontecimento que eu não esqueço foi o da noite na praça da Sé. Era uma grande parada integralista. Viemos de madrugada, no automóvel do Antônio Salem, aluno da Faculdade de direito, e com Almeida Salles, grande orador. E também o Armando Pannunzio, o Willem Krüken e eu. O automóvel era um Buick grande. O Pannunzio, ao chegar à Consolação, matou um burro. Então fomos à praça da Sé e houve um desfile desde a Brigadeiro até a Paulista: o Plínio ia passar em revista as legiões. Tudo era legião (BOSI, 1994, p. 247).

Os integralistas vão concorrer em Sorocaba às eleições municipais de 1936 com 14 candidatos a vereador: Heitor Antunes, Octávio Prestes, João Baptista Pedroso, Raul Leite de Magalhães, Ireno Barisani Tienghi, Laudelino Pedroso, Willy Augusto Krücken, Mário Campolim, Deoclécio de Oliveira, Jayme Martins Passos, Francisco Moron Fernandes, Marciano Delgado e Olivano de Oliveira.

Os integralistas, ao longo dos anos de 1936 e 37, pelo menos, serão conhecidos em Sorocaba pela truculência. Em agosto de 1936, o jornalista Herculano Pires fugirá da cidade, à calada da noite, com receio de ser agredido pelos integralistas em represália à publicação de seus artigos, que criticavam a

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

ideologia dos adeptos do Sigma.¹¹⁷ Em agosto de 1937, os integralistas sorocabanos são acusados de agressão ao operário Emílio Bramante (CAVALHEIRO, 2001).

Apesar disso, poucas ações - e isoladas - foram realizadas em Sorocaba para combater o avanço do integralismo / fascismo. Somente em 1937 é que haverá uma resistência mais contundente às organizações fascistas na cidade.

Outra organização de caráter fascista em Sorocaba foi organizada em setembro do ano de 1936. Era a Falange Nacionalista de Sorocaba, também conhecida como Junta Oficial Nacionalista Española em Sorocaba, organização que tinha por objetivo apoiar o fascismo do General Franco, durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

Aviso Oficial a la Colonia Española radicada em esta hospitalaria ciudad

Compatriotas!

Por ordem superior emanada directamente de La Junta Oficial Nacionalista Española, con sede en Rio de Janeiro y San Pablo; queda constituída legalmente em ésta ciudad, una Comisión Oficial que representará en todos los actos nobles y humanitarios al gobierno Militar Nacional en Burgos, España, y a la referida Junta Oficial Nacionalista en Rio y San Pablo ante las dignissimas autoridades locales y ante el pueblo cristiano y caritativo Sorocabano.

La Comisión está integrada patriótica y humanitariamente, por los distinguidos españoles aquí há muchos años radicados: señores Demetrio Torrecilla, Santiago Real y Luis Lozano Dominguez, todos ellos comerciantes y de honradez intachable.

Esta Comisión está autorizada por la Junta Oficial Nacionalista Española para constituir

¹¹⁷ A letra grega Sigma (Σ) é o símbolo utilizado pelos integralistas.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

comisiones entre el elemento español que, desde esta nuestra patria brasileña, quieran prestar su valioso apoyo moral y material a favor de las victimas que hoy infelizmente existen por causa de los sangrentos sucesos que enlutan a nuestra amada y siempre bendecida España.

Tambien esta Comisión como directora y ejecutiva oficial, está facultada para que pacíficamente propaguem entre nuestros connacionales y extraños, los fines sacrosantos que guiam a nuestros invictos y valientes generales Españoles a proseguir en la guerra, contra el elemento nó español y si mercenario comunista que, por obra del infortunio y mayormente de la anárquica Russia, aniquila impiedosamente a lo mejor y lo mas santo de la invencible España.

La Comisión Oficial Nacionalista Española de Sorocaba (CRUZEIRO DO SUL, 23 set. 1936, p. 2).

Como explicitado no texto acima, a Falange Nacionalista tinha por objetivo fornecer apoio moral e material para o General Franco durante a Guerra Civil Espanhola. Essa atuação dos nacionalistas espanhóis chegará a arrecadar quantias que serão enviadas aos franquistas espanhóis, sendo que se rejubilavam do fato de terem recebido doações de “Españoles, Italianos y Brasileños”, o que demonstra que as outras organizações fascistas na cidade provavelmente se engajaram nessa campanha. Reproduzia-se aqui, em solo sorocabano, o mesmo que ocorria na Espanha, cujas tropas nacionalistas recebiam apoio dos fascistas italianos e dos nazistas alemães. O número de adeptos da Falange aumenta e Miguel Martinez Molina, agente consular espanhol, debanda para o lado dos nacionalistas.

O número excessivo de organizações fascistas na cidade de Sorocaba demonstra o conservadorismo da cidade, a

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

despeito do discurso ideológico que afirmava como certa a opção pelo “liberalismo”.

A luta antifascista

Embora existissem organizações fascistas em diversas cidades, dentre as quais a de Sorocaba, o movimento antifascista tornou-se expressivo a partir do crescimento do integralismo, especialmente no momento em que os seguidores de Plínio Salgado procuravam demonstrar a força do movimento por meio de paradas, comícios e desfiles.

A mais famosa resistência ao avanço do integralismo ocorreu em 7 de outubro de 1934, no conflito que ficou conhecido como “Batalha da Praça da Sé” e também como “Revoada dos Galinhas Verdes”. Esse confronto entre os integralistas e forças progressistas reunidas no movimento antifascista teve como palco a principal praça da capital paulista e foi registrada em livro por diversos autores, dentre os quais um dos principais participantes do evento, Eduardo Maffei.

Apesar da parcialidade do relato, Maffei traz importantes informações sobre a organização do movimento antifascista e acerca do desenrolar da ação que desfez as pretensões dos integralistas.

Sobre a formação da Frente Única contra o fascismo, Eduardo Maffei relata:

Entretanto, o momento histórico deu-se quando os integralistas anunciaram para o di 7 de outubro de 1934, com muita antecedência, um desfile de dez mil encamisados, em direção à Praça da Sé, onde fariam comício e prestaria, juramento ao Chefe Nacional, Plínio Salgado, comemorando dois anos do manifesto-programa de Lançamento da AIB. Aquilo foi como se um látego se pusesse a nos azorregar.
[...]

Todos nós, dirigentes das organizações diretamente interessadas em destruir o Integralismo, estávamos conscientes, de que o ganho das ruas seria o alicerce para a escalada ao poder pelos camisas verdes. Aquele desfile a caminho da Praça da Sé tinha o travor de uma nova Marcha sobre Roma. Mas com que forças poderíamos contar não só para os enfrentar como os desbaratar em seu caminho para o governo?

Sendo o fascismo doutrina contrária aos trabalhadores, lógico, portanto, que o partido do proletariado, a sua vanguarda, o então Partido Comunista do Brasil, hoje Brasileiro, tomasse a si a tarefa da frente única. E foi ao seu redor, e tendo seus elementos como verdadeiros aríetes, que se agruparam outras correntes. A vitória da grande greve de 1917 fora devida fundamentalmente à frente única liderada pelos anarquistas da qual compartilharam os socialistas. [...] Por isso a frente única reviveu, realmente, como ação, na luta contra as hordas integralistas, naquela tarde anil de primavera na Praça da Sé, em 7 de outubro de 1934, domingo. Mas como foi conseguida essa unidade de ação?

[...]

Desde a primeira reunião atritaram-se stalinistas e trotskistas. [...]

Os anarquistas participaram de todas as reuniões, sendo que algumas mesmo foram efetuadas na sede da Federação Operária, reduto seu, num prédio verde de dois andares [...]

Mas conforme estávamos nos referindo, a frente única - apesar do desejo de todas as organizações - não tomava forma.

[...]

Durante uma disputa irritante entre líderes comunistas e trotskistas, Carmelo Crispino, não

tomando conhecimento da perlenga, pediu a expulsão dos camaradas de Stalin e Trotski para que se pudesse combater o fascismo... Ristori emendou. Como se estivesse conclamando multidões, pôs-se a falar. Só faltou nos chamar de imbecis, pois enquanto os integralistas preparavam a ocupação das ruas, nós, os antifascistas, estávamos nos perdendo em pendências nem sequer ideológicas. E, ou se fazia a frente única, ou ele iria para as ruas só.

[...]

Depois falou Edgard Leuenroth cordatamente. Disse pouco e falou muito. E foi claro: só o objetivo, o impedimento da parada fascista, nos interessava. Cabanas, como grande comandante, disse-nos claramente que, sozinho, com o prestígio que ainda dispunha entre os soldados da Força Pública, poderia desbaratar os integralistas, se eles se atrevessem a desfilar. Na Praça da Sé, na prática, demonstrou que não falara fiado. E foi assim que surgiu a frente única (MAFFEI, 1984, p. 57, 58, 77-79).

A resistência ao avanço do fascismo já se fazia presente antes desse evento do dia 7 de outubro. Alguns dias antes, durante as preparações nas cidades do interior, ocorreu um grave conflito em Bauru do qual resultou na morte de um manifestante e no ferimento de mais quatro. No entanto, o embate na capital paulista ficou marcado como o momento máximo de resistência ao integralismo.

Antonio, cujo depoimento está inserido no livro de Ecléa Bosi, confirma que os integralistas sorocabanos estiveram nessa batalha da Praça da Sé, em São Paulo, tendo saído de madrugada de Sorocaba, acompanhados dos estudantes de direito Antonio Salém e Almeida Salles, os quais haviam participado do comício no dia 6. Apesar de ter existido uma resistência em Bauru e de ter ocorrido o episódio na capital, em

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Sorocaba nessa época não houve protestos contra os integralistas.

Antonio, que parece ser o Di Giorgi, comenta sobre o episódio em São Paulo:

Então fomos à praça da Sé e houve um desfile desde a Brigadeiro até a Paulista: o Plínio ia passar em revista as legiões. Tudo era legião. O pessoal estava esperando na praça da Sé. O itinerário devia ser: Brigadeiro, largo São Francisco, rua de São Bento, praça Antônio Prado, Quinze de Novembro e Sé. Mas o Ribeiro, que comandava a Segunda legião, percebendo o horário atrasado, cortou caminho e do largo São Francisco passou à Benjamim Constant até a praça da Sé. No triângulo, os comunistas já estavam escondidos com metralhadoras e teriam matado de quinhentas a mil pessoas. Os comunistas e a Guarda Civil estavam mancomunados na praça da Sé: atiraram e mataram quatro integralistas. Eu me arrastei com a barriga no chão. Parece-me que Armando Salles era conivente, mas não acredito. Conheci o dr. Álvaro de Faria, que era do Politburo, muito bom sujeito, eu era amigo dele. E também o Montesano (BOSI, 1994, p. 247).

Houve tiroteio, muita gente ferida e uma debandada de parte significativa dos integralistas. Diz Eduardo Maffei (1984) que muitos fascistas tiraram a camisa verde para não serem identificados durante a fuga. Alguns integralistas resistiram, mas em vão. Naquele episódio, a luta antifascista saíra vencedora.

A luta antifascista em Sorocaba

Em Sorocaba, a luta antifascista demorou algum tempo a chegar. De fato, o número excessivo de fascistas na cidade, bem

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

como um poder autoritário concentrado nas mãos de poucas famílias, fazia com que a organização do movimento antifascista fosse adiada.

Em 1934, durante as eleições estaduais, havia uma expectativa de boa votação nos candidatos integralistas (CRUZEIRO DO SUL, 15 out. 1934, p. 1).

Porém, em fins de 1936, o crescimento do integralismo na cidade de Sorocaba, com notícias de ataques truculentos, faz surgir um sentimento de repulsa à doutrina do Sigma. Por outro lado, a cidade possuía uma tradição liberal e uma parcela considerável dos detentores do poder - econômico, político e social - estava ligada à Maçonaria.

O crescimento do integralismo abrirá espaço para a ampla divulgação de seu ideário nos meios de comunicação, especialmente os impressos, fazendo circular sua doutrina que era contrária ao liberalismo (político e econômico), ao judaísmo e à Maçonaria (CAVALHEIRO, 2001).

Nesse momento começam a surgir alguns focos de resistência ao avanço integralista. O jornalista J. Herculano Pires, por exemplo, que possuía coluna no jornal Cruzeiro do Sul, escreve artigos criticando Plínio Salgado e os integralistas. Herculano Pires foge secretamente da cidade com receio das represálias dos integralistas (o que demonstra que a luta antifascista não estava organizada na cidade e que, portanto, o jornalista não tinha apoio).

Nas eleições municipais de 1936 os integralistas aparecem com mais de uma dezena de candidatos à vereança. Apesar de não terem alcançado uma cadeira na Câmara Municipal, a votação dada aos camisas-verdes surpreendeu. “Os integralistas tiveram dia 15 uma votação de ensaio. Embora não tendo conseguido sequer um vereador, o integralismo mostra as suas hostes em crescimento” (CRUZEIRO DO SUL, 21 mar. 1936, p. 1). Nesse mesmo período, há a notícia da prisão de

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Prestes por sua liderança na tentativa de uma revolta comunista, conhecida na história como Intentona, ocorrida em 1935.

Em São Paulo organiza-se a Sociedade Paulista dos Amigos da Itália, aparentemente em apoio ao fascismo de Mussolini (CRUZEIRO DO SUL, 24 mar. 1936, p. 1). Em Sorocaba, surge uma arregimentação formada por ex-combatentes italianos (CRUZEIRO DO SUL, 30 mar. 1936, p. 1).

Em contrapartida, comunistas e anarquistas são expulsos do território nacional ou presos por suposto envolvimento na Intentona de 1935. Foi o caso do espanhol Fernandes Gago Moreno, residente em Sorocaba e preso por distribuir boletins subversivos. Gago Moreno foi expulso do território nacional (CRUZEIRO DO SUL, 02 abr. 1936, p. 4). O jornalista sorocabano Hilário Correia ficou detido no presídio “Maria Zélia” por suposta participação no levante de 1935.

O crescimento do apoio às tropas do general Franco se fará sentir em Sorocaba com a adesão de muitos espanhóis às campanhas de contribuições monetárias e “morais”, por meio da Falange Nacionalista de Sorocaba (que antes se chamou Comissão Nacionalista Hespânica de Sorocaba).

Juntando-se todos esses fatos, pode-se fazer a inferência de que o movimento antifascista em Sorocaba tenha hibernado entre 1935 a 36 por causa da perseguição aos comunistas em decorrência da Intentona. Por outro lado, em fins de 1936 e início de 1937 percebe-se o crescimento das forças de extrema-direita, o que justificaria a reação antifascista.

O fato é que, em 1937, surge na cidade o Centro Cívico Pró-Democracia, arregimentação que estava instalada em todo o território nacional como uma resposta ao avanço do integralismo. Curiosa ironia, o Centro Cívico Pró-Democracia de Sorocaba será instalado no antigo Dopolavoro! (CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1937, p. 4).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

O Centro Cívico Pró-Democracia de Sorocaba será solidário à instalação da União Democrática Brasileira, do político Armando Salles de Oliveira, e também pela soltura de Hilário Correia.

Em julho de 1937 ocorre outro conflito grave entre integralistas e antifascistas na capital paulista. Nesse mesmo mês ocorre a maior ação antifascista de Sorocaba, que justifica a “efeméride” da comemoração, em 2017, dos seus 80 anos.

De proporções bem menores, ocorreu em Sorocaba a edição de sua “Batalha da Praça da Sé”. Num domingo, dia 11 de julho de 1937, os integralistas realizaram um comício na Praça Coronel Fernando Prestes, irritando os antifascistas – especialmente comunistas –, que foram para o local com o intuito de dissolver a manifestação dos camisas-verdes.

Ferrovários armados de revólver teriam dado tiros para o alto, com o fim de dispersar os ouvintes da preleção. De acordo com Antonio, o entrevistado de Ecléa Bosi, quem discursava nesse dia era Miguel Reale, conhecido integralista e que se tornaria um dos mais famosos juristas do Brasil:

Por ocasião da vinda a Sorocaba de Miguel Reale, que foi uma das mais importantes personalidades do integralismo, aconteceu um episódio interessante. Nós estávamos reunidos em nossa sede, um salão muito grande, duzentos a trezentos integralistas à espera da conferência dele. A conferência seria irradiada com altofalantes para a praça. Na praça estavam os comunistas; eles foram buscar caminhões e caminhões de seus adeptos na fábrica Votorantim e outros locais, porque um dos maiores centros comunistas do país era Sorocaba. Eles queriam impedir, com altos gritos e ameaças, que Reale falasse. Por diversas vezes ele tentou falar mas gritavam e vaiavam. Afinal então ele decidiu ir em meio aos

comunistas para falar com eles. E nisso ele se apressou, ia descendo as escadas sozinho, ia sozinho, nenhum a acompanhá-lo. Eu não prestei atenção quando ele decidiu fazer isso. Prestei atenção quando me chamaram: “Antônio!”. Eu olhei, era minha mulher que dizia: “Vamos!” e me indicava que nós devíamos seguir o líder. Eu não tive outro remédio, senão aceitar. E fomos. Aí, ele enfrentou a massa comunista. Eles abriram alas e ele chegou no meio e falou: “Por que vocês não querem que eu fale? Vocês têm medo da minha inteligência, vocês têm medo do fulgor dos meus olhos?”. Não se falou mais nada, esse pequeno diálogo entre ele e os comunistas foi o bastante. A conferência dele aí terminou e acabou (BOSI, 1994, p. 246-247).

O jornal *Cruzeiro do Sul* noticiou o acontecimento com a seguinte versão:

Comício Integralista

Com respeito á versão estampada pelo órgão integralista “A Acção” 118, em seu número de hoje, sobre o comício integralista hontem realizado em Sorocaba, versão essa que attribue violência e arbitrariedade á attitudo tomada pela policia local, com respeito ao Comício em questão, procuramos ouvir, hoje, o correcto delegado regional de policia desta cidade, dr. Luiz Gonzaga Mendes de Almeida, o qual nos informou o seguinte a respeito: Tendo recebido sabbado ultimo, do Núcleo Integralista local, por intermédio do secretario municipal de propaganda desse partido, sr. Marciano Delgado, um offício communicando a realisação de um comício político a effectuar-se da sede,

¹¹⁸ Órgão de divulgação do Integralismo. Infelizmente, não se encontrou o exemplar referido para confrontar as informações.

dessa entidade, á praça Cel. Fernando Prestes, deu ao mesmo o seguinte despacho: “Sim. O Comício poderá ser realizado na Praça Pedro de Toledo, antiga Carlos de Campos. Providencie-se o necessário policiamento, devendo ser dadas buscas pessoas nas entradas das ruas que dão ingresso á praça. Dê-se sciencia ao commandante da guarda civil”.

Foi então que o portador do officio, posto ao par do despacho do dr. Mendes de Almeida, acrescentou o seguinte addendo áquelle:

“Sciente do despacho supra da autoridade, communico que o commicio se realizará dentro da própria sede, á praça Cel. Fernando Prestes. (a) Marciano Delgado”.

Estabelecido assim, claramente, que o comício teria lugar “no interior”, e não “do interior” da séde do Núcleo Integralista de Sorocaba, como contra as ordens expressas das autoridades locais foi tentado pelos oradores do Sigma, que pretenderam fazer-se ouvir da grande multidão que habitualmente locupleta a praça Cel. Fernando Prestes, aos domingos, e no intuito ainda de evitar perturbações da ordem, que se prenunciavam, em virtude de parte dessa multidão, indignada com os discursos dos partidários do sr. Plínio Salgado, ter ameaçado invadir a séde integralista, viu-se obrigado o dr. Mendes Almeida a intervir, ordenando aos guardas civis que fizesse encerrar a janella de onde os oradores peroravam.

Ficam assim desfeitas as insinuações menos verdadeiras estampadas pela “A Acção”, e cujo autor, evidentemente, foi mal informado sobre os factos que determinaram a nota daquella folha paulistana, sobre o comício integralista hontem realizado aqui (CRUZEIRO DO SUL, 12 de jul. 1937, p. 1).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

O ferroviário Orélio Sabadin era uma das pessoas que estavam presentes nesse dia e também por ele a memória dessa ação antifascista chegou até nós (CAVALHEIRO, 2001).

A partir desse evento, outros ligados à luta antifascista ocorreram naquele ano de 1937 em Sorocaba, ano fatídico se lembrarmos que foi o mesmo da instalação do Estado Novo de Getúlio Vargas e que proibiu amplamente manifestações políticas - incluindo as antifascistas.

Em agosto de 1937 foi anunciado que ocorreria no largo São Bento um comício organizado pela Frente de evolução democrática, com oradores da capital, e cujo objetivo dessa entidade era a de “combater os governos fascistas ou semelhantes, o que vale afirmar que se bate pelos regimes democráticos, como é aquele em que se acham o Brasil e muitas outras grandes nações do mundo” (CRUZEIRO DO SUL, 26 ago. 1937, p. 4).

Outra organização semelhante era a Coligação da Mocidade Paulista, surgida em São Paulo, “[...] cujo programma se resume no grito de guerra: ‘Morra o communismo! Morra o integralismo! Viva o Brasil’”, mostrando uma tendência liberal (CRUZEIRO DO SUL, 27 ago. 1937, p. 4).

No CRUZEIRO esteve a serviço dessa arregimentação, o doutorando Asdubral Sfeir, que nos deu a notícia de que proximamente vai a Colligação effectuar em Sorocaba um comício monstro, com o apoio moral dos políticos locais do PC e PRP, comício do qual serão oradores o referido sr. Sfeir e mais o dr. Theophilo Queiróz (CRUZEIRO DO SUL, 27 ago. 1937, p. 4).

Não há notícias da realização de nenhum desses dois comícios. Porém, a intenção de fazê-los demonstra o interesse do público sorocabano por questões ligadas ao combate do

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

fascismo, em especial do integralismo, ainda que com viés eleitoral.

Por outro lado, a União Democrática Trabalhista, organização também de combate ao fascismo, promoveu na cidade de Sorocaba o seu comício, conforme noticiou o *Cruzeiro do Sul*:

União Democrática Trabalhista

Comício anti-Integralista

Ante hontem, domingo último, Brigadeiro Tobias¹¹⁹ foi teatro de movimentado acontecimento cívico. Às 16,30, allí chegou uma comitiva da União Democrática Trabalhista, que houvera anunciado um comício anti fascista sob seus auspícios, naquelle prospero districto de paz.

A multidão que aguardava os oradores na estação, dirigiu-se ao local destinado ás manifestações democráticas, e onde em pouco se improvisou uma tribuna.

Fallou em primeiro lugar o jornalista Hylario Corrêa, convidado por aquella instituição política para se fazer ouvir. Em palavras incisivas, fez um apanhado da situação mundial hodierna, historiando o plano de expansionismo fascista e o seu progressivo preparo de uma grande guerra, plano esse que vinha se desenvolvendo com a invasão á Abyssinia, a intervenção na Hespanha, o assalto á China, e a lenta infiltração nazi fascista em nosso paiz.

A seguir, usou da palavra o sr. Pedro Gomes da Silva. Atacou o Integralismo, que accusou de estar tentando entregar o nosso paiz ao domínio dos governos de Roma e Berlim. Demonstrou a impossibilidade de um propalado accordo entre os adeptos do sr. Plínio Salgado e a União

¹¹⁹ Antigo Distrito e atual Bairro de Sorocaba.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Democrática Brasileira, para efeito da disputa presidencial.

Após, o advogado Ermelindo Maffei discorreu, entre geraes applauso [sic], sobre o perigo fascista, e a guerra da Hespanha democrática contra as tropas de Hitler e Mussolini.

Seu longo discurso foi por diversas vezes interrompido pelas entusiasticas manifestações da assistência.

Assomou á tribuna, o ferroviário sr. Avelino Rocha, cujo improviso foi uma exaltação á democracia e um incitamento ao combate ao integralismo.

Finalizando, o ferroviário Ary Dias Tavares, que fazia a apresentação dos oradores, anunciou um poema de autoria do poeta Hylario Corrêa, e dedicado ás crianças hespanholas victimas da guerra civil que se está processando na península Iberica. Esta declamação arrancou prolongadas palmas.

As 18 horas, na mais perfeita ordem, dissolveuse o comício. A colônia hespanhola local offereceu um appetitivo aos oradores, e durante o qual vários brindes foram trocados (CRUZEIRO DO SUL, 14 set. 1937, p. 1).

O Integralismo defendia-se nas “trincheiras de papel” dos órgãos de imprensa alegando que “As pessoas que criticam o Integralismo sem lhe conhecer a Doutrina, taxam-no de fascismo ou hitlerismo... Integralismo, Fascismo, Hitlerismo são phenomenos nacionaes, o que quer dizer, phenomenos diferentes, pois diferentes são as nações [...]” (CRUZEIRO DO SUL, 17 set. 1937, p. 1).

Os antifascistas respondiam no mesmo campo:

Centro Cívico Pró-Democracia
Desmascarando o cynismo verde
Integralismo é fascismo, é hitlerismo e é burrice.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Não nos interessa, aos democráticos sinceros, uma polemica doutrinária com os senhores integralistas. Ficarmos no “dize tu, direi eu” com os adeptos do sr. Plínio Salgado, seria dar mostras de debilidade mental - que sempre dão os que perdem seu tempo discutindo como loucos.

Mas é preciso apontar ao público até onde chega o cynismo e a má fé do articulista de “Integralismo não é hitlerismo nem fascismo”.

Foi a burrice totalitária que criou a famosa formula “quem não é integralista é comunista”. Formula commoda para a inércia mental dos seus partidários, incapazes de discernir na vasta escala política, as múltiplas manifestações ideológicas - liberal-democracia, social democracia, socialismo cristão, reformismo, socialismo moderado, socialismo radical... Empacaram os camisas verdes com uma teimosia de solípede, no dilemma nascido no cérebro estreito do seu chefe. Eis que agora, sem mais aquela, tentam crear diferenças subteis dentro do totalitarismo - a idéia que abraçaram [...] (CRUZEIRO DO SUL, 21 set. 1937, p. 1).

O mesmo Centro Cívico Pró-Democracia promoveu outra série de conferências, realizadas por Hylario Corrêa sobre o tema “Democracia e Fascismo”. Nesse mesmo contexto, como resposta ao surgimento da Falange Nacionalista, surge em Sorocaba o Centro Republicano Espanhol. Esse Centro, que existia em outras cidades, como Santos, tinha por “fachada” ser uma entidade cultural, mas servia para dar apoio moral, financeiro e de pessoal para os republicanos espanhóis que lutavam contra os franquistas.

Acusado de ser uma célula comunista, os Centros Republicanos Espanhóis de Sorocaba e Santos foram fechados. O de Sorocaba estava localizado na rua Souza Pereira, centro, e registrava um número de 300 sócios. Foi invadido pela polícia

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

sorocabana, que prendeu, sob suspeita de serem propagandistas do comunismo, Indalécio Gomes, Julio Manzano, Ramon ou Francisco Ramon Sanches, Miguel Gavarron, Donatilio Anerges, Álvaro Lopes Luz, Manuel Lopes Cruz, Floriano Scentellas, Ramon De Pina, Guilherme Gracia y Gracia ou Guilherme Garcia, Penido Hernandez Martinez, Francisco Tegra ou Francisco Veiga, José Rodrigues, Mathias Portento, Ângelo Gonzalez, Pedro Fernandes ou Pedro Hernandez, Celestino Estrá Molineiro e Pompeu Lopes Alvarez ou Antonio Lopez (CAVALHEIRO, 2001; CRUZEIRO DO SUL, 06 nov. 1937, p. 4; SOUZA, 2001).

O Centro Republicano Espanhol de Sorocaba deve ser inserido dentro desse contexto de combate ao fascismo espanhol, especialmente pelo fato de a colônia ser expressiva na cidade, bem como pela necessidade de se fazer frente ao crescimento da Falange Nacionalista de Sorocaba.

O fechamento dos centros republicanos espanhóis de Santos e de Sorocaba está inserido dentro de uma série de medidas acionadas pela Superintendência de Ordem Política e Social com o objetivo de encerrar os espaços promotores da “agitação política” da colônia espanhola.

[...]

A justificativa para tais medidas foi a de que no seio da colônia espanhola estaria desenvolvendo-se uma “agitação comunista” prejudicial aos interesses do país. Apesar dessas determinações, algumas sociedades conseguiram manter-se em plena atividade.

[...]

Em um relatório, o Delegado Regional de Sorocaba mencionou duas outras sociedades espanholas, a *Sociedade Cervantes* e a *Sociedade Beneficente Hispano Brasileira* de Tobias de Aguiar, afirmando que elas não

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

deveriam ser interditas, pois não havia sido encontrada nada que as comprometesse. Um outro exemplo é o caso dos imigrantes espanhóis que se identificavam com a causa nacionalista [...]

Os espanhóis simpatizantes da causa franquista, por exemplo, eram vistos como os “bons elementos” da colônia e aceitos como colaboracionistas do projeto político estadonovista. [...] (SOUZA, 2001, p. 56 - 60).

Nesse sentido, verifica-se que a questão ideológica - alinhamento à esquerda ou a direita - estava presente na formação do Centro Republicano Espanhol e na Falange Nacionalista, como uma reprodução do conflito que ocorria em terras espanholas. Por isso, a criação do Centro Republicano Espanhol de Sorocaba deve sim ser considerada como uma ação antifascista.

Em 1938 os integrantes do Centro Republicano Espanhol de Sorocaba, presos durante a batida policial, foram soltos “em virtude de falsas denúncias que os apontara como elementos subversivos” (CRUZEIRO DO SUL, 15 mar. 1938, p. 1).

Considerações finais

A importância de se encontrar as raízes históricas da luta antifascista tem respaldo na situação que hoje enfrentamos de confronto com realidade similar, qual seja, a da necessidade do enfrentamento da expansão do fascismo e suas vertentes.

As lutas antifascistas em Sorocaba surgiram por conta do crescimento das organizações fascistas, bem como pela iminência da possibilidade de partidos como o Integralismo alcançarem o poder político, colocando em perigo as conquistas da democracia.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Apesar de também surgir dentro de um contexto de apelo eleitoral, é importante ressaltar que o avanço do fascismo significa inexoravelmente a supressão de todas as outras vertentes ideológicas, sejam elas liberais, anarquistas, comunistas, socialistas, democráticas ou quaisquer outras.

Os tempos são perigosos e cobram de nós a ação enquanto sujeitos históricos. Não para julgar, mas sobretudo para compreender e evitar que o obscurantismo se aposses de nossas vidas como um parasita que se alimenta de nosso sangue.

Nesse momento ressoam as palavras de Marc Bloch:

Jamais compreendemos o bastante. Quem difere de nós - estrangeiro, adversário político - passa, quase necessariamente, por mau. Inclusive, para travar as inevitáveis lutas, um pouco mais de compreensão das almas seria necessário; com mais razão ainda para evitá-las, enquanto ainda há tempo. A história, com a condição de ela própria renunciar a seus falsos ares de arcanjo, deve nos ajudar a curar esse defeito (BLOCH, 2001, p. 128).

Enquanto ainda há tempo.Quanto tempo ainda há?

Referências

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Salvadora!* Sorocaba: Create Editora, 2001.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Memória Operária*. Sorocaba: Create, 2009.

DE FELICE, Renzo. *Entrevista sobre o Fascismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.

FGV CPDOC. Legião Revolucionária de São Paulo. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete>

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

tematico/legiao-revolucionaria-de-sao-paulo>. Acessado em: 30 jul. 2017.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927 - 1930)*. São Paulo: Livraria Editora Polis, 1978.

GENTILE, Emilio; DE FELICE, Renzo. *A Itália de Mussolini e a origem do Fascismo*. São Paulo: Ícone, 1988.

HOBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé*. Rio de Janeiro: Philobliblion, 1984.

RODRIGUES, Cândido Moreira, BARBOSA, Jefferson Rodrigues. (Orgs). *Intelectuais & Comunismo no Brasil: 1920 - 1950*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SOUZA, Ismara Izepe de. *República espanhola: um modelo a ser evitado*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

12. A luta antifascista: contribuições dos socialistas tenentistas e dos ferroviários da E. F. Sorocabana¹²⁰

Adalberto Coutinho de Araújo Neto¹²¹

Desde a Marcha sobre Roma¹²² e a chegada de Benito Mussolini ao poder como Primeiro Ministro todo-poderoso, em 1922, na Itália, as colônias de imigrantes italianos de todo o mundo assistiram à intensa luta política pró e antifascista. Principalmente quando a ditadura fascista começou as ondas repressivas e persecutórias e ondas de exilados e refugiados começaram a se espalhar por diversos países ocidentais.

Não foi diferente no Brasil. Diversos autores abordaram a questão; dentre eles, João Fábio Bertonha (1999). A luta antifascista estava, portanto, mais restrita ao âmbito das populosas colônias de imigrantes italianos. Contudo, a situação se complica na década de 1930, em termos internacionais, com

¹²⁰ Este texto baseia-se tanto em resultados de pesquisas que compuseram nossa dissertação de mestrado e tese de doutorado, como de novas leituras e reflexões resultantes dos debates ocorridos no evento acadêmico/cultural “Centenário da Greve Geral de 1917 e os 80 anos da luta antifascista em Sorocaba”, mais propriamente na mesa de debate intitulada: “A luta antifascista em Sorocaba: 80 anos”, em 24/06/2017.

¹²¹ Professor Doutor de História do Instituto Federal de São Paulo e membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Economia e Sociedade (GP TESE), cadastrado junto ao IFSP e CNPq.

¹²² “Marcha sobre Roma”: foi a ocupação da capital italiana pelas milícias uniformizadas fascistas, conhecidos como “camisas negras”, em outubro de 1922. Com esse fato, Benito Mussolini, líder dessas milícias e do Partido Nacional Fascista, foi nomeado Primeiro Ministro pelo Rei Vitor Emanuel III e inaugurou vinte e um anos de ditadura fascista sobre a Itália (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1998, p. 2361).

a vitória do nazismo na Alemanha e o espraiamento de regimes fascistas ou muito próximos disso, caracterizados como extremistas de direita pela Europa. Tanto mais, com o desenrolar da Guerra Civil Espanhola entre 1936-1939, que, em diversos aspectos, prefigura a II Guerra Mundial que se anunciava cada vez mais inquietante no horizonte internacional.

No Brasil, esses acontecimentos não passaram despercebidos. O fascismo também se apresentava nas diversas colônias de imigrantes italianos e até de portugueses, já que o salazarismo, implantado em Portugal em muito era alinhado a esses regimes, sendo considerado como tal por muitos historiadores e cientistas sociais. No começo dos anos 1930, tempo revolucionário no país, diversas forças políticas e sociais opostas começam a se organizar e a apresentar suas diversas propostas de sociedade e política ao país. Comunistas, libertários e socialistas já vinham dos anos 1917-1922 propondo suas transformações. Diga-se que, no caso dos socialistas, desde os anos 1890, organizavam-se em partidos reformistas e muitos consideraram 1930 como o momento revolucionário decisivo; o que urgia fazer era aprofundar as reformas políticas e sociais em direção a um futuro socialismo democrático. E os libertários também estavam presentes desde a década de 1900. Nesses anos até o final da década de 1910, sua presença e atuação foram crescentes dentro do movimento operário. Diversamente dos socialistas, não propunham transformações políticas em nível partidário-eleitoral, mas a transformação radical da sociedade com a extinção do Estado e da propriedade privada. Nesse sentido, eram autenticamente revolucionários. Os comunistas surgiram diretamente como resultado das grandes greves de 1917-19 e do exemplo vitorioso da Revolução Russa de outubro de 1917. Sua proposta era simples e direta: fazer a revolução operário-camponesa no Brasil, tomando como exemplo a organização e os métodos bolcheviques divulgados

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

pela Internacional Comunista. Muitos dos primeiros comunistas eram ex-anarquistas e criticavam severamente essa corrente revolucionária por não ter avançado nos anos 1920 rumo à Revolução. Por sua vez, entre 1928-30, surgiu uma dissidência entre os comunistas e do PCB (Partido Comunista do Brasil, à época), surgiram os trotskistas que, dentre outras organizações, criaram e atuaram dentro da LCI (Liga Comunista Internacional) na década de 1930. Sua crítica clássica se dava contra a “burocratização” do PCB.

Mas, também a extrema-direita se organiza nesses anos 1930. Diversos grupos menores se fundem em 1932, logo após a derrota militar paulista, na Ação Integralista Brasileira, sob o lema “Deus, Pátria e Família” e defensora de um nacionalismo extremado. Era um partido nacional antiliberal, organizado em milícias uniformizadas, antidemocrático, de massa e postulante ao poder de forma exclusiva. Possuía líder que se pretendia carismático e saudação política mimética ao nazifascismo europeu. Aliás, mantinha relações estreitas com o fascismo italiano. Diversos autores discutiram esse movimento nos anos 1970-1980, sendo os mais recentes Marcos Maio e Roney Cytrynowicz (MAIO e CYTRYNOWICZ, 2003), com os quais trabalhamos.

Devido ao rápido avanço dessa corrente fascista e que pretendia dominar, senão derrotar, o movimento operário independente, as forças revolucionárias e reformistas que se apresentavam como intérpretes dos interesses proletários e defensoras das liberdades básicas e democráticas, seja por consenso conjuntural, seja como princípio, como os socialistas reformistas e, neste caso, os socialistas tenentistas (ARAÚJO NETO, 2012), se uniram na luta contra o fascismo na forma da AIB. Essa união foi problemática e marcada por diversas disputas internas, mas veio à luz e agiu energeticamente contra a então ameaça fascista no Brasil: o movimento integralista.

A década de 1930 e a radicalização política: os socialistas tenentistas e a luta antifascista

Desde a vitória da Revolução de 1930, parcelas importantes do proletariado passaram a se manifestar publicamente e de forma crescente, como ocorrera entre 1917-1919. Era o avanço da luta pela conquista de direitos sociais do trabalho para alguns setores; para outros, significava um avanço possível da revolução em seu conteúdo social, direcionando-se à *esquerda*. Outros, finalmente, pretendiam que se tivessem aberto espaços para que a classe operária fizesse *de fato*, sua própria revolução. Fosse quais fossem as interpretações e leituras dos setores proletários e das correntes político-ideológicas que os representavam, esses foram anos de luta social aberta, inclusive de tentativa contrarrevolucionária, como em 1932, em São Paulo e revolucionária no Rio de Janeiro, em 1935.

Em 1933, houve uma relativa calma no que toca às ocorrências de greves quase gerais, em oposição ao que acontecera no ano anterior até o momento da eclosão do movimento constitucionalista e de sua guerra civil¹²³. Segundo

¹²³ Aqui nos referimos à guerra civil conhecida historicamente como Revolução Constitucionalista de 1932, ocorrida no segundo semestre deste ano. Compartilhamos a posição de João Quartim de Moraes (1994, p. 133 - 142), dentre outros autores, em considerar a guerra civil de 1932 como uma reação *contrarrevolucionária* sob comando da oligarquia paulista. “O fato de um pretexto ser bom não lhe tira o caráter de pretexto. A causa da Constituição era simpática, mas se fosse de fato o objetivo essencial da mobilização anti-getuliana da oligarquia paulista, não se compreenderia porque, em vez de se moderar com os sucessivos recuos e concessões de Getúlio, ela foi se tornando, ao contrário, cada vez mais belicosa. Basta considerar as datas: o levante armado irrompeu a 9 de julho de 1932, quatro meses e meio depois da promulgação da lei eleitoral de 24 de fevereiro [...] e menos de dois meses depois do decreto de 14 de maio, que fixava para maio de 1933 a realização das eleições constituintes. Como acreditar, sem ferir o mais elementar bom senso, que São Paulo pegou em armas para exigir

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Carone (1982), “[...] possivelmente, a recuperação industrial influi no mercado de trabalho e o desemprego diminui, o que atende parte das reivindicações da classe”. Não obstante, o panorama sócio-político se modificou no ano seguinte. “Em 1934, volta a crescer a onda de protestos, agora reforçada pela presença dos partidos. A eleição para a Assembleia Nacional Constituinte permite o nascimento de partidos que defendem e representam o operariado” (CARONE, 1982, p. 114).

Edgard Carone registra que esses anos foram representativos não só pelo “[...] caráter reivindicatório, mas, muitas vezes”, pelo “caráter político” assumido pelas lutas operárias. Em janeiro de 1934 iniciou-se a greve da EF Sorocabana, Cia. Paulista, SPR e EF Noroeste do Brasil. “Os operários fazem comícios, com a simpatia dos comunistas, trotskistas e socialistas”. Em abril foi a vez dos ferroviários da EF Leopoldina no Rio de Janeiro. Eles paralisaram os trens do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte de Minas Gerais. Pediam-se aumento de salários, regulamentação da classificação de cargos e carreiras, regulamentação das horas de trabalho e horas extras. O Ministério do Trabalho interveio e houve acordo. Uma violenta paralisação de apenas duas horas dos ferroviários da Central do Brasil ocorreu em meio a tiroteio. Ainda assim, os operários conseguiram aumento salarial. Em

eleições que já estavam até com a data marcada?” (MORAES, 1994, p. 133). “Os apologistas do levante promovido pela oligarquia paulista, procurando transformar em vitória verbal sua derrota militar, sustentam que sem a ‘revolução constitucionalista’, não teria havido nem as eleições constituintes de 1933 nem a Constituição de 1934. Mas justamente ambas obedeceram ao calendário fixado pela lei eleitoral promulgada por Getúlio meses antes da eclosão da guerra civil. Supor que a capitulação incondicional de uma rebelião armada tenha obrigado o vencedor a cumprir um compromisso que ele havia assumido por iniciativa própria (e que se quisesse descumprir-lo, não teria melhor ocasião do que a propiciada por seu completo triunfo militar), é agredir o mais elementar bom senso” (MORAES, 1994, p. 139 e 140).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

junho, os ferroviários da Oeste de Minas entraram em greve para equiparação de seus ordenados em relação ao pessoal da EF Central do Brasil. Em outubro, sete mil operários da Viação Ferroviária Paraná - Santa Catarina entraram em greve. Além da regularização do quadro de vencimentos, entre outras coisas, os trabalhadores pediam “[...] o ‘reconhecimento dos sindicatos como órgãos de colaboração entre a Estrada e os ferroviários’” (CARONE, 1982, p. 118).

Boris Koval (1982) considera o que crescimento do movimento operário durante os anos 1932 e 1934 ocorreu simultaneamente à emergência da luta antifascista, suscitada pelo aparecimento e rápido crescimento da Ação Integralista Brasileira (AIB). Começou a haver uma união das “antigas” ligas e grupos antifascistas, bem como entre socialistas e comunistas na luta que levavam em separado contra fascistas e integralistas. A partir da Revolução de 1930 surgiram diversos grupos fascistas nacionais e de extrema direita. A AIB surgiu absorvendo diversos desses grupos e ampliando sua força em conjunto.

Em âmbito internacional também ocorreram mudanças na forma da luta antifascista, especialmente no que tange à política do “Terceiro Período”¹²⁴, dentro da Internacional

¹²⁴ Em 1928, ocasião de seu VI Congresso, foi implantada na IC e, a partir disso, nos demais partidos comunistas, a política de “classe contra classe”, dentro do que se chamou de Terceiro Período. Essa política identificava a socialdemocracia e o socialismo reformista como traidores do proletariado e os principais empecilhos para que os comunistas tivessem a direção revolucionária da classe operária em nível internacional. Na Inglaterra e na França, essa política levou os comunistas ao isolamento e até a um recuo no número de filiados. As propostas de frentes amplas eram aceitas se fossem feitas entre bases e nunca entre as direções partidárias. O Partido Comunista da França iniciou, à revelia, uma aproximação com os socialistas na luta contra o fascismo. Antes disso, Jules Humbert-Droz, na Suíça, tentou uma aproximação entre os socialistas, comunistas e a esquerda comunista, sendo severamente criticado na IC por isso. A ameaça representada pela vitória do

Comunista (IC). No contexto internacional, a luta contra o fascismo ganhou grande impulso nos anos 1930, com o início da concretização de iniciativas coletivas para se fazer frente a esse movimento e outros ligados direta, ou indiretamente a ele. Segundo Eric Hobsbawm (1987), a intelectualidade se sentiu atraída para essa luta. Ela foi atraída pelo marxismo, ou por suas variantes na década de 1930. A principal força que empurrou muitos intelectuais para junto da esquerda e mesmo do marxismo, foi o crescimento da ameaça fascista ou a percepção da expansão da extrema direita como tal. Se durante os anos 1920, o fascismo era considerado mais como um problema italiano e a ditadura fascista podia se servir de lemas tais como “Mussolini fez os trens rodarem no horário” (HOBSBAWM, 1987, p. 265), a vitória de Hitler na Alemanha e o exílio em massa da nata da intelectualidade alemã por ser esquerdista, marxista, de origens judaicas ou liberais, fez com que o fascismo fosse visto como uma grande ameaça. Nem mesmo o sucesso do nazismo em extinguir o desemprego na Alemanha pôde ser capitalizado como propaganda favorável ao regime.

Os comunistas já vinham combatendo o fascismo desde os anos 1920 e propondo internacionalmente frentes únicas contra sua expansão, como destaca Hobsbawm, mas “pela base”, o que inviabilizava os acordos, dadas as renhidas disputas por bases sociais com seus rivais socialdemocratas e socialistas. A partir de 1933, com a vitória nazista, a esquerda europeia e de muitos outros países se mobilizou contra tal perigo, inclusive os setores liberais, tendo em vista que o fascismo era tão intransigente contra o socialismo e o comunismo, quanto era antiliberal. As frentes amplas, também chamadas de Frentes Populares contra o fascismo começaram a se formar em muitos países da Europa a partir de 1934-35. Nelas ingressaram

nazismo na Alemanha e sua agressividade atenuaram a política de “classe contra classe” (HOBSBAWM, 1987).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

comunistas, socialistas, sindicalistas, liberais, democratas e até, com o tempo, alguns setores de direita tradicionais não alinhados com o fascismo.

Isso, evidentemente, trouxe mal-estar aos socialistas revolucionários de várias tendências: a luta contra o fascismo era uma realidade cada vez mais urgente, mas fazer alianças com liberais e grupos conservadores era impedir a revolução a curto e talvez, até à médio prazo, como consideravam naquele momento. Alguns grupos dissidentes, especialmente os trotskistas, se colocavam em posição crítica e até mesmo contrária a tais alianças. Hobsbawm considera essas posições como superficiais; a luta contra o fascismo era mais urgente, afinal, o avanço desse extremismo de direita representava a total impossibilidade de uma Revolução.

Os próprios comunistas sentiam a contradição da ampliação do arco de alianças das frentes populares para frentes nacionais. Dentro da IC propunha-se timidamente e nunca publicamente, e que, assim que fosse possível, a frente popular deveria ser uma iniciação à Revolução; ao menos para a insurreição proletária... Muitos comunistas quiseram agir assim na França, em 1936; na Espanha, onde a guerra civil se tornou uma dura realidade e novamente na França e na Itália, nos anos de 1944 e 1945, no contexto da resistência armada ao final da guerra. Mas, a dinâmica do processo histórico era outro; diverso do que fora entre 1918-1920. A maciça presença militar dos Aliados, principalmente norte-americana visava, entre outras coisas, a impedir qualquer desenlace revolucionário e mesmo político-eleitoral pró-comunistas no ocidente europeu (ELEY, 2005 e MONIZ BANDEIRA, 2005).

Hobsbawm comenta a questão da luta contra o fascismo em outros continentes, além do europeu. Na África, a luta antifascista não era uma necessidade, a não ser na África do Sul, onde os bôeres eram simpatizantes e aderentes ao nazismo e no

caso da Etiópia, invadida por tropas italianas. No Oriente Médio, muitos movimentos muçulmanos simpatizaram com os alemães, assim como na Índia; havia a *ilusão* de que o Eixo poderia libertá-los de seus dominadores coloniais: franceses e britânicos. Em Bengala, organizou-se um verdadeiro exército antibritânico com o apoio japonês durante a II Guerra Mundial. Somente na China a luta contra o fascismo era uma necessidade urgente, neste caso, assimilada como luta contra os invasores japoneses. Para africanos e asiáticos, a luta contra o imperialismo e contra o colonialismo era muito mais importante e a realidade fascista parecia e, talvez estivesse, muito distante. No Oriente Médio, em muitas partes do mundo colonial e na própria Irlanda, a lógica era o combate à Grã-Bretanha, à França e às outras potências coloniais e qualquer situação que representasse dificuldades para elas era vantajosa para a luta pela libertação contra a dominação colonial.

Em relação à América Latina, o autor considera a situação parecida: a luta anti-imperialista era muito mais importante, a não ser em países como o México, o Chile e, nominalmente, o Brasil por causa da liderança de Plínio Salgado sobre o integralismo (HOBSBAWM, 1987, p. 267). Nesses países a luta contra o fascismo tinha um significado mais direto e palpável, já que a extrema direita parecia se identificar ideologicamente com o nazifascismo europeu. No caso brasileiro, os comunistas pretendiam que a luta antifascista se ligasse ao anti-imperialismo.

A luta contra o fascismo no Brasil vinha desde os anos 1920. O maior destaque nessa luta estava dentro da própria colônia italiana no país, sendo travada através de publicações e conferências. Era uma campanha levada por exilados políticos e o principal antifascista exilado no Brasil era Francisco Frola (CARONE, 1991), além do professor Antonio Piccarolo (HECKER, 1988), militante socialista dentro da colônia italiana

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

desde a década de 1900. Os antifascistas italianos enfrentavam elementos proeminentes da colônia. Mas, entre 1933 e 1934, a militância antifascista baseada na colônia italiana e em expoentes individuais e na imprensa estava superada. Nesse momento, a militância antifascista precisava ser levada por organizações operárias e gerais e de forma ostensiva e sistemática (BERTONHA, 1999).

Os libertários criaram o Comitê Antifascista em junho de 1933 e, embora o PCB propusesse uma Frente Única Antifascista, havia atrito entre comunistas e libertários (AZEVEDO, 2002). Essas lutas, conforme constatamos em pesquisas e ainda, conforme apontado fartamente pela bibliografia a respeito, dava-se no sentido da disputa radical por bases operárias e sociais em geral. Para Marcos Del Roio (1990), os socialistas do PSB paulista e os trotskistas perceberam, antes que os comunistas, a necessidade da luta unitária contra o fascismo e o integralismo, este visto como versão brasileira do primeiro. Ricardo Figueiredo de Castro (2007) situa o aparecimento da Frente Única Antifascista a partir do início de 1933. Ele dá primazia à Liga Comunista Internacional (LCI) que, desde janeiro daquele ano, deliberou a criação de uma frente antifascista congregando forças de esquerda em São Paulo. A Frente Única Antifascista foi criada oficialmente em 25 de junho de 1933 (CASTRO, 2007, p. 434), sendo Francisco Frola um de seus principais líderes, como também, era uma das principais lideranças do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (PSB-SP), uma organização socialista-tenentista (ARAÚJO NETO, 2012). Castro considera a ligação direta da luta antifascista dentro da colônia italiana e sua ampliação de escopo, visando agora a AIB, que começava a ser considerada progressivamente a maior ameaça à democracia.

Participam do evento fundador, além do PSB paulista, o Grêmio Universitário Socialista, a União dos Trabalhadores

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Gráficos (UTG), a Legião Cívica 5 de Julho, a Liga Comunista, a seção paulista do Partido Socialista Italiano, a Bandeira dos Dezoito, o Grupo Socialista Giacomo Matteotti, o Grupo Itália Libera, a revista *O Socialismo* e os jornais *O Homem Livre* e *A Rua* (CASTRO, 2007, p. 434)¹²⁵.

O PCB não só não ingressou na FUA, segundo Castro, como criticou severamente e criou uma organização concorrente, que combatia o fascismo de forma secundária, considerando-o uma emanção do imperialismo. Essa organização era o Comitê Antiguerrreiro. A maior preocupação dos comunistas em âmbito internacional era a deflagração de uma guerra contra a URSS. Sabemos também que o sectarismo ainda falava muito alto nas fileiras comunistas nesse momento. Isso também foi um dos motivos de seu não ingresso em uma organização interpartidária em que não pudessem exercer a liderança hegemônica.

A FUA contou com um jornal semanal, *O Homem Livre*, que tinha a participação de Mário Pedrosa, liderança trotskista, em sua direção e o apoio financeiro do PSB-SP. Segundo Ricardo F. Castro, em meados de 1933, *O Homem Livre* começou a passar por dificuldades financeiras originadas nas próprias dificuldades do PSB-SP, que perdera seu maior patrocinador: o general Waldomiro Castilho de Lima, que deixara a Interventoria paulista. O jornal continuou existindo, mas de forma irregular, às vezes quinzenal, até outubro de 1934.

Ao longo de 1933 e 1934, houve diversas ações da FUA contra o integralismo, promovendo contra-manifestações nos mesmos espaços, datas e horas em que os integralistas se manifestavam publicamente. Eram conflitos sangrentos, com

¹²⁵ Notemos que além do PSB-SP, a Legião Cívica 5 de Julho e a Bandeira dos Dezoito eram organizações políticas socialistas-tenentistas que se orientavam, entre outros pontos, pela luta antifascista (ARAÚJO NETO, 2012).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

agressões físicas e, não raro, tiroteios. Diversas vezes os antifascistas foram vitoriosos dispersando os integralistas.

Os socialistas tenentistas, tanto do PSB-SP, quanto da Legião Cívica 5 de Julho, já combatiam o fascismo através de artigos em sua imprensa interna, como abertamente e em atos públicos desde 1933. Isso ocorria concomitantemente à sua atuação sindical. Esse era o caso do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, que animava intensa campanha antifascista na forma do anti-integralismo a partir de 1933, mas principalmente durante os anos de 1934 e 1935, inclusive, mantendo-a, embora mais modestamente, a partir de 1936, através das páginas de seu órgão oficial de imprensa, *O Sindicalista* (ARAÚJO NETO, 2006). Entretanto, foi durante a campanha eleitoral de 1934 que a campanha antifascista começou a tomar corpo de fato e a unir os militantes operários e da esquerda da classe média.

De seu lado, os integralistas também intensificavam suas “demonstrações” públicas, com paradas e desfiles militarizados. Não raro, suas “demonstrações” degeneravam em conflitos físicos e até em tiroteio contra os militantes antifascistas diversos. Pouco antes das eleições de 14 de outubro, mais propriamente, desde meados de setembro, os integralistas preparavam grande concentração a acontecer na capital paulista, na Praça da Sé. Os comunistas imediatamente se mobilizaram para uma contra-manifestação e convidaram as demais forças de esquerda e proletárias de São Paulo a juntarem seus esforços nesse sentido:

O Secretariado do Comitê Regional de São Paulo do Partido Comunista do Brasil dirigiu ontem à noite convite ao Partido Socialista, ao Partido Trabalhista, à Liga Comunista Internacionalista (trotskista), à Coligação dos Sindicatos Proletários, à Federação Operária, à Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (*A Platéia*, 04/10/1934, p. 1).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Como não poderia deixar de ser, o convite estendeu-se a todas as organizações antifascistas para uma manifestação pública “contra o desfile do Integralismo” (*A Platéia*, 04/10/1934, p. 1).

No dia seguinte à publicação desse convite noticiou-se um conflito de rua em Bauru envolvendo militantes socialistas, legionários e da Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo (CSP-SP), contra a polícia depois de terem arrostado provocações dos “camisas verdes”, também como eram conhecidos os integralistas. “A Coligação dos Sindicatos Proletários protesta contra as violências da polícia que varejou a sede do Sindicato dos Ferroviários [da Noroeste do Brasil] e prendeu vários trabalhadores e diretores do sindicato - Protesto junto à Câmara Federal” (*A Platéia*, 04/10/1934, p. 2). A CSP-SP, por meio de seu secretário, Américo Paulo Sesti, enviou telegramas de protesto ao interventor, responsabilizando-o pelo incidente com a polícia, e à Câmara Federal, denunciando o fato. Também protestou contra a impunidade dos integralistas, que entraram em conflito com os sindicalistas.

Na mesma edição de *A Platéia*, em que a CSP protestou contra a reação policial em Bauru, a Legião Cívica 5 de julho também endereçou protesto contra o fato ao interventor, sendo, entretanto, mais contundente. Ela responsabilizou-o pela conduta da polícia, declarando que cidadãos foram “presos e sequestrados” sem estarem em flagrante delito, mas apenas “indiciados pelo crime inafiançável do conflito entre integralistas e operários”. “Levamos a conhecimento de Vossa Excelência que a continuação de tais violências que culminam com o fechamento da sede do Sindicato dos Ferroviários da Noroeste, somente poderão agitar os ânimos e criar dificuldades ao próprio governo de Vossa Excelência” (*A Platéia*, 04/10/1934, p. 2). Assinam Octávio Ramos, Alcântara Tocci pela direção da

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Legião, e João Fina Sobrinho, este como secretário da Aliança Socialistas e Liberais pela Justiça Social.

Esses acontecimentos só exacerbaram ainda mais os ânimos de todos os militantes antifascistas, como afirmam os legionários, inclusive dentro das fileiras socialistas tenentistas. Tanto assim que um dos candidatos à Constituinte Estadual e, simultaneamente, à Câmara Federal¹²⁶, o líder sindical ferroviário da Sorocabana, Benedito Dias Baptista, lançou uma carta aberta à véspera da manifestação integralista e da contra-manifestação das esquerdas e organizações proletárias, conclamando os trabalhadores em geral a participarem do ato:

Os jornais estão anunciando que amanhã, domingo, à tarde, haverá uma parada integralista, onde os fascistas brasileiros, mais conhecidos pela alcunha de ‘galinhas-verdes’ pretendem formar.

Também, amanhã, domingo, às 15 horas, na Praça da Sé, haverá um comício antifascista, promovido pelas organizações trabalhistas de São Paulo. (BAPTISTA, 1934, s/p)

O líder ferroviário cita a vitória do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha e denuncia a opressão vivida pelo operariado desses dois países que não podiam se manifestar e tinham seus salários rebaixados a níveis insuportáveis para se fazer “a vontade dos ricos” e financiar as milícias fascistas. Era isso, segundo Baptista, o que queriam os integralistas para o Brasil.

¹²⁶ Dainis Karepovs (2006) explica que era possível sair candidato simultaneamente a dois cargos distintos nas eleições daquela época. Por isso, Benedito Dias Baptista saiu candidato tanto à Constituinte paulista, quanto à Câmara dos Deputados Federais, não sendo eleito em nenhum dos dois casos.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Camaradas!

A luta contra os integralistas, onde e como quer que seja, não deve ter tréguas! São nossos inimigos! Combatamos essas ‘frangas’ porque elas pretendem alcançar o poder, reduzir os nossos já miseráveis salários, matando-nos lentamente à falta de alimento. Prefiramos a luta aberta em qualquer condição! (BAPTISTA, 1934, s/p)

Ele assina como “Ferroviário-candidato do Partido Socialista Brasileiro à Câmara Federal”.

O jornal diário paulistano, *A Platéia*, noticiou no sábado, 6 de outubro de 1934, véspera da parada integralista, a resolução das organizações esquerdistas e proletárias paulistas de realizarem a manifestação conjunta contra “as ideias fascistas” “por julgarem que não é justo terem aqui esses adeptos da extrema-direita plena liberdade de ação, inclusive a de formarem milícias militarizadas e os seus adversários – os esquerdistas – andarem perseguidos pela polícia”. Essa ação foi proposta pelos comunistas ao mesmo tempo em que a Coligação dos Sindicatos Proletários e a LCI resolviam algo idêntico. Segundo o texto do jornal, não havia finalidade eleitoral – conquanto a carta aberta de Baptista contradiga isso justamente em sua assinatura – mas “valerá como uma demonstração de eficiência dos trabalhadores organizados contra o surto da doutrina integralista” (*A Platéia*, 06/10/1934, p. 1).

Nessa mesma matéria de primeira página anuncia-se a participação como organizações independentes o PCB, PSB-SP, CSP-SP; outras organizações dirigidas pelos comunistas, como o Comitê de Luta Contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo e seus subcomitês e federações juvenis e estudantis, a União dos Alfaiates e Anexos, Sindicato dos Empregados do Comércio, oposições sindicais revolucionárias dos Profissionais

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

do Volante e dos Garçons aderentes à Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); a LCI e a Liga Contra os Preconceitos de Raça e Religião. O Partido Trabalhista dirigido por Guaracy Silveira não respondeu ao convite feito pelos comunistas para participar da reunião de organização e da ação.

As organizações partidárias de esquerda, muitos sindicalistas, estudantes, libertários, alguns liberais e tenentes de esquerda, alguns aderentes, outros próximos do socialismo tenentista, sob a liderança do tenente-coronel da Força Pública, João Cabanas, e com a participação de militares do Exército e da Força Pública, organizaram-se para combater os integralistas e às forças policiais colocadas para sua proteção (CARONE, 1991).

Eduardo Maffei (1984) conta que havia um caldo de cultura antifascista que se espalhava pelo mundo e, no Brasil, principalmente em São Paulo. A reação antifascista aumentou após a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha. Da mesma forma, o fascismo brasileiro sob a sigla de AIB, que nasceu em outubro de 1932, crescia. Sabia-se que o integralismo agiria da mesma forma que o fascismo italiano e alemão e semelhantemente à forma como outros congêneres agiam no mundo: um de seus passos mais importantes na escalada para o poder era a tomada das ruas. Nesse caso, a cidade de São Paulo era importantíssima por causa de seu proletariado atuante e combativo, desde as grandes greves de 1917-1919 e que se apresentava novamente em organização ascendente nessa primeira metade dos anos 1930. Dominar suas ruas era uma questão estratégica. Os integralistas se articulavam para isso e, ao mesmo tempo, também seus inimigos proletários, estudantes e demais personalidades de classe média e outras.

Anarquistas e demais grupos libertários, socialistas, comunistas e trotskistas lutavam separadamente contra o fascismo através de seus órgãos de imprensa, em seus discursos

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

em comícios para as massas e nas ruas, com encontros violentos com os milicianos camisas verdes. Socialmente, havia trabalhadores, estudantes, pequenos comerciantes e profissionais liberais, além de militares ligados ao tenentismo de esquerda, ou ao socialismo tenentista, que se colocavam abertamente em oposição ao fascismo e à sua versão “cabocla”, o integralismo. Mas, somente depois da tomada do poder na Alemanha por Hitler e do crescimento impressionante do integralismo, é que se levaram a sério as propostas de formação de uma frente ampla para combatê-lo. Maffei considera que o centro dessa articulação era o PCB. Ele não deixa, contudo, de apontar a participação expressiva de elementos de todas as correntes, inclusive de liberais burgueses, contra o integralismo e na organização da contra-manifestação. O que se nota nas memórias desse autor é que havia certa mistura de militantes socialistas e comunistas nas organizações e nos parece que vários socialistas tenentistas, alguns pertencentes ao PSB-SP, como sabemos, outros, pertencentes à Legião Cívica 5 de Julho, também militavam dentro de seções e organizações comunistas. Essa confusão viria, ao que tudo indica, desde a vitória da Revolução de 1930 e da vitória militar contra os constitucionistas em setembro-outubro de 1932. Homens como o líder sindical ferroviário da SPR, Hildeberto M. Queiroz, pertencente ao PSB-SP e o tenente do Exército, Brito Branco, dirigente legionário, foram considerados comunistas. Eles vieram a se tornar comunistas, pelo que indicam seus prontuários no DEOPS, mas em 1935. Talvez pela proximidade dos marcos históricos da “Batalha da Praça da Sé” e da formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em São Paulo, a memória de Maffei tenha lhe traído e provocado uma imprecisão perfeitamente compreensível. Afinal ele narrou os fatos muito depois do ocorrido.

Nelson Werneck Sodré, no prefácio da obra de Maffei, considera esse caldo de cultura como algo típico do clima de liberdade, ainda que complicada e não muito verdadeira, haja vista as perseguições policiais do período que vai da ascensão do Governo Provisório (fins de 1930 a meados de 1934) até a repressão à Intentona Comunista¹²⁷, em fins de novembro de 1935. Nós, por outro lado, consideramos que embora houvesse uma liberdade social e política bem limitada, mas sentida e aproveitada pelos proletários e seus defensores, o que motivava as lutas também era o sentimento de que a revolução ainda não estava definida. Ela tanto poderia continuar avançando, como queriam os socialistas tenentistas; poderia ser de fato feita pelo proletariado, como queriam os comunistas, ou poderia ser perdida para o fascismo, como todos temiam. Por isso a luta; uma luta movida por temores em relação ao fascismo, mas também pela esperança revolucionária.

Entre os militares participantes, a ação antifascista partia do tenente Brito Branco e do sargento Clóvis Correia, ambos do Exército, e do aspirante Francisco Davino dos Santos, na Força Pública. Suas ações se davam no sentido de se atraírem homens para a confrontação com os integralistas.

¹²⁷ O levante militar revolucionário de novembro de 1935 passou à História com o nome de Intentona Comunista. Foi um levante de militares revolucionários comunistas e de filiados à Aliança Nacional Libertadora, liderada por Luís Carlos Prestes. Getúlio já esperava pelos fatos, uma vez que os preparativos revolucionários vinham sendo espionados e a própria ANL fora posta na ilegalidade pela Lei de Segurança Nacional, nos primeiros meses de 1935. Na sequência houve forte onda repressiva em todo o país à caça de revolucionários e opositores de esquerda ao Governo Vargas, vitimando, inclusive, socialistas e anarquistas que não participaram do levante armado, dirigido em grande parte pelos comunistas-tenentistas sob a liderança de Prestes (DEL ROIO, 1990; CARONE, 1991; PINHEIRO, 1991; VIANNA, 1992; MORAES, 1994).

Em suas memórias escritas, Maffei considera os comunistas como os responsáveis pela convocação das reuniões para a formação da Frente Única contra os integralistas. Representantes dos comunistas, subdivididos em diversas organizações, da mesma forma que os trotskistas e os libertários - estratégia para obterem direito a mais votos nas reuniões e assembleias - discutiram os termos da ação com socialistas tenentistas, que identificamos no PSB-SP e Legião Cívica 5 de Julho. Notamos também, que os socialistas tenentistas estavam presentes entre os sindicalistas que participavam, principalmente entre os contadores com Américo Paulo Sesti e Carmelo Crispino, pela CSP-SP. Entre os anarquistas, havia elementos de grande vulto histórico, como Edgard Leuenroth e Oreste Ristori. Estes estavam representados na Federação Operária de São Paulo (FOSP) e em seus jornais, como *A Plebe* e *A Lanterna*, ambos circulando na capital paulista e mesmo no interior estadual.

Para se chegar ao difícil entendimento entre as diferentes correntes político-ideológicas, várias reuniões ocorreram e em diferentes locais pertencentes à diferentes organizações. Maffei relata a dificuldade de se chegar a um acordo; as disputas intermináveis entre os comunistas e os trotskistas atrapalhavam tudo até que, em certo momento, os militantes das demais correntes intervieram de forma definitiva:

Foi numa manhã de domingo, na sede da UTG [...] que aconteceu o milagre esperado. Como por um passe de mágica, chegou-se a um acordo de trégua ideológica. [...] Durante a disputa irritante entre líderes comunistas e trotskistas, Carmelo Crispino [sic], não tomando conhecimento da perlanga, pediu a expulsão dos camaradas de Stalin e de Trotsky para que se pudesse combater o fascismo... Ristori emendou. Como se estivesse conclamando

multidões pôs-se a falar. Só faltou nos chamar de imbecis, pois enquanto os integralistas preparavam a ocupação das ruas, nós, os antifascistas, estávamos nos perdendo em pendências nem sequer ideológicas. Frola, chorando [...], descreveu o ganho dos espaços urbanos e a tomada do poder por Mussolini, enquanto seus opositores se entredevoravam como se estivessem numa arena, sob os olhares complacentes das classes dominantes. Descreveu depois como aconteceu a destruição das 'Casas do Povo', Universidades Populares, fechamento dos partidos, aprisionamento e extinção física dos opositores por bandos de camisas negras embrutecidos pelo ódio. Depois passou a lamentar a irracionalidade das tricas partidárias. Todos nós, ouvindo em silêncio. Depois falou Edagard Leuenroth cordatamente. Disse pouco e falou muito. E foi claro: só o objetivo, o impedimento da parada fascista nos interessava. Cabanas, como grande comandante, disse-nos claramente que, sozinho, com o prestígio que ainda dispunha entre os soldados da Força Pública, poderia desbaratar os integralistas se eles se atrevessem a desfilar. Na Praça da Sé, na prática, demonstrou que não falara fiado. E foi assim que surgiu a frente única (MAFFEI, 1984, p. 79).

A então recém-formada frente única decidiu organizar duas comissões táticas: uma civil, da qual Maffei fazia parte, composta principalmente por comunistas, entre eles Noé Gertel, e pelo trotskista Fúlvio Abramo e outra, militar, composta pelo tenente-coronel da reserva, João Cabanas e pelo comandante da Marinha, então na reserva, Roberto Sisson e Euclydes Bopp Krebs, que participara da Coluna Prestes. Esses três, oriundos diretamente do tenentismo, foram os responsáveis e comandantes da ação armada, mas principalmente João

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Cabanas, que distribuiu eficientemente os militantes, as armas e os soldados da Força Pública que estavam sob sua influência e que, na hora certa, passariam para o lado dos contramanifestantes. João Cabanas queria mesmo a eliminação física dos líderes integralistas e, principalmente de Plínio Salgado. Maffei dá “graças à morte” pelo fato de Plínio ter escapado com vida: “Vocês já pensaram que, morrendo um poltrão como Plínio Salgado, pudesse o Integralismo contar com um chefe valente, Belmiro Valverde, por exemplo?” (MAFFEI, 1984, p. 84).

Coube à comissão civil a solicitação às autoridades a cessação da Praça da Sé para um comício na mesma tarde em que os integralistas o fariam, adiantando-se a eles que ainda não tinham enviado a solicitação oficialmente. O pedido dos antifascistas para sua reunião civil foi negado, mas foi permitido o dos integralistas. A comissão então, sob a liderança de Américo Paulo Sesti, do sindicato dos contabilistas – da direção da CSP-SP e da direção do PSB-SP – foi até Armando Salles de Oliveira e solicitou intransigentemente a Praça, porque fariam de qualquer maneira sua manifestação e o que decorreria disso, seria de inteira responsabilidade do então interventor. A oligarquia constitucionalista paulista optou pelos camisas verdes.

O aparato repressivo de Estado também se fez presente. Para a segurança dos prédios governamentais e, evidentemente, também servindo à segurança dos integralistas, Armando Salles de Oliveira destacou grande contingente policial, contando inclusive, com batalhões do Exército. Havia, segundo Maffei, mais de quinhentos homens armados, além dos próprios milicianos integralistas a proteger o comício de Plínio Salgado, seu “Estado Maior” e o juramento de fidelidade de seus dez mil camisas verdes.

Entretanto, muitos policiais ali presentes eram veteranos da Insurreição de 1924, da Coluna Prestes e outros tantos eram

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

miguelistas e prestistas¹²⁸. Nesse caso, o real comandante a quem obedeciam era o tenente-coronel da reserva João Cabanas, como afirma Maffei, que “[...] reforçou a anterior determinação de Miguel Costa: ‘Não atirar contra o povo; atirar nas camisas verdes’” (MAFFEI, 1984, p. 93).

Segundo Eduardo Maffei (1984, p. 98), Octávio Ramos havia conseguido cerca de dez dias antes do conflito, “[...] através dos sargentos Antonio C. A. Pereira e Navarro, auxiliares do Chefe de Polícia, retirar dos arsenais muitos revólveres e winchesters, que foram levadas para a sede da Legião Cívica 5 de Julho, da qual foram distribuídas depois”.

¹²⁸ *Miguelistas* eram aqueles que se agrupavam em torno da liderança do general Miguel Costa, geralmente socialistas tenentistas de diferentes organizações e de parte do contingente da Força Pública de São Paulo. Notemos que Miguel Costa fora oficial superior da Força Pública quando aderiu ao levante tenentista que tomou S. Paulo, em 1924, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes. Daí origina-se grande parte de sua influência marcante entre os militares dessa força policial militar paulista durante a década de 1930. João Cabanas foi um jovem tenente da Força Pública que aderiu à luta revolucionária tenentista em 1924, sob comando e liderança de Miguel Costa. Cabanas juntou-se aos socialistas tenentistas do PSB-SP nos anos 1930 (ARAÚJO NETO, 2012). *Prestistas* eram aqueles que se agrupavam em torno da liderança de Luís Carlos Prestes, geralmente tenentistas que aderiam ao comunismo. Ambos, Miguel Costa e Prestes foram lideranças revolucionárias tenentistas dos anos 1920 e ambos comandaram a lendária Coluna Prestes pelos sertões do Brasil, da qual não participou João Cabanas, que liderou um grupamento revolucionário que agiu independentemente; a Coluna da Morte. Prestes e Miguel Costa possuíam grande prestígio revolucionário, embora Prestes tenha tido sempre maior destaque; tornara-se um mito durante os anos 1920, por toda a década de 1930 e por algumas décadas. Prestes foi o primeiro grande líder da esquerda brasileira, sendo dirigente do PCB até 1979. Não é possível traçarmos aqui um esboço biográfico desses homens, destaquemos somente que a produção historiográfica a respeito é muito vasta e variada (DEL ROIO, 1990; CARONE, 1991; PINHEIRO, 1991; VIANNA, 1992; MORAES, 1994).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Os manifestantes antifascistas provinham das mais diversas extrações sociais populares: operários, trabalhadores autônomos e diaristas, estudantes, pequenos negociantes, entre outros. Politicamente, eram comunistas, trotskistas, socialistas tenentistas (estes representados também por Zoroastro Gouveia e Octávio Ramos) e libertários, com Leuenroth e outros também aguerridamente presentes. Lembremos que os socialistas tenentistas estavam representados tanto como militantes do PSB-SP (Gouveia), como legionários (Ramos) e militares da Força Pública, do Exército e homens da Guarda Civil, misturados aos contingentes que deveriam dar proteção aos integralistas, inclusive com uso de duas metralhadoras e um fuzil-metralhador. Outros elementos socialistas tenentistas estavam representados nas lideranças sindicais, como Américo Paulo Sesti e outros presentes.

Se comunistas, trotskistas e libertários lutaram com bravura, sem dúvida, a ação foi planejada e executada à maneira dos tenentes, o que torna sua participação e comando da contramanifestação essencial para a vitória. E esta coube não só à sua bravura combatente, como à sua tática exclusivamente voltada para o combate armado, que durou cerca de quatro horas, e na influência junto a elementos ainda relativamente numerosos dentro da Força Pública e da Guarda Civil. Se a presença de João Cabanas no comando de armas é indelével, também é fundamental a influência de Miguel Costa, então General de Brigada na reserva, registrada, contudo, de forma um pouco evasiva por Maffei.

Os integralistas foram expulsos da Praça da Sé, com seu comício-parada-demonstração pública interrompido logo de início, embora contassem com a proteção de seus milicianos de elite e de fortes simpatizantes dentro das forças policiais paulistas. Além disso, sua tática era a de expor mulheres e crianças de seu movimento como alvos certos em caso de ação

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

contra Plínio Salgado e seus comandantes. Elas ficaram dispostas na escadaria das obras da Catedral da Sé, logo atrás do palanque integralista. Quando os conflitos começaram com agressões físicas e logo descambaram para o tiroteio, as mulheres e crianças saíram desesperadamente do local. Inclusive, milhares de milicianos que fugiam e arrancavam suas camisas para não serem identificados e agredidos. Isso, malgrado seus homens de elite ordenarem que eles voltassem à praça...

Segundo Maffei, o saldo foi de seis mortos e trinta e quatro feridos, incluindo dois dos mais odiados inspetores da Ordem Social e um destacado militante da Juventude Comunista (MAFFEI, 1984, p. 98). Porém, o mais importante foi conquistado, o freio imposto ao integralismo, que, embora ainda crescesse em número de adeptos pelo país afora, não pôde conquistar as ruas como fizeram seus modelos paradigmáticos europeus.

Mesmo com essa expressiva vitória, a construção da Frente Única Antifascista ainda enfrentou dificuldades e muitas idas e vindas entre o final de 1934 e o começo do ano seguinte. Agora não se tratava somente das disputas entre comunistas e trotskistas, envolvia também os socialistas tenentistas do PSB-SP. Aliás, as disputas internas são as marcas de quaisquer movimentos políticos e ideológicos. Pode parecer-nos que são características inatas da esquerda, mas estão presentes em todas as outras correntes político-ideológicas da sociedade sendo, contudo, mais ou menos disfarçadas conforme os interesses e conjunturas políticas.

A luta antifascista entre os ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana

Entre os ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, trabalhadores muito próximos dos socialistas tenentistas e, nas

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

décadas seguintes, dos comunistas, a luta antifascista era importante (ARAÚJO NETO, 2006).

Aparentemente havia um consenso entre as duas correntes opostas, conquanto continuassem a se combater: era a necessidade de se unir contra a Lei de Segurança Nacional e o integralismo, filiando-se ou atuando com a Aliança Nacional Libertadora. Acreditamos que tal situação estava delineada no artigo “Bater juntos e marchar separados”, de abril de 35, publicado n’ *O Syndicalista*¹²⁹.

A partir de novembro-dezembro de 1934, *O Syndicalista* começou a combater quase que constantemente o integralismo, simultaneamente à oposição. Em suas colunas a Junta Governativa advertia às delegacias regionais do sindicato, para que não permitissem a entrada de propagandistas integralistas e nem de sócios que estivessem trajando o uniforme verde.

A análise das fontes sugere que os integralistas estavam agindo entre os ferroviários, através de chefes de serviços. Eles se aproveitavam da ideologia reacionária, defensora intransigente da disciplina e ordem hierárquica prevalecente entre alguns deles. Não encontramos documentos pertencentes aos integralistas, mas encontramos indícios de sua atuação, no caso da citada Associação Profissional dos Empregados da Estrada de Ferro Sorocabana, criada em setembro de 1937 e que tinha aspirações sindicais, em oposição ideológica ao SFEFS. É possível que já em 1934, alguns integralistas existissem e tentassem, como chefes de serviços ou cargos subalternos semelhantes, influenciar a massa dos trabalhadores.

Há relato e acusação de integralismo contra um chefe, agressor de seu subordinado por ser sindicalizado no interior,

¹²⁹ *O Syndicalista* era o órgão oficial do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana. Era distribuído gratuitamente entre os trabalhadores sindicalizados.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

caso para o qual o Sindicato exigia a instauração de um inquérito administrativo. *O Syndicalista* advertia:

Companheiros! Os integralistas estão ensaiando os seus assaltos! Reagindo contra o integralismo estamos defendendo a causa do proletariado - onde está um 'Periquito Carimbado' está um agente, consciente ou inconsciente, do capitalismo - Arranquemos as camisas dos inimigos de nossa causa! (*O Syndicalista*, nº 26 , Junho de 1935)

O integralismo foi apresentado em diversos números do jornal como agente do imperialismo disfarçado em seu opositor; como aliado do clero e agente mais reacionário da burguesia contra as liberdades democráticas e proletárias e, finalmente, como ideologia e política de chefes reacionários, inimigos do avanço da causa dos trabalhadores. Assimilado como fascismo nacional, o integralismo era considerado a antítese direta do próprio sindicalismo e da organização emancipadora da classe operária.

Em carta aberta datada de 6 de outubro de 1934, Benedicto Dias Baptista, assinando como candidato do PSB à Câmara Estadual, embora não pertencesse mais à direção do Sindicato, conclamava a classe trabalhadora à luta antifascista, a realizar-se na ocasião da grande “demonstração” integralista na Praça da Sé, em outubro de 1934. Expunha que o integralismo defendia a exploração do operário brasileiro com salários miseráveis, como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha faziam com seus camaradas, a pretexto da salvação nacional. O fascismo era o último dique da burguesia para defesa do capitalismo; para tentar barrar o socialismo. Nenhum operário podia, sob pena de ser indigno, deixar de combater o fascismo, “mesmo aos domingos!” (BAPTISTA, 06/10/1934)

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

O combate ao integralismo a partir de 1935, deu-se paralelamente ao combate à Lei de Segurança Nacional, chamada de “Lei Monstro” que restringia duramente as liberdades democráticas recém-conquistadas, travada pelo jornal e pelo grupo de Laydner, que procurou atuar contra ela na Câmara Federal, onde exercia mandato de deputado federal. Isso se completava ao fato de Laydner ter aderido à ANL quando de sua formação, sendo eleito participante da coordenação nacional no Rio de Janeiro e Itayuty para o diretório estadual de S. Paulo.

Como menciona a literatura estudada o período que começou em 1934, foi de grande radicalização. E teve dois momentos marcantes: a publicação da Lei de Segurança Nacional e o malogro do levante comunista-aliancista de novembro de 1935, conhecido na historiografia como “Intentona Comunista”. Os meses que se seguiram foram de forte perseguição política em âmbito nacional.

Da mesma forma, os ferroviários e no caso, os da Sorocabana, radicalizaram-se. A imprensa operária e o *Syndicalista* tratavam abertamente de socialismo e revolução. Os militantes do movimento operário sempre falaram abertamente no socialismo, na socialização ou expropriação da burguesia. Mas, raramente eram usados esses termos entre os ferroviários. Nesse momento, porém, entre o pessoal da Sorocabana, além dos termos como “sociedade justa”, “coletivismo construtivo” em substituição ao individualismo egoísta, falava-se em avançar para a socialização dos meios de produção.

É muito fácil dizer que os trabalhadores de hoje são mais exigentes; é fácil mas não é verdade. O trabalhador de hoje se contentará com bem pequena coisa, a ferramenta, a máquina e a terra. (*O Syndicalista*, nº 22, Fevereiro de 1935)

Esses meses de radicalização crescente encontraram termo com a imposição da Lei de Segurança Nacional. Ela impôs a censura e prisão de jornalistas, líderes operários e políticos de oposição a Getúlio e aos governos oligárquicos, que começavam a ser restaurados pelo país. A radicalização crescente não se dava mais entre as esquerdas e movimento operário contra o integralismo; dava-se agora entre elas e o governo de Getúlio. As esquerdas encontraram sua grande liderança em Luís Carlos Prestes. Era a primeira vez na história brasileira que um homem galvanizava a liderança das esquerdas. Prestes se tornará um mito revolucionário e das esquerdas pelas próximas décadas, até os anos 1960.

Contudo, os acontecimentos andaram rápido demais; Getúlio antecipara-se aos acontecimentos em diversos pontos e estava preparado para o embate revolucionário armado. As esquerdas ainda não estavam prontas, mas os comunistas, os maiores entusiastas da revolução, consideravam-se prontos e com a Aliança Nacional Libertadora preparada para assumir a função de frente única revolucionária. Sobrevém os fatos de novembro de 1935 e a Revolução popular acaba surpreendida e derrotada militarmente (CARONE, 1991; PINHEIRO, 1991; VIANNA, 1992).

Uma forte onda repressiva abateu-se sobre o país. Inclusive, entre os militantes socialistas tenentistas e, principalmente, sobre os comunistas. Houve vítimas dessa repressão também entre os ferroviários da Sorocabana. Entre fins de 1935 e durante a maior parte de 1936, o silêncio foi imposto na imprensa operária e nas manifestações que foram proibidas. As publicações eram mais relativas às atividades assistenciais dos sindicatos oficializados.

Em 1937, novamente manifestações anti-integralistas surgem na imprensa operária, e, neste caso, entre os ferroviários da Sorocabana. Novas referências políticas apareceram nos anos

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

de 1937-1939, sendo que a partir do golpe que implantou o Estado Novo, foram todas de adesão ao governo e duas anti-integralistas. Os exemplares de *O Sindicalista* de 1936 e da maior parte de 1937 estão ausentes dos arquivos, talvez indicando sua apreensão pública durante esses anos.

No começo de julho de 1937, o SFEFS, através do Centro Cívico Pró-Democracia, manifestou-se novamente contra o integralismo. Vinte e seis sindicatos proletários de São Paulo enviaram um protesto ao governo paulista contra os atos da Ação Integralista Brasileira. Armando Laydner, dirigente sindical e líder político dos ferroviários, assinou o manifesto como presidente do SFEFS, juntamente com o Sindicato dos Ferroviários da SPR e outros, publicado no *Cruzeiro do Sul*, acusando a AIB de “implantar o germe da destruição da família brasileira”, através de atos de terrorismo pela imprensa. A organização integralista seria composta por elementos estrangeiros que tentavam implantar doutrinas de partidos estrangeiros pela prática fascista, sem ter até então, recebido “o necessário corretivo”. Denunciavam que os poucos trabalhadores que se iludiam com ela e depois, decepcionados queriam abandoná-la eram obrigados a ingerir óleo de rícino. Os integralistas afrontavam o proletariado e abusavam da liberal democracia que os acolhia. Os sindicalistas pediam o fechamento do partido e advertiam que:

[...] o proletariado de S. Paulo não teme os integralistas, porquanto está pronto a lutar nas ruas em defesa da democracia, fazendo então, justiça pelas suas próprias mãos. Esperam o fechamento desse partido que, pregando a unidade da pátria, a está esfacelando para entregar nas mãos dos estrangeiros. (*Cruzeiro do Sul*, 08/07/1937)

O discurso empregava um misto da linguagem própria dos militantes operários da ANL com os termos que eram frequentemente utilizados contra eles para incriminá-los, tais

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

como: “partido com influência estrangeira”, “grupos extremistas compostos de estrangeiros”, “ameaça à família brasileira”, “esfacelamento da unidade nacional” etc. Era uma tática, pois precisavam de habilidade para protestar veementemente contra a AIB, sem, no entanto, cair na retórica proibida pela Lei de Segurança Nacional. Caso contrário, se tornariam vítimas da repressão, como foram muitos deles na sequência ao levante aliancista-comunista de novembro de 1935. Tinham que caracterizar os integralistas com os mesmos elementos negativos, com os quais foram estigmatizadas muitas correntes proletárias, para que fossem aceitos pelo regime.

O *Syndicalista* fez chamadas um pouco menos veementes, mas igualmente insistentes contra o integralismo durante o ano de 1937.

Em 1938, após a Intentona Integralista e sua derrota fragorosa, os ferroviários e muitos populares saíram às ruas da capital paulista para homenagear Getúlio pela resistência contra o integralismo e sua repressão definitiva.

Em panfleto de 24 de maio de 1938, Laydner convocou a população para um ato em homenagem a Getúlio, que teve o nome escrito em letras garrafais no corpo do texto. Não convocava os trabalhadores, chamando-os pela categoria, classe e menos ainda como camaradas ou companheiros; conclamava-os: “Brasileiros!”

Em Sorocaba, uma comissão ferroviária organizou uma manifestação popular em homenagem ao interventor Adhemar de Barros, novo governante imposto a São Paulo pelo Estado Novo, e também ao “insigne Chefe da Nação, o Dr. Getúlio Vargas”. Na manhã de domingo, 29 de maio, às nove horas, realizou-se a manifestação: vários oradores de diversas entidades, autoridades da prefeitura municipal, do Sindicato dos Tecelões e da Delegacia Regional Sindical do SFEFS falaram sobre a “[...] coragem pessoal do Sr. Getúlio Vargas, por ocasião

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

do malogrado golpe integralista e reafirmaram a fé do povo brasileiro nos destinos democráticos (*sic*) do Brasil, ameaçado pela mais séria de todas as infiltrações estrangeiras registradas pela nossa História”. (*Cruzeiro do Sul*, 31/05/1938)

Evidentemente, os sindicalistas presentes e principalmente os ferroviários, procuraram combater os integralistas; esse era seu objetivo desde 1933/34. Não era possível combater o Estado Novo naquele momento, até porque as lideranças opositoras ou estavam presas ou, simplesmente, alijadas do processo político e social. Mas, era possível evitar o mal maior que era a expansão integralista utilizando-se das ferramentas possíveis àquele momento. Como faziam desde 1937, os sindicalistas remanescentes da onda repressiva desencadeada desde a derrota revolucionária de 1935 atacaram os integralistas. E fizeram isso com os mesmos argumentos com os quais esses e a burguesia atacavam os comunistas, libertários e esquerdistas em geral.

Houve igualmente grandes manifestações em várias partes do país, sendo uma delas na mesma tarde em São Paulo, realizada na Praça da Sé, das 15 às 18 horas. Pelo que pudemos deduzir das fontes, a manifestação foi organizada pelo DET com faixas com dizeres antifascistas e pró-Estado Novo. Muitos sindicatos da capital paulista e do interior participaram. Pelo SFEFS fala o próprio Laydner. Em discurso relativamente longo, ele atacou ao integralismo. Ele inverteu os lemas e divisas dos camisas verdes: disciplina e ordem se transformam em desordem e indisciplina; Deus em covardia para matar seus semelhantes; Pátria em assalto criminoso ao poder; Família em invasão de lares à noite para “[...] trucidamento da família indefesa e desprevenida”. (*Cruzeiro do Sul*, 01/06/1938)

Nessa peça de retórica Laydner fez várias coisas ao mesmo tempo: atacou os inimigos integralistas; os antigos e

então estigmatizados adversários e ocasionalmente aliados comunistas; criticou os “perrepistas” e “peceistas” (forças políticas oligárquicas do velho PRP - Partido Republicano Paulista - e do Partido Constitucionalista), considerando-os símbolos ultrapassados das fraquezas partidárias, incapazes de elaborar um projeto consistente para a nação, também porque eram culturalmente incompatíveis com ela e com os *novos tempos*. O Estado Novo seria, em seu discurso, uma necessidade dos novos tempos e, simultaneamente, seu produto.

Elogiou o “preclaro estadista”, afirmando a adesão das classes trabalhadoras organizadas dentro sindicalismo oficial - o único existente no momento - insinuando-se, ainda que não tenha sido o único sindicalista a discursar naquele comício e, concomitantemente, afirmando a importância delas, as classes trabalhadoras, em serem as bases principais do novo regime. Evidentemente, subentendia-se que as classes trabalhadoras organizadas eram os sindicalizados, dirigidos por homens como ele. Os comunistas e outros grupos revolucionários já haviam sido desqualificados e estavam silenciados ou presos àquele momento. O conjunto sindicalizado tinha grande importância econômica e sua organização era uma das criações dos novos tempos, para os problemas nacionais modernos e prementes. Esse discurso era uma forma pública de se declarar importante para a estabilidade da nova ordem.

A renovação da manipulação das classes trabalhadoras por Vargas continuou durante o Estado Novo (CARONE, 1977). Segundo Ângela Gomes (1994), o “trabalhismo” surgiu, em suas características com as quais ficou conhecido politicamente, durante esse período, mais propriamente de 1943 em diante. A partir desse novo momento trabalhista de Vargas, homens como Laydner se tornaram importantes para o regime. Ao menos até 1945...

Conquanto não nos pareça heroica a resistência ao integralismo e ao fascismo, especialmente nos atos finais desta luta contra a AIB, os trabalhadores souberam usar das armas ao seu dispor no momento e no momento propício. A percepção da época, da qual não discordamos, era que o combate ao fascismo era a prioridade. Sua ascensão internacional era muito forte àquele momento e ela própria engendrava a guerra que se avizinhava e era percebida por todos. Sabia-se que ela seria arrasadora, embora seus horrores tenham sido maiores do que todos puderam imaginar! Os integralistas tendiam à aliança com a Itália fascista e mais, pelas próprias características do partido de extrema-direita, ele não se satisfaria com nada menos que o poder completo. Em outras palavras, total. Aliás, sua característica inequívoca era o totalitarismo de direita. Mas, ele acabou derrotado de forma acachapante e, com pouca reação armada, a despeito toda sua retórica militar e bélica. E foi derrotado pela própria direita positivista que ele apoiou contra o “comunismo”... Quando o Estado Novo acabou em 1945, os comunistas voltaram ainda mais fortes que antes: mais numerosos, melhor organizados, mas menos aguerridos em termos de luta revolucionária. Os integralistas não conseguiram o mesmo, aliás, nem mesmo voltaram como partido político; foram derrotados em 1938 dentro do Brasil e, sua referência político-ideológica internacional fora completamente derrotada em 1945, militar, política e moralmente com a revelação dos crimes de guerra do nazifascismo. Plínio Salgado ainda continuou na política, mas agora alinhado às forças conservadoras e golpistas da União Democrática Nacional, dentro do cenário internacional da Guerra Fria. E voltou apenas como mais um deputado federal e não como uma espécie de “duce” brasileiro¹³⁰.

¹³⁰ “Duce”, título que Mussolini assumiu e pelo qual era aclamado por seus seguidores na Itália durante a ditadura fascista. Segundo o Dicionário Web, o

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Referências bibliográficas

- ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho. *Entre a revolução e o corporativismo. A experiência sindical dos ferroviários da E.F. Sorocabana nos anos 1930*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Departamento de História, FFLCH-USP, 2006.
- _____. *O Socialismo Tenentista: trajetória, experiência e propostas de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no Estado de São Paulo na década de 1930*. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de História, FFLCH-USP, 2012.
- AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- BERTONHA, João Fábio. *Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945*. São Paulo: FAPESP, Annablume, 1999.
- CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937 - 1945)*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1977.
- CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1982.
- CARONE, Edgar. *Brasil: Anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.
- CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista (1933-34). In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições, 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil, vol. 1)
- DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na Revolução Burguesa: a política de alianças do PCB - 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu

sinônimo de “duce” em português é líder, comandante. (Disponível em: <http://www.dicionarioweb.com.br/italiano/duce/>. Acesso em 08/07/2017)

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Abramo, 2005. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalho*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

HECKER, Alexandre. *Um socialismo possível: a atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. Os intelectuais e o antifascismo. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.) *História do Marxismo IX: o marxismo na época da Terceira Internacional - o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KAREPOVS, Dainis. PSB-SP: Socialismo e tenentismo na Constituinte de 1933-34. In: *Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*. Florianópolis: n^o 16, pp. 169 - 198, 2006.

KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro (1857-1967)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

MAFFEI, Eduardo. *A Batalha da Praça da Sé*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MAIO, Marcos C. e CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932 - 1938). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. O Brasil Republicano*; v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna*. São Paulo: Siciliano, 1994.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922 - 1935*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

VIANNA, Marly A. G. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

Fontes

A Platéia. APESP - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO., exemplares consultados dos anos 1932 a 1935.

BAPTISTA, Benedito Dias. *Carta Aberta "Aos Trabalhadores em Geral"*. São Paulo, 06/10/1934, CEDEM, CEMAP, Fundo Lívio Xavier 4, Pasta: Cartas Abertas, 1928-1954.

Cruzeiro do Sul. GABINETE DE LEITURA SOROCABANO. Exemplares consultados dos anos 1930 a 1940. Sorocaba-SP.

O Syndicalista. MHS - MUSEU HISTÓRICO SOROCABANO. Exemplares consultados do 1933 a 1938.

**Parte III - Educação, anarquismo, greve geral e luta
antifascista ontem e hoje**

13. Educação anarquista e movimento operário: da AIT à Greve Geral de 1917

Rodrigo Rosa da Silva¹³¹

Palavras iniciais

O presente capítulo é resultado de apontamentos preliminares sobre a relação entre educação e sindicalismo na percepção do movimento anarquista. Parte das reflexões aqui sistematizadas foram apresentadas no evento “Centenário da Greve Geral de 1917 e 80 anos da luta antifascista em Sorocaba”¹³² e configuram-se como notas esparsas que buscam apresentar uma abordagem inicial sobre a experiência sindical e educacional desde a fundação da AIT até a Greve Geral de 1917.

Este texto é resultado de um esforço coletivo de estudo realizado há alguns anos em um espaço não acadêmico, uma espécie de experiência de educação libertária promovida pela Biblioteca Terra Livre de São Paulo. Refiro-me aos grupos de estudos abertos a todas as pessoas interessadas em um tema convocados pelo coletivo. Tive a felicidade de participar de diferentes grupos, mas aqui destaco os que mais se relacionam com o tema abordado neste capítulo: anarquismo e educação; Geografia e anarquismo; história do movimento operário autônomo; e, finalmente, o Grupo de Estudos

131 Cientista Social (USP), Mestre em História Social do Trabalho (Unicamp) e Doutor em Educação (USP). Professor Temporário da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP). Atualmente é pesquisador no Grupo de Pesquisa Poder Político, Educação, Lutas Sociais (GPEL/USP) e membro da Biblioteca Terra Livre. E-mail: rodrigo.rosa.silva@usp.br

132 Saiba mais sobre o evento no *site*: <<https://centenariodagreve.wixsite.com/centenariodagreve>>

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Greve Geral de 1917¹³³. Assim pude acessar informações sobre a perspectiva anarquista de sindicalismo e educação, e ao mesmo tem exercitar o livre estudo, o livre debate de ideias, buscando, de forma horizontal, a produção coletiva e colaborativa de conhecimento.

Atualmente, e desde os anos 1930 com a consolidação da estrutura sindical imposta por Getúlio Vargas (e aceita por amplas correntes sindicais até hoje), muitas pessoas não têm mais a capacidade de imaginar como poderia ser a livre organização dos trabalhadores, nem vislumbrar de fato a prática de um sindicalismo verdadeiramente livre, sem a influência do estado ou de partidos políticos. A maioria dos professores hoje em dia não visualizam como seria uma educação pensada e realizada pelos próprios trabalhadores, sem a intermediação ou controle do estado, de instituições ou mesmo das burocracias sindicais. Cabe aqui lembrarmos que essas práticas existiram e foram profusamente aplicadas em diferentes partes do mundo por uma massa enorme de mulheres, homens e crianças, que reconheciam na auto-organização e na autonomia sindical e pedagógica ferramentas únicas e essenciais para a emancipação da classe trabalhadora.

Anarquismo, sindicalismo e educação

O anarquismo manifestou-se como uma força social em vários momentos da história, porém, devemos destacar que foi no processo de construção da Associação Internacional dos Trabalhadores em que se solidificou sua base social. A Comuna de Paris (1871), o movimento makhnovista na Ucrânia (1917-1919) e a Revolução Espanhola (1936-1939) são exemplos cabais de “anarquismo na prática”, ou melhor, de ação direta da classe explorada contra o estado e o capital. Entendemos que as iniciativas educativas não estão dissociadas das outras lutas promovidas pelos libertários, sendo complementar às pautas econômicas, políticas e sociais. Podemos dizer mais: que o desenvolvimento de um movimento vigoroso e revolucionário

133 Mais informações sobre os Grupos de Estudos da Biblioteca Terra Livre acessar: <<https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/grupos-de-estudos/>>

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

não é possível sem longos anos dedicados a semear e amadurecer amplas frentes de formação, propaganda e organização de base. Notamos essas características presentes em São Paulo nos primeiros anos do século XX, levando à culminação de um grande movimento de “anarquismo na prática” como o que se deu no episódio conhecido como a Greve Geral de 1917. Para compreender melhor suas raízes e seus antecedentes propomos um breve resgate da experiência libertária da classe trabalhadora no campo da educação e do sindicalismo.

* * *

As trabalhadoras e trabalhadores de todo o mundo, bem como seus filhos e filhas, foram sistematicamente alijados do direito à educação, impedidos de acessar a cultura, até então restrita à burguesia, e proibidos de produzir e reproduzir seus saberes. Seja pelas estafantes jornadas de trabalho ou pela repressão, os patrões e o estado mantiveram os pobres distantes do conhecimento. Foi ao reconhecerem a extrema e brutal exploração a que estavam submetidos pelos capitalistas e buscando organizarem-se para resistir a essa situação que trabalhadoras/es de diferentes partes da Europa fundaram, em 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Nos congressos operários ocorridos nas décadas de 1860/1870 para estruturar e orientar a ação da AIT é possível identificar uma série de debates relevantes para a compreensão das lutas sociais e das ideias políticas do período. Mas para fins desse capítulo nos ateremos às referências diretas à educação, sistematizadas nas atas e resoluções publicadas.

Tais congressos foram encontros de trabalhadores e trabalhadoras, em sua maioria analfabetos ou sem nenhuma instrução oficial, que contou com a presença de alguns

profissionais liberais e intelectuais simpatizantes das ideias avançadas ali desenvolvidas. É neste contexto que devemos investigar a origem das propostas anarquistas de educação. Temas complexos e essenciais como organização e luta sindical ou mesmo economia eram objetos de acuradas e profundas análises. Para os debates, que tinham a clara necessidade de construção de consensos para orientar a ação política, centenas de trabalhadores manuais reuniam-se e opinavam baseados em suas experiências concretas e cotidianas¹³⁴.

Destacamos, brevemente, alguns registros referentes às atas e resoluções dos congressos da AIT que abordaram o tema da educação. O quinto ponto discutido no Congresso de Lausanne, em 1867, apresentou a seguinte redação: “5º Funções Sociais. Papel dos homens e das mulheres na sociedade. Educação da criança. Educação Integral. Liberdade de educação. Fonografia” (GUILLAUME apud MORAES, 2014, p. 861). A resolução final aprovada propunha “[...] uma educação científica, profissional e produtiva”, bem como a “[...] implementação de um plano de educação integral” e o abandono da “educação religiosa”. Sugeriu a fundação de escolas-oficinas e questionava a ideia de “educação gratuita”, já que ela era paga pelos impostos dos cidadãos. As reflexões são aprofundadas durante o terceiro congresso, ocorrido em 1868 na cidade de Bruxelas, e produzem uma resolução mais assertiva:

O Congresso chama as diferentes seções para estabelecer um curso público através de um programa de ensino científico, profissional e produtivo, ou seja, um ensino integral para remediar, na medida do

134 Para maiores detalhes, ver José Damiro de Moraes (2014) e o artigo apresentado na ANPUH 2017 por Crystiane Leandro Peres, mestranda em história pela UFSC. Ambos aprofundam a leitura e análise do tema “educação” nos congressos da AIT.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

possível, insuficiência de instrução que os trabalhadores recebem atualmente. Entende-se que a redução das horas de trabalho é considerada uma condição prévia indispensável (GUILLAUME apud MORAES, 2014, p. 863-864).

No trecho citado compreende-se a intrínseca relação entre as pautas econômicas e sindicais, e o desenvolvimento de uma nova educação que tenha em si a potencialidade transformadora da sociedade, rumo à emancipação dos trabalhadores”, ou que não forme uma aristocracia com instrução especial, separada e diferente da formação oferecida aos trabalhadores e às classes populares.

Em resposta a esse chamado começam a proliferar projetos educacionais inspirados e realizados por membros da AIT, militantes e seções sindicais, visando a atender às crianças da classe trabalhadora e aos jovens e adultos que não receberam instrução na infância. Os pobres, vale lembrar, eram completamente excluídos do sistema estatal e privado de ensino, destinados à formação da burguesia e da elite econômica e política. Escolas, orfanatos, escolas-oficinas, universidades populares, bolsas de trabalho, ateneus, centros de cultura e bibliotecas, todas essas iniciativas vinculadas ao movimento sindical e anarquista na virada do século XIX para o XX realizavam formação política, ao mesmo tempo em que alfabetizavam e socializavam o conhecimento científico com as classes populares. Eram verdadeiros exemplos de ação direta e educação popular com caráter essencialmente de classe e foram, claramente, orientadas pelos mesmos princípios político-pedagógicos expressos nas resoluções dos congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores.

O revolucionário e anarquista russo Mikhail Bakunin (1814-1876) sistematizou as discussões dos internacionalistas em seus escritos, dando forma ao conceito de Instrução Integral

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

(BAKUNIN, 2003). Para Bakunin, “[...] educar significa substancialmente estimular e promover aquela dimensão rebelde e intolerável à autoridade” (CODELLO, 2007, p. 107). A instrução e a educação popular dependem da solução radical de outras questões sociais, em especial, da melhoria das condições econômicas da classe operária. Ou seja, longe de acreditar na panaceia da escola como solução para os males sociais, Bakunin, como socialista libertário e revolucionário, a via como parte de um processo de mudança radical da sociedade.

Entre julho e agosto de 1869, foi publicada uma série de artigos no jornal *L'Égalité*, órgão da Federação Românica da AIT, posteriormente compilados sob o título de *A Instrução Integral*. Neles, Bakunin escreve:

Pedimos para ele [o povo] *educação integral*, o *ensino total*, tão completo como o que leva consigo o poder intelectual do século [...]. Queremos a abolição definitiva e completa das classes, a unificação da sociedade e a igualdade econômica e social de todos os seres da terra (BAKUNIN, 2003, p. 34-35).

O autor partiu de uma pergunta que está no cerne de suas preocupações, primordialmente econômicas:

[...] a emancipação das massas operárias poderá ser completa enquanto receberem instrução inferior à dos burgueses ou enquanto houver, de um modo geral, uma classe qualquer, numerosa ou não, mas que por nascença tenha privilégios de uma educação superior e mais completa? (BAKUNIN, 2003, p. 59).

Bakunin e seus companheiros federalistas na AIT propunham, para tanto, acabar com os privilégios econômicos e políticos de um grupo pequeno da sociedade, mantidos através da condenação à miséria da grande maioria, incluindo aí, em

especial, o fim dessa dualidade desigual também na educação. O russo conclui: “[...] queremos a igualdade, e porque a queremos devemos querer a instrução integral, igual para todos” (BAKUNIN, 2003, p. 69). E essa educação para todos, associada ao trabalho para todos, pois “[...] todos devem trabalhar e todos devem ser instruídos” (BAKUNIN, 2003, p. 69-70) - tanto o burguês como o operário - o que levaria a um futuro em que não existissem “[...] nem operários nem intelectuais, mas tão somente homens” (BAKUNIN, 2003, p. 70). Acabou sendo considerado como um texto fundador para a educação anarquista e influenciou diretamente todos os teóricos e realizadores posteriores de um projeto pedagógico revolucionário. Para os anarquistas é explícita a necessidade da associação entre o trabalho braçal ou manual e o trabalho intelectual. Em resumo,

A instrução deve ser igual em todos os graus para todos; por conseguinte, deve ser integral, quer dizer, deve preparar as crianças de ambos os sexos tanto para a vida intelectual como a vida do trabalho. Visando a que todos possam chegar a ser pessoas completas (BAKUNIN, 2003, p. 78).

A educação é, em suma, também parte de um processo de libertação total da exploração e caminha ao lado da luta econômica, antecedendo-a e, ao mesmo tempo, possibilitando-a. Sendo assim, os internacionalistas, assim como os anarquistas, acreditavam que “[...] a educação é uma peça de um projeto revolucionário mais amplo” (MORIYÓN, 1989, p. 14). Esse projeto inclui outros âmbitos da vida, como, por exemplo, a adoção do sindicalismo revolucionário no que tange às questões econômicas e organização dos trabalhadores para a greve geral revolucionária. Ou seja, a política, a economia e educação estão intimamente conectadas em um mesmo processo de luta por emancipação.

* * *

Exemplo notável de proposta libertária de educação da classe trabalhadora são as Bolsas de Trabalho fundadas na França na década de 1890. Fernand Pelloutier (1867-1901), adepto da corrente anarquista no movimento sindical, propunha ir além da luta reivindicativa e corporativa dos sindicatos. Influenciado pelo pensamento do anarquista russo Piotr Kropotkin, o sindicalista francês relacionou diretamente a educação com a ação sindical revolucionária ao afirmar que faltava ao operário “a ciência de sua infelicidade” e que era essencial que ele tomasse consciência das “causas de sua servidão” para “[...] poder discernir contra quem devem ser dirigidos seus golpes” (PELLOUTIER, 2006b, p. 102). Pelloutier propôs que o ensino fosse integral, tal qual proposto pela AIT e desenvolvido teoricamente por Paul Robin, Mikhail Bakunin e outros internacionalistas. Além disso, pretendia a eliminação do sistema de progressão ou de séries, sendo que os estudos de um indivíduo se prolongassem até os vinte anos de idade. Em suma, uma educação totalmente livre e operária, que incluía conferências filosóficas e científicas, a organização de Universidades Populares e bibliotecas em cada entidade sindical e a fundação de um Museu do Trabalho (PELLOUTIER, 2006a). Aí reside o papel essencial do serviço educativo voltado para os trabalhadores das Bolsas de Trabalho. Muitas vezes, ao se referir às Bolsas, Pelloutier justapunha termos como “escola de economia social”, “escola de solidariedades urgentes” ou “universidades do operário”.

Os princípios anarquistas, em especial os da cooperação e do apoio mútuo, são explicitados tanto no campo do sindicalismo como na concepção de educação. Propunha um processo horizontal entre estudantes e professores, levando em

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

conta que ambos têm idades próximas, todos são jovens e adultos. Pelloutier criticou veementemente a escola pública republicana francesa, reprodutora dos valores burgueses, e incentivava a classe operária a criar um ensino que lhe fosse próprio, útil e de acordo com seus valores e visões de mundo. Para isso, a escola que se pretende verdadeiramente “pública” deveria ser gerida diretamente pelos próprios usuários e trabalhadores interessados na educação. Ele mesmo revela que “[...] seria pueril crer e esperar que o Estado, salvaguarda das altas classes, consentisse, restituindo à coletividade a liberdade do ensino, em destruir ele próprio seu melhor instrumento de dominação” (PELLOUTIER, 2006b, p. 101-102).

Alguns anos mais tarde, o catalão Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909) também desenvolveu sua militância e seu projeto educacional, a Escola Moderna de Barcelona (1901-1906), vinculado ao sindicalismo revolucionário e ao anarquismo. Já é de conhecimento amplo a ação pedagógica de Ferrer, pois encontra-se sistematizada em livro póstumo de sua autoria (FERRER, 2014), mas não foi dada a devida atenção à sua posição em relação à política representativa e seus vínculos com o movimento anarco-sindicalista e sindicalista revolucionário espanhol. A organização da luta dos trabalhadores no início do século XX contou com seu apoio político e financeiro, pois ao lado de outros militantes sindicalistas fundou o jornal *La Huelga General*, que foi órgão da Federação Regional de Sociedades Operárias de Barcelona. Publicou vários artigos, sob o pseudônimo “Cero”, em que defendia a revolução social e a greve geral revolucionária. Francisco Ferrer participou do II Congresso da Federação em 1903, defendendo as teses de uma educação laica. Sua influência junto aos meios operários foi enorme, em especial no campo da instrução operária, haja vista o grande número de escolas racionalistas, ateneus operários, centros de estudos ou

curso noturno adepto do Racionalismo Pedagógico ferreriano em toda Catalunha (SOLÀ, 1978a). Sua concepção de ensino estava tão difundida que o periódico *Solidaridad Obrera*, fundado com o auxílio financeiro de Ferrer e uma espécie de continuação de *La Huelga General*, estampava em seu primeiro número a proposta de se estabelecer centros de educação científica e racional (SOLÀ, 1978b, p. 68). Também encontramos o diretor da Escola Moderna contribuindo fortemente com despesas de organização sindical em Barcelona e em Paris entre os anos de 1907 e 1909, além de seu envolvimento pessoal com os sindicalistas que fundariam as bases para uma organização regional de trabalhadores na Espanha e com o movimento sindical de professores na França (SILVA, 2013).

Nos artigos, “Cero” explicita uma tendência anarquista clara. Em *Díos o el Estado: NO. La Huelga General: SÍ*, além da referência ao livro de Bakunin, *Deus e o Estado*, lê-se que “[...] a emancipação completa dos trabalhadores não virá nem da Igreja nem do Estado, e sim de uma greve geral” (FERRER Y GUARDIA, 2010, p. 50 - tradução nossa). O autor segue com conchavos à revolução social, à organização operária contra a burguesia e à destruição da propriedade privada. Já em um texto da edição de 15 de novembro de 1901 escreve: os anarquistas querem “[...] destruir a propriedade tal como existe” e não desejam “que haja proprietários de grandes extensões de terreno” enquanto outros são obrigados a passar toda a vida a trabalhar para sobreviver (FERRER Y GUARDIA, 2010, p. 47 - tradução nossa).

Entre os colaboradores do periódico figurava Anselmo Lorenzo (1841-1914), um dos primeiros anarquistas espanhóis. Ele participou de congresso da AIT em 1871 e introduziu as ideias sindicalistas na região; foi até a morte de Ferrer seu grande amigo e companheiro de luta. Lorenzo era um dos

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

quinze colaboradores identificados do jornal: Piotr Kropotkin, Teresa Claramunt, Bonafulla, Domela Nieuwenhuis, Jean Grave, Soledad Gustavo, Herault, Errico Malatesta, Charles Malato, Paraf-Javal, Élisée Reclus, Fermin Salvochea, Fernando Tárrida de Mármol e Federico Urales. Todos envolvidos diretamente com o movimento anarquista de cunho sindicalista e/ou educacional. Essa relação estreita entre atuação sindical e ação pedagógica se tornou comum entre militantes anarquistas e pode ser observada em outras partes do mundo.

Educação anarquista e sindicalismo no Brasil

Os libertários costumam apresentar a educação de uma maneira complexa, como uma série de relações e atores que se mesclam a valores e visões de mundo diferentes. Os anarquistas percebem a educação como uma relação social que vai para além da escola e da família, afirmando que há muitos outros espaços formativos como a comunidade, o sindicato, as greves, a passeata, o centro de estudos, a biblioteca, etc. Observa-se facilmente que a fundação de múltiplos espaços de ensino-aprendizagem, tomando não só as escolas como lócus exclusivo de práticas libertárias de educação, é uma estratégia que visa a criar uma educação livre das influências do Estado, da Igreja e da burguesia. Foi sob a orientação anarquista que muitas das primeiras escolas para a classe trabalhadora se desenvolveram na Europa e também na América do Sul. Os anarquistas no Brasil encararam, neste período, a educação nos seus aspectos metodológicos e ideológicos mais a fundo que qualquer outra corrente política, implantando e disseminando diversas práticas no ambiente escolar e sindical, que foram importantes para a ampliação do acesso ao conhecimento e para os avanços que o sistema educacional testemunhou posteriormente.

José Damiro de Moraes (1999), ao estudar as propostas e experiências educacionais anarquistas na Primeira República, propõe uma elucidativa divisão em três fases da trajetória

educacional anarquista: a primeira fase (1895-1909) engloba os primeiros esforços e a fundação de centros de estudos, ateneus e escolas, caracterizadas por um espontaneísmo e uma tática de fortalecer o movimento operário nascente através da alfabetização dos trabalhadores e ao mesmo tempo fortalecer-se através do apoio das entidades sindicais; a segunda fase (1909-1919) abrange o período em que ocorre o fuzilamento de Francisco Ferrer, a abertura das Escolas Modernas no Brasil, adotando a diretriz racionalista, processo que teve seu apogeu e queda nos anos 1910, concluindo com o fechamento das mesmas em 1919 por parte do governo paulista; e, por fim, a terceira fase (1927-1937) que se caracteriza pela perda de influência dos anarquistas no campo sindical, mas ao mesmo tempo por uma tentativa de retomada de suas organizações após um período intermediário (1919-1927), caracterizado por intensa repressão por parte do Estado e pela concorrência de outras correntes políticas que disputavam as organizações sindicais.

No Brasil, inspirados pelas orientações da AIT e pela fundação da *Confédération Générale du Travail* (CGT) na França, em 1895, os trabalhadores organizaram o 1º Congresso Operário Brasileiro entre os dias 15 e 22 de abril de 1906, na cidade do Rio de Janeiro. Dentre muitos temas debatidos - organização sindical, formas de luta, etc. - destacamos as resoluções referentes à educação¹³⁵. A partir de uma pergunta sobre a conveniência de que cada associação operária sustentasse uma escola laica para os sócios e seus filhos, os operários deliberaram:

Considerando que o ensino oficial tem por fim incutir nos educandos ideias e sentimentos tendentes a fortificar as instituições burguesas e, por conseguinte,

135 Para uma análise mais aprofundada sobre o tema, ver Ahagon (2015).

contrárias às aspirações de emancipação operária, e que ninguém mais que os próprios operários interessam-se em formar livremente a consciência de seus filhos; O 'Primeiro Congresso Operário Brasileiro', aconselha aos sindicatos operários a fundação de escolas apropriadas à educação que os mesmos devem receber, sempre que tal seja possível; quando os sindicatos não puderem sustentar escolas, deve a Federação local assumir o encargo (RODRIGUES, 1979, p. 109).

Em 1913, durante o 2º Congresso Operário Brasileiro, os sindicatos presentes teceram críticas ao ensino gerido pela igreja e pelo estado, e avançaram para uma posição mais classista sobre o tema, como podemos verificar na moção aprovada, que apesar de sua extensão vale a pena ser reproduzida:

Considerando que a instrução foi até época recente evitada pelas castas aristocráticas e pelas igrejas de todas as seitas, para manterem o povo na mais absoluta ignorância, próxima à bestialidade, para melhor explorarem-no e governarem-no;

Considerando que a burguesia, inspirada no misticismo, nas doutrinas positivistas e nas teorias materialistas, sabiamente invertidas pelos cientistas burgueses, os quais metamorfoseiam a ciência, segundo os convencionalismos da sociedade atual, e monopolizam a instrução, e tratando de ilustrar o operariado sobre artificiosas concepções que enlouquecem os cérebros dos que freqüentam as suas escolas, desequilibrando-os com os deletérios sofismas que constituem o civismo ou a religião do Estado;

Considerando que esta instrução é ministrada juntamente com a educação prática de modalidades que estão em harmonia com a instrução aplicada;

Considerando que esta instrução e educação causam males incalculavelmente maiores do que a mais suína ignorância e que consolidam com mais firmeza todas as escravizações, impossibilitando a emancipação

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

sentimental, intelectual, econômica e social do proletariado e da humanidade;

Considerando que este ensino baseia-se no sofisma e afirma-se no misticismo e na resignação; este Congresso aconselha aos sindicatos e às classes trabalhadoras em geral, tomando como princípio o método racional e científico, promova a criação e vulgarização de escolas racionalistas, ateneus, revistas, jornais, promovendo conferências e preleções, organizando certames e excursões de propaganda instrutiva, editando livros, folhetos (RODRIGUES, 1979, p. 139).

Nota-se que o Congresso adotou as propostas de Francisco Ferrer e de Paul Robin, mesclando diversas matrizes pedagógicas libertárias com adaptações locais específicas. Dentre as críticas dirigidas pelos anarquistas ao sistema educacional tradicional, destacamos aquela que aponta o caráter de dominação ideológica presente nas escolas, que associada à implementação de uma rígida disciplina, levaria a criação de seres passivos, pequenos educandos que são “ensinados” a obedecer e a reproduzir os conteúdos que lhe são impostos.

Marinice Fortunato (1992) apresentou uma detalhada descrição e análise da ação dos libertários, visando à fundação de escolas modernas. Em que pese ter existido experiências anteriores (como a Universidade Popular no Rio de Janeiro e escolas operárias em São Paulo, Campinas e Porto Alegre), foi somente em 1909 – alguns dias após o fuzilamento de Ferrer – que surgiu o Comitê Pró-Escola Moderna de São Paulo, que impulsionou enormemente a difusão do ensino racionalista em São Paulo e em outras partes do país.

No intervalo entre os dois congressos operários, no dia 13 de maio de 1912, foi fundada a Escola Moderna N^o 1 de São Paulo, cujo diretor era João Penteadó. Alguns meses depois seria inaugurada a Escola Moderna N^o 2 sob a coordenação do anarquista português Adelino de Pinho. A abertura de ambas foi

fruto dos trabalhos do Comitê Pró-Escola Moderna, constituído por vários membros de entidades sindicais e agrupações anarquistas e de livres-pensadores. Havia seções em São Paulo e outras cidades do interior, assim como no Rio de Janeiro, com o objetivo de angariar fundos através de eventos, festas, venda de livros, postais, medalhas, rifas e listas de colaboração voluntária individual e coletiva. Muitos sindicatos apoiaram economicamente a empreitada, inclusive a Confederação Operária Brasileira (COB). Os anarquistas Adelino de Pinho (2012) e João Penteadado (Cf. SANTOS, 2009) foram grandes divulgadores e realizadores das ideias de Francisco Ferrer. As escolas no Brasil seguiam em grande medida o modelo proposto por Ferrer anos antes, incluindo aulas mistas para meninos e meninas, assim como excursões e saídas de campo para que os estudantes tivessem contato com a realidade cotidiana e com a natureza.

Não compreendemos a fundação das escolas modernas como uma ruptura, mas ao contrário, tratou-se de uma nítida continuidade de ação e princípios em relação aos primeiros anos do século XX, pois, em que pese notar-se a forte influência de Francisco Ferrer no desenvolvimento das escolas anarquistas, o movimento operário paulista encontrava-se ainda estavam sob a orientação das resoluções da COB de 1906. Podemos ainda ousar dizer que estavam vinculadas às definições tomadas pela AIT 40 anos antes. Desde os últimos anos do século XIX surgiram escolas e ateneus operários em várias regiões do Brasil, como é possível observar na lista de iniciativas elaborada por Edgar Rodrigues e que citamos resumidamente: Escola União Operária (Rio Grande do Sul, 1895), Universidade Popular de Ensino Livre (Rio de Janeiro, 1904), Escola Eliseu Reclus (Porto Alegre, 1906), Escola Germinal (Ceará, 1906), Escola da União Operária (Franca, 1906), Escola Operária 1º de Maio (Rio de Janeiro, 1912), Escola Moderna (Petrópolis, 1913), Escola

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Social da Liga Operária (Campinas, 1907), Universidade Popular de Cultura Racional e Científica e Escola Nova (São Paulo), Escolas para Operárias do Centro Feminino Jovens Idealistas (São Paulo, 1920), Escola da Liga da Construção Civil (Niterói, 1920), Grupo Escolar Carlos Dias (Salvador), Escola Moderna do Ceará (Fortaleza, 1911), Escola Moderna (Porto Alegre, 1919), Escola Racional Francisco Ferrer (Belém, 1919), entre outras a serem descobertas e estudadas.

Na cidade de Sorocaba ocorreram protestos contra o fuzilamento de Francisco Ferrer, conforme noticiado no periódico local *O Operário*, principal órgão da imprensa operária e grande espaço de articulação das lutas trabalhistas e educacionais. A Liga Operária de Sorocaba fundou, em 1911, uma Escola Noturna e no ano seguinte o anarquista francês Joseph Jubert Rivier iniciou os trabalhos da Escola Moderna de Sorocaba. Houve também escolas similares, segundo relatos, em Santa Rosália, Votorantim e na chácara da família De Caria. Foram experiências dignas de nota, que foram descritas pelos estudos de Valdelice Borghi Ferreira (2009) e Carlos Carvalho Cavalheiro (2009). No mesmo período, ocorreu uma greve de tecelãs e tecelões, que pretendia a redução da jornada de trabalho baseando sua reivindicação na impossibilidade de estudos após extensas horas de trabalho, fato que evidencia, novamente, a indissociabilidade da luta econômica e da necessidade da instrução das classes subalternas (CAVALHEIRO, 2009, p. 80-86).

A Greve Geral de 1917 e as escolas libertárias

Não há greve geral, insurreição ou revolução sem antecedentes, sem um período de agitação e maturação das lutas. O contexto imediato e os anos prévios às grandes convulsões sociais dão pistas importantes sobre os processos sociais, políticos e econômicos, que levaram àquela determinada

situação. Em relação à organização operária ocorre o mesmo. A Revolução Espanhola não seria possível sem que tivesse havido mais de 50 anos de mobilização, lutas e ações de sindicalistas revolucionários e libertários em diferentes campos da vida. E no território brasileiro houve mais de 20 anos de propaganda, agitação e organização dos trabalhadores, através da realização de importantes e numerosas greves na primeira década do século XX, da promoção de dois importantes congressos operários, da criação de órgãos de imprensa e da fundação de ateneus e escolas libertárias. Todas essas iniciativas de acúmulo de forças da classe trabalhadora paulista influenciaram, sem sombra de dúvida, na eclosão do maior movimento de orientação anarquista ocorrido em São Paulo: a Greve Geral de 1917. Destaca-se o papel das Ligas Operárias por bairros, que tinham caráter semelhante aos Ateneus ou mesmo às Bolsas de Trabalho, pois eram espaços de organização sindical ao mesmo tempo em que se constituíam como locais de convivência, estudo, cultura e companheirismo. A perspectiva operária de uma educação para a luta, para a revolta, como afirmava Fernand Pelloutier, imprimiu novas possibilidades aos jovens e crianças que frequentaram as escolas ou bibliotecas anarquistas.

Em 1917, houve intensas mobilizações paredistas organizadas por entidades sindicais e pelas Ligas Operárias de diversos bairros da capital paulista e de outras cidades do interior do estado e do país. As reivindicações foram levadas à negociação pelo Comitê de Defesa Proletária, grupo escolhido em assembleia e que possuía a delegação para atuar. Notamos a importância que as sedes das Ligas e do Centro Libertário de São Paulo tiveram na articulação do movimento, na medida em que eram espaços autogeridos e autônomos, com características similares à dos ateneus operários ou mesmo de centros de cultura. Os professores e estudantes das Escolas Modernas N° 1 e N° 2 exerceram presença ativa em festivais beneficentes e em

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

palestras sobre temas sindicais e educacionais. Tal era a vinculação das escolas com o movimento grevista que durante a Semana Trágica, entre 09 e 16 de julho, elas foram fechadas pela polícia (LOPREATO, 2000). Três foram os mortos oficiais: o sapateiro anarquista José Iñegues Martinez, o pedreiro Nicolau Salerno e uma garota de 12 anos, chamada Eduarda Binda. Meses depois, dezenas de anarquistas foram detidos e estrangeiros deportados sumariamente. Importante relato escrito por um dos protagonistas da greve, o anarquista Edgard Leuenroth (2016), desvenda alguns mitos e inverdades produzidas pela historiografia.

Após a onda repressiva em reação à Greve Geral, que culminou com a fundação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP), as escolas anarquistas de São Paulo foram fechadas em 1919 e impedidas de reabrir, seja por alegações burocráticas dos órgãos estatais de educação ou mesmo pela repressão violenta e sistemática. Diante disso, proliferaram os Centros de Estudos Sociais ou Centros de Cultura Social, já existentes desde meados da década de 1900 e entendidos desde sempre como parte da estratégia educacional anarquista, que pretendia a formação não só das crianças e adultos através das escolas, mas sim de todos trabalhadores que pretendessem se dedicar ao estudo e à prática do autodidatismo e do ensino mútuo. Por outro lado, uma iniciativa formal de educação que se constituísse em uma escola necessitava de maiores aportes de recursos financeiros e humanos para sua consecução do que uma biblioteca ou grupo de estudos. Tanto os centros de cultura como as bibliotecas fundadas por operários eram empreendimentos de baixo custo, pois era suficiente apenas possuir uma sala, alguns móveis, uma pequena biblioteca e mobilizar a vontade de um grupo de militantes dedicados às reuniões de discussão e estudos dos problemas sociais e das teorias anarquistas. Os militantes encontravam

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

maneiras de arcar com os custos, cotizando-se e dedicando seu tempo livre, quando não estavam na fábrica, na oficina ou no sindicato, para manutenção e realização das diversas experiências pedagógicas libertárias. A trajetória do Centro de Cultura Social (CCS)¹³⁶ de São Paulo, entidade fundada em 1933 e que segue em funcionamento até os dias de hoje, é uma demonstração clara de tais propostas e possibilidades.

Palavras Finais

É inegável a existência de um vínculo indissociável entre trabalho e educação, assim como entre economia e acesso ao conhecimento, sindicalismo e formação política. Tais relações se apresentam com todas suas contradições no tecido social de forma escancarada, são vivenciadas no dia a dia pelos trabalhadores e tornam-se fermento para a luta cotidiana da classe explorada. A educação para os anarquistas sindicalistas é uma ação necessária, no espaço e tempo em que se encontram, pois coloca em prática novas formas de relação social, mais livres e éticas, ainda que dentro do sistema capitalista. São exemplos de uma outra maneira de pensar e se organizar coletivamente. Outra forma de produzir conhecimento, sem hierarquias e autoritarismos. Mas ela é, ao mesmo tempo, parte da preparação para a luta, uma ação direta que possibilita criar elementos teóricos e práticos para o enfrentamento em diferentes âmbitos da vida: nas ruas, nos sindicatos e nos próprios espaços educativos. A educação anarquista é condição *sine qua non* da emancipação social e da luta pelo direito à vida e à plena realização individual e coletiva. O anarquista francês contemporâneo Hugues Lenoir resumiu muito bem essa ideia ao afirmar que

A Educação prepara a revolução, ela é um instrumento e uma forma de gradualismo revolucionário que praticamos sem saber. Ela também é, e nisso é essencial, um laboratório de ideias, um teste para os

136 Para saber mais sobre a história e atuação do CCS, acessar: <<http://www.ccssp.com.br>>

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

nostros princípios, uma experimentação de nossas práticas, em resumo, uma antecipação realizadora (LENOIR, 2014, p. 11).

Por fim, concordamos com essa percepção e tentamos acrescentar alguns elementos no debate necessário sobre educação e sindicalismo, tanto no passado como nos dias atuais. Aprendamos com os anarquistas e operários grevistas que 100 anos atrás demonstraram a força dos trabalhadores e ousaram colocar em prática a solidariedade, o federalismo e ação direta, tomando de assalto a cidade de São Paulo por uma semana. Christina Lopreato identificou bem o papel da educação no espírito da revolta em 1917: “[...] a greve tinha valor educativo de formação de uma consciência de classe autônoma, através da experiência de luta” (LOPREATTO, 2000, p. 23). Que a releitura desse episódio na história da classe trabalhadora nos apresente possibilidades concretas de ação. Que a Greve Geral de 1917 seja lembrada e seu centenário comemorado, não como um episódio heroico e longínquo no tempo, mas como exemplo de organização autônoma e revolucionária dos trabalhadores. Que seja nossa inspiração para os enfrentamentos de hoje em dia e para as lutas que virão!

Saudemos as trabalhadoras e trabalhadores que lutaram e venceram!

Jamais esqueçamos os que caíram!

Viva o Centenário da Greve Geral de 1917!

Referências

AHAGON, Vitor. O papel da educação no movimento operário e anarquista. *Revista Biblioteca da Terra Livre*, São Paulo, Ano II, nº 3, 1º semestre de 2015. Disponível em:

<<https://revistabl.noblogs.org/files/2015/09/revista.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BAKUNIN, Mikhail. *A instrução integral*. São Paulo: Imaginário, 2003.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. *Memória Operária*. Sorocaba: Create, 2009.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

CODELLO, Francesco. *A boa educação: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill*. Vol. 1. São Paulo: Imaginário, 2007.

FERRER Y GUARDIA, Francisco. *A Escola Moderna*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014.

FERRER Y GUARDIA, Francisco. *Francesc Ferrer i Guàrdia: escrits polítics i pedagògocs. Entre la política i la pedagogia*. Barcelona: Fundació Ferrer i Guàrdia, 2010.

FERREIRA, Valdelice Borghi. *O movimento operário e a educação na imprensa sorocabana na Primeira República*. Tese de Doutorado, Unimep, Piracicaba, 2009.

FORTUNATO, Marinice da Silva. *Uma experiência educacional de auto-gestão: a Escola Moderna nº 1 na sua gênese*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, São Paulo, 1992.

LENOIR, Hugues. A educação libertária. *Revista Educação Libertária*, São Paulo / Rio de Janeiro, Nº 2, março de 2014.

LEUENROTH, Edgard. *O Movimento operário / A Greve de 1917*. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2016.

LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

MORAES, José Damiro de. *A trajetória educacional anarquista na Primeira República: das Escolas aos Centros de Cultura Social*, Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Unicamp, 1999.

MORAES, José Damiro de. Mikhail Bakunin e a Educação na AIT: notas sobre a Instrução Integral. In.: *Anais da XII Jornada do HISTEDBR e X Seminário de Dezembro*, Caxias: HISTEDBR-MA; CESC, 2014.

MORIYÓN, F. G. (org). *Educação Libertária*. Porto Alegre: Artmed, 1989.

PELLOUTIER, Fernand. A obra das Bolsas de Trabalho. In: CHAMBAT, Grégory. *Instruir para revoltar: Fernand Pelloutier e a educação rumo a uma pedagogia de ação direta*. São Paulo: Imaginário / Faisca, 2006a.

PELLOUTIER, Fernand. O ensino em sociedade libertária. In: CHAMBAT, Grégory. *Instruir para revoltar: Fernand Pelloutier e a*

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

educação rumo a uma pedagogia de ação direta. São Paulo: Imaginário / Faísca, 2006b.

PINHO, Adelino Tavares. *Pela educação e pelo trabalho e outros escritos*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2012.

RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1979.

SANTOS, Luciana Eliza dos. *A trajetória anarquista do educador João Penteador: leitura sobre educação, cultura e sociedade*. Dissertação de Mestrado, FE-USP, São Paulo, 2009.

SILVA, Rodrigo Rosa da. *Anarquismo, ciência e educação: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação/USP, São Paulo, 2013.

SOLÀ, Pere. *Las escuelas racionalistas em Catalunya (1909-1939)*. Barcelona: Tusquets, 1978a.

SOLÀ, Pere. *Francesc Ferrer i Guàrdia i l'Escola Moderna*. Barcelona: Curial, 1978b.

14. Movimentos sociais regressivos e potencialidadesfascistizantes no Brasil contemporâneo¹³⁷

Jeferson Rodrigues Barbosa¹³⁸

Introdução

O “Movimento Brasil Livre” (MBL) e os “Estudantes pela Liberdade” (EPL) vem se destacando nos últimos anos nos meios de comunicação e nos espaços de debates sobre política, em âmbito nacional e de forma crescente. Fundados recentemente, eles podem ser conceituados como *think tanks*, segundo a terminologia da Ciência Política e da Sociologia para a denominação de órgãos de formação de opinião e centros e instituições de pesquisa independentes. Porém, suas iniciativas de mobilização e ações coordenadas possibilitam a investigação e interpretação de que estas organizações tem o potencial fascistizante de atuarem como movimentos sociais regressivos, na defesa de agenda política com elementos liberais e conservadores.

Os movimentos sociais são geralmente identificados como estrutura organizativa de grupos que objetivam mudanças nas instituições, o que fazem pelas agendas políticas e formas de intervenção na sociedade política e na sociedade civil. Entretanto, alguns movimentos sociais destoam da identificação com reivindicações progressistas, por direitos civis, ou de busca por direitos voltados a minorias étnicas ou grupo

¹³⁷ Edição revista e ampliada do texto publicado na Revista Lutas Sociais, n^o 36, PUC-SP, no ano de 2016.

¹³⁸ Doutor em Ciências Sociais pela Unesp, professor de Teoria Política do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE) da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp, *campus* Marília. E-mail: jrb@marilia.unesp.br

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

socioeconômicos desfavorecidos. São movimentos orientados por tendências políticas regressivas e valores reativos. Influenciados por valores liberais e conservadores, e de reação aos pressupostos democráticos, os movimentos sociais regressivos são expressão de forças políticas sustentadas em concepções intransigentes e autocráticas.

Este capítulo resulta de pesquisa que tem como proposta a análise das relações entre *think tanks* internacionais e brasileiros, e os novos movimentos sociais regressivos, com destaque para o MBL e o EPL. É realizada por meio da análise dos conteúdos vinculados em *sites* oficiais e nos documentos que orientam as atuações desses movimentos, como o “Manual de Instruções para Filiais Municipais - MBL”, lançado em 2015.

Na atualidade, importantes *think tanks* têm destaque nos Estados Unidos (FINGUERUT, 2008; TEIXEIRA, 2007; MATTEO, 2011). Dedicados à promoção de ideias liberais, estas instituições de formação de opinião, *think tanks*, são voltadas à persuasão e formação de novos consensos, intervindo nos campos da cultura, religião, economia, direitos civis, entre diversos temas. Estes grupos, exercendo influência internacional, ganharam grande força nos debates da opinião pública vinculados nas mídias, com estruturas organizacionais, de comunicação e propaganda, muitas atuando em âmbito nacional e internacional.

No contexto contemporâneo, a propagação de concepções conservadoras e liberais destas organizações ecoaram de forma polifônica, à direita do espectro político, pela defesa da chamada “liberdade” da sociedade de mercado.

Os ativistas das referidas organizações apresentam-se como libertários ou libertarianos, numa interpretação de que o neoliberalismo tem como pressuposto a defesa da liberdade econômica e, aqueles, além do primado “da mão invisível do

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

mercado”, defendem principalmente, as liberdades políticas sustentadas por um “Estado mínimo” e liberdades jurídicas, na valoração dos direitos individuais.

As modalidades de ativismo político, instrumentalizados por tendências da direita e voltados à defesa de valores libertários ou conservadores, podem ser focados sob a perspectiva de investigação crítica, na busca pela compreensão de seus modos de mobilização, organização e financiamento.

Os procedimentos de organizações que trabalham com divulgação da concepção da denominada “defesa da liberdade” na atualidade, podem ser analisados também nas atividades, por exemplo, da *Cato Institute*, a *Kock Foundation* e a *Atlas Economic Reserch Foundation*, que estão articuladas aos centros de pesquisa *Leadership Academy* e ao *Institute for Humans Studies*.

A Atlas possui como extensão de suas atividades a Atlas Network, que financia uma rede de *think tanks* atuantes em vários países da América Latina, da Europa, Ásia e África. Entre elas, a *Students for Liberty*, organização de origem estadunidense, com atuação e articulação com organizações congêneres em diversos países, com destaque para a atuação em países latino-americanos, como o Brasil.

A compreensão da rede de colaboracionismo e financiamento de mobilizações de ativistas de direita, assim como a identificação de *think tanks* atuantes no Brasil, tem como potencial revelar dados que podem ser instrumentalizados para o conhecimento e antagonização nos embates contra lideranças, partidos políticos e movimentos sociais regressivos atuantes na contemporaneidade.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Arqueologia dos *thinks tanks* brasileiros

Os pioneiros think tank nacionais são o Instituto Friedrich Naumann, o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e o Instituto Liberal (IL).

O Instituto Liberal, fundado em 1983 pelo empresário Donald Stewart Jr. Este, também foi proprietário da Companhia de Engenharia, Comércio e Industria (ECISA) - uma das principais empresas durante a Ditadura Militar a se associar com empreiteiras norte-americanas para construção de obras na região Nordeste do Brasil, nos projetos da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). A participação de empresas dos EUA nas obras capitaneadas pelo regime era exigência da USAID, são fundamentadas nas informações presentes na tese de doutorado intitulada “A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro 1964-1985” (CAMPOS, 2012).

Donald Stewart Jr. foi membro da Sociedade Mont Pélerin, fundada na França em 1947 para o combate às ideias de esquerda no meio acadêmico e para a defesa da sociedade de livre mercado. Entre seus fundadores e membros de destaque constam o famoso sociólogo Raymond Aron e o próprio economista Augusto Von Hayek, um dos pais do neoliberalismo (ANDERSON, 1995).

Donald Stewart Jr., se destacou em sua trajetória pela articulação de iniciativas com o intelectual de origem argentina, naturalizado estadunidense, Alexandro Chaufen, também membro da sociedade Mont Pelarin. Este último, foi realizador de importantes iniciativas empresariais, como a criação de instituições de ensino superior na América Latina, voltadas ao proselitismo liberal. Como a Universidade na Guatemala, da qual se origina Gloria Álvarez, ativista pelas “ideias da

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

liberdade” e uma das lideranças do movimento Cívico Nacional da Guatemala¹³⁹.

Alexandro Chaufen, por sua vez, chegou ao posto de Presidente da citada *Atlas Network*, ligada a *Atlas Economic Reserch Foundation*.

A *Atlas Network* atua em vários países latino-americanos, sobretudo no Brasil, e mantém articulações com os Estudantes pela Liberdade, o Movimento Brasil Livre e o Movimento Vem Pra Rua, entre outras organizações atuais, que vem se consolidando na sociedade civil. Algumas delas, como o Millenium (PATSCHIKI, 2014) e o MBL, com espaços de atuação de destaque também no âmbito do legislativo e do executivo.

Willian Ling é outro importante personagem na história política brasileira contemporânea e na arqueologia dos *think tanks* liberais no Brasil. Seu ativismo merece destaque, pois em 1984 fundou outro instituto de opinião pública pioneiro no Brasil, o Instituto de Estudos Econômicos (IEE). Organização promotora do Fórum da Liberdade, desde a década de 1980. Seu irmão, Wiston Ling, é fundador do Instituto Liberdade do Rio Grande do Sul. Seu filho, Antony Ling, é um dos fundadores dos Estudantes da Liberdade - Brasil

A articulação e conexão entre muitos *think tanks* brasileiros é evidenciada na trajetória da atuação pioneira do empresário Willian Ling no IEE e na iniciativa da organização do já consolidado Fórum da Liberdade, propiciando vínculos com organizações políticas, redes de empresários, intelectuais e comunicadores. Estas organizações nacionais exerceram papel essencial para a formação de valores que sustentam uma

¹³⁹ Glória Álvarez participou de palestra em 2014 no Instituto FHC com a presença do próprio Fernando Henrique Cardoso, na primeira fileira do auditório (AMARAL, 2015).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

reforma intelectual e moral regressiva e uma reorganização do Estado e da economia, sob princípios liberais.

No Brasil, a criação de *think tanks* liberais datam do final da década de 1970 a início da década de 1980, como apontado.

Figuras notórias nestas experiências pioneiras na história política nacional são alguns membros da família Beltrão.

Na atualidade Helio Marcos Coutinho Beltrão é um dos fundadores do Instituto Milenium e fundador do Instituto Mises - Brasil.

Seu pai, Helio Marcos Pena Beltrão, foi Ministro do Planejamento de Costa e Silva, ocupando também postos ministeriais no governo ditatorial de Figueiredo. Foi também membro do Conselho Administrativo do Grupo Ultra, companhia de origem norte-americana, que deu suporte à repressão e violência do regime civil-militar brasileiro.

O Grupo Ultra, é um dos financiadores do MBL e estava no anúncio dos patrocinadores do 2º Congresso Nacional desta organização.

O Instituto Mises - Brasil também é referenciado, ao lado do Instituto Liberal, como “parceiros” no documento “Manual de Instruções para Núcleos Municipais - MBL”, lançado em 2015.

A identificação dos protagonistas pioneiros em iniciativas no campo de defesa de pressupostos liberais e conservadores, propalados por instituições de formação de opinião pública, são entendidas aqui na acepção gramsciana de aparelhos privados de hegemonia. E apresentam-se como relevante objeto de investigação no campo da Ciência Política, na perspectiva de compreensão de suas formas de organização, mobilização.

Para Gramsci: “[...] a estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

similar às ‘trincheiras’ e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição” (GRAMSCI, 2002, p. 24).

No cenário contemporâneo, principalmente após o Golpe de Estado de 2016, um sofisticado complexo de aparelhos privados de hegemonia proporciona também sustentação para o Estado de Exceção em vigência¹⁴⁰, na articulação entre poderes executivos e empresariais para a ampliação de ferramentas diretivas para persuasão no campo política e da cultura.

Estudantes pela Liberdade e Movimento Brasil Livre (MBL): gênese e função social dos aparelhos privados de hegemonia

No contexto contemporâneo nacional, entre *think tanks* e movimentos políticos novos, a atuação de novos grupos, que repercutiram com destaque nas manifestações contra o governo do Partido dos Trabalhadores entre 2015 e 2016, se destacou a organização brasileira, Movimento Brasil Livre, ligado aos Estudantes pela Liberdade Brasil (EPL), articulados por sua vez à organização internacional *Students for Liberty*.

As iniciativas iniciais para a organização dos Estudantes da Liberdade - Brasil teve origem, segundo o *site* oficial, em grupos de estudos universitários, em instituições públicas, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde estudaram Fábio Ostermann e Anthony Ling, na Universidade de Brasília, entre outras instituições de ensino superior. A partir de 2012, o

¹⁴⁰ “Longe de responder a uma lacuna normativa, o estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação da normal. A lacuna não é interna a lei, mas diz respeito a sua relação com a realidade, a possibilidade mesmo de sua aplicação. É como, se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação, e que, e caso extremo, só pudesse ser preenchido pelo estado de exceção, ou seja, criando uma área onde essa aplicação é suspensão, mas onde a lei, enquanto tal permanece em vigor.”. (AGAMBEN, 2004, p. 49)

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

EPL-Brasil, se articulou com outro *think tank* nacional recente, denominado Ordem Livre. Os dois grupos realizaram, desde então, encontros para formação de lideranças.

Em 2015 o EPL realizou, segundo seu *site*, iniciativas para cooptar estudantes em escolas, faculdades e universidades, para formação de grupos, fornecimento de estrutura e suporte para o desenvolvimento de atividades para defesa da chamada “sociedade livre”. Segundo o *site* do EPL - Brasil, visando a “[...] adaptar para o contexto brasileiro o modelo de sucesso de eventos semelhantes promovidos no exterior para a divulgação das ideias de liberdade”.¹⁴¹

O EPL - Brasil apresenta-se no próprio *site* como uma organização sem fins lucrativos, apartidária e privada, voltada para o que denomina de “empoderar jovens estudantes libertaristas”, oferecendo, treinamento presencial e *on-line*, técnicas de oratória, técnicas de gestão e convívio sociais, formação de grupos de estudo, encontros entre os coordenadores.

Na fundação e organização do EPL-Brasil destaca-se a liderança de Fabio Ostermann, Juliano Torres e Anthony Ling, filho do empresário Willian Ling. Este, proprietário do Grupo Empresarial Évora, uma das redes empresariais que financiam o EPL-Brasil e do MBL.

Anthony Ling e Ostermann também se destacam como articulista do Instituto Millenium e do Instituto Von Mises.

O *site* do EPL-Brasil diz: “Quem somos: Organização apartidária que propõe, a partir da academia, formar e promover uma ordem social harmônica, livre, ancorada nas liberdades individuais e na propriedade privada”.

Seus objetivos de atuação são apresentados também no *site*:

¹⁴¹ ESTUDANTES PELA LIBERDADE BRASIL. História. Disponível em: <<http://www.epl.org.br/sobre/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

Temos por objetivo possibilitar o acesso dos jovens brasileiros às ideias que fundamentam a sociedade livre na qual pretendemos viver. Para tanto, temos por foco as seguintes atividades: Consultoria e assistência a estudantes que desejam formar grupos em suas respectivas regiões; Palestras e *workshops* em escolas, entidades estudantis e associações profissionais; Rede de contatos entre estudantes, palestrantes, acadêmicos, intelectuais e entidades de âmbito nacional; Realização e participação em eventos e campanhas; Fornecimento de recursos educacionais, como livros e apostilas; Premiações para grupos que realizarem bons trabalhos.¹⁴² (ESTUDANTES PELA LIBERDADE BRASIL, 2017)

Entre os programas de expansão da referida organização, são destacadas as conferências em âmbito nacional, estadual e regional, bem como o programa itinerante denominado “Liberdade na estrada”, para divulgar atividades e valores apregoados pela organização, a disponibilização de *E-books* e, ponto que merece destaque, o projeto “Coordenadores de campus”, cujos detalhes são:

Programa de Coordenadores dos Estudantes Pela Liberdade tem como objetivo empoderar estudantes do ensino médio e universitário que buscam tornar-se lideranças e inovar no ativismo pela liberdade. Nós temos três níveis dentro do Programa: Coordenador Regional, Estadual e

¹⁴² As referências aqui citadas do *site* dos “Estudantes pela Liberdade - Brasil” foram estudadas em 2016 para publicação de artigo sobre este mesmo objeto de estudo. Neste fim de 2017, ao consultar o site do EPL-Brasil, apresentou mudanças em seus conteúdos. ESTUDANTES PELA LIBERDADE BRASIL. História. Disponível em: <<http://www.epl.org.br/sobre/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Local, mas abrimos semestralmente seleção para Coordenador Local. Estes são os estudantes que nós treinamos e empoderamos para fazer parte ativamente do movimento estudantil pela liberdade e que poderão ter a chance no semestre seguinte de avançar na carreira do programa. (ESTUDANTES PELA LIBERDADE BRASIL, 2017)

Consta no *site* que o projeto oferece a possibilidade de participação em eventos internacionais para os líderes de maior destaque, encontros “como os treinamentos da Atlas Network nos Estados Unidos, treinamentos da Fundação Friedrich Naumann na Alemanha e França, a Conferência Internacional do SFL em Washington, curso de liderança de três meses na Universidade Georgetown, entre outros”.

Entre as novas lideranças, no campo da direita, se destacam os fundadores e protagonistas da organização Movimento Brasil Livre (MBL), como Kim Kataguiri, Fernando Holiday e Fábio Ostermann. Este último merece mais atenção, interpretado aqui como um intelectual orgânico de importantes *think tanks* brasileiros ligados ao “libertarismo”. Seu currículo evidencia as conexões entre ativistas brasileiros e centros de pesquisa e instituições de formação de opinião pública internacionais, que intervêm em muitos países, buscando influência nos campos econômico, político e cultural. Segundo a página de Fábio Ostermann na internet, ele é advogado e graduado em Liderança para a Competitividade Global pela Georgetown University (EUA) e em Política e Sociedade Civil pela International Academy for Leadership (Alemanha).

Consta na página virtual de Fábio Ostermann:

Foi Koch Summer Fellow na Atlas Economic Research Foundation (Washington, DC), Diretor Executivo do Instituto Liberdade, Curador da Mostra Cultural do 24º Fórum da

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Liberdade, Diretor de Formação e Conselheiro Fiscal do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), Diretor Executivo do Instituto Ordem Livre e Coordenador Nacional do Movimento Brasil Livre (MBL), entidade da qual foi o fundador. É co-fundador da rede Estudantes Pela Liberdade, tendo sido o primeiro presidente de seu Conselho Consultivo, associado honorário do IEE, Vice-Presidente do Instituto Liberal (IL) e Diretor Executivo da Fundação do Partido Social Liberal (PSL).¹⁴³

Para 2016, o *site* do Estudantes pela Liberdade - Brasil apresenta dados sobre as iniciativas da referida organização em âmbito nacional. Conferências estaduais estão programadas nas cidades de Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Manaus, Brasília, João Pessoa, Recife e Salvador.¹⁴⁴ Ocorreram também atividades de formação de lideranças, conforme o *site*, com a participação das melhores trinta lideranças, que ficaram cinco dias em hotel em Petrópolis para capacitação de seus membros, visando à formação de lideranças a nível nacional, regional e local.

No Brasil contemporâneo, quando observamos o êxito e a rápida projeção de novas organizações de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL), é pontual a identificação de suas táticas e métodos de atuação e seus correligionários no Brasil e no exterior que oferecem modelos, formas, instrumentos e recursos para o ativismo político.

A organização MBL, assim como o EPL-Brasil, oferece suporte, estrutura e ferramentas formativas, presenciais e

¹⁴³ OSTERMANN, F. Disponível em: <<http://www.fabioostermann.org/>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

¹⁴⁴ ESTUDANTES PELA LIBERDADE. Conferências Estaduais. Disponível em: <<http://epl.org.br/conferencias-estaduais/>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

através de plataformas *on-line*, destacando-se pelo suporte de comunicação e educação *on-line*, que disponibiliza aos usuários:

Aprenda conosco. Fazer parte do MBL também significa ensinar e aprender com toda a comunidade do movimento. Cursos, discussões presenciais e *on-line* e diversas outras plataformas de aprendizado e formação são disponibilizadas para aqueles que querem ter como norte ideias bem fundamentadas para mudar a realidade política do país.¹⁴⁵

A perspectiva de preparação de quadros é estruturada com iniciativas que buscam mobilizar simpatizantes e integrante. O *site* oferece para os colaboradores “Planos mensais de contribuição”, com livros, boletins de análise de conjuntura, os referidos cursos presenciais *on-line* e presenciais, e direito a voto em algumas deliberações da organização. São três planos de arrecadação de fundos financeiros, entre trinta a duzentos e cinqUenta reais. E a oferta de produtos e possibilidades de participação é relativa aos valores do donativo.¹⁴⁶

Iniciativa também estimulada para preparação dos seus militantes pode ser evidenciada no *link* “Protagonismo”, onde é divulgado o convite para envios de vídeos e artigos, sendo os melhores materiais selecionados e divulgados no site do MBL. São também incentivados “campeonatos de debates que visam capacitar os membros da organização”. Segundo o *site*, os melhores qualificados nestas modalidades formativas receberão “premiações como recompensa as suas performances”:

¹⁴⁵ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Aprenda conosco. Disponível em: <<http://mbl.org.br/participe/>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

¹⁴⁶ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Conheça nossos planos mensais. Disponível em: <http://mbl.org.br/participe/>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Debates. Você poderá participar do campeonato anual de debates do MBL, melhorando sua postura nas discussões e aprimorando a forma com a qual defende suas ideias. Além de se aperfeiçoar, você competirá com pessoas de todo o país, incluindo as lideranças nacionais. Estando entre os melhores colocados, receberá prêmios para recompensar sua performance na disputa.¹⁴⁷

No *site* do MBL, no *link* “Participe”, a organização explicita elementos acerca de sua linha ideológica e dos seus objetivos de formação de quadros de ativistas políticos:

O MBL é constituído pelas propostas e estratégias elaboradas e votadas pelos seus membros, sempre norteadas por ideais liberais. Fazendo parte do movimento você tomará decisões que definirão o destino do movimento e terão impacto direto no presente e futuro da política brasileira.¹⁴⁸

A organização EPL merece mais algumas considerações devido a sua influência na conjuntura contemporânea das manifestações que ocorreram no Brasil nos últimos anos e, em países vizinhos, como a Venezuela, por exemplo.

Origens e articulações

A *Students for Liberty* começou a ser articulada em 2008, nos Estados Unidos, na Universidade da Columbia. Foi organizada pela Koch Summer Fellowship, no denominado *Institute for Humane Studies*, por iniciativa de dois “ativistas

¹⁴⁷ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Participe. Disponível em: <<http://mbl.org.br/participe/>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

¹⁴⁸ MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Decida o futuro. Disponível em: <<http://mbl.org.br/participe/>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

pela Liberdade”, chamados Alexander Mc Cobin e Sloane Frost. Suas propostas foram a criação de condições e estrutura para formação política por meio de conferências anuais, internacionais e regionais para a promoção da liberdade individual, treinamento de liderança, distribuição de literatura e desenvolvimento de ciclos de palestras. Segundo o *site*:

Estudantes Pela Liberdade é uma rede crescente de estudantes pró-liberdade de todo o mundo. Nossa missão é educar, desenvolver e capacitar a próxima geração de líderes de liberdade. Somos a maior organização estudantil libertário no mundo. Nós conseguimos isso através de uma estratégia de capacitação, identificando os principais líderes estudantis e para treiná-los para serem agentes de mudança em suas comunidades. O que começou como uma pequena reunião de jovens líderes tornou-se um movimento internacional de estudantes com quase 3.000 grupos de estudantes locais e mais de 1.400 líderes ao redor do mundo, com operações em todos os continentes habitados. Estudantes Pela Liberdade é uma rede crescente de estudantes pró-liberdade de todo o mundo.¹⁴⁹

O Estudantes pela Liberdade norte-americano, segundo seu site, estão em mais de 699 organizações em diversos países e continentes, como Europa, Ásia e América Latina.

Na Venezuela, a atuação da rede de financiamento de organizações de ativistas de direita, no campo liberal e libertarista, também merece destaque.

No *site* do *think tank Cato Institute*, constam referências ao apoio às mobilizações contra o governo daquele país. Como por exemplo, destaque dos meios de comunicação ao jornalista

¹⁴⁹ ESTUDANTES PELA LIBERDADE. Sobre nós. Disponível em: <<http://studentsforliberty.org/about/>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

oposicionista Oscar Torrealba. E evidenciando o apoio para a formação de quadros de ativistas na Venezuela, a premiação ao oposicionista venezuelano Yon Goicoechea, congratulado como “líder estudantil pró-democracia”, recebendo o prêmio Milton Friedman 2008: “Avançando com a Liberdade”, patrocinado pelo mesmo Cato Institute.¹⁵⁰

Consta em dados de reportagem do *site* Rede Brasil atual que o ativista Goicoechea captou mais de quinhentos mil dólares para o suporte de recursos aplicados nas manifestações contra o governo venezuelano (TOLEDO, 2016).

A consulta ao *site* dos *Students for Liberty* revela seus pressupostos e valores voltados para a defesa da promoção uma “ordem social” baseada na “defesa das liberdades individuais e da propriedade privada”, através da “formação de lideranças”, articulação de palestras, workshops e a distribuição de recursos educacionais, como livros e apostilas. Modelo semelhante ao divulgado no site EPL-Brasil.

Canais da imprensa brasileira têm dado destaque aos protestos que marcaram a sociedade brasileira nos últimos dois anos. A revista *Carta Capital*, numa notícia veiculada em 13 de março de 2015, intitulada “Quem está por trás dos protestos dia 15”¹⁵¹, faz referência à articulação de dois empresários norte-americanos, os irmãos Koch, detentores de grandes empresas e concentração de capital. Os irmãos Koch financiam instituições como o *think tank* Atlas Network, Instituto de Ciências Humanas, que deu suporte às ações e encontros que estimularam a criação dos *Students for Liberty*, nos EUA.

¹⁵⁰ CATO INSTITUTE Yon Goicoechea: vencedor do prêmio Milton Friedman 2008. Disponível em: <<http://www.cato.org/friedman-prize/yon-goicoechea>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

¹⁵¹ CARTA CAPITAL. Quem financia os protestos do dia 15. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/quem-esta-por-tras-do-protesto-no-dia-15-3213.html>>. Acesso em: 17 mai. 2016

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Os irmãos Koch, curiosamente, têm atividades na exploração de óleo gás oleoduto produtos químicos e fertilizantes. O documentário *Brothers Koch*, disponível no canal YouTube, traz informações sobre a dimensão dos negócios do grupo empresarial comandado pelos empresários aqui referidos.

Muito interessante a correlação de interesses e de apoio entre as organizações referenciadas, evidenciando ações coordenadas eficazes, que devem ser observadas com atenção, pois revelam elementos para a compreensão das dinâmicas deste “ativismo pela liberdade” financiado com recursos de redes empresariais, que sustentam iniciativas de interesses de âmbito internacional (TOLEDO, 2016).

A atuação de *think tanks* no Brasil, como apontado, entretanto, não é novidade do recente cenário político.

As referidas organizações nacionais aqui citadas, como a Ordem Livre, Instituto Von Mises, Estudantes pela Liberdade e Movimento Brasil Livre (MBL), mesmo com particularidades e dimensões variadas no alcance de suas iniciativas, desenvolvem iniciativas de um proselitismo pró-mercados, pró-privatizações e de críticas embasadas no fundamento de um modelo de “Estado mínimo”, como pode ser observado no link “Propostas de políticas públicas do MBL”.¹⁵²

Estas novas organizações têm ligações com *think tanks* pioneiros no país no campo do ativismo político liberal. Isso possibilita um acúmulo de experiências, infraestrutura e recursos empregados por quase três décadas no Brasil, no sentido de desenvolvimento de aparelhos privados de hegemonia da burguesia para a projeção de pautas para uma agenda política com explícito interesse de classe.

¹⁵² MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Propostas. Disponível em: <<http://mbl.org.br/propostas/>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Institutos, aparelhos e *think tanks* de direita e a atualidade da perspectiva de luta de classes

O Instituto Liberal - o primeiro *think tank* brasileiro -, foi criado em 1983, por Donald Stewart Jr., e é um dos articuladoras e apoiadores do MBL. Livros de Donald Stewart são recomendados como bibliografia obrigatória para os recrutas do MBL.

O Instituto de Estudos Econômicos (IEE), fundado por Willian Ling, atuante institucionalmente desde de 1984, promove com periodicidade o “Fórum da Liberdade”, atividade de divulgação da sociedade de livre mercado e da defesa dos direitos individuais.

Em 2013, o IEE foi reconhecido pela Revista Forbes¹⁵³ e pelo Programa Think Thank e a Sociedade Civil da Universidade da Pensilvânia¹⁵⁴, assim como o Instituto Von Mises e o Instituto Millenium, como importantes centros de formação de pesquisa e opinião na América Latina. A referida publicação da Universidade da Pensilvânia é um *index*, onde os mais importantes *think thanks* são publicados com periodicidade anual, revelando as instituições mais importantes

¹⁵³ REVISTA FORBES. Thinking about Think Tanks: Which ones are the best? 2013 edition. Revista Forbes. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/alejandrochafuen/2014/01/30/top-free-market-think-tanks-combat-the-hegemony-of-the-bureaucrats-2/#3281f8125ca9>>. Ranking The Top Latin American, Free-Market Oriented Think Tanks Revista Forbes. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/alejandrochafuen/2013/03/06/ranking-the-top-latin-american-free-market-oriented-think-tanks/#73ff575c6c00>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

¹⁵⁴ Global go to Think Tank Index Report, 2013 Think Tanks and Civil Societies Program International Relations. Program University of Pennsylvania Disponível em: <<http://gotothinktank.com/dev1/wp-content/uploads/2014/01/GoToReport2013.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

na América do Sul, com destaque, além do Brasil, para organizações na Argentina e na Venezuela.

Muito interessante é esta correlação entre grupos, organizações e estratégias destes intelectuais e organizações.

No Brasil, especificamente, boa parte desses intelectuais libertaristas são responsáveis pelas táticas e estratégias de persuasão, que colaboram para a projeção de pautas uníssonas, propaladas pelas atividades militantes, com o suporte de articuladores e mantenedores.

Importante destacar que grandes meios de comunicação, como o jornal Folha de São Paulo, abrem espaços para ativistas destes referidos *think tanks*, como Kim Kataguiri, uma das lideranças do Movimento Brasil Livre (MBL).

O *site* do Movimento Brasil Livre informava inicialmente que este também era um movimento apartidário, destacando as lideranças de Kim Kataguiri, Fernando Holliday, Fábio Ostermann, Renan Santos, entre outros.

O MBL, entretanto, em 2016 apoiou e elegeu candidatos em eleições municipais em algumas cidades.¹⁵⁵

O jornal *El País*, em sua edição brasileira, publicou um artigo intitulado “Movimento Brasil Livre: ‘Dilma deve cair até o fim do ano.’”, fazendo referência à entrevista realizada pelo referido jornal com as duas das lideranças do MBL, Fernando Holiday e Fábio Ostermann. Ambos afirmaram na entrevista que a “prioridade era retirar do poder a Presidenta Dilma Rousseff” e, segundo a publicação do referido jornal, Ostermann e Holiday destacaram que o MBL lançaria candidatos nas próximas eleições municipais e não descartam fundar um partido.¹⁵⁶

¹⁵⁵ MBL. Parlamentares. Disponível em: <<https://mbl.org.br/parlamentares/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

¹⁵⁶ EL PAÍS-Brasil. Movimento Brasil Livre: ‘Dilma deve cair até o fim do ano’. Disponível em:

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Os resultados das eleições municipais de 2016 revelaram que os propósitos desta nova organização, o MBL, foram alcançados, demonstrando não somente seu potencial eleitoral¹⁵⁷, mas também as contradições e ilegalidades que marcam esta nova organização¹⁵⁸.

O MBL se consolidou no ano de 2016 como uma nova força política, entre as novas organizações de direita. Inicialmente se apresentando como anti-partidário, o movimento lançou nas eleições municipais do referido ano 45 candidatos, sendo um para prefeito e 44 para vereadores. A maior parte dos candidatos apoiados pelo MBL são do PSDB e do DEM. As vitórias foram alcançadas na prefeitura de uma cidade do interior de Minas Gerais, Monte Sião, e em sete cidades diferentes, elegendo 7 vereadores, sendo dois no Rio Grande do Sul, nas cidades de Sapiranga e Porto Alegre, dois no Paraná, nas cidades de Londrina e Maringá, e três em São Paulo, nas cidades de Rio Claro, Americana e na capital Paulista. As vitórias mais significativas: a eleição em duas capitais, Porto Alegre, elegendo o candidato Ramiro Rosário, com 4,6 mil votos, e em São Paulo, com Fernando Silva Bispo, o Fernando Holiday, 48 mil votos.

<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/14/politica/1439580832_993126.html>. Acesso em: 17 mar. 2016.

¹⁵⁷ CARTA CAPITAL. MBL elegeu 8 de seus 45 candidatos. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/mbl-elegeu-oito-de-seus-45-candidatos>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

¹⁵⁸ LOPEZ, P; SEGALLA, V. Líder do MBL responde a mais de 60 processos e sofre cobrança de R\$ 4,9 Milhoes. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/08/mbl-sofre-acao-de-despejo-e-um-de-seus-lideres-tem-divida-de-r-44-milhoes.htm>>.

Acesso em: 01 nov. 2016. FERREIRA Edson, Ministério Público Estadual apura suposta compra de votos do vereador eleito Felipe Barros. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/bondenews/politica/londrina-mpe-apura-suposta-compra-de-votos-do-vereador-eleito-filipe-barros-426404.html>>.

Acesso em: 01 nov. 2016.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

O êxito nas formas de intervenção política do MBL exige do analista a investigação dos métodos e princípios organizativos que o orientam. Para isso, o estudo dos documentos do MBL são fontes importantes para uma melhor compreensão das formas de ações coordenadas dos militantes pela “liberdade”.

Manual de Instruções para Filiais Municipais - MBL

Em 2015, após um ano do lançamento oficial como movimento político, o MBL publicou o Manual de Instruções para Filiais Municipais, seu documento de resoluções e orientações organizativas, visando claramente com este intento a coordenar e orientar uma estratégia de formação de núcleos e células em nível nacional e articulados.

O documento, elaborado e difundido no contexto turbulento de crise do PT e da gestão presidencial de Dilma Roussef, tem como conteúdos iniciais uma breve contextualização histórica, guiada pela afirmativa que o país passava então por “um período crucial” e que as contradições do “projeto de poder do PT” propiciou: “A formação de uma nova massa crítica intelectual, somada ao previsível fracasso do modelo econômico petista, motivou a reorganização das forças políticas de oposição” (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 09)

Ele é dividido em cinco itens, denominados: “1 - Programa ideológico, 2 - Organização formal, 3 - Atuação prática: ocupação de espaços. 4 - Encerramento formal dos líderes municipais, 5- Parceiros.”. O manual de militância do MBL, já na introdução destas diretrizes voltadas para nortear a militância dos “ativistas pela liberdade”, explicita o chamado à tomada de posição para que a atuação política fundamentada na práxis liberal seja orientada a que a intervenção do militante ocorra em consonância com os pressupostos da organização.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Se destaca em todo o conteúdo desta fonte primária de investigação a proposição de valorização dos municípios como espaços privilegiados de atuação, segundo o documento. Para os “novos ativistas políticos do século XXI”, a diretiva para a valorização e priorização da atuação em âmbito municipal, são ressaltadas na afirmativa: “O Movimento Brasil Livre (MBL) busca fazer seu papel ao trazer o embate político baseado em ideias e valores liberais para o âmbito municipal, onde o estado pode ser provocado e transformado com maior eficácia” (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 09).

Os partidos da direita política brasileira, como o Partido Social Cristão (PSC), o DEM e o Partido Novo, são apresentados como organizações que flertam com o programa liberal, mas são considerados ainda em “processo de preparação e adesão para uma agenda liberal. Segundo o Manual: “Acelerar esse processo é a meta do MBL” (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 09).

A formação de novos quadros de militantes pró-liberalismo é a meta deste aparelho privado de hegemonia, orientado para a formação de intelectuais orgânicos da burguesia dependente.

Segundo o manual, “O objetivo do MBL neste contexto é recrutar e formar a nova massa crítica que irá transformar o cenário político do país. Mas sabemos que apenas por meio de um trabalho de base consistente e organizado”. (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 10)

O primeiro tópico, chamado “Programa ideológico”, traz citações do “Estatuto do MBL”, outro documento fundamental para um estudo crítico dos parâmetros que regem a organização. No “Estatuto” do MBL, quando são citadas as finalidades do movimento, consta no artigo 2º, inciso 1:

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

§ 1º - para a consecução de suas finalidades, o movimento brasil livre poderá sugerir, promover, colaborar, coordenar ou executar ações e projetos visando difusão dos seguintes princípios: “I. Todo indivíduo tem direito (a) à vida, origem de todos os outros direitos; (b) à liberdade de agir e buscar sua felicidade como lhe convier; e (c) à propriedade, fruto legítimo de sua vida e sua liberdade; e II. Para que esses direitos sejam respeitados, é essencial que nenhum indivíduo ou grupo inicie o uso de força ou fraude contra outrem”. (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 11).

Entretanto, reportagens jornalísticas críticas a organização destacaram que o fundador e principal líder do MBL, Renan Santos, é réu em dezenas de processos judiciais e é devedor de aproximadamente quatro milhões e meio de reais em ações trabalhistas e dívidas relacionadas a iniciativas empresariais por ele dirigidas.¹⁵⁹

As bandeiras defendidas pelo movimento são apresentadas em 14 itens, com destaque da defesa da proposta de criação de partidos políticos regionais, o fim do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), do alistamento militar e voto obrigatório, a defesa da revogação do estatuto do desarmamento e a privatização de todas as empresas estatais ou de economia mista.¹⁶⁰ Os valores e princípios:

¹⁵⁹ UOL “Líder do MBL responde a mais de sessenta processos e sofre cobrança de 4,9 milhões de reais”. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/08/mbl-sofre-acao-de-despejo-e-um-de-seus-lideres-tem-divida-de-r-44-milhoes.htm>>.

Acesso em: 21 out. 2017.

¹⁶⁰ MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS - MBL, p, 13, 2015. “• Redução e simplificação da carga tributária; • Federalismo político e descentralização administrativa, em respeito ao princípio da

Valores: • Liberdade e responsabilidade • Paz e proteção a direitos individuais • Livre iniciativa e empreendedorismo • Incentivo ao trabalho e respeito à propriedade privada • Igualdade perante a lei • Democracia

Princípios: • Autonomia do indivíduo e liberdade contratual • Livre iniciativa • Primazia do indivíduo e da sociedade sobre o Estado • Livre mercado • Respeito à propriedade privada • Eficiência • Inovação • Transparência • Meritocracia • Estado de Direito • Democracia representativa • Federalismo • Visão de longo prazo”.
(MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 12)

No tópico “O que é um núcleo local do MBL”, os núcleos são apresentados como espaços para que os militantes “[...] atuem em suas respectivas municipalidades”, “[...] aglutinando forças liberais de forma suprapartidárias”. Seu objetivo é descrito como a formação e congregação de novos

subsidiariedade; • Autonomia contratual para o trabalhador; • Livre concorrência e livre iniciativa; • Fim do fundo partidário e do voto obrigatório; • Liberdade para a criação de partidos políticos, inclusive regionais; • Fim do alistamento militar obrigatório; • Fim das verbas de publicidade estatal que não sejam exclusivamente informes de utilidade pública; • Revogação do estatuto do desarmamento e o reconhecimento do direito de autodefesa do cidadão; • Progressivo aumento da participação do setor privado em serviços públicos passíveis de serem privatizados, tais como educação, saúde, infraestrutura, administração de serviços penitenciários, dentre outros; • Fim dos monopólios estatais e privatização de todas as empresas públicas e sociedades de economia mista; • Fim do BNDES e outros bancos públicos de fomento que servem apenas para gerar distorções no mercado e corromper agentes públicos; • Fim de toda forma de discriminação oficial instituída por meio de cotas raciais, sociais ou de gênero; • Livre comércio com todas as nações do planeta, independente de preferências ideológicas de governos específicos.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

líderes, “bem como organizar a oposição civil e influenciar a oposição partidária”. Cada núcleo é considerado como uma célula de ativismo para a resolução dos problemas de suas municipalidades”.

Seu objetivo é não apenas difundir ideias liberais mas formar e congregar novos líderes, mas também impactar a realidade da política local por meio do ativismo político. Os núcleos municipais do MBL devem, por exemplo, trabalhar para a aprovação de projetos de lei que ampliem o espaço para a liberdade e a escolha do cidadão por meio da abertura ao setor privado de setores como saúde, educação, transporte, meio ambiente, etc.” (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 4).

O documento destaca a finalidade de preparação e formação intelectual dos seus quadros de militantes. É determinado que quando formado e legalizado, os novos núcleos formem uma biblioteca básica, com os seguintes títulos: “As Seis Lições”, livro de Ludwig Von Mises, “O Dinossauro”, de José Oswaldo de Meira Penna, “O que é Liberalismo?”, de autoria de Donald Stewart Jr., “Economia Numa Única Lição”, de Henry Hazlitt, “Pare de Acreditar no Governo” de Bruno Garschagen e “A Lei” de Frédéric Bastiat. Os núcleos são liderados por um coordenador municipal e uma diretoria.

Existem dois critérios colocados como fundamentais e inquestionáveis para aderir à organização e para a avaliação daqueles que pleiteiam abrir uma filial municipal do MBL. A primeira é a proibição de que candidatos a coordenadores municipais não podem ser filados a partidos políticos de esquerda ou estatistas. O segundo critério é que os membros e recrutados desenvolvam conhecimentos na doutrina liberal e nos autores que lhe são referência.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

São também estabelecidas regras para vinculação partidária dos membros dos núcleos MBL. Os coordenadores municipais, caso filiados a partidos considerados neutros, contam com o Manual de Instruções para lhes indicar as siglas partidárias permitidas para possíveis candidaturas dos militantes: são eles: PSDB, DEM, PMDB, PV, NOVO, PSC, PRP, PSB, PPS, PT do B e PRTB.

Os coordenadores municipais são orientados a apresentarem uma justificativa dos motivos da filiação aos partidos considerados neutros. São considerados membros efetivos aqueles que pertencem à diretoria de uma filial municipal. Se filiados aos partidos considerados neutros, determina-se que no máximo, entre os partidos aceitáveis destacados acima, um membro somente de cada partido componha a configuração da diretoria municipal.

No item “Vinculação partidária: regras”, afirma-se que o MBL não possui relação com partido algum. Entretanto, “Dá-se preferência membros efetivos desfiliaados, ou, filiados ao Partido Novo¹⁶¹, ou aos demais citados. Segundo o documento: “Apoiadores e colaboradores podem ter filiação com partidos diversos, excluindo-se, PT, PSOL, PC do B, PSTU, PCO”!

O Manual de Instruções também orienta no aspecto das formas de arrecadação de fundos para as atividades dos núcleos:

Ainda que os custos de manutenção de uma filial do Movimento Brasil Livre possam ser baixos, eles existirão. Buscamos, de nossa parte, intervir o mínimo possível na gestão das finanças

¹⁶¹ Sobre o Partido Novo, Fábio Ostermann, fundador do “Estudantes Pela Liberdade”, é apoiador do Partido Novo nas eleições de 2016. Consultar a Monografia de Conclusão de Curso de Gorges (2017), que mesmo apologética e propagandística a sigla que é objeto do estudo, apresenta um apanhado de dados de utilidade aos pesquisadores e críticos do partido em questão.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

das filiais, e as mesmas poderão fazer uso das mais diversas formas de arrecadação (cursos, doações dos membros, parcerias com comerciantes e empresários em eventos diversos, vendas de camisetas e livros) para arcar com suas atividades. Tal liberdade, porém não é irrestrita. Doações de partidos políticos, vereadores, secretários e prefeitos, bem como de empresas concessionárias de serviços públicos são expressamente proibidos. Não deve-se (*sic!*) confundir, porém, esse tipo de doação interessada com a obtenção de verbas municipais para eventos e iniciativas do grupo. A parceria em pratos limpos com o poder público é, inclusive, recomendada. (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 19-20)

A preocupação com formas padronizadas e ações coordenadas de propaganda, uniformidade e identidade estética são evidenciadas nas “diretrizes para a programação visual para *blogs*, páginas e grupos de Facebook e grupos de Whatsapp, dos núcleos municipais.

O blog é a ferramenta oficial de comunicação do grupo, pois permite a confecção de textos mais complexos, e a publicação de pesquisas e resultados. As postagens do blog deverão ser compartilhadas na página oficial do facebook do grupo, e de lá serão redistribuídas nos mais diversos grupos municipais e regionais, obedecendo a estratégia política da direção municipal. (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 20)

Considerado como principal ferramenta fundamental do MBL, segundo o documento aqui em análise, a rede social Facebook é indicada como espaço para realização de cursos,

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

debates, revisão de textos, atas, articulação de novos membros, através da criação de grupos fechados na referida rede social, nos núcleos municipais, com o nome oficial da filial; “nele, os membros efetivos, apoiadores e colaboradores criarão massa crítica e desenvolverão seu planejamento diário para a consecução de seus objetivos:

A aparição oficial do grupo dá-se na forma do lançamento de sua página, que deverá ser compartilhada seus membros e apoiadores. Será também anunciada na página oficial do Movimento Brasil Livre e nas páginas de outros grupos municipais-irmãos, fortalecendo as ligações e criando sinergia. A página de facebook é um importante instrumento de divulgação das ideias do movimento. Assim, poder-se-á compartilhar textos e imagens que possuem consonância com o ideário liberal do Movimento, ou que sejam de conteúdo exclusivamente municipal e/ou regional. Textos e iniciativas de outras filiais também são grandes fontes de material, assim como aquilo que é gerado pela página oficial do movimento. Recomenda-se trocar-se as cores do banner com regularidade bi-mestral, bem como afixar postagens na página que representem o cumprimento de metas de curtidas e realizações municipais importantes. [...] Chats de WhatsApp com diversos membros do grupo são importantes ferramentas de contato, porque permitem um acompanhamento em tempo real da atividade política do grupo, bem como dos acontecimentos do município e país. (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 21)

Na terceira parte do Manual, denominada “Articulação prática: ocupação do espaço”, afirma-se a importância da

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

ocupação de espaços políticos e a destruição sistemática do pensamento e das práticas estatistas esquerdistas nos municípios. Interessante é a afirmação de que todas as estratégias listadas no Manual tiveram sua origem nas experiências de ativismo político realizadas na região metropolitana de Campinas - SP, região na qual um dos seus líderes cursou o Ensino Médio, Kim Kataguiri:

Todas as estratégias abaixo listadas tiveram sua origem na rica experiência dos grupos pioneiros da RMC (Região Metropolitana de Campinas), e mostraram-se extremamente efetivas no dia a dia político da cidade. A batalha pela hegemonia política ocorrerá diariamente, e cada centímetro do campo de batalha será conquistado com muito suor e inteligência. (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 24-25).

Como a internet e os espaços virtuais são consideradas importantes trincheiras para o MBL, os militantes são orientados a entrar em grupos virtuais de discussão sobre temas políticos em seus respectivos municípios, para o combate com os considerados “esquerdistas” e na divulgação de pontos de vistas liberais, sobre os problemas locais das cidades em que os núcleos estão estabelecidos. Sugere-se que em casos de polêmicas acirradas em determinada cidade, grupos da organização de outras localidades, mobilizem-se para ações coordenadas de intervenção nas redes sociais e comunidades virtuais do município alvo. No caso de expulsão do membro do MBL da comunidade virtual de discussão política ao qual buscou intervir, indica-se para que o militante crie uma página ou comunidade virtual semelhante e ocupe espaços e debata questões que promovam o movimento.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Segundo o Manual: “Tais espaços, inaugurados em seus primórdios nas comunidades do finado Orkut, são hoje a verdadeira Ágora municipal, local de embate político e termômetro eleitoral dos mais importantes” (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 25).

Observando estas afirmativas do evento, o pensamento do sociólogo Octavio Ianni é pertinente ser mencionado para pensarmos o presente contexto, marcado por mudanças oriundas dos avanços dos meios de comunicação. Para Ianni (2000), no mundo contemporâneo o papel que cabia ao partido, de organizador da vontade coletiva, se altera gradualmente em direção a outra dimensão social, à mídia potencializada como ferramenta de socialização ideológica, suplantando a esfera de ação dos tradicionais partidos políticos.

Nessa nova direção da política propiciada pelo ciberespaço, os novos grupos Estudantes Pela Liberdade e Movimento Brasil Livre, mesmo não organizados como um partido político convencional, firmam presença. Inseridos na “Ágora eletrônica” (IANNI, 2000), como denomina Ianni (2000), os grupos em questão, mobilizam-se, com grupos congêneres para construção de possibilidades para expansão de suas organizações. A internet e suas ferramentas são os instrumentos essenciais.

A comunicação e conquista de espaços e apoiadores nos municípios que atuam é destacada de forma interessante nesta terceira parte do documento, no item “Pesquisa de Campo”. Neste, argumenta-se que após demarcado espaço na cidade em que o núcleo está estabelecido, entra em plano a necessidade de ouvir a população, através da realização de iniciativas como enquetes e pesquisas sobre temas de interesse atual em âmbito municipal:

Tais pesquisas, além de aproximar o Movimento da comunidade, permitirão um ajuste fino entre

o ideário liberal/libertário que defendemos e a realidade política municipal. Será possível avançar com maior celeridade em alguns temas, ao passo que outros serão mais dificultosos e demandarão maior trabalho e articulação. Costuma-se utilizar tais pesquisas, também, como forma de ativar a militância e efetuar contatos com a imprensa, [...]. Os resultados das pesquisas devem ser publicadas no Blog, acompanhados de extensa análise por parte do grupo municipal. Ao mesmo tempo, deve-se contatar a mídia local para a divulgação dos mesmos nos veículos tradicionais, trazendo publicidade não apenas a ação e ao grupo, mas as ideias ali apresentadas (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 26).

Os líderes da organização são astutos e atentos ao buscar contato direto com os anseios da população, buscando ouvir seus pontos de vista e expectativas sobre o poder público em seus respectivos municípios.

Um ponto de destaque nas proposições, em “Atuação prática: ocupando espaços”, é a incitação para que os militantes realizem visitas periódicas às “Câmaras Municipais”, sendo indicado que os mesmos assistam as sessões nas Câmaras de Vereadores, se apresentem enquanto membros do MBL, “demarquem espaço”:

Durante todo processo de construção do Movimento Municipal, faz-se necessária a participação dos membros nas seções semanais na respectiva câmara municipal, tornar-se presente, demarcar espaço perante os vereadores e demais cidadãos, além de tomar ciência de todos os personagens e meandros da política local. Sugere-se que façam tais visitas devidamente identificados como participantes

do Movimento Brasil Livre. Assim ganharão respeitabilidade local e acesso diferenciado a informações e contatos. (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 27)

A preocupação com a formação dos seus quadros de militância é mais uma vez explicitada no item “Cursos de formação política”. Indica-se que, ao menos duas vezes ao ano, sejam realizados cursos gratuitos, com certificados de participação, com a presença de lideranças em âmbito nacional e estadual do movimento. Para o 3º Congresso Nacional do MBL, que será realizado no mês de novembro deste 2017, o valor da inscrição para participação é de duzentos reais.

Para legitimar os cursos sob uma aparente seriedade, recomenda-se a articulação de palestrantes com formação em filosofia e ciência política, assim como empresários. Compreende-se, assim, a presença do ativista conservador, com titulação em filosofia, o professor Luís Felipe Pondé, como uma das atrações, confirmadas para a terceira edição do Congresso do movimento.

Também é indicado a formação de grupos de estudos, com a proposição de que estes grupos realizem uma reunião por semana para a aquisição de conhecimentos liberais para os militantes mais jovens e, aqueles que são denominados de “entusiastas com pouca bagagem liberal”, para a discussão de temas e obras básicas, como os seis títulos que compõe a biblioteca MBL, já citada. Estes elementos são importantes, pois, o trabalho de base e a valoração da preparação teórica para formação de lideranças são evidenciados nas práticas e intervenções de seus membros, através de elementos como retórica, embasamento argumentativo, capacitação para produção de textos e discursos. Como já comprovado através das primeiras vitórias eleitorais de membros do MBL em

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

disputas municipais para cargos eletivos ou em debates vinculados na grande imprensa e redes sociais.¹⁰²

Ponto de destaque também é a proposição de iniciativas no campo da cultura. Segundo o documento, “um evento cultural com bandas e outras atrações com apelo é uma arma fundamental”. Sugere-se nesses encontros a fixação de *stands* do MBL, o convite a caravanas de outros municípios e a presença de outros institutos liberais, buscando estimular os participantes a “criar ou se associar às filiais em seus respectivos municípios”.

A determinação para que os militantes trabalhem para a proposição de projetos de leis liberais em âmbito dos municípios é um dos pontos de maior destaque no manual, que indica aos militantes buscarem subsídios de experiências liberais de outras organizações, como o “Instituto Mises – Brasil” e o “Portal Libertarianismo”, que são indicados por possuírem listas de iniciativas de proposição de políticas públicas e estratégias para reduzir a intervenção do Estado:

[...] a transformação, de acordo com nossa estratégia, se dará a partir dos municípios, através de uma geração multipolarizada de massa crítica liberal na forma de ações políticas e, em sua expressão final, na aprovação de projetos de lei que tragam soluções liberais para os bons e velhos problemas municipais que assolam os brasileiros. (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 28)

¹⁰² TV FOLHA “Kim Kataguire (MBL) debate política com a socialista Carina Vitral (UNE). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AnkcJjzh4Bk>>. Acesso em: 21 out. 2017. MBL. “Fernando Holiday discursa na Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f3qCFFTgRG0>>. Acesso em: 21 out. 2017.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

São indicados aos núcleos municipais que busquem assessoria e auxílio para a ação coordenada de iniciativas, elaboração de projetos de lei e ações de marketing e propaganda através do suporte oferecido pelo ‘Escritório Central do MBL, localizado na cidade de SP.

Exemplos destas modalidades de intervenção podem ser visualizados na cidade de Londrina – PR, onde foi realizado o debate e a campanha pelo projeto de lei (PL) que propunha, no debate sobre a questão do aborto, a proposta de criação do “dia do nascituro”. Defendida pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa da Cidadania da Câmara de Vereadores da cidade, o vereador do MBL, Felipe Barros (PSC), o projeto de lei nº 145-2013, de autoria do vereador Péricles Deliberador (PSC), foi aprovado e instituiu no calendário de Comemorações Oficiais do Município o “Dia do Nascituro”.¹⁶³

O vereador Felipe Barros também protocolou projeto de lei visando a instituir o “Programa Escola Sem Partido” na cidade Londrina.¹⁶⁴

O Manual estabelece a distinção entre os núcleos mais dinâmicos e afirma que as filiais municipais que estiverem trabalhando de forma plena na eleição de seus membros para cargos eletivos, ou na ocupação de postos, como as secretarias municipais, assim como na realização de ao menos cinco

¹⁶³ O BONDE. Câmara de vereadores de Londrina promove reunião pública para discutir dia do nascituro. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/camara-de-vereadores-de-londrina-promove-reuniao-publica-para-discutir-dia-do-nascituro-436171.html>>. Acesso em: 21 out. 2017.

¹⁶⁴ O BONDE. Vereador protocola projeto de lei para instituir Escola Sem Partido na rede municipal de Londrina. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/bondenews/politica/vereador-protocola-projeto-de-lei-para-instituir-escola-sem-partido-na-rede-municipal-de-londrina-434229.html>>. Acesso em: 21 out. 2017.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

projetos, será considerado um núcleo em estágio avançado, considerado “importante agente político”.

A proposta de organização contempla também a indicação para formação de células, por bairros ou regiões, em cidades onde já existem núcleos municipais, de forma descentralizada: onde já exista uma filial do MBL, sugere-se que um militante do movimento organize células, compostas de ao menos dez participantes, que recebam o coordenador municipal para que exponha as ideias do movimento, assim oficializando a célula para uma atuação em rede. É indicado que as reuniões sejam organizadas com “profissionalismo, objetividade, descontração”:

O Movimento Brasil Livre foi criado e consolidado como um grupo que busca a tornar a política algo interessante e atraente para as pessoas comuns. O ideal é que o núcleo do MBL se desenvolva também como uma rede de amigos que compartilham dos mesmos valores e se unem pela busca de um país mais livre. (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 32)

A quarta e última parte do Manual é intitulada “Encerramento formal dos líderes municipais”. É um ponto que pode agradar aos leitores desta pesquisa não afeitos ao movimento: o MBL tem data marcada para acabar. Em “Cumprimento de Metas”, a última parte desta fonte primária em análise, traz a afirmativa de que, por ser um movimento, e não um partido político, o MBL possui metas claras, cujo maior objetivo é a formação de lideranças e iniciativas de projetos de lei nos municípios, assim como trazer o ideário liberal como protagonista em detrimento do que é denominado como “extrema esquerda”.

Desta forma, após o movimento municipal cumprir suas metas na forma de projetos de lei

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

liberais, aprovados e promulgados, e, após converter o debate político municipal num espaço verdadeiramente democrático e probo - onde ideias liberais exercem seu papel transformador sobre a sociedade - o mesmo pode se encerrar, vitorioso. Num ambiente político curado, tal encerramento não representará o abandono do espaço ocupado. Lideranças terão sido formadas, ideias e conceitos terão sido divulgados e a prática política liberal possuirá um brilhante futuro (MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA FILIAIS MUNICIPAIS, 2015, p. 33)

Consta no Manual, no item “Prazo obrigatório”, que após influenciar a opinião pública e efetivar projetos de lei e eleger representantes, o núcleo pode ser encerrado. Destaca-se que o documento afirma ser o projeto do MBL uma proposta de vinte anos, sendo indicado que após o prazo estabelecido os núcleos devem ser encerrados - obrigatoriamente, segundo o texto.

Ponto relevante é a identificação das instituições parceiras: o Instituto Liberal e o Instituto Mises - Brasil.

Na análise do documento em questão, fica explícito o caráter manipulatório do MBL, que carente de um projeto político de curto ou médio prazo para o País, apresenta a organização uma agenda política liberal com pressupostos generalizantes no aspecto de sua lógica minarquista: a defesa da redução do Estado, apologia das políticas privatistas e a propagação de valores de caráter liberal pouco articulados a proposições de princípios de reforma política, as particularidades nacional e regional brasileiras.

Apoiados e inspirados em modelos de *think tanks* e movimentos sociais regressivos, o MBL é um projeto de mobilização para a difusão de pressupostos de uma pedagogia liberal e conservadora, para formação de novas gerações de

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

lideranças orientadas pela perspectiva da defesa da sociedade mercado, dos direitos individuais e de princípios jurídicos que colaborem para uma sociedade de hegemonia burguesa, subalterna e dependente.

Os dados apresentados sobre a história da gênese das organizações EPL e MBL, foram articulados de modo a evidenciar que estes aparelhos privados de hegemonia são instituições de formação de opinião pública, mas atuam na sociedade civil, nesta interpretação aqui argumentada, como uma modalidade de movimento social regressivo.

Em 2015, reportagem jornalística apresentava a organização como um “movimento social antissocialista”.¹⁶⁵ E, em discurso na Unifesp, um dos líderes do MBL, Kim Kataguiiri, apresentou palestra afirmando ser o MBL um movimento social de direita.¹⁶⁶

Considerações finais

A questão da difusão de pontos de pauta de uma agenda política de conteúdos liberais e conservadores, e a explícita incitação dos meios de comunicação hegemônicos no Brasil para participação de segmentos populares e de frações da pequena burguesia brasileira nos protestos ocorridos nas ruas de várias cidade do País no últimos dois anos, revelam uma ação coordenada dos grandes meios de comunicação, com destaque para a atuação de *think tanks* internacionais na construção de

¹⁶⁵ FOLHA de JURUÁ. Um movimento social antissocialista. 06 de novembro de 2015. Juruá Bahia. Disponível em: <<http://www.folhadojurua.com.br/2015/11/um-movimento-social-antissocialista/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

¹⁶⁶ Kim Kataguiiri e Fernando Holiday - O Brasil pós-impeachment - Universidade Livre UFABC (18/10/2016). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6yfM4ONcjiU>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

uma interpretação manipulatória sobre a conjuntura nacional e internacional.

A mobilização dessas novas organizações ganhou destaque nos referidos protestos que derrubaram Dilma Rousseff. E a cobertura da grande imprensa e de meios de comunicação independentes sobre esses acontecimentos revelam muitos dados acerca das lideranças e organizações. Essas mesmas organizações potencializam agora suas forças para as eleições de 2018.

A atual conjuntura regressiva de Golpe de Estado no Brasil e a perspectiva de luta de classes, proporcionam neste cenário, também possibilidades de contraposição aos apologetas do liberalismo e do conservadorismo, assim como contra chauvinistas, de maneira que são pertinentes análises críticas e informações, entendidas como instrumentos para uma práxis contraposta a atual ordem do Estado de Exceção em vigência.

Para Agamben na conjuntura contemporânea:

O aspecto normativo do direito pode ser, assim, impunemente eliminado e contestado por uma violência governamental que, ao ignorar no âmbito externo o direito internacional e produzir no âmbito interno um estado de exceção permanente, pretende, no entanto, ainda aplicar o direito (AGAMBEN, 2014, p. 129)

Este regime, no caso nacional, é sustentado, entre outros fatores, por articuladas redes de instituições formadoras de opinião pública, movimentos sociais regressivos e partidos políticos, com estreitos laços empresariais e conexões internacionais.

Os conflitos e embates políticos na conjuntura contemporânea em torno da propalada crise política está envolto por uma rede de instituições privadas de hegemonia

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

preparadas para estes embates. Neste sentido, uma ofensiva liberal e conservadora avança, não como um fenômeno novo, mas como resultado de um processo de organização e mobilização de aparelhos privado de hegemonia na atual conjuntura, marcada pela luta de classes. A ofensiva liberal e conservadora, que conta também com elementos ideológicos, intelectuais e organizações de caráter chauvinista, coabita e pode ser favorecida. Ambas as tendências da direita em questão destacam-se, numa ofensiva refletida nas dimensões política e cultural.

Devemos aprender com os procedimentos de nossos antagonistas.

Os militantes do EPL e do MBL são compreendidos nesta pesquisa como intelectuais, na acepção gramsciana do conceito (GRAMSCI, 2004). Mesmo não estando articulados em partidos de massa, exercem novas possibilidades organizativas e diretivas através da propaganda política e da mobilização de seus quadros para intervenções na sociedade civil e na sociedade política. Partidos e intelectuais aparecem em íntima relação nos “Cadernos do Cárcere:

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se apresentar a ironia e a caricatura; com tudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus: um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou mais baixo, mas, não é isso que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é intelectual. (GRAMSCI, 2004, p. 25)

O MBL em oposição ao que denomina de “extrema esquerda” e em prol de uma militância que se declara liberal,

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

realizou em 2015 e 2016 os seus dois primeiros Congressos Nacionais.

No 2º Congresso, figuras notórias do processo de *impeachment* ocorrido no Brasil estiveram presentes como palestrantes, como o Ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM), o jornalista da Veja, Reinaldo Azevedo, a professora de Direito da USP, Janaína Paschoal, e o Ministro STF Gilmar Mendes, entre outros.

O 3º Congresso será realizado na cidade de São Paulo no mês de novembro de 2017. Entre os nomes de destaque convidados para conferir palestras e cursos, constam o do Prefeito de São Paulo, João Doria, de Salvador (BA), ACM Neto, o Deputado Estadual do PSDB-SP, Rogério Marinho, autor do Projeto de Lei 1411/2015 - “Escola Sem Partido”, o Deputado Federal Marcos Feliciano (PSC), vereadores do MBL recentemente eleitos, como Fernando Holiday (DEM-SP) e Felipe Barros (PRTB-PR), o Senador Ronaldo Caiado (PSDB) e o empresário e fundador do Instituto Mises - Brasil, Helio Beltrão, entre outros.¹⁶⁷

Nas dimensões da política e da cultura estas organizações estão atuantes, sejam em movimentos sociais regressivos, como o MBL e o EPL, sejam através da articulação destes movimentos com coligações com partidos liberais e conservadores para a candidatura de seus militantes.

A investigação dessas instituições de formação de opinião pública internacionais e fundações internacionais, como as aqui mencionadas Cato, Atlas e Koch Foundation, com antigos e novos movimentos de ativismo político de direita, como o MBL EPL e os pioneiros Instituto F, Naumann, o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), o Instituto Liberal,

¹⁶⁷ Confira a relação dos convidados em: <<https://www.facebook.com/mblivre/posts/699092420214904>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

assim como, o Instituto Mises - Brasil, revelam dados oportunos sobre articulação e a correlação de interesses, entre grupos empresariais, *think tanks* e os intelectuais orgânicos da burguesia, revelando, assim, o caráter de classe destas organizações, entendidas na acepção gramsciana, como aparelhos privados de hegemonia da burguesia nacional, com fortes laços de subserviência e dependência com frações da burguesia externa.

Referências

AGAMBEN, G. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

AMARAL, M. Jabuti não nasce em árvore: como o MBL se tornou líder nas manifestações pelo impeachment. In:

JINKINGS, Ivana (Org.). *Porque gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política o Brasil*. São Paulo: 2016, Boitempo.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995, p. 9-23.

CAMPOS, Pedro H P. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro 1964-1985*. (Tese de doutorado em História Social) Universidade Federal Fluminense (UFF), 2012.

FINGUERUTE, Ariel. *A influência do pensamento neoconservador na política externa do G. W. Bush*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras-Unesp, 2008.

GORGES, ScharDOSim. *A formação de novos partidos e o caso do partido novo: o que há de novo no Partido Novo?*

Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Porto Alegre: UFRGS, 2017.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MATTEO, L. *Deus abençoe a América: religião, política e relações internacionais nos Estados Unidos da América*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Unesp, 2011.

PATSCHIKI, Lucas. *A classe dominante em organização: uma análise sobre a hierarquia do Instituto Millenium (2005 - 2013)*. XIV Encontro Regional de História. ANPUH, 2014.

TEIXEIRA, T. *Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

TOLEDO, F. *Quem financia os protestos do dia 13*. Rede Brasil atual. 12 de março de 2016. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/03/quem-sao-os-financiadores-dos-protestos-do-dia-13-2945.html>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

15. 100 anos depois: aprendizados das greves gerais de 2017

Marcos Francisco Martins¹⁶⁸

Introdução

Este capítulo apresenta uma exposição que se quer sintética das três experiências de greve geral que o Brasil vivenciou durante o ano de 2017. Metodologicamente, emprega a pesquisa de tipo bibliográfica, trabalhando com dados de livros, artigos científicos e textos publicados na imprensa e disponibilizados na internet.

A estrutura textual está articulada em quatro partes. Na primeira delas, são apresentados apontamentos gerais sobre o sentido etimológico do termo greve, bem como a dimensão política e jurídica que adquiriu no Brasil.

Considerando que greve é uma coisa e greve geral outra, esta bem mais complexa sob o ponto de vista da articulação e da mobilização, bem como do impacto que pode causar, na segunda parte esses termos são diferenciados. Nesta parte, a greve geral é apresentada em seus limites e possibilidades, considerando que no contexto de passagem do século XIX ao XX, a o modo de produção e reprodução capitalista alterou-se

¹⁶⁸ Professor Associado do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) - *Campus* Sorocaba, no qual coordena o Programa de Mestrado em Educação. Licenciado em Filosofia, com mestrado e doutorado em Educação pela Unicamp, na área de Filosofia e História da Educação. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, lidera o GPTeFE (Grupo de Pesquisa Teorias e Fundamentos da Educação), é editor da Crítica Educativa e bolsista PQ-CNPq. E-mail: marcosfranciscomartins@gmail.com

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

significativamente, impactando o poder que ações diretas, como a greve geral, têm em alterar a estrutura social. Assim compreendida, a greve geral é entendida como necessária, mas não suficiente ao processo de superação do capitalismo.

Nas duas partes subsequentes, as greves gerais de 28 de abril, 30 de junho e 5 de dezembro são tomadas como objeto de exposição e análise, considerando as agruras vividas em cada uma delas em relação à articulação e à mobilização. Ao tratar da greve geral de 28 de abril, é feita uma introdução dos antecedentes desse movimento, que reside, sobretudo, nas “Jornadas de Junho de 2013”. Fica evidente que a greve de 28 de abril foi muito melhor sucedida que as duas demais que lhe sucederam em 2017.

Na parte final do capítulo e a título de conclusão, é afirmado que as greves gerais resultam em aprendizados diversos e alguns deles são expostos.

Dessa maneira articulado, este capítulo pode interessar a leitores e leitoras que pretendem conhecer como ocorreram as greves gerais no Brasil em 2017, com repercussões em Sorocaba-SP. Visa a subsidiar estudantes de ensino médio, mas, sobretudo, os de graduação e pós-graduação, particularmente aqueles e aquelas das áreas de ciências humanas, sociais e sociais aplicadas.

Apontamentos sobre o termo greve e dimensão jurídico-política que guarda

Na realidade hodierna, a palavra greve alude sempre à conflito, à disputa entre trabalhadores e patrões, e é percebida de maneira diferente pelos sujeitos sociais, a depender do posicionamento que têm no âmbito político-ideológico.

Etimologicamente, quando se está a discutir o termo greve, recorrentemente se lembra que ele é originário do francês *Place de Grève*, uma praça localizada às margens do Rio Sena,

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

em Paris. Foi assim identificada até 1803, mas hoje se chama *Place de l'Hôtel-de-Vill*. Nesse local se diz ter havido uma pequena praia arenosa, com cascalho, que em francês se lê *gravier*, e nela que se construiu um porto. No século XIX, para a *Place de Grève* confluíam desempregados e operários insatisfeitos com as condições de trabalho. De maneira que, quando um empresário perguntava sobre determinado funcionário e como resposta obtinha que ele estava em *Grève*, significava que não tinha comparecido ao trabalho em repúdio a alguma situação vivida no exercício laboral.

Assim, o termo greve ganhou o sentido comum de recusa ou de suspensão temporária ao trabalho, motivada pelo interesse de garantir, conquistar ou ampliar direitos, ou ainda é compreendido como meio de alcançar alguma reivindicação mais específica ou mais ampla. Os dicionários da língua portuguesa consolidam esses sentidos para o termo greve, tanto que em um deles se diz que greve é “Interrupção voluntária e coletiva de atividades ou funções, por parte de trabalhadores ou estudantes, como forma de protesto ou de reivindicação” (DICIONÁRIO AURÉLIO DE PORTUGUÊS ONLINE, 2017, s/p.).

Por sua vez, o sentido comum aqui expresso está consagrado, também, nos termos da Lei 7.783/89, que “Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências”. No Art. 2º dessa lei se lê que “[...] greve [é] a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador” (BRASIL, 1989, s/p.).

Se as greves no idos da Revolução Industrial, na Europa, causaram instabilidades nas relações capital-trabalho e por meio delas os trabalhadores conquistaram, garantiram a efetividade e ampliaram direitos econômicos, sociais, políticos e culturais,

ainda hoje elas não perderam esse poder. Todavia, a greve foi e continua sendo empregada com diferentes interesses, às vezes, até mesmo, em favor dos patrões, ou mesmo, ainda, por eles, como a que foi convocada na Venezuela em 2001: “O principal sindicato da Venezuela vai apoiar uma greve de um dia convocada por líderes empresariais do país em protesto contra o governo do presidente Hugo Chavez” (BBC BRASIL.COM, 2001, s/p.).

Toda greve é política, porque política diz respeito ao que é concernente às relações de poder, ao seu exercício. Fazer greve é lidar com essas relações, é fazer política, mesmo que alguns, como a grande imprensa e sindicatos ligados ao “sindicalismo de resultados”¹⁶⁹, pretendam negar essa dimensão da greve, tentando reduzi-la a um movimento cujo escopo é estritamente econômico, como a busca por um reajuste salarial, por exemplo. Quando os grevistas expõem com clareza os interesses políticos que os mobilizam, expressos, por vezes, nas pautas apresentadas, recebem críticas dos que negam a greve como política.

¹⁶⁹ No final da década de 1980 e início da subsequente, “Não tardaria até que as forças conservadoras se articulassem em torno dos sindicatos. Com o poder governamental em mãos, e se utilizando do discurso das benesses que a democratização traria para a população brasileira, tão logo as lideranças de direita buscaram aliados que reuniriam as forças para lhes representar junto a classe trabalhadora. Tal confluência serviu de ponte entre a direita e Medeiros e Magri, que viria a dar corpo o chamado sindicalismo de resultado, o qual propunha uma “nova” ideologia sindical, baseada no *business unionism* norte-americano e que se antepunha ao tipo de sindicalismo praticado pela CUT. O sindicalismo de resultado, que partia do reconhecimento da vitória do capitalismo e da inevitabilidade da implementação de políticas que viessem a dar mais liberdade às forças de mercado, propunha um sindicalismo não-combativo, mas sim negociador, que buscasse na base do diálogo o melhor acordo para os trabalhadores. Acordos esses que, evidentemente, só tendiam a beneficiar a classe capitalista” (DUARTE; GRACIOLLI, 2017, p. 11 e 12).

Importa destacar que as greves são largamente concebidas como o último recurso em uma negociação que, por um motivo qualquer, não surtiu as consequências desejadas por uma das partes. Assim, greve é entendida como um meio mais radical de luta social. E é justamente por isso que no espectro político-ideológico, que vai da esquerda à direita¹⁷⁰, a greve tem sido compreendida diferentemente. Se a esquerda tem a greve como mecanismo legítimo a ser empregado na luta por direitos, a direita tem procurado esvaziar a legitimidade política das greves, acusando-as de serem instrumentos de reivindicação superados no atual estágio de desenvolvimento da vida social contemporânea.

Seja como for que se conceba a greve, ela é um direito democrático assegurado legalmente no Brasil. Integra o Art. 9º da Constituição Federal de 1988, que reza: "Art. 9º É

¹⁷⁰ Os conceitos de direita e esquerda empregados neste texto sustentam-se na sintética definição de Sader: a) a direita compreende as desigualdades como naturais; defende que os gastos públicos com os pobres é inaceitável, pois são inúteis socialmente e ineficientes economicamente; prefere a injustiça à desordem; prioriza articulações com os países capitalistas centrais no mundo globalizado; entende que o Estado deve ser minimizado e o mercado expandido para todas as esferas sociais; acredita que a liberdade de imprensa é essencial e consiste no livre arbítrio sobre o que produzem; acusa as mídias alternativas de serem irresponsáveis; compreende o capitalismo como o mais avançado sistema de vida e que a ele todos estão destinados; b) a esquerda compreende as desigualdades como construção histórica; defende que os gastos públicos com os pobres é uma afirmação dos direitos fundamentais; prefere a justiça, nem que seja para construir outra ordem social; prioriza articulações Sul-Sul no mundo globalizado; entende que o Estado deve ser indutor do desenvolvimento, garantindo condições de vida digna indistintamente; acredita que a imprensa deve ser democratizada, pois todos têm o direito de livremente expressar a opinião; valoriza as mídias alternativas, pois são importantes para a consolidar a democracia, rompendo os oligopólios privados; compreende o capitalismo como uma construção histórica injusta, daí a necessidade de ações para superá-lo. (SADER, 2010, *passim*)

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

assegurado direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”. A greve é considerada legítima politicamente para a esquerda e legal juridicamente

[...] a recusa em ceder sua força de trabalho como mecanismo de pressão. A resistência, portanto, está na origem do Direito do Trabalho e do Processo do Trabalho. Por consequência, a tutela das questões sindicais está indissociavelmente imbricada com a tutela da proteção dos trabalhadores. Afinal, foram construídos conjuntamente a liberdade sindical e as garantias laborais, fundamentais em acepção jurídico-constitucional desde a primeira década do Século XX (México e Weimar). (CABRAL, 2017, s/p.)

Qualquer tentativa de reprimir ou negar o direito de greve é, de fato, um ato antissindical, também vedado pelas normativas que regulam as relações de trabalho, como

[...] a Convenção nº 98, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - Aprovada pelo Decreto Legislativo n. 49, de 27.8.52 e ratificada pelo Decreto n. 33.196, de 29.6.53. Há, portanto, plena possibilidade de catalogar e sistematizar atos antissindicais na ordem jurídica brasileira. Vale, aliás, transcrever o art. 2, “b”, de referida Convenção: “b) *dispensar um trabalhador ou prejudicá-lo, por qualquer modo, em virtude de sua filiação a um sindicato ou de sua participação em atividades sindicais, fora das horas de trabalho ou com o consentimento do empregador, durante as mesmas horas*”.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Foi garantido pelos preceitos legais e mobilizado politicamente que povo brasileiro viveu, em 2017, experiências de greve geral, que reverberam em Sorocaba-SP.

Greve e greve geral

Se toda greve é política e se no Brasil também é um direito democrático previsto legalmente, há que se dizer que nem toda greve é greve geral. Apesar de as greves, ultimamente, sofrerem um desgaste como alternativa de luta no interior do movimento sindical brasileiro, sobretudo, na atual fase de “onda conservadora” (cf. MARTINS, 2016 e MARTINS, 2017) que se vive, greves ainda existem muitas, mas greves gerais não são tão rotineiras, justamente pelo esforço de articulação e de mobilização que exigem, bem como pelo impacto que causam.

Obviamente, não é apenas e tão somente a questão quantitativa que diferencia a greve da greve geral. Na verdade, o elemento qualitativo é mais significativo na diferenciação e ele se manifesta, sobremaneira, na dimensão política presente em toda greve.

Historicamente, é característica marcante das greves gerais assumirem com clareza o escopo político do movimento. Foram e são efetivadas com vistas a conquistar reivindicações de maior monta, em contextos de acirramento das contradições sociais e de evidenciação da luta de classe. Não são utilizadas para reivindicar simplesmente um direito econômico parcial (um reajuste salarial em determinada empresa ou categoria profissional, por exemplo), mas para demandar pautas mais gerais, que dizem respeito à estrutura e à dinâmica de uma formação econômica e social. Normalmente, as pautas das greves gerais não solicitam direitos pontuais, mas transformações profundas na vida social. Vez por outra, as greves gerais se voltam contra uma modificação

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

econômica estrutural (reforma trabalhista e da previdência, por exemplo), contra um regime político ou governos (como é o caso do de Temer no Brasil).

Essa compreensão da dimensão política maior da greve geral está consolidado no senso comum e se apresenta consagrado até mesmo em dicionários da língua portuguesa, como o Aurélio, que diz: “3 - greve geral: paralisação concertada de atividades a nível nacional, em protesto contra determinadas políticas governamentais ou institucionais” (DICIONÁRIO AURÉLIO DE PORTUGUÊS ONLINE, 2017, s/p.).

Além disso, deve-se destacar que algumas greves foram e são articuladas espontaneamente em uma empresa e podem ser isoladamente efetivadas. Na verdade, surgiram e surgem do dia para a noite, fruto de um conflito localizado qualquer. Diferentemente é a greve geral, pois ela exige superar o espontaneísmo por meio de uma maior organização e articulação entre diferentes sujeitos sociais que a mobilizam, suplantando divergências maiores ou menores, em busca da construção de pautas unificadas e de estratégias de ação coletivamente construídas. Desta feita, recorrentemente, as greves gerais possibilitam agregar, nem que momentaneamente, as lutas dos excluídos e oprimidos, forjando unidades entre sujeitos individuais e coletivos das classes subalternas, que passam a se identificar pela exploração econômica e/ou pela subserviência ética, política, social e cultural que lhes caracterizam a existência como classe. Daí o receio sempre presente na classe dominante e dirigente ao escutar a palavra “greve geral”, e a forte reação que essa classe promove quando as greves gerais se efetivam, seja utilizando a força dos aparelhos coercitivos estatais que dispõem, seja empregando instrumentos de formação de opinião que possuem ou que estão ao seu dispor.

Assim apresentado o conceito de greve geral, pode-se dizer que a adjetivação de “geral” ao termo greve, confere-lhe duplo sentido. Primeiro, que “geral” refere-se não apenas à paralisação da atividade laboral de uma categoria profissional ou de uma empresa qualquer, mas quer envolver no movimento todas as categorias profissionais, trabalhadores das mais variadas empresas, sujeitos individuais e coletivos de uma formação econômico e social, superando, assim, o corporativismo historicamente presente nas lutas sindicais no Brasil e fora dele. Segundo, que a palavra “geral” quer designar, também, não apenas uma reivindicação específica, parcial, relacionada a determinado aspecto da vida social, mas, sobretudo, diz respeito a reivindicações voltadas à estrutura fundamental e à dinâmica de funcionamento das relações sociais, como é o caso de pautas que exigem o fim de regimes políticos ou de governos.

De fato, parece que

[...] acima de todas as greves está a greve geral. A greve geral se eleva sobre todos os conflitos - isolados ou unificados, econômicos ou políticos - como uma gigantesca montanha se eleva sobre a planície. A greve geral não é apenas o resultado da unificação das lutas. É muito mais do que isso. A greve geral significa que os trabalhadores dos mais diversos ramos da produção passaram por cima de seus interesses corporativos e chegaram a uma reivindicação única, que eles tentarão impor por meio da ação direta nacional. Ao paralisar o país, a greve geral coloca - queira ela ou não - o seguinte problema: Quem governa a nação? Ou seja, questiona o poder da burguesia. A greve geral é a greve política por excelência. Justamente por isso ela se dirige, em geral, diretamente ao governo e às instituições do Estado, e não mais aos empresários isolados. (CRUZ, 2014, s/p.)

Cabe ressaltar, contudo, que se a greve geral é, por excelência, uma greve política e, portanto, movimenta as estruturas da sociedade de classe, isoladamente e concebida como ação direta para produzir a superação do modo de vida, ela não é suficiente para transformar radicalmente o modo de produção e reprodução da vida social, isto é, fazer a revolução no atual contexto em que se encontra o desenvolvimento do metabolismo do capital. Em outros termos, para alguns renomados autores marxistas, como Lênin, Engels e Gramsci, essa assertiva pode ser assim sintetizada: sem dúvida, toda a ação direta e a ação direta da greve geral, por meios da quais se pretenda “assaltar” o poder com um só golpe, são necessárias, mas não suficientes à revolução do modo de produção capitalista. A propósito, Lênin lembrou que “Sim, cada greve encerra a revolução socialista. Mas se dizeis que cada greve dada é um passo directo para a revolução socialista, dizeis uma frase vazia [...] constitui um absurdo” (LÊNIN, 1980, p. 503).

A ação direta, por meio da greve geral, colabora sobremaneira no processo de revolução do modo de produção. Veja-se, por exemplo, o papel que teve em contextos do século XIX, como o da Rússia revolucionária. Entretanto, a considerar o contexto do século XX e XXI, ela guarda limites, alguns dos quais apontados por Engels na oportunidade em que avaliou o movimento revolucionário de 1848 vivido na Europa; ele assim se expressou na introdução à edição de 1895 da obra de Marx intitulada *As lutas de classe em França*:

[...] a história também não nos deu razão e demonstrou que os nossos pontos de vista dessa altura eram uma ilusão. E foi ainda mais além: não só destruiu o nosso erro de então *como revolucionou totalmente as condições em que o proletariado tem de lutar*. O modo de luta de 1848 está hoje ultrapassado em todos os aspectos. E este é um ponto que merece ser

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

examinado mais de perto (ENGELS, 1984, p. 16 - itálicos nossos).

E prosseguiu:

De facto, também aqui as condições de luta se tinham alterado essencialmente. A rebelião de velho estilo, a luta de ruas com barricadas, que até 1848 tinha sido decisiva em toda a parte, tornou-se consideravelmente antiquada [...] A concentração de forças num ponto decisivo é coisa que está desde logo excluída. Desse modo, a defesa passiva é a forma de luta predominante. O ataque assumirá aqui e além, mas só excepcionalmente, a forma de surtidas e assaltos ocasionais aos flancos, limitando-se em regra à ocupação das posições abandonadas pelas tropas em retirada (ENGELS, 1984, p. 24).

Ciente de que, a partir da segunda metade do século XIX, o metabolismo social de produção e reprodução do capital sofreu alterações nas dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais que lhe caracterizavam, mas não deixando de ser um processo produtor de mercadoria por meio de uma estrutura de classe, Gramsci observa que

A técnica política moderna mudou completamente desde 1848, após a expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de amplas burocracias estatais e “privadas” (político-privadas, partidárias e sindicais), bem como das transformações que se verificaram na política num sentido amplo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da criminalidade, mas também do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para defender o domínio político e econômico das classes dirigentes. (GRAMSCI, 2000, p. 78)

Mais do que uma reflexão teórica, Gramsci sofreu na pele os limites da ação direta e da greve como estratégias de tomada do poder. Exemplo disso foi o “Biênio Vermelho” italiano (1919-1920), que teve Antonio Gramsci entre os principais protagonistas. Originário de greves operárias mobilizadas por Conselhos de Fábrica, tradução italiana dos soviets russos, o “Biênio Vermelho” foi um processo em que trabalhadores tomaram as cidades de Turim, Milão, Gênova e outras do Norte da Itália, mas acabou se revelando um fracasso revolucionário e propiciando a ascensão do fascismo (criação do Partido Fascista em 1921 e nomeação de Mussolini como primeiro Ministro em 1922), o que fez Gramsci repensar a estratégia revolucionária de passagem ao socialismo em sociedades capitalistas de tipo ocidental, isto é, formações econômicas e sociais mais desenvolvidas sob o ponto de estrutural e superestrutural. “Na verdade, a derrota da revolução na Itália teve profundas implicações teóricas e consequências ético-políticas importantíssimas ao amadurecimento de Gramsci e ao desenvolvimento do movimento socialista e comunista italiano” (MARTINS, 2013, p. 18).

Após o “Biênio Vermelho”, Gramsci assumiu a assertiva de Engels acima exposta (“[...] este é um ponto que merece ser examinado mais de perto”) e passou a formular, no cárcere, a revolução como processo e não como assalto ao poder do Estado. Desta feita, o processo revolucionário formulado por Gramsci não apenas se limita à “ocupação do chão do fábrica” e ao ataque direto ao poder estatal (“guerra de movimento”), mas exige a articulação desse processo à criação e difusão de concepções de mundo entre os subalternos (papel dos intelectuais¹⁷¹, segundo a concepção gramsciana), para conscientizá-los da situação de exploração como classe, organizá-los e mobilizá-los a agir de outra forma, que não a subalterna, com vistas a construir um “bloco histórico” (conjunto de forças sociais)¹⁷² para produzir uma nova hegemonia, superando a vigente e edificando uma nova civilização. Até mesmo porque, na passagem do século XIX ao XX, o estado alterou a própria configuração, ampliando-se: de uma estrutura restrita à “sociedade política”, com seus aparelhos de coerção, passou a integrar também os aparelhos da “sociedade civil”, que promovem a formação de consensos sociais em torno da concepção de mundo da classe dominante. Ou seja “[...] poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção” (GRAMSCI, 2000, p. 244).

Com os limites e possibilidades que a caracterizam, a greve geral foi experienciada no Brasil no ano de 2017, inclusive na cidade de Sorocaba-SP, no momento em que um governo conservador. O de Temer, assumiu o poder após um golpe “jurídico-midiático-parlamentar” (SAVIANI, 2017).

¹⁷¹ Sobre as funções dos intelectuais, segundo Gramsci, cf. Martins (2011).

¹⁷² Para conhecer melhor o conceito de “bloco histórico” em Gramsci, recomenda-se a leitura de Portelli (1977).

Antecedentes das greves gerais de 2017

A experiência de greve geral no Brasil em 2017, obviamente, não foi resultante de processos que transcorreram apenas neste citado ano. Eles tiveram início nos anos anteriores, mas um ponto de inflexão muito evidente a qualquer analista da realidade nacional foi 2013.

Neste ano eclodiram as chamadas “Jornadas de Junho de 2013”. Depois de mais de uma década de governos do PT (Partido dos Trabalhadores) à frente da Presidência da República (Lula, de 2003 a 2011, e Dilma Rousseff, de 2011 a 2016), uma série de manifestações, com milhões de pessoas às ruas, sacodiram o País e repercutem fortemente até o momento presente (final de 2017) no cenário político nacional.

As primeiras manifestações que resultaram nas Jornadas de Junho foram convocadas por movimentos sociais progressistas, articulados pela juventude da cidade de São Paulo contra o reajuste da passagem dos ônibus urbanos e pela implantação do passe livre. O principal protagonista dessa mobilização inicial, que foi brutalmente reprimida pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, foi o MPL - Movimento Passe Livre -, criado em 2005 e de viés de esquerda. Mas as mobilizações ganharam outros contornos e rumos:

As multidões que tomaram as ruas formam um bloco heterogêneo sob o ponto de vista socioeconômico, político-ideológico e cultural. Mobilizados inicialmente por uma causa que era a de poucos e articulados por estudantes, o passe livre, centenas de jovens passaram a engrossar as fileiras em movimento pelas cidades, muito dos quais sem qualquer anterior envolvimento político com partidos ou com movimentos sociais organizados, e mesmo sem nunca terem enfrentado as agruras da luta política direta, das mobilizações de massa, dos

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

movimentos sociais. Outros, por sua vez, viram nas multidões que passavam a oportunidade de expressar radicalmente a contida insatisfação com a vida indigna; crianças, jovens e adultos de todas as idades [...] manifestar[am] a aversão com as deficiências de toda ordem sentidas. (MARTINS, 2013b, p. 40 - tradução do autor)¹⁷³

As mobilizações pelo passe livre ganharam outros contornos nos dois anos posteriores, quando as manifestações engrossaram e foram hegemônicas por setores insatisfeitos com os governos petistas, formados por frações da direita, conservadores de todas as espécies, inclusive defensores da ditadura civil-militar de 1964 e da “intervenção militar”, liberais e ultraliberais, movimentos sociais de novos e de velhos tipos, bem como organizações atualmente denominadas de *think tanks*¹⁷⁴. Esses sujeitos sociais coletivos viram nas manifestações a

¹⁷³ “Desde una perspectiva socioeconómica, político-ideológica y cultural, las multitudes que tomaron las calles constituyen un bloque bastante heterogéneo. Movilizados inicialmente por una causa de pocos y articulados estudiantes, el pasaje libre, centenares de jóvenes alargaron las hileras en movimiento por las ciudades, muchos de ellos sin ninguna participación anterior con partidos o con movimientos sociales organizados. Por ende, sin nunca haber enfrentado las dificultades de las luchas políticas directas, de las movilizaciones de masa o de las luchas de los movimientos sociales. Otros, por su parte, vieron a las multitudes como una oportunidad de expresar de forma radical sus insatisfacciones contenidas respecto a las condiciones de vida indigna; niños, jóvenes y adultos de todas las edades salieron de sus casas o chabolas y de los rincones más pobres para manifestar su aversión a las carencias sociales de todo tipo sentidas y vividas.” (texto original)

¹⁷⁴ Os chamados *think tanks* têm grande relevo no contexto norteamericano e influência internacional. Caracterizam-se por serem organizações financiadas por grandes capitalistas, cujos recursos promovem concepções de mundo conservadoras, liberais e ultraliberais, bem como buscam formar opinião em torno delas, particularmente pelos meios de comunicação tradicionais e novos, como é o caso das redes sociais. Para conhecer melhor *think tanks*, cf. Teixeira (2007).

oportunidade ímpar para criar uma base social para frear o processo de certo avanço de direitos sociais conquistados na era dos governos Lula e Dilma e, ao mesmo tempo, implantar projetos econômicos, sociais, políticos e culturais conservadores, uma vez que eleitoralmente, isto é, pela via do voto popular, haviam perdido em quatro eleições seguidas, dada a impopularidade das propostas que defendem, que são claramente prejudiciais aos trabalhadores e à civilidade democrática.

Assim, foram apoiados explicitamente por organizações empresariais, como a poderosa FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), e pelos grandes veículos da mídia tradicional, embora tenham empregado largamente as redes sociais¹⁷⁵ nas mobilizações. Cabe destacar que, nesse processo, particularmente a Rede Globo de Televisão teve papel determinante, chegando a abrir a programação para convocar o povo a ir às ruas, mesmo que inicialmente tivesse condenado as manifestações pelo passe livre¹⁷⁶. O que se viu de 2013 a 2015

¹⁷⁵ "Assim, em termos históricos, as redes eram algo do domínio da vida privada, enquanto o mundo da produção, do poder e da guerra estava ocupado por organizações grandes e verticais, como os estados, as igrejas, os exércitos e as empresas que conseguiam dominar vastos pólos de recursos com um objectivo definido por uma autoridade central. As redes de tecnologias digitais permitem a existência de redes que ultrapassem os seus limites históricos. E podem, ao mesmo tempo, ser flexíveis e adaptáveis graças à sua capacidade de descentralizar a sua *performance* ao longo de uma rede de componentes autónomos, enquanto se mantêm capazes de coordenar toda esta actividade descentralizada com a possibilidade de partilhar a tomada de decisões. As redes de comunicação digital são a coluna vertebral da sociedade em rede, tal como as redes de potência (ou redes energéticas) eram as infra-estruturas sobre as quais a sociedade industrial foi construída." (CASTELLS, 2006, p. 18)

¹⁷⁶ Arnaldo Jabor, um dos articulistas da Globo, com espaços cativos na revista *Veja* e na rádio CBN, todas com clara orientação política conservadora, assim se pronunciou no auge das manifestações, em 17 de junho de 2013:

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

foi certa unificação da pauta das mobilizações, que no início era demais fluída: se começou com o passe livre e progrediu para uma infinidade de reivindicações que as multidões bradavam nas ruas, culminou com a acusação de corrupção contra os governos do PT, o de Dilma Rousseff em curso à época e o do ex-presidente Lula.

De fato, a grande mídia tem atuado como um partido nesse processo. Além de filtrarem notícias e não abrirem espaço ao contraditório, mesmo sendo parte dela, como a TV Globo, uma concessão pública, abertamente manifestam posicionamentos político-ideológicos, formam opinião em torno deles, tencionam governos a tomarem determinadas iniciativas e a descartarem outras, a nomear este e demitir aquele integrante da burocracia estatal, articulam forças sociais em torno das pautas que lhes são caras. Essa grande mídia, com a Globo e a revista *Veja* à frente, foram as pontas de lança do *impeachment* de Dilma e do processo contra Lula, condenado por uma sentença do Juiz Moro amplamente questionada juridicamente (cf. PRONER et. al., 2017).

Mas como a essência do real não se esgota na aparência, o discurso anticorrupção encobriu intencionalidades nem

“Amigos ouvintes, outro dia eu errei. Sim, errei na avaliação do primeiro dia das manifestações contra o aumento das passagens em São Paulo. Falei na TV sobre o que me pareceu um bando de irresponsáveis fazendo provocações por causa de R\$ 0,20. E era muito mais que isso! Pois eu fiz um erro de avaliação e essa é a minha autocrítica. Este movimento, o Passe Livre, que começou outro dia, tinha toda cara de anarquismo inútil e critiquei-o porque temia que tanta energia fosse gasta em bobagens quando há graves problemas a enfrentar no Brasil. Mas a partir de quinta-feira, com a violência maior da polícia, ficou claro que o Movimento Passe Livre expressava uma inquietação que tardara muito no país, pois desde 1992 faltava o retorno de algo como os caras pintadas, os jovens que derrubaram o presidente. Hoje eu acho que o Movimento Passe Livre expandiu-se como uma força política original. Até mais rica do que os caras pintadas justamente porque não tem um rumo e objetivo certo a priori.” (JABOR, 2013)

sempre sabidas e/ou compreendidas pela massa que participava das manifestações. Hoje, está evidente que o que guardavam os sujeitos coletivos que se apropriaram das mobilizações iniciais pelo passe livre era a intenção de colocar no poder, contra o voto popular, pessoas e partidos conservadores, cuja missão centrava-se em romper os limites das políticas sociais progressistas, seja para fazer voltar o neoliberalismo¹⁷⁷ como ideologia a orientar a política econômica nacional, sem qualquer conciliação com os trabalhadores, como fizeram os governos petistas, seja para alterar certos avanços que Lula e Dilma promoveram nos costumes, particularmente no que concerne às políticas públicas dirigidas às questões de gênero e ao problema étnico-racial, e em outras áreas também, como na educação e na cultura, cujo acesso foi facilitado para as classes subalternas.

Toda a hegemonia da direita reunificada em torno das contra-reformas ressoou no conservador Congresso Nacional e em setores do Judiciário de mesma perspectiva ideológica, os quais passaram a construir condições, sob a égide do combate à corrupção, para encaminhar pautas que lhes eram caras, como as privatizações, o ataque aos direitos sociais e o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. O caso da “Operação Lava Jato” é paradigmático: envolveu e envolve setores retrógrados do Ministério Público e do Judiciário e se tornou o principal veículo de efetivação do proclamado combate à corrupção, mesmo que parcial, seletivo, voltado quase que exclusivamente contra petistas e seus aliados, desconhecendo denúncias de corrupção a integrantes de outros partidos, como o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), que, apesar do nome, não tem base operária, como os clássicos partidos da social democracia europeia e é orientado politicamente pelo

¹⁷⁷ O neoliberalismo foi a ideologia a orientar o governo de FHC nos dois mandatos à frente da Presidência da República, no período de 1 de janeiro de 1995 a 1 de janeiro de 2003.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

neoliberalismo. Características das mais marcantes dessa “Operação” tem sido, segundo os críticos: relegar o direito à presunção da inocência, que é um preceito constitucional, insuflando ódio pelas redes sociais a personalidades da seara política nacional, particularmente Lula, e movimentos de massa contra ele; vazamentos seletivos de “escutas” e documentos apreendidos; delações e acordos de leniência questionáveis; entre outras.

Como diz Bianchi:

O sujeito do golpe de estado moderno é [...] uma fração da burocracia estatal. O golpe de estado não é um golpe no Estado ou contra o Estado. Seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado, podendo ser, inclusive, o próprio governante. Os meios são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular das instituições políticas. Tais meios se caracterizam pela excepcionalidade dos procedimentos e dos recursos mobilizados. O fim é a mudança institucional, uma alteração radical da distribuição de poder entre as instituições políticas, podendo ou não haver a troca de governantes. Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político. (BIANCHI, 2016, s/p)

Exatamente por causa da hegemonia da direita é que a esquerda não conseguiu disputar o movimento no interior do mesmo. Aliás, quando a direita se apropriou das manifestações de rua, qualquer partido ou sindicato era proibido de participar, principalmente os que não abdicavam das bandeiras vermelhas,

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

sob a alegação do apartidarismo¹⁷⁸ e do apoliticismo do movimento, uma assertiva clássica de concepções políticas e partidárias conservadoras, como a fascista¹⁷⁹. Assim, durante o ano 2014 emergiu uma ruptura entre os movimentos na rua, que se consolidou em 2015: de um lado, os setores conservadores, organizando atos pró-*impeachment* e com pautas conservadoras; de outro, setores da esquerda tradicional e dos novos movimentos sociais críticos, defendendo alguns legados sociais progressistas dos governos petistas e opondo-se à “onda conservadora”, que não se restringia ao âmbito econômico, mas incidia também sobre os costumes (contra o aborto, contra o movimento LGBT etc.).

Naturalmente, outras posições se apresentaram neste contexto, como o de uma esquerda radical, que ao mesmo tempo em que criticava os movimentos conservadores, negava o legado dos governos do PT de Lula e Dilma. Mas eles foram bastante minoritários, sem grande incidência no desdobramento da conjuntura política até o momento (final de 2017).

A dimensão estética das manifestações que se seguiram entre os anos de 2013 e 2016 é demais elucidativa quando se trata de entender o que ocorreu neste período. A ruptura entre os movimentos se manifestou estético-politicamente: de um lado, os conservadores assumiam as cores verde e amarelo, alusivas à bandeira nacional, nas faixas, cartazes e vestimentas, com vistas a exaltar pátria sem corrupção, mesmo que para tanto grande parte deles utilizassem a camisa da Seleção Brasileira de Futebol, cujos dirigentes e ex-dirigentes foram acusados,

¹⁷⁸ Segundo Gramsci, “[...] os ‘partidos’ podem se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartido e de ‘negação dos partidos’; na realidade, até os chamados ‘individualistas’ são homens de partido, só que gostariam de ser ‘chefes de partido’ pela graça de Deus ou da imbecilidade dos que os seguem”. (GRAMSCI, 2000, p. 326)

¹⁷⁹ É reconhecida como de Mussolini a assertiva de que a existência de partidos fraciona a nação, sendo a política a causa da divisão do povo.

denunciados e presos por corrupção no mesmo período; de outro, os movimentos sociais progressistas priorizaram o uso do vermelho, alusivo aos históricos movimentos sociais críticos ao capitalismo, de perspectiva socialista e comunista.

Ainda sobre essa questão estético-política das manifestações, cabe mencionar que a cor preta também foi significativa. Ela aludia ao anarquismo, cuja presença foi maior no início, em 2013, mas arrefeceu nos anos posteriores. O anarquismo se fez representar pela presença dos chamados Black Blocs¹⁸⁰, que se negam a serem identificados como movimento social organizado, auto definindo-se como uma estratégia de ação direta e impessoal de combate à globalização capitalista, daí a utilização das máscaras pretas, o enfrentamento à polícia e os danos materiais que provocam nos ícones do sistema de vida social hodierno (bancos, agências de automóveis etc.).

Um ponto de clímax desse processo foi o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, ocorrido em 31 de agosto de 2016. A suspeita de corrupção foi levantada contra ela, até porque

Todos os golpes de Estado tiveram a corrupção como mote, precisamente porque ela se presta sem esforço a ser tomada arbitrariamente contra o inimigo político de ocasião. A farsa é tão completa que até mesmo uma presidente que, pelo menos até a data em que o impedimento foi votado na Câmara dos Deputados e aceito pelo Senado, jamais havia sido sequer acusada de corrupção toma-se sua vítima. (SOUZA, 2016, p. 12)

Contudo, Dilma foi acusada formalmente de crime de responsabilidade por desrespeito à lei orçamentária. O pedido

¹⁸⁰ Para conhecer melhor os Black Blocs, cf. Monteiro (2013).

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

de abertura de processo de *impeachment* foi acolhido e encaminhado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, mais tarde cassado e preso por corrupção. Na verdade, Dilma não foi condenada por corrupção, mas pelas chamadas “pedaladas fiscais”, um adiantamento de recursos que chefes de poderes executivos fazem para quitar dívidas, sendo posteriormente devolvido. No caso de Dilma, o adiantamento de recursos foi empregado em programas sociais. Outros chefes de poder executivo também procederam da mesma forma que Dilma, inclusive Temer, mas apenas ela foi impedida de governar por isso.

Os detalhes que envolveram o processo de *impeachment* guardaram intrigas, conspirações e dois blocos de forças sociais bem definidos e em colisão: os progressistas e os conservadores, este hegemônico nas duas casas legislativas nacionais. Mas, como aqui não cabe detalhar o *impeachment*, resta dizer que dele resultou a posse de Temer, que era vice-presidente na Chapa de Dilma, eleita em 2014 por 51,64% dos votos. Em síntese, é a

[...] elite do dinheiro [...] a ‘mandante’ do golpe, realizado por outros em seu nome - sem que essa elite seja sequer mencionada na trama - [subsumindo também a] explicitação dos novos conflitos de classe, fruto da recente ascensão social de setores populares, que serviram do pano de fundo para viabilizar o golpe. (SOUZA, 2016, p. 12)

Com Temer no poder, o golpe “jurídico-midiático-parlamentar” objetivou-se, sem qualquer embaraço em relação à corrupção, amplamente denunciada no governo que ele constituiu. Diuturnamente, aliados e pessoas ligadas ao governo são delatadas, denunciadas e mesmo presas. Dia a dia a imprensa relata que cargos no governo são oferecidos

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

abertamente como moeda de troca nas barganhas com partidos pela aprovação das “reformas”, que retiram direitos dos trabalhadores, destroem a máquina pública e entregam o patrimônio nacional, sem qualquer reação direta dos milhões vestidos de verde e amarelo, que foram às ruas bradar contra a corrupção e pedir o *impeachment* de Dilma. Ele próprio, Temer, foi duas vezes denunciado pelo Ministério Público por corrupção passiva (primeira denúncia), formação de organização criminosa e obstrução da Justiça (segunda denúncia), mas absolvido pelo Congresso em esquemas que, segundo a mídia, envolveram “Emendas parlamentares, cargos e medidas como o perdão de dívidas e a portaria do trabalho escravo [em um] balcão de negócios” (CARTA CAPITAL, 2017b, s/p.).

Mesmo tendo sido eleito por uma chapa (Dilma-Temer) cujo programa não previa ataque aos direitos sociais, destruição da máquina pública e entrega do patrimônio nacional, cercado de um conjunto de ministros delatados e denunciados, tendo sido alguns presos, Temer implantou, no interstício de apenas dois anos de governo, o maior retrocesso aos direitos sociais (reforma trabalhista, reforma da previdência, normas que dificultam o combate ao trabalho escravo, entre outras) que o País presenciou em sua história, aliado à venda mais do que barata do patrimônio público ao capital, sobretudo, internacional: rodovias, ferrovias, terminais portuários, mineração, geração e distribuição de energia, saneamento e, o mais significativo entre todos os exemplos, o Pré-Sal, cuja “[...] entrega de oito grandes áreas exploratórias, que possui cerca de 12 bilhões de barris de petróleo, custará às multinacionais R\$ 0,01 o litro.” (REDE BRASIL ATUAL, 2017a, s/p.). Importa destacar que o governo Dilma havia destinado para a educação 75% dos *royalties* do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal, e para a saúde 25% restantes dos *royalties*.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

A condições pelas quais se apossou do cargo e as ações que por ele executa, demonstram que o governo Temer compromete profundamente o mínimo de estado democrático de direito que havia sido construído no Brasil. Isso é denunciado pela esquerda, com repercussões internacionais, mas internamente a única reação na grande massa manobrada que se vestiu de verde e amarelo é a reprovação recorde de Temer, que chegou a 97% e dentro de uma margem de erro de 3% (BRASIL247, 2017, s/p.). Contra a ilegitimidade e ilegalidade do governo Temer, e contra a retirada de direitos, destruição da máquina pública e venda do patrimônio nacional que ele promove, em outras palavras, contra o golpe “jurídico-midiático-parlamentar”, é que foi mobilizada a greve geral de 28 de abril de 2017, realizada depois de 100 anos da primeira greve geral no País.

A greve geral de 28 de abril 2017: avanço na luta dos trabalhadores e trabalhadoras

A greve geral do dia 28 de abril de 2017 foi bastante exitosa sob o ponto de vista da articulação e da mobilização, um avanço significativo em relação à superação do histórico corporativismo do movimento sindical e ao fracionamento da esquerda brasileira.

Ela foi articulada por várias centrais e entidades sindicais nacionais de trabalhadores: CUT (Central Única dos Trabalhadores), CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Intersindical, CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), UGT (União Geral dos Trabalhadores), Força Sindical, Nova Central, CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil) e Unidade Classista. Com elas se articularam organizações dos movimentos sociais populares, como MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)), e estudantis, como a UNE -

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

União Nacional dos Estudantes. Partidos políticos localizados no espectro ideológico do centro à esquerda não apenas declaram apoio ao movimento, mas se esmeraram para colocar a militância nas ruas, entre os quais estavam PT, PSB (Partido Socialista Brasileiro), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados), PCB (Partido Comunista Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista), Solidariedade, PCO (Partido da Causa Operária) e a Rede Sustentabilidade. A esse conjunto de sujeitos sociais coletivos aliaram-se algumas organizações da sociedade civil brasileira, como a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo.

Sob o ponto de vista da mobilização, a greve geral de 2017 alastrou-se por 25 estados, Distrito Federal e mais de 150 cidades brasileiras, paralisando 40 milhões de trabalhadores, segundo os organizadores (BRASIL DE FATO, 2017, s/p.). A pauta consensuada entre as organizações, movimentos e instituições sociais que a articularam se voltou especificamente contra as reformas trabalhista e da previdência social, profundamente deletérias aos direitos dos trabalhadores. Elas foram formuladas e encaminhadas pelo governo de Temer e se encontravam em tramitação no Congresso Nacional à época. A paralisação foi alvissareira, considerada o “[...] maior protesto sindical [no País] em 21 anos” (BENITES, 2017, s/p.). Teve forte impacto sobre o comércio e os bancos (COSTA e MENDONÇA, 2017), o que assustou o próprio governo, bem como os aliados de plantão, pois ela conseguiu parar algumas capitais dos estados, como a cidade de São Paulo, onde ocorreram conflitos com a polícia militar, como em outras localidades. No Rio de Janeiro é que a repressão ao movimento foi mais intensa. Em São Paulo, no bairro de ricos chamado Alto de Pinheiros, em frente à residência do Presidente Temer,

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

ela também se manifestou. Ao final do dia, em várias cidades, como em Sorocaba-SP, a greve foi encerrada com grandes manifestações de rua, nas quais, além da crítica às reformas trabalhistas e da previdência, a palavra de ordem em uníssono repetida era “Fora Temer!”.

Obviamente, os setores ligados ao governo, inclusive a grande imprensa tradicional, procuraram reduzir a dimensão da greve, ao passo que os organizadores exaltaram a dimensão alcançada pela mobilização. A nota enviada à imprensa pelo governo ao final do dia dizia que, “Infelizmente, pequenos grupos bloquearam rodovias e avenidas para impedir o direito de ir e vir do cidadão, que acabou impossibilitado de chegar ao seu local de trabalho ou de transitar livremente” (CARTA CAPITAL, 2017, s/p.). Por sua vez, para a CUT (Central Única dos Trabalhadores), esta foi “[...] a maior Greve Geral da história do Brasil” (PINTO, 2017, s/p.), amplamente destacada na imprensa internacional.

A greve geral reverberou fortemente em Sorocaba. Assim como no âmbito nacional, no Município a greve foi articulada por movimentos sociais populares, organizações estudantis, partidos políticos e contou com intensa participação dos sindicatos e centrais sindicais de trabalhadores.

O resultado da articulação ampla foi uma mobilização que paralisou várias atividades no Município, deixando principalmente o centro da cidade fechado: o comércio não abriu e os bancos também não. Além disso, as escolas municipais e estaduais aderiram ao movimento, o que fez com que estudantes e professores engrossassem as atividades da greve durante todo o dia. Cabe destaque à paralisação dos transportes urbanos. Ela deixou às moscas os dois terminais de ônibus urbanos, que diariamente recebem cerca de 120 mil pessoas. Além disso, a greve esvaziou também a rodoviária da cidade.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Mesmo com o setor de transporte paralisado, não faltaram pessoas para fazer bloqueios em dois shoppings (Iguatemi Esplanada e Cianê) e em algumas importantes vias da cidade, como a Avenida Itavuvu, na Zona Norte, a Sete de Setembro e a Avenida Ipanema e General Osório, para citar apenas algumas. Ao final do dia, uma expressiva passeata foi realizada no centro da cidade, com representantes dos mais variados setores sociais.

Um triste episódio de assédio moral, autoritarismo e falta de isenção da imprensa ocorreu em Sorocaba na oportunidade da greve geral de 28 de abril, ganhando repercussão nacional. O principal jornal da cidade, *Cruzeiro do Sul*, mantido pela FUA (Fundação Ubaldino do Amaral) teve a redação invadida pelo promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude de Sorocaba, Antônio Domingues Farto Neto, que por lá ficou durante 4 horas para exigir que a cobertura da greve geral não fosse favorável ao movimento, tendo ainda, segundo denúncias, inclusive ditado a manchete do dia seguinte. O referido promotor, mesmo sendo membro do conselho consultivo da redação, não tem poder de ditar a linha editorial do periódico. Mas, logo depois do episódio,

A cobertura do jornal, a qual era então factual [...], passou a ser ativamente contra a greve. [...] Matérias já publicadas foram editadas e outras foram feitas (a exemplo da manchete publicada no jornal impresso do dia 29 sob o título “*paralisação prejudica o trabalhador sorocabano*”) para prevalecer o ponto de vista do membro do Ministério Público [...]. Em protesto, tanto os jornalistas, como o chefe de reportagem e o diretor de redação, retiraram seus nomes do expediente do site e do jornal impresso pelos três dias seguintes. (JUSTIFICANDO, 2017, s/p.)

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Esse episódio demonstra a importância que a greve geral teve, bem como o papel político e partidário da mídia nesse processo.

A experiência exitosa da greve geral de 28 de abril motivou os sujeitos sociais que a organizaram a convocar nova greve, agendada para o dia 30 de junho.

As greves gerais de 30 de junho e de 5 de dezembro de 2017: dificuldades de articulação e de mobilização

A greve geral do dia 30 não alcançou o mesmo êxito que a do dia 28 de abril, seja sob o ponto de vista da articulação, seja em relação à mobilização.

Novamente, as centrais sindicais protagonizaram o processo de chamamento de uma greve geral contra as reformas orientadas pelo neoliberalismo e promovidas pelo governo Temer. A intenção era a de articular a data com as votações das reformas trabalhista e da previdência, que seguiam tramitando no Congresso Nacional. A proposta foi submetida às assembleias de várias categorias profissionais e discutida também em diferentes espaços de movimentos sociais populares, partidos políticos e organizações da sociedade civil.

Contudo, algumas dificuldades de mobilização fizeram com que as articulações não alcançassem os níveis de unidade conquistados na greve do dia 28 de abril. Foram muitas as mobilizações e atos dos contrários às reformas trabalhista e da previdência em 2017 e, neste contexto, mais uma greve não é tão simples de organizar. Além disso, setores importantes não aprovaram a greve do dia 30 de junho, como os metroviários de São Paulo, pois haviam sido punidos, com a perda de quatro dias de trabalho, pela paralisação no dia 28 de abril. Outra questão que pesou foi o fato de o governo Temer intervir na articulação do movimento, chamando algumas centrais (Força Sindical, UGT, Nova Central e CSB) para uma reunião como

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que se comprometeu a agendar conversa com o presidente Temer e a não extinguir a contribuição sindical de uma só vez, mas gradativamente. (cf. SEABRA, 2017, s/p.)

Considerando essas e outras dificuldades relacionadas à unidade entre as centrais sindicais, algumas organizações que estavam articulando o movimento resolveram, inclusive, mudar a chamada para o movimento: ao invés de “greve geral”, reclamavam alguns que o *slogan* deveria ser para “Um dia nacional de mobilizações e paralisações” ou, simplesmente, “Vamos para o Brasil!”, demonstrando certo recuo em relação à chamada para uma greve geral de fato. Isso ficou expresso, inclusive, na própria nota que as centrais divulgaram no dia 23/06/2017, cujo título era: “Dia 30 de junho - Vamos parar o Brasil contra a reforma trabalhista, em defesa dos direitos e da aposentadoria” (REDE BRASIL ATUAL, 2017b, s/p.); ou seja, a expressão “greve geral” nele não aparece. Assinaram a nota: CGTB, CSB, CSP Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical, NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores) e UGT.

Mesmo a greve geral não alcançando o nível de paralisação que a do dia 28 de abril, ela atingiu a cidade de São Paulo. Apesar de o transporte público ter funcionado normalmente, bancos estatais paralisaram, algumas vias e rodovias, como a Anchieta, foram interrompidas parcialmente, e uma manifestação foi feita no vão livre do MASP (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand), localizado na Avenida Paulista. No Rio de Janeiro, o transporte público não foi atingido, rodovias foram interrompidas também parcialmente e funcionários públicos estaduais, municipais e federais aderiram ao movimento, particularmente os ligados à educação e à saúde. Em Minas Gerais, as estações do metrô foram fechadas. No Rio Grande do Sul, o transporte público paralisou em parte do dia.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Brasília ficou sem ônibus e metrô. Os petroleiros, categoria de âmbito nacional, aderiu ao movimento.

Em síntese, apesar de a greve ter havido, não foi exitosa sob o ponto de vista da mobilização e nem em relação à articulação de diferentes setores sociais.

As dificuldades de mobilização da greve geral do dia 30 de junho também se apresentaram na articulação e na mobilização da greve geral agendada para o dia 5 de dezembro de 2017, que também apresentou sérias dificuldades, maiores ainda do que a dia 30 de junho.

Na verdade, a greve geral do dia 05 de dezembro havia sido marcada pelas centrais (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central e CSB) em reunião realizada no dia 24 de dezembro, na sede da Força Sindical em São Paulo. Contudo, as centrais a desmarcaram no dia 1 de dezembro, sob a alegação de que o governo retirou de votação a pauta central da mobilização: a reforma da previdência, cuja votação havia sido marcada para o dia 06 de dezembro de 2017. Nesta oportunidade, a reforma trabalhista, outra pauta das greves gerais anteriores, já havia sido aprovada em 11 de julho de 2017 pelo Senado Federal (PLC 38/17). Seis centrais sindicais assinaram uma nota cancelando a mobilização: CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central e CSB, embora tenham conclamado a população a se manter mobilizada, sobretudo, em relação à remarcação da votação da reforma da previdência.

Obviamente, o cancelamento da greve geral foi muito criticado por vários sujeitos que protagonizaram e mobilizaram as greves gerais anteriores. Esse foi o caso da ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), que em nota publicada no dia 1 de dezembro de 2017, afirmou que

[...] nossa central sindical, a CSPConlutas, se manteve firme na posição de convocação da

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

GREVE GERAL, por entender a necessidade de ampliar a mobilização e enfrentar de maneira consequente os retrocessos impostos pela burguesia e seu governo ilegítimo. [...] Hoje fomos surpreendidos por uma nota divulgada via redes sociais sobre a decisão autocrática da burocracia dirigente de seis centrais sindicais, de suspensão da GREVE NACIONAL no dia 5/12. [...] A decisão foi tomada sem sequer convocarem todas as centrais sindicais num grave ataque a unidade e à democracia do movimento. O fato e sua justificativa levantam suspeitas. (ANDES-SN, 2017, s/p.)

Mesmo assim, algumas categorias, isoladamente, fizeram paralisações, atos e mobilizações pontuais. Esse foi o caso dos servidores públicos, particularmente os federais. Em Sorocaba-SP, por exemplo, os docentes do *campus* da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) paralisaram as atividades no dia 5 de dezembro, mesmo com as centrais desmarcando a greve.

Os aprendizados das greves gerais de 2017... e de outras

Entre as greves gerais que o Brasil vivenciou em 2017, a de 28 de abril foi a mais significativa. Todas elas, juntamente com as mobilizações e atos realizados pelo país durante o ano, repercutiram na reforma trabalhista aprovada (PLC 38/17, aprovado em 11/07/2017 pelo Senado) e na reforma da previdência, cujos conteúdos originários tiveram que ser alterados pelo governo Temer e a base aliada que o sustenta. Contudo, a luta precisa continuar, com greve geral ou não, porque essas reformas e outras do governo Temer são inaceitáveis, porquanto comprometem o que se entende por civilidade minimante democrática e digna.

Se a opção de luta for por greves, há de se ter claro que elas são complicadas de realizar, até porque resultam em

dificuldades aos trabalhadores e trabalhadoras: descontos, multas, perseguições etc., embora sejam importantíssimas para a conquista, manutenção e ampliação de direitos. Elas sempre deixam marcas que não se apagam facilmente, seja nos indivíduos que delas participam, seja nos movimentos, organizações e instituições com elas envolvidas. De fato, elas marcam a história e as marcas nem sempre são boas, belas, justas e verdadeiras.

No movimento sindical, é rotineiro se dizer que se sabe como uma greve começa, mas ninguém sabe como pode terminar. Elas desafiam a capacidade racional dos sujeitos envolvidos. Mas uma coisa é certa: as greves ensinam, sobretudo, as greves gerais! As experiências de greve geral no Brasil durante o ano de 2017 deixaram muitos aprendizados, impossíveis de serem apresentados neste espaço. Todavia, não se poderia terminar sem citar alguns, como os que seguem.

O primeiro dos aprendizados é que construir uma pauta enxuta, como reivindicações que “falam” ao povo de uma nação, que fazem sentido a ele, particularmente às classes subalternas, é indispensável. A pauta da greve geral de 28 de abril estava centrada na luta contra as reformas trabalhista e da previdência, que claramente eram rechaçadas pelos trabalhadores do campo e das cidades, desempregados, estudantes e outros sujeitos explorados e oprimidos, por isso teve grande adesão popular.

Contudo, uma pauta unificada não garante a unidade na ação. Esta é indispensável ao bom encaminhamento da articulação e da mobilização para a greve geral. Importa destacar que se na greve geral de 28 de abril as centrais sindicais se articularam com vários movimentos sociais, nas outras, houve um racha entre os articuladores das centrais, comprometendo fortemente a mobilização. O exercício da unidade na ação, contudo, não é tarefa das mais fáceis, pois exige a superação de

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

divergências entre os que estão articulando o movimento, alguns dos quais, inclusive, adversários em outros espaços e tempos. Todavia, sem unidade não há greve geral possível.

Cabe destacar que a unidade na articulação e mobilização para as greves gerais revela-se importante não apenas para a conquista da pauta apresentada, mas também para que os explorados e oprimidos por qualquer causa possam se sentir sujeitos coletivos. As greves gerais oportunizam a formação da unidade de classe, evidenciam na consciência dos grevistas quem são os exploradores e opressores, conformando, na fluidez de individualidades que caracteriza o termo “povo”, uma identidade, que é indispensável na luta de classe. “A greve ensina os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários, ensina a pensarem [...] em toda a classe capitalista e em toda a classe operária” (LÊNIN, 1899, s/p.). As greves

[...] são o despertar da consciência do operário. Em primeiro lugar, porque são ações coletivas [...] revelam, então, o caráter necessariamente coletivo da ação operária. Além disso, mostram a possibilidade que os trabalhadores têm de controlar a produção, o poder potencial contido em suas mãos. Inversamente, as greves revelam como é frágil a situação do burguês, como seu domínio é baseado no engano e na ilusão [...], não passa de um homenzinho farsante e indefeso, controlando luzes e sombras atrás de uma cortina. (CRUZ, 2014, s/p.)

Reconhecer-se como classe, no interior da fragmentação que constitui o povo de uma formação econômica e social, também resulta em aprendizado porque, nesse processo, as greves gerais incitam a burguesia a utilizar sem prurido todo o poder que mantém para além do âmbito econômico, no aparelho repressivo do estado. Na verdade, “[...] a greve abre os

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

olhos dos operários não só quanto aos capitalistas, mas também no que se refere ao governo e às leis” (LÊNIN, 1899, s/p.). Em todas as greves gerais experienciadas no Brasil em 2017, o aparelho repressivo do estado foi empregado contra os trabalhadores e todos os demais que com eles cerraram fileiras contra a reforma trabalhista e da previdência. Diferente foi a ação desse mesmo aparelho durante as mobilizações dos que, vestidos de verde e amarelo, participaram das manifestações que pediam o *impeachment* de Dilma e a condenação de Lula. É por isso “Durante cada greve cresce e desenvolve-se nos operários a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para lutar contra ele pelos direitos do povo” (LÊNIN, 1899, s/p.).

As greves gerais, por serem movimentos importantes na defesa dos direitos sociais e realizadas em momentos de acirramento das contradições sociais, bem como de evidenciação da luta de classe, são capazes de revelar a verdadeira face das burocracias sindicais, que nem sempre mantém com as bases relação transparente e democrática, bem como a face de indivíduos com os quais se vive no dia a dia.

Por fim, o principal aprendizado das greves gerais de 2017 no Brasil é que elas são importantíssimas aos trabalhadores, mas sozinhas são limitadas em relação a transformar as estruturas e superestruturas da formação econômica social de classe. São necessárias, mas não suficientes.

Referências

ANDES - SN. *Nota de repúdio ao cancelamento da greve nacional do dia 5 de dezembro de 2017*. 1 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9196>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

BBC BRASIL.COM. *Sindicato venezuelano vai apoiar greve dos patrões*. 05 de dezembro de 2001. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/011205_venezuela larg.shtml>. Acesso em: 23/12/2017.

BENTES, A. Temer minimiza greve geral e diz que reformas serão debatidas só com Congresso. *El País*. 29 de abril de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/politica/1493413088_922705.htm>. Acessado em: 28/12/2017.

BIANCHI, Álvaro. O que é um golpe de Estado? *Blog Junho*, 26 mar. 2016. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n.º 7.783, de 28 de junho de 1989*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7783.htm>. Acesso em: 26 dez. 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL DE FATO. Maior greve geral da história do país contou com 40 milhões de brasileiros. 28 de abril de 2017. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/29/40-milhoes-param-no-pais-ato-em-sp-reune-70-mil-e-termina-com-repressao-da-pm/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

BRASIL247. *Rejeitado por 97%, Temer diz que “popularidade é uma jaula”*. 22 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/poder/333686/Rejeitado-por-97-Temer-diz-que-%E2%80%9Cpopularidade-%C3%A9-uma-jaula%E2%80%9D.htm>>. Acesso em: 7 jan. 2017

CABRAL, Angelo. *Justificando*. Quarta-feira, 26 de abril de 2017. Toda greve é (também) política: portanto, censurá-la é ato antissindical. Disponível em:

<<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/26/toda-greve-e->

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

tambem-politica-portanto-censura-la-e-ato-antissindical/>. Acesso em: 21/12/2017.

CARTA CAPITAL. *Greve geral contra as reformas de Temer toma o País*. 28 de abril de 2017. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/greve-geral-contra-as-reformas-de-temer-toma-o-pais>>. Acesso em: 27/12/2017.

CARTA CAPITAL. *Segunda denúncia*: com "mercado de votos", Temer busca outra salvação na Câmara. 25 de outubro de 2017b. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/com-mercado-de-votos-temer-busca-outra-salvacao-na-camara>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

CRUZ, Diego. *O que é uma greve*. 28/05/2014. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/o-que-e-uma-greve/>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

DICIONÁRIO AURÉLIO DE PORTUGUÊS ONLINE.

Greve. Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27.

Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/greve>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edilson José. *Do sindicalismo combativo ao sindicalismo propositivo*: uma análise dos elementos político-ideológicos da Central Única dos Trabalhadores. Disponível em: <

[http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-](http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Pedro_Henrique_Evangelista_Duarte_e_Edilson_Jose_Gracioli_do_sindicalismo_combativo_sindicalismo_propositivo.pdf)

[2010/Pedro_Henrique_Evangelista_Duarte_e_Edilson_Jose_Gracioli_do_sindicalismo_combativo_sindicalismo_propositivo.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Pedro_Henrique_Evangelista_Duarte_e_Edilson_Jose_Gracioli_do_sindicalismo_combativo_sindicalismo_propositivo.pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2017.

ENGELS, Friedrich. Introdução de Friedrich Engels à edição de 1895. In: MARX, Karl. *As lutas de classes em França*. Trad. de Álvaro Pina e Fernando Silvestre. 2ª ed. Lisboa-Moscou: Avante!, 1984, p. 9-32.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere - volume 3 - Antonio Gramsci*: Maquiavel; notas sobre o Estado e a política. Edição e trad. de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos 1921-1926*. Org., introdução e trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

JABOR, Arnaldo. 17/06/2013. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=I15sc85hO-g>>. Acesso em: 02 set. 2013.

JUSTIFICANDO. *Com gritos e ameaças, Promotor intimidou jornalistas a fazerem matéria contra greve*. 8 de maio de 2017.

Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/08/promotor-de-justica-intimidou-jornalistas-de-jornal-fazerem-materia-contragreve/>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas em três tomos*. Tomo II. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

LÊNIN, V. I. *Sobre a greve*. 1899. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1899/mes/greves.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. *Pro-Posições*, Campinas, vol. 22, nº 3 (66), set./dez de 2011, p. 131 a 148. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072011000300010>. Acesso em: 29 dez. 2017.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, filosofia e educação. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 13-40, jan./jun. 2013. Disponível em:

<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5369/3466>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

MARTINS, Marcos Francisco. La educación política a través de los movimientos sociales: notas sobre las protestas ocurridas en 2013 en Brasil. *Revista Pasos*. San José-Costa Rica, n° 161, out-dez.2013b, p. 34 a 54. Disponível em:

<<http://www.deicr.org/pasos-no-161>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

MARTINS, Marcos Francisco. Apontamentos sobre o conservadorismo contemporâneo: os movimentos sociais e os eventos de multidão à luz de Gramsci. In: VARES, Sidnei Ferreira de e POLLI, José Renato. *Democracia em tempos de conservadorismo*. Jundiaí: Editora In House, 2016, p. 140 a 173.

MARTINS, Marcos Francisco. Educação e movimentos sociais: crises e rearranjos nas lutas sociais atuais. In: SOUZA, Aparecida Darc de, PAZINI, Rodrigo Ribeiro, PEREIRA, Osnir (orgs.) *Da educação sem sentido aos sentidos da educação: crises e dilemas, sonhos e lutas*. Curitiba: CRV, 2017, p. 168-190, 210 p.

MARTY, ANDRÉ. Alguns aspectos da atividade de Blanqui.

Revista Problemas, n° 37, nov./dez. 1951. Disponível em:

<<https://www.novacultura.info/single-post/2016/04/26/Alguns-aspectos-da-atividade-de-Blanqui>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

COSTA, Camilla e MENDONÇA, Renata. “Greve foi menor do que organizadores esperavam, mas maior do que governo gostaria”, diz cientista político. *BBC Brasil*. 29 de abril de 2017.

Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39756026>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

MONTEIRO, Paulo Cezar. Black Bloc: “Fazemos o que os outros não têm coragem de fazer”. *Revista Fórum*. 20/08/2013.

Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/08/black-bloc-fazemos-o-que-os-outros-nao-tem-coragem-de-fazer/>>.

Acesso em: 20 set. 2013.

PINTO, Walter. 2017: ano de maior retrocesso da história, mas também de luta e resistência. *CUT*. 29 de dezembro de 2017.

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

Disponível em: <<https://cut.org.br/noticias/2017-ano-de-maior-retrocesso-da-historia-mas-tambem-de-luta-e-resistencia-e315/>>.

Acesso em: 04 jan. 2018.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Trad. de Angelina Peralva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. (Coleção Pensamento Crítico; v. 7)

PRONER, Carol et. al. (orgs.). *Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula*. Bauru: Canal 6, 2017 (Projeto Editorial Praxis)

REDE BRASIL ATUAL. *Petroleiros denunciam entrega do pré-sal a um centavo o litro*. 25/10/2017a. Disponível em:

<<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/10/petroleiros-denunciam-entrega-do-pre-sal-a-um-centavo-o-litro-e-denunciado>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

REDE BRASIL ATUAL. *Centrais mantêm mobilização para o dia 30 contra reformas*. 23/06/2017b. Disponível em:

<<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/06/centrais-mantem-mobilizacao-para-parar-o-pais-no-dia-30>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

SADER, Emir. Há ainda direita e esquerda? *Carta Maior*.

13/04/2010. Disponível em:

<http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=446>. Acesso em: 20 abr. 2011.

SAVIANI, Demerval. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In:

LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA Lurdes. *A crise da democracia brasileira - Volume I*.

Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

SEABRA, Catia. Centrais sindicais divergem e desistem de greve geral no dia 30 de junho. *Folha de São Paulo*. 24 de junho de 2017. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/06/1895694->

MARTINS, Marcos Francisco (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje...*

centrais-sindicais-divergem-e-desistem-de-greve-geral-no-dia-30.shtml>. Acesso em 7 jan. 2018.

SOUZA, Jesse. *A radiografia do golpe*: entenda com o e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TEIXEIRA, T. *Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.